



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

GUILHERME REBONATO ROSI

**O SOFRIMENTO E A LUTA POR MELHORIAS DOS ENTREGADORES DE
APLICATIVO: UMA PESQUISA EMPÍRICA NA GRANDE VITÓRIA - ES**

RECIFE

2024

GUILHERME REBONATO ROSI

**O SOFRIMENTO E A LUTA POR MELHORIAS DOS ENTREGADORES DE
APLICATIVO: UMA PESQUISA EMPÍRICA NA GRANDE VITÓRIA - ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS), na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como requisito para obtenção do grau de mestre em sociologia.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Cristiano Wellington Noberto Ramalho

Banca examinadora: Prof^o. Dr^o. Gabriel Moura Peters;
Prof^o. Dr^o. Roberto Vêras de Oliveira.

RECIFE

2024

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Rosi, Guilherme Rebonato.

O sofrimento e a luta por melhorias dos entregadores de aplicativo: uma pesquisa empírica na Grande Vitória - ES / Guilherme Rebonato Rosi. - Recife, 2024.

174f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2024.

Orientação: Cristiano Wellington Noberto Ramalho.

Inclui referências.

1. Entregadores de aplicativo; 2. Sofrimento no trabalho; 3. Luta por melhorias; 4. Reivindicações. I. Ramalho, Cristiano Wellington Noberto. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Ata da defesa/apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociologia - CFCH da Universidade Federal de Pernambuco, no dia 29 de fevereiro de 2024.

ATA Nº 448

Ao vigésimo nono dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, às 09:00 horas, em sessão pública realizada de forma remota, teve início a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado O sofrimento e a busca por melhorias dos entregadores de aplicativo do mestrando GUILHERME REBONATO ROSI, na área de concentração mudança social, sob a orientação do Prof. Cristiano Wellington Noberto Ramalho. A Comissão Examinadora foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia em 23/02/2024, sendo composta pelos Professores: Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho (Presidente/Orientador), do Departamento de Sociologia da UFPE; Dr. Gabriel Moura Peters (Titular Interno), do Departamento de Sociologia da UFPE; e Dr. Roberto Vêras de Oliveira (Titular Externo), do Departamento de Ciências Sociais da UFPB. Após cumpridas as formalidades conduzidas pelo presidente da comissão, professor Gabriel Moura Peters, o candidato ao grau de Mestre foi convidado a discorrer sobre o conteúdo do Trabalho de Conclusão de Curso. Concluída a explanação, o candidato foi arguido pela Comissão Examinadora que, em seguida, reuniu-se para deliberar e conceder-lhe a menção APROVADO. Para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia, o concluinte deverá ter atendido todas às demais exigências estabelecidas no Regimento Interno e Normativas Internas do Programa, nas Resoluções e Portarias dos Órgãos Deliberativos Superiores, assim como no Estatuto e no Regimento Geral da Universidade, observando os prazos e procedimentos vigentes nas normas.

Recife, 29 de fevereiro de 2024.

Dr. ROBERTO VERAS DE OLIVEIRA, PUC-CHILE

Examinador Externo à Instituição

Dr. GABRIEL MOURA PETERS, UFPE

Examinador Interno

Dr. CRISTIANO WELLINGTON NOBERTO RAMALHO, UFPE

Presidente



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Ata da defesa/apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociologia - CFCH da Universidade Federal de Pernambuco, no dia 29 de fevereiro de 2024.

GUILHERME REBONATO ROSI

Mestrando(a)

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, o professor Doutor Cristiano Wellington Noberto Ramalho por sempre fazer apontamentos extremamente importantes e necessários, além de ser uma grande fonte intelectual e humana para a minha vida.

Aos meus companheiros de mestrado que, mesmo à distância, se tornaram amigos, se tornaram importantes pontos de apoio intelectual, de sociabilidade e de receptores de minhas agonias.

Aos meus professores que cruzaram a minha vida por todo o Mestrado por serem tão receptivos com alguém formado em outro campo na graduação.

Aos meus pais e irmão por tornarem tudo possível e estarem presentes nos momentos de necessidade.

Ao meu sobrinho por tornar o mundo um lugar muito melhor para se viver.

"Estou cada vez mais certa de que o paraíso são os outros. Vi num livro para adultos. Li só isso: o paraíso são os outros. A nossa felicidade depende de alguém. Eu compreendo bem." (O Paraíso São Os Outros - Valter Hugo Mãe)

RESUMO

Os estudos sobre os entregadores de aplicativo vêm aumentando com o passar dos anos, principalmente em relação à precarização do trabalho. Com o advento da pandemia da Covid-19, por estarem lidando diariamente com vários sujeitos e, conseqüentemente, correndo maiores riscos, esses trabalhadores decidiram e conseguiram mobilizar grandes coletivos nacionais – nas ruas e nas redes sociais – em busca de melhores condições trabalhistas através da realização de manifestações, de paralisações e do apoio popular, com a conscientização no tocante às perdas laborais sofridas pela categoria, por meio do desuso dos aplicativos em momentos determinados. O foco deste trabalho parte da seguinte indagação: a escalada do desgaste social e psíquico desses trabalhadores contribui para a busca de conexões com a perspectiva de melhorar a própria condição de trabalho? Para realizar a pesquisa escolhemos uma abordagem qualitativa de recorte marxista, tendo como eixos as pesquisas sobre a nova morfologia do trabalho, a Psicodinâmica do Trabalho, a sociologia do sofrimento, a história de luta dos trabalhadores do Espírito Santo e os novos movimentos de organização dos trabalhadores em luta por melhorias no trabalho além das entrevistas com os trabalhadores. Buscou-se o entendimento do cotidiano vivido, as relações do indivíduo com o trabalho e com o próprio psíquico, e o florescimento por organização e pela luta coletiva. Os resultados encontrados foram entendimento por parte dos entregadores a necessidade de melhorar as condições de trabalho; a existência de organização entre os *motoboys* para melhorar o dia a dia do trabalho e, conseqüentemente, há estratégias defensivas contra o sofrimento; porém também há entre os entregadores uma resistência à CLT, à regulamentação, por se enxergarem como sem flexíveis e sem patrão.

Palavras-chave: Entregadores de Aplicativo; Sofrimento no Trabalho; Luta por Melhorias; Trabalho; Reivindicações.

ABSTRACT

Studies on app delivery workers have been increasing over the years, especially regarding the precarization of labor. With the advent of the Covid-19 pandemic, as they deal daily with various individuals and consequently face greater risks, these workers decided and managed to mobilize large national collectives – both in the streets and on social media – in search of better working conditions through demonstrations, strikes, and popular support, raising awareness about the labor losses suffered by the category, through the discontinuation of the applications at certain times. The focus of this work stems from the following question: Does the escalation of social and psychological strain on these workers contribute to seeking connections with the perspective of improving their own working conditions? To conduct the research, we chose a qualitative approach with a Marxist framework, focusing on studies of the new morphology of work, Psychodynamics of Work, sociology of suffering, the history of workers' struggle in Espírito Santo, and the new movements of workers' organization seeking improvements beyond interviews with the workers. The aim was to understand the daily life, the individual's relationships with work and their psyche, and the flourishing through organization and collective struggle. The results revealed an understanding among delivery workers of the need to improve working conditions; the existence of organization among motorcycle couriers to enhance daily work life and, consequently, defensive strategies against suffering; however, there is also resistance among delivery workers to the CLT (Consolidation of Labor Laws), to regulation, as they see themselves as flexible and without a boss.

Keywords: App Delivery Workers; Work Suffering; Fight for Improvements; Work; Claims.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	8
2. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA E OBJETIVOS	22
3. METODOLOGIA	23
4. CAPÍTULO I: O ESPAÇO FÍSICO E SOCIAL DO LOCAL DE PESQUISA	29
5. CAPÍTULO II: A UBERIZAÇÃO DO TRABALHO E AS NOVAS “MALDADES”	42
5.1. IDEOLOGIA NEOLIBERAL: LIBERDADE PARA NÃO FORMALIZAR	42
5.2. A INDUSTRIALIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO DA PRODUÇÃO NO BRASIL	55
5.3. A SERVIÇO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	64
6. CAPÍTULO III: SOFRIMENTO DOS ENTREGADORES E AS ESTRATÉGIAS DEFENSIVAS	83
7. CAPÍTULO IV: A LUTA POR MELHORIAS	112
7.1. A HISTÓRIA DO MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA E LUTA NO ESPÍRITO SANTO	112
7.2. O PAPEL DA IMPRENSA PARA A HEGEMONIA DO PENSAMENTO DA BURGUESIA	117
7.3. DELIVERY E A MOBILIZAÇÃO POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO NA GRANDE VITÓRIA	125
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
Referências	141

1. INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho se apresenta em uma relação ambígua com o indivíduo, podendo ser tanto um meio extremamente relevante para a vida gregária e psíquica, quanto se tornar um local de sofrimento¹ em decorrência do prejuízo psicológico e social. Esta dissertação pretende analisar justamente essa ruptura desencadeada pelos novos moldes trabalhistas, focando principalmente nos entregadores de aplicativo e a batalha dessa classe explorada. O capital produziu problemas na saúde e na vida dos trabalhadores, como já havia revelado Engels (2008) em seu clássico livro “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, por exemplo.

A luta da classe trabalhadora sempre necessitou de uma constante transformação no decorrer histórico. Logo no surgimento da industrialização, no século XIX, a carga horária alcançava 16 horas diárias em alguns momentos, e até mesmo as crianças eram responsáveis pelo trabalho pesado. O esgotamento físico e os acidentes graves, como amputação, eram comuns, criando uma alta taxa de mortalidade dentre o proletariado. Uma das várias lembranças de Marx é sobre uma fábrica de papéis pintados, que funcionava, de forma ininterrupta, das 6 horas da manhã até as 10 horas da noite em um certo período do ano. Os operários lutavam pela sua sobrevivência, reivindicavam, principalmente, a redução na jornada de trabalho (MARX, 2014).

No Brasil, a industrialização começou em meados do século XIX, mas somente a partir da primeira guerra, com o grande avanço industrial e a imigração em massa europeia, houve uma expansão do proletariado como classe (ANTUNES, 2011). Como será exposto mais à frente, a massa pobre brasileira não tinha acesso à posse de terras no século XIX e início do século XX e, por conta disso, via-se subordinada. O aumento da geração de trabalho nos centros urbanos – em decorrência da expansão industrial – levou muitas dessas pessoas para as cidades, principalmente motivadas pela baixa remuneração nos centros cafeeiros e por não terem suas próprias terras cultiváveis. Assim como também o novo fluxo migratório da

1

É importante pontuar o sofrimento como um elemento diferente da dor. O sofrimento carrega um elemento psicológico podendo a dor ser responsável ou uma consequência do sofrimento. O sofrimento deve ser combatido, necessita de mobilização de defesas e intervenções. O sofrimento pode distorcer o entrelaçamento entre passado, presente e futuro – podendo romper com o passado e futuro e colocando o sujeito em um presente estressante. O sofrimento é capaz de possuir um entendimento crítico e, dessa forma, ter uma capacidade de mobilizar a interpretação do próprio ser em que o sofrimento pertence e, dessa forma, buscar formas de escapar do sofrimento (RENAULT, 2017; SILVA, 2022).

Europa buscou se estabelecer nessas localidades urbanas (BARBOSA, 2008; CARDOSO, 2010).

Da Primeira Guerra Mundial à década de 1970, a busca dos trabalhadores e trabalhadoras na Europa era pela saúde física. Proteger o corpo de acidentes, prevenir as doenças e intoxicações causadas pela indústria, assegurando aos operários os cuidados e tratamentos necessários. Agora a intenção estava em melhorar as condições de trabalho, a segurança, a higiene e a prevenção de doenças (DEJOURS, 2003). O crescimento da classe operária no fim do século XIX e início do século XX, no Brasil, levou à necessidade de uma expansão da proteção social, principalmente porque, nessa época, a organização dos trabalhadores aumentava e se tornavam cada vez mais combativas. Mas o aumento da agitação das massas e das greves se deu no final da década de 1910 e na década de 1920, em conjunto com o fim da Primeira Guerra Mundial e o aparecimento do Tratado de Versalhes², composta também pela nação brasileira – houve um aumento de influências externas, em consequência, principalmente porque países vizinhos já contavam com legislações previdenciárias e trabalhistas. Um dos primeiros grandes resultados foi o estabelecimento de aposentadoria compulsória aos acidentados de trabalho em 1919³ (MALLOY, 1975). Na Era Vargas (1930-1945), a luta dos trabalhadores por direito de férias, de greve, de descanso semanal remunerado, de menor jornada de trabalho, alçou uma legislação trabalhista (ANTUNES, 2011).

Na década de 1970, e na América Latina principalmente nos anos 1980, uma mudança significativa acontece no campo do trabalho. Uma forte crise instala-se no mundo capitalista, que se expressou numa alta inflação e estagnação da produção de bens em países como Estados Unidos e Inglaterra, somado ao aumento de preço do petróleo e a decisão árabe de fechar a exportação deste óleo para o Ocidente durante a guerra árabe-israelense de 1973. Nesse meio, surge um modo de quebrar com a rigidez fordista – o que é caracterizada como acumulação flexível. Chancela-se em flexibilizar os processos produtivos, os próprios produtos e o mercado de trabalho. Com a flexibilização, os empresários ganham um aumento

2

O Tratado de Versalhes foi um tratado de paz assinado ao fim da Primeira Guerra Mundial entre a tríplice entente, Rússia, França e Reino Unido, com a derrotada Alemanha. Uma forte imposição declarada na Conferência de Paz de Paris com a presença do Brasil (STEVENSON, 2016).

3

Decreto nº 3.724, de 15 de janeiro de 1919. **Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1919**. Atos do poder legislativo, jan. a dez., Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1920. v. I. p. 166.

significativo de poder sobre a classe operária com um controle maior do trabalho. A relação indivíduo-tarefa se acentua aumentando a dimensão mental e o número de tarefas. Por isso, os trabalhadores buscam uma saúde psicológica causada principalmente pela própria organização, pelo trabalho exercido, pela hierarquia e pelas relações de poder (ANTUNES, 2011; DEJOURS, 2003; HARVEY, 1992). As relações de trabalho são determinadas pelo contexto social em que o trabalho acontece e pela compra e venda de tempo. Comprado pelo capital e vendido pelo trabalhador sendo esse seu único poder. Seguindo essa lógica, o que se considera trabalho está em contínua evolução no tempo e no espaço (WOODCOCK; GRAHAM, 2022).

O setor financeiro ganha ainda mais relevância nesse momento de globalização⁴ ao ser incluído no cálculo do PIB, além de uma desregulamentação nesse setor negligenciando os valores dos empréstimos dos bancos, as taxas de juros cobradas por eles e os produtos que vendiam. Por conta disso, esse setor conseguiu propagar o discurso de criador de valor. Essa expansão fez com que outros setores adentrassem nesse mecanismo e sofressem a chamada “financeirização” (MAZZUCATO, 2019), fato esse mencionado décadas anteriores, a saber, “Concentração da produção, monopólios que dela resultam, fusão ou junção dos bancos com a indústria: essa é a história do surgimento do capital financeiro e do conteúdo desse conceito” (LÊNIN, 2021, versão *online*). Um exemplo explorado por Mazzucato (2019) para apresentar essa financeirização do setor industrial, por exemplo, é a escolha em recomprar ações com o próprio lucro da empresa no lugar de investir aquele dinheiro para algo a longo prazo; isso ocorre para aumentar os preços das ações por ter menos ações a ofertar – é a chamada maximização do valor do acionista e de extração de valor.

O valor pode ser definido de diferentes formas, mas, em essência, é a produção de novos bens e serviços. Como esses produtos são criados (produção), como são distribuídos pela economia (distribuição) e o que é feito com os ganhos gerados por sua produção (reinvestimento) são perguntas-chave para definir valor econômico. Outro ponto também fundamental é saber se o que está sendo criado é útil: os bens e serviços criados estão aumentando ou diminuindo a resiliência do sistema

4

A globalização é uma ordem econômica que elimina as restrições de mobilidade dos capitais. É um aumento das transações cambiais e dos “fluxos brutos de capitais internacionais”. Não é uma mobilidade resultante dos avanços tecnológicos, mas é resultado de interesses de determinados grupos econômicos e do Estado. Ao perder a liderança tecnológica e comercial, os Estados Unidos, nos anos 70, reafirma seu poder através do setor financeiro, “fundado no uso do dólar como moeda reserva pelo sistema internacional”. Houve uma elevação, em 1979, da taxa de juros obrigando os outros países avançados “a obtenção superávits comerciais para financiar os déficits da conta de capital [ou] a realização de políticas monetárias e fiscais restritivas para reduzir a absorção doméstica” (HELLEINER, 1994 *apud* CARNEIRO, 1999; CARNEIRO, 1999, p. 62-64).

produtivo? Por exemplo, é possível que a geração de uma nova fábrica seja valiosa do ponto de vista econômico, mas se ela for poluente a ponto de destruir o ecossistema ao seu redor, então poderá ser vista como não valiosa.

Por “criação de valor” eu me refiro às maneiras pelas quais diferentes tipos de recursos (humanos, físicos ou intangíveis) são estabelecidos e interagem na produção de novos bens e serviços; e por “extração de valor”, às atividades voltadas à movimentação de recursos e produtos já existentes e sua subsequente comercialização, gerando ganhos desproporcionais (MAZZUCATO, 2019, p. 29-30).

No processo produtivo de plataformas, para van Doorn (2021, p. 57), existe "produção dual de valor" em que “o valor monetário do serviço prestado é incrementado pelo valor de uso e pelo valor especulativo dos dados produzidos antes, durante e depois da prestação de serviços.” Por conta disso, o trabalho em plataformas é também trabalho de produção de dados e treinamento de algoritmos, fornecendo informações importantes – dos usuários, por exemplo – para capacitar o investimento financeiro (DOORN, 2021). Há aqui uma nova morfologia do trabalho. Ademais, no trabalho de entrega por aplicativo, há uma rápida expansão dos aplicativos por não necessitar comprar as motos ou as bicicletas – o maquinário produtivo –, porém "a expansão [das empresas de plataforma] é limitada pela capacidade do servidor, pela eficiência da publicidade e pela disponibilidade dos motoristas [ou entregadores]" (WOODCOCK; GRAHAM, 2022, p. 66).

No Brasil existia uma tendência cada vez maior, principalmente a partir da segunda metade da década de 1970, de dependência dos países centrais do capitalismo. Não interessava, na mundialização do capital, a esses países um Brasil desenvolvimentista com proteção do mercado nacional baseado na substituição de importação; necessitava-se de um país periférico com uma liberalização comercial, abrindo espaço para o investimento externo com a transferência de tecnologia das empresas, do sistema financeiro internacional e dos padrões de competição. O capital empregado na periferia do sistema era vinculado ao mercado financeiro internacional, altamente especulativo, em que era, ainda mais perceptível no Brasil a partir da segunda metade da década de 1990 com o Plano Real, um investimento produtivo em capital e não em trabalho, não resolvendo, dessa maneira, os problemas estruturais do capitalismo industrial do país (ALVES, 2000). Para os desempregados, subempregados, informais, desses países periféricos, a globalização representa uma maior precarização não só do trabalho, mas também das condições de vida; a globalização é a potencialização da exploração da mão de obra com dinâmicas renovadas de apropriação do trabalho pelo capital (MACHADO, GIONGO, MENDES; 2016; SANTOS, 2001). Vale a pena ressaltar o sentido de precarização para a OIT (ILO; 2011, p. 5, tradução nossa):

Apesar da variedade de formas de se referir ao trabalho precário específicas a um contexto determinado, algumas características comuns podem ser identificadas. No sentido mais geral, o trabalho precário é uma maneira para os empregadores transferirem os riscos e responsabilidades para os trabalhadores. É um trabalho realizado na economia formal e informal, caracterizado por níveis variáveis e graus de características objetivas (status legal) e subjetivas (sentimento) de incerteza e insegurança. Embora um emprego precário possa ter muitas faces, geralmente é definido pela incerteza em relação à duração do emprego, a possibilidade de ter vários empregadores ou um relacionamento de emprego disfarçado ou ambíguo, a falta de acesso à proteção social e benefícios geralmente associados ao emprego, baixa remuneração e obstáculos legais e práticos substanciais para se associar a um sindicato e negociar coletivamente.

A partir do decênio de 1980 uma nova configuração do capital ganha novo conteúdo e forma, isto é, a intervenção estatal em favor do neoliberalismo é evidente, mas não na forma econômica. Margareth Thatcher (1981) falava, como objetivo, a mudança no coração e na alma das pessoas – o “empreendedorismo de si” – e internalizar “a racionalidade econômica como a única forma de racionalidade possível” (SAFATLE, 2021, p. 24). Diante disso, Safatle (2021, p. 24-25) ainda coloca que “o que o neoliberalismo pregava eram intervenções diretas na configuração dos conflitos sociais e na estrutura psíquica dos indivíduos. Mais do que um modelo econômico, o neoliberalismo era uma engenharia social”, e o ideário do empreendedorismo ganha força.

Do ponto de vista histórico, sempre existiu a necessidade de intervenção do Estado para despolitizar a classe operária; e, agora, isso se tornou fundamental para ser possível a introdução da livre-iniciativa e empreendedorismo na mente das pessoas, uma ideologia do empreendedorismo; é uma lógica de formalizar a sociedade com base no modelo de empresa – uma política vigilante, onipresente e intervencionismo social para acabar com os mecanismos anticoncorrenciais possíveis de surgir na sociedade (FOUCAULT, 2008; SAFATLE, 2021). O neoliberalismo é uma resposta ao surgimento das políticas sociais que levaram à crise liberal; um enfrentamento direto contra o coletivismo comunista e as políticas keynesianas (DARDOT; LAVAL, 2016).

Se há intervencionismo social, permanente e multiforme, não é contra a economia de mercado ou a contrapelo da economia de mercado, mas é, ao contrário, a título de condição histórica e social de possibilidade para uma economia de mercado, a título de condição para que o mecanismo formal da concorrência aja, para que, por conseguinte, a regulação que o mercado concorrencial deve assegurar possa se dar corretamente e não se produzam os efeitos sociais negativos que se deveriam à ausência de concorrência (FOUCAULT, 2008, p. 221-222).

Essa lógica mercantil tira a importância de qualquer associação política proletária como sindicato para não acontecer uma intervenção política nas ações econômicas e inexistir,

para os trabalhadores e trabalhadoras, a ideia de luta de classes – ou outras formas de mobilização da classe. Dessa maneira, existe uma importância em estudar o estado psíquico do processo neoliberal por se tratar de uma intervenção tanto de nível social como de nível psíquico (SAFATLE, 2021). Afinal, como continua Safatle (2021, p. 25), “tratava-se de passar do social ao psíquico e levar sujeitos a não se verem mais como portadores e mobilizadores de conflitos estruturais, mas como operadores de performance, otimizadores de marcadores não problematizados”.

Deleuze (2000), em 1990, já trazia questões importantes para serem pensadas. O sindicato sempre esteve presente na luta contra a disciplina e o confinamento das fábricas – sociedade de disciplina também deve ser entendida abarcando as questões de produção e salariais. Por conta disso, na nova sociedade fora dessas fábricas, o sindicato deveria se adaptar às novas formas de resistência para não perder o seu poder – existem novas formas de organização entre esses trabalhadores causados por essas modificações. Para o autor, nessa nova sociedade – do controle, como será complementada ainda nesse trabalho – os jovens estão sempre em formação e – por questões tratadas mais à frente como uma lógica de pensamento entranhada nessas pessoas – pedem constantemente para serem motivados. Nessa perspectiva, “ao impor aos sujeitos um regime de concorrência em todos os níveis do viver, devasta-se uma subjetividade solidária, de construção de laços e de alteridades” (GUIMARÃES Jr; FERREIRA; FREITAS, 2022, p. 74).

O corpo social ganha contornos de empresa tornando os sujeitos empresários de si com uma racionalidade de investimento e retorno sobre o seu corpo – físico e emocional – como objeto de produção. Dessa forma, há uma internalização da vigia e do controle com uma autoavaliação de prestação do serviço (DARDOT; LAVAL, 2016; SAFATLE, 2021). De acordo com uma lógica weberiana (WEBER, 2004), poderíamos dizer que um novo *ethos* do trabalho, com sua racionalidade peculiar, ganha substância. O trabalho flexibilizado, casado com o avanço comunicacional, para funcionar, necessita do reforço do discurso “empreendedor-de-si”, o discurso de competência, de ser produtivo, de mobilizar as capacidades individuais para ser produtivo e rentável (MOLINA, 2022). A psicopolítica digital, a vigia através das tecnologias e internalizadas, toma espaço do livre-arbítrio tornando o sujeito sem liberdade (HAN, 2023) e agindo conforme os donos das ferramentas desejam, achando estar agindo por conta própria. E esse controle e essa vigilância juntos com a necessidade de um envolvimento maior com a atividade, está gerando uma carga muito

grande psicológica, causando problemas, além de físicos e sociais, também mentais (NEFFA, 2015).

Como colocava La Boétie (2006), no século XVI, não existe trabalho subordinado se não for de forma forçada ou enganosa. No capitalismo, o trabalho necessitando trabalhar para sobreviver, para criar um discurso amenizante de exploração, coloca-se a ideia de “trabalho livre” (CAVALCANTI, 2021) para subjetivar os antigos tripálios⁵ desumanos. Para Marx, deve-se ser livre para escolher com quem trabalhar e livre de um outro meio que não seja a venda da força de trabalho. Entretanto, o trabalhador vende o seu tempo e depende do trabalho para satisfazer as necessidades, necessitando, dessa forma, manter a qualquer custo a sua atividade (MARX, 2011; WOODCOCK; GRAHAM, 2022). E no neoliberalismo, como foi falado, esse discurso ganha contornos não só de exploração do outro, mas de autoexploração (SORIANO, 2021) – a psique do sujeito se torna força produtiva com a subjetividade produzida pelo próprio neoliberalismo para reproduzir e manter a sua dominação (HAN, 2023). Forrester (1997) aponta, por uma parte da população, a busca incansável – necessitando aceitar qualquer preço – de qualquer trabalho e priorizando a dedicação total – a servidão voluntária (2018) –, seja qual for esse trabalho, porque, em caso contrário, não é bem visto pela sociedade.

Para muitos, o embrião do neoliberalismo está em 1944 com o livro *O caminho da servidão* de Hayek escrito contra o Partido Trabalhista inglês que ganharia as eleições. Está colocado ali – pelo seu autor – uma crítica à intervenção do Estado na economia e à política de bem-estar social. A recessão econômica mundial de 1973 traz as ideias de Hayek – e nesse momento já compartilhada com von Mises, Friedman, entre outros – para a discussão de um novo modelo econômico em que, no discurso, o problema estava nos sindicatos, nos movimentos operários ao reivindicar melhores salários e ao pedirem mais intervenção gastos estatais – algo realizado primariamente no Chile com o golpe de Pinochet em 1973. A solução, dentre algumas outras medidas, era um Estado forte, mas para conter gastos e romper com o sindicalismo – era necessário a existência de uma taxa “natural” de desemprego, uma massa marginal para quebrar os sindicatos (ANDERSON, 1995).

O neoliberalismo trouxe a taxa de lucro industrial nos anos 1980; principalmente pela perda massiva do sindicalismo casado com a queda de onda de greves, contenção dos salários – impulsionado pelo crescimento da taxa de desemprego –; e, Anderson coloca como um

5

Do latim *tripalium*, instrumento usado para tortura contra escravos e presos e também ferramenta de três pernas para imobilizar cavalos e bois (CEFETE-MG, 2021).

ponto importante para o neoliberalismo, o aumento do grau da desigualdade com aumento acentuado da bolsa de valores e a queda na tributação dos salários mais altos. Porém, a prometida alta na taxa de crescimento não apareceu; o aumento do lucro não levou ao aumento de investimento – o programa neoliberal tornou mais benéfico a especulação do que a produção (ANDERSON, 1995). Segundo o aludido autor, “durante os anos 80 aconteceu uma verdadeira explosão dos mercados de câmbio internacionais, cujas transações, puramente monetárias, acabaram por diminuir o comércio mundial de mercadorias reais” (ANDERSON, 1995, p. 16). Além disso, houve um aumento dos gastos públicos com assistência aos desempregados e o aumento demográfico de aposentados que levou a gastos exorbitantes com as pensões (ANDERSON, 1995).

Essa primeira onda neoliberal e seus desdobramentos já estavam colocados na primeira metade dos anos 1990, mas mesmo assim esse sistema econômico não morreu, pelo contrário, além de se manter nos países que já tinham adotado ele expandiu para outros países. Um dos motivos para Anderson é a derrota da União Soviética demonstrando a queda do comunismo em consonância ao neoliberalismo; em países ex-soviéticos tinham discípulos de Hayek instalados (ANDERSON, 1995).

[...] este é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional (Idem, 1995, p. 21).

No Brasil, mesmo com o seu movimento histórico particular, o neoliberalismo teria que aparecer e se expandir com a agudização da nova dinâmica global do capital. E como o próprio Anderson (1995, p. 20) traz no seu texto, esse era um projeto a ser implantado:

Um amigo neoliberal da equipe, sumamente inteligente, economista destacado, grande admirador da experiência chilena sob o regime de Pinochet, confiou-me que o problema crítico no Brasil durante a presidência de Sarney não era uma taxa de inflação demasiado alta – como a maioria dos funcionários do Banco Mundial tolamente acreditava –, mas uma taxa de inflação demasiado baixa. ‘Esperemos que os diques se rompam’, ele disse, ‘precisamos de uma hiperinflação aqui, para condicionar o povo a aceitar a medicina deflacionária drástica que falta neste país’. Depois, como sabemos, a hiperinflação chegou ao Brasil [...]

Com a vigência da flexibilização, com os avanços tecnológicos de comunicação e informação principalmente nos setores de serviços – e, no Brasil, com o avanço de privatizações como das empresas Telebras (Telecomunicações Brasileiras), Datamec (empresa

de sistemas e processamentos de dados), Banespa (Banco do Estado de São Paulo) nos anos 1990 (GUARDA, 2021; SINDPD-RJ, 2016) – surgem os infoproletários⁶. Importante salientar, a categorização colocada por Singer (1981) antes mesmo da instalação definitiva do neoliberalismo informatizado no país. O pesquisador traz a diferenciação de proletariado e subproletariado ao investigar os números brasileiros do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) entre 1960 e 1976. Em um primeiro ponto importante, Singer coloca a questão de que grande parte da população brasileira dependente da venda da sua força de trabalho não conseguir demanda para essa venda. Dessa forma, parte da mão de obra sobrando deve “alienar sua capacidade de trabalho em condições *anormais*” como a prestação de serviço – exemplificado por ele, na época com engraxate e lavadeiras, mas pode-se acrescentar, com a materialidade presente, os uberizados (SINGER, 1981, p. 105). Singer critica o uso de subempregado ou subproletariado relacionando a baixa renda como consequência da baixa produtividade e, por conta disso, o fenômeno se torna o indivíduo com baixa escolaridade, baixa qualificação profissional, etc. A oferta de força de trabalho não cria a sua demanda. Se houvesse a qualificação e escolaridade “necessária” desses indivíduos, eles não estariam, da mesma forma, empregados (SINGER, 1981, grifo nosso) – é a necessidade do capital de ter a sua reserva de mão de obra; e, se observarmos o mundo atual, muitos uberizados são pessoas com qualificação em várias áreas com dificuldade de inserção no mercado de trabalho tradicional.

O subproletariado, para Singer, são trabalhadores superexplorados por outros ou são levados à autoexploração; estão articulados diretamente com a produção capitalista, mas o capitalismo não está disposto a comprar a oferta da mão de obra desses trabalhadores na forma mais tradicional em que há uma reprodução da força de trabalho mais humanizada – é interessante notar a quantidade de horas trabalhadas pelos entregadores por aplicativo em que quase se anula essa reprodução. Porém, a diferenciação de proletariado e subproletariado está cada vez mais indistinguível por conta dos baixos salários na carteira assinada e a própria CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) não ser sinônimo de estabilidade. Por conta disso, Singer coloca proletariado e subproletariado em uma mesma classe social, mesmo existindo dentro da classe o “proletariado propriamente dito” com maior estabilidade, maior salário, maior tempo livre (SINGER, 1981, grifo do autor).

6

Infoproletários é o termo designado para se referir aos trabalhadores que dependem de algum dispositivo e meio digital como, por exemplo, os operadores de *telemarketing* (ANTUNES, 2009b) e os motoristas de aplicativo.

Trechos importantes do relatório anual do Banco Mundial de 1995 – em tempos do avanço do neoliberalismo – que trata sobre os trabalhadores em um mundo totalmente ligado, será trazido mais à frente, mas, para exemplificar, esse relatório exemplifica o caso brasileiro para colocar as proteções empregatícias fortes como entraves para contratações e criação de empregos formais; coloca um “excesso de segurança no emprego” como culpado pelo desemprego e pelas baixas remunerações no setor informal (World Bank, 1995, p. 89). A busca máxima pela rentabilidade aprofunda a terceirização⁷ da labor levando à precarização e intensificação da jornada de trabalho. Esse novo grupo do proletariado representa a contradição laboral dos tempos contemporâneos ao lidarem com tecnologias do século XXI, usufruindo de condições insalubres do século XIX. Aumenta a individualização das relações ao mesmo tempo em que associa o serviço em grupo, gerando estranhamento e alienação do trabalho⁸, diminui as fronteiras entre a vida privada e a atividade laboral, aumenta o ritmo e a intensidade e há um aumento na insegurança e na insalubridade enquanto há uma queda no salário. Os sujeitos ficam sempre na incerteza entre a ocupação e a desocupação com a fragilidade ou ausência de contratos, dependendo da classe dominante. Ao terceirizar – transferir o serviço aos “pejotizados”⁹, por exemplo –, coloca todas as responsabilidades e

7

Terceirização é a desconcentração produtiva ao passar um trabalho determinado à outra empresa, tornando, dessa forma, a estrutura produtiva mais flexível (ANTUNES, 2009a).

8

Antunes utiliza estranhamento em uma dimensão de negatividade – que caracteriza o trabalho remunerado – e alienação como algo que não se pode eliminar da atividade humana como um todo – produtor de bens. Dessa forma, para Antunes, existe uma aproximação entre estranhamento e alienação ao generalizar a forma-mercadoria e o trabalho abstrato – trabalho considerado para criar valor de troca (ANTUNES, 2006; 2018; MARX, 2011). Ranieri utiliza uma distinção conceitual entre alienação e estranhamento em que a alienação é o processo da objetivação da subjetivação – a exteriorização do objeto em relação a quem produziu –, é a transferência da atividade trabalho para o objeto do trabalho. Já o estranhamento, para ele, é o conjunto da exteriorização em que envolve principalmente o trabalho, mas não só – é a inversão entre coisa e ser humano no capitalismo (RANIERI, 2004; SANSON, 2021). Nesse trabalho, se utilizará os conceitos cunhados por Antunes para estranhamento e alienação.

9

Pejotizados significa pessoas jurídicas, representadas de forma enganosa como empreendedores (ANTUNES, 2018). Uma forma de, além de precarizar, fraudar e mascarar as relações empregatícias, eliminando os direitos dos trabalhadores e as obrigações do empregador. A Reforma Trabalhista, Lei 13.467/2017, condiciona a pejotização por permitir a terceirização da atividade principal – uma outra empresa para executar a atividade-fim, a finalidade da empresa contratante. Também foi introduzido pela Reforma Trabalhista a contratação do trabalhador autônomo em uma qualidade de não-empregado, mesmo tendo exclusividade e continuidade (BRASIL, 1943; 2017; REMEDIO; DONÁ, 2018). No Direito, “tem prevalecido o entendimento na doutrina e na jurisprudência de que esse comportamento é uma fraude aos direitos trabalhistas, tendo por consectário a configuração do vínculo empregatício e a condenação do tomador dos serviços ao pagamento de

riscos nas mãos dos trabalhadores e se isenta de qualquer responsabilidade; algo que se tornou ainda pior com a pandemia da Covid-19 (ANTUNES, 2009b; 2018; 2021a; ANTUNES; PRAUN, 2015; VASAPOLLO, 2005). Essas mudanças no mercado de trabalho urbano “geraram um recrudescimento da população miserável e aumento da pobreza metropolitana. As alterações na estrutura produtiva têm impactos não apenas na configuração espacial, mas, fundamentalmente, na sua estrutura social” (MATTOS, 2013, p. 209).

O ser humano existe e se constitui nas relações intersubjetivas na qual o trabalho é inseparável. Os vínculos inseridos no coletivo são fundamentais e o outro tem uma importância central para o indivíduo. Com o afastamento do grupo, o ser social passa a ser um sujeito isolado na labuta, acabando com as estratégias coletivas de defesa, a sua capacidade de desarmar o sofrimento através dos laços coletivos, e, com isso, podendo ser conduzido ao adoecimento físico, mental e até mesmo à morte (ANTUNES, 2018; DEJOUR, 2003; 2011a; SZNELWAR; UCHIDA; LANCMAN, 2011).

Com o aprofundamento da individuação, por exemplo, aconteceu um distanciamento do indivíduo (ou da pessoa) em relação às suas objetivações materiais e simbólicas. Enquanto isso, a divisão do trabalho (diferenciação social), sendo a base material da individuação, ao se desenvolver, singularizou o indivíduo, concomitantemente ao aumento exponencial da quantidade de papéis sociais. A repercussão dessa dinâmica seria fundamentalmente identitária, pois existiria uma clivagem em sua própria constituição – haveria disjunção entre o campo do sentido (a identidade, propriamente dita) e o campo funcional (a identidade como papel social). [...] A solidariedade baseada na diferença ou orgânica (1999)¹⁰ desconectaria o que antes era mais ou menos unificado. A dualidade constitutiva da identidade humana tenderia, agora, ao dualismo (PERRUSI, 2015, p. 143).

Os entregadores passam por condições miseráveis, humilhantes e desumanas¹¹, afinal, não bastava somente fazerem também o papel da burguesia ao entrarem com os meios de produção – com a moto, a bicicleta, o celular, a internet para utilizar o aplicativo e os equipamentos de segurança. Quando os aplicativos diminuem as taxas remuneratórias,

todos os haveres trabalhistas do período. Isso nada mais é do que a aplicação do princípio da primazia da realidade” (PEREIRA, 2021, p. 191).

¹⁰

(DURKHEIM, 1999).

¹¹

Os entregadores sofrem preconceito por causa da sua classe social, por causa da cor da pele, sofrem humilhação porque houve um atraso – mesmo não sendo necessariamente culpa do trabalhador, ou por algum outro problema no momento da entrega. Passam fome ou são obrigados a comerem rápido para voltarem ao trabalho. Necessitam de lugares públicos para ir ao banheiro ou tomar água – lugares esses que, dependendo, não autorizam a entrada dos trabalhadores para satisfazerem suas necessidades (ABET, 2020; CUT, 2021). Os entrevistados relatam o desejo de aparecer pedido em *shoppings* para poderem usar o banheiro e encher o litrinhão de água. Ou, até mesmo, houve relato de “segurar o máximo que der” podendo causar problemas de saúde.

bloqueiam os profissionais sem justificativa e fazem um ranqueamento para definir os dias e as áreas de atuação, há um aumento significativo no tempo dedicado ao trabalho e também na quilometragem rodada – com relatos de 100 km por dia de bicicleta. Esses trabalhadores, extenuados e sem nenhuma segurança, muitas vezes passam fome durante as entregas até mesmo de alimentos ou se alimentam muito mal (ABET, 2020). Como relata um dos entrevistados nesta pesquisa – entrevista realizada em dezembro de 2022 –: “na hora que você vê um videozinho de um *motoboy* comendo um lanchinho, aquilo ali é uma maravilha... Salva o dia se bobear. Por exemplo, domingo eu sai para trabalhar à tarde, [...] meio dia... Comi dois pães [...]. 7 horas [da noite] eu comi um salgado”.

A busca, por melhores condições de trabalho, levou essa classe a se unir e, no meio de uma pandemia mundial, organizar, em certos momentos, grandes paralisações e manifestações pelo país. A luta, alguns deles garantem, acontece de forma contínua, de reivindicação em reivindicação, e essa união nacional é um respiro, uma forma de trazer a interação coletiva para um meio até então desarticulado (ABET, 2020).

A sociedade é sustentada em camadas. A classe hegemônica¹² somente abre espaço para a voz proletária através da luta, como revelam, além de Marx e Engels, vários estudos da Sociologia do Trabalho, Antropologia do Trabalho e História do Trabalho como Antunes (2011; 2018), Thompson (1987; 2012; 2021), Leite Lopes (1988), entre outros. Mesmo as pessoas sem essa consciência de embate estão envolvidas nessa estrutura. A medida tomada pela burguesia quando há um movimento de algum setor do proletariado é colocar os outros diferentes setores contra a movimentação.

Para Forrester (1997, p. 59), quando há uma questão de diferenças – religião, raça/étnica, cultura –, coloca-se uma guerra entre os excluídos – uma guerra de pobre contra pobre –, “oprimidos contra oprimidos e não contra os opressores, contra aquilo que oprime, é

12

Para Gramsci, o grupo em situação de subordinação toma para si a concepção de mundo da classe que está em posição de superioridade – é uma imposição mecânica desprovida de consciência crítica. São instituições educacionais, movimentos políticos, organizações culturais que propagaram os seus valores e ideias para a sociedade (ALVES, 2010; BUTTIGIEG, 2003; GRAMSCI, 2000b; SIMIONATTO, 2009). Porém, essa transmissão leva à construção da contra-hegemonia (GRAMSCI, 2000b; SIMIONATTO, 2009), em que “as ideologias geradas anteriormente se transformam em ‘partido’, entram em confrontação e lutam, até que uma delas ou pelo menos uma combinação delas tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral [...]” (GRAMSCI, 2000b, p. 41). A cultura e a política estão relacionadas com as formas de contestação ou aceitação das relações de poder. No olhar de Gramsci, os sujeitos podem intervir politicamente com práticas concretas – como em movimentos sociais – para criticar a cultura dominante, superando esse modo de pensar favorável à classe burguesa ao alcançar um pensamento crítico e histórico da realidade proletária (GRAMSCI, 2000b; SIMIONATTO, 2009).

essa condição que é visada, castigada e repudiada.” A consciência do conflito social é fundamental para as manifestações, as batalhas, conseguirem gerar ganhos efetivos aos trabalhadores (MÉSZÁROS, 1996). Até porque, como escreve Grohmann (2021, p. 14),

há materialidades envolvendo as plataformas, pois são fruto do trabalho humano e dependem da extração de recursos naturais e físicos que se transformam em artefatos por meio de cadeias de produção. Essas materialidades servem para pensá-las tanto em relação a processos de trabalho e ao meio ambiente quanto em relação às próprias interfaces das plataformas – enquanto meios – no que tange às *affordances* inscritas em suas arquiteturas. Isto é, existem políticas em todo o circuito de produção e consumo das plataformas.

Nesse sentido, a presente pesquisa busca, por um lado, identificar e analisar as dificuldades vividas pelos entregadores, os seus desgastes físicos e mentais e, de outro, entender as possíveis mobilizações desses sujeitos para a luta contra a opressão sofrida. Compreender as particularidades dos indivíduos é de extrema importância para desvelar se, inclusive, às estratégias defensivas contra o sofrimento e para criar um movimento libertário. Por conta disso, ao falar do sofrimento e suas implicações no campo da psicologia e da sociologia, trago em destaque o pesquisador Dejours por tratar de forma primorosa o sofrimento no trabalho. Como em alguns artigos citados nesta pesquisa (exemplo: CARRETEIRO, 2003; SANTOS, 2021; WERLANG; MENDES, 2013), ao falar da relação do sofrimento social e o trabalho, trato com importância os escritos dejourianos – mas não somente – e suas elaborações teóricas para além de uma visão meramente sociológica ou marxista da questão – não que esteja sendo diminuído essas importantíssimas elaborações.

Dejours é responsável pelo surgimento dos estudos da Psicodinâmica do Trabalho (PDT), que se preocupa com os conflitos gerados em uma situação adversa encontrada pelo agente no labor e a dinâmica entre o sofrimento e os mecanismos de defesa contra o próprio sofrimento (DEJOURS, 2011j; LANCMAN, 2011). PDT é “a análise psicodinâmica dos processos intersubjetivos mobilizados pela situação do trabalho” (SZNELWAR; UCHIDA; LANCMAN, 2011, p. 12). A coletividade se mostra responsável pelas estratégias defensivas necessárias para as angústias não eclodirem em uma doença mental nos trabalhadores (DEJOURS, 2011h).

As ligações coletivas apresentam essa importância para a saúde psíquica do indivíduo, mas também são importantes ferramentas mobilizadoras do fenômeno da consciência sobre o próprio coletivo (ANTUNES, 1996; IASI, 2012). E a consciência, na teoria marxiana, é influenciada pela vida material do sujeito, e não o contrário (MARX; ENGELS, 2007), embora existam um conjunto expressivo de mediações sociais aí presentes (arte, política,

cultura, particularidades históricas etc.) de acordo com Lukács (2018). para Dejours (2022a), o corpo molda o pensamento porque esse corpo – seguindo a teorização dos dois corpos, corpo somático e corpo erógeno (DEJOURS, 1991) – é responsável por experimentar a vida e esse experimento impulsiona o pensamento. Por conta disso, há uma

discussão que demanda considerar as fortes incidências das dimensões sócio-históricas e econômicas na precarização e redução drástica dos postos de trabalho, com sérios riscos e danos à vida, e ampliação das mortes de trabalhadoras/es nas atividades mais desprotegidas e em situação de maior vulnerabilidade social. Neste sentido, são indissociáveis as articulações entre neoliberalismo, subjetividade e processos de despolitização coletiva, que arruinam ainda mais as frágeis bases da construção de uma sociedade democrática no Brasil (GUIMARÃES Jr; FERREIRA; FREITAS, 2022, p. 82).

Cada pessoa tem sua forma de pensar, de contribuir, e tem como comunhão a posição na base social, na determinada engrenagem da máquina capitalista. Não deve haver abstenção dentro da classe. O combate deve ser o comprometimento de todos (FANON, 1968). Woodcock (2022) escreve sobre a importante aglutinação acontecendo entre os trabalhadores plataformizados de todo o mundo – principalmente aqueles trabalhos em que os sujeitos são mais visíveis e palpáveis como os entregadores e os motoristas – com o uso de aplicativos como o *Whatsapp* e *Telegram*. Dessa forma, é o próprio capitalismo criando mecanismos para a união dos trabalhadores além das linhas fronteiriças – e por existir uma grande massa de imigrantes, principalmente na Europa e Estados Unidos, trabalhando nas plataformas – o que facilita o contato com outros países. Porém, ele também destaca que essa nova forma de mobilização não deve deixar de lado as velhas formas dos trabalhadores e das trabalhadoras se mobilizarem, como é o caso de greves e piquetes dos assalariados. Os aplicativos de interação são importantes ferramentas de “circulação de sentidos” sobre a luta por melhorias dos entregadores (GROHMANN, 2021, p. 20), a luta por melhorias do dia a dia no trabalho, para se informarem sobre as dificuldades presentes na cidade no exato momento de exercer sua atividade, nos locais mais baratos de encontrar peças e equipamentos para os meios de produção – de locomoção –, buscarem também outros trabalhos momentâneos fora dos aplicativos com anúncios esporádicos para entregadores autônomos.

Esta pesquisa se justifica pelo fato da crescente exploração dos sujeitos ligados à classe trabalhadora em todos os setores, a partir do avanço das políticas neoliberais, mas, principalmente, nos setores de serviços com a ampliação da subcontratação, da terceirização, do vínculo precário (ALVES, 2013; COSTA, 2021b). As atuais ações políticas, econômicas e sociais retiram, cada vez mais, os direitos, buscando, ademais, desmontar articulações

coletivas, gerar incertezas aos trabalhadores; artimanhas essas que visam diminuir os custos empresariais e manter a burguesia no poder.

Deve-se dar visibilidade à classe operária. Deve-se colaborar. Assim, os estudos acadêmicos – sempre que possível – podem fazer isso, para ajudá-los a ganhar poder de fala. Uma ciência que não questiona isso legítima, desejando ou não, processos de desigualdades, de precarização imposto aos homens e mulheres das camadas populares da sociedade. Este trabalho, também, busca ampliar o apoio da massa ao mostrá-los a precariedade vigente no seu viver, o roubo de várias vidas, visando o gozo de uma parte ínfima da sociedade. É uma ciência, portanto, enganjada sem abrir mão da objetividade e do rigor metodológico.

Ademais, a presente pesquisa foca num personagem atual, os entregadores de aplicativo, e que se tornou uma das principais vítimas das mudanças recentes vividas no mundo do trabalho, inclusive um dos sujeitos mais fragilizados – não só em termos de legislação – para enfrentar a pandemia da Covid-19, que assolou o mundo a partir dos meses iniciais dos anos de 2020.

Por fim, este trabalho está dividido em quatro capítulos teóricos com interlocução dos entrevistados inseridos. As questões teóricas, as questões encontradas no empirismo, trechos das entrevistas e alguns apontamentos reflexivos estão amalgamados no transcorrer do texto. O primeiro capítulo teórico/empírico trata-se do local, das questões históricas e sociais das cidades envolvidas. O segundo capítulo traz a ideologia neoliberal e suas implicações históricas na sociedade, o avanço da financeirização e a implicação na vida da classe trabalhadora. Também trata da industrialização brasileira, do desenvolvimento administrativo da produção, além do avanço do trabalho uberizado e suas questões precarizantes. O terceiro capítulo discute as questões psicológicas do sofrimento dos entregadores e suas estratégias contra o sofrimento diário. O quarto e último capítulo trata-se dos movimentos dos trabalhadores em luta por melhorias no trabalho, com foco, primeiramente, no movimento histórico de resistência no Espírito Santo, o papel da imprensa, nos dias atuais e históricas, para a hegemonia da ideologia burguesa liberalizante e, por fim, o movimento em busca de melhorias dos entregadores por aplicativo da Grande Vitória.

2. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA E OBJETIVOS

Ao estudar as novas relações trabalhistas, a partir de uma visão do sofrimento no trabalho, e ao enxergar um movimento de união entre os entregadores e, inclusive, uma

mobilização por melhores condições entre essa classe precária, interessou-em elaborar a seguinte indagação: **a escalada do desgaste social e psíquico desses trabalhadores contribui para a busca de conexões com a perspectiva de melhorar a própria condição de trabalho?** Com base nessa problemática o objetivo geral é: trazer a hipótese da importância do sofrimento, além da precariedade material, na mobilização desses sujeitos.

Esse objetivo se desencadeará em torno dos seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar as situações precárias encontradas tanto no dia a dia da labuta, quanto em relação aos aplicativos de trabalho.
- b) Investigar o sofrimento em decorrência de acontecimentos na rotina de trabalho, dos fatores de risco de acidente e da baixa remuneração com alta carga horária trabalhada.
- c) Analisar se a fadiga física e mental conduz à busca por melhores condições de trabalho por parte dos entregadores de aplicativo.
- d) Examinar como a mídia prejudica essa busca por direitos e melhorias.

3. METODOLOGIA

A pesquisa qualitativa leva em consideração os dados descritivos sobre as pessoas e os locais estudados. Os participantes, nesse caso os trabalhadores, são o ponto central da pesquisa e os estudos são focados em suas perspectivas (GODOY, 1995). Neste modelo de produção, o pesquisador sempre utiliza de conhecimentos construtivos para qualificar o trabalho, como significados sociais e historicamente construídos, e é importante utilizar também perspectivas reivindicatórias, políticas, pautadas em mudanças (CRESWELL, 2010). Foi realizado um estudo qualitativo com o objetivo de entender a realidade, o dia a dia, as angústias, os desejos dos entregadores de aplicativo, visando dar voz e legitimidade aos trabalhadores ao mesmo tempo em que são feitas reflexões dos processos de sofrimento e de luta por melhorias no trabalho.

Segundo Gil (2002), as pesquisas bibliográficas são desenvolvidas baseadas em artigos e livros científicos já elaborados. Pesquisas exploratórias são comumente bibliográficas. As pesquisas exploratórias aprimoram ideias e envolvem, além do levantamento bibliográfico, entrevistas e análise de exemplos. As fontes bibliográficas de destaque são os livros, principalmente os livros com obras de divulgação que objetivam os conhecimentos técnicos sobre o objeto; e as publicações periódicas, as fontes secundárias, jornais e revistas, que envolvem a colaboração de vários autores. O levantamento bibliográfico preliminar é

fundamental para facilitar a elaboração do problema de pesquisa. Ao obter um grande número de artigos e livros apoiáveis, necessita-se de uma seleção minuciosa com alguns critérios determinados (MARCONI; LAKATOS, 2003). Dessa forma, uma primeira etapa foi realizada para o levantamento bibliográfico de obras indispensáveis, por exemplo do Ricardo Antunes, Ludmila Abílio, Rafael Grohmann, sobre os entregadores e a evolução da exploração; obras sobre o desenvolvimento histórico das lutas por melhorias no trabalho e outras pesquisas de lutas dos povos tradicionais do Espírito Santo e suas formas de trabalharem e lutarem em busca da manutenção das suas tradições laborais; obras sobre o sofrimento psíquico e social desses trabalhadores, principalmente obras dejourianas e de sofrimento social; e a pesquisa de como a mídia noticia e coloca em questionamento as reivindicações desses trabalhadores precarizados.

A análise necessita de uma interpretação decomposta e rigorosa sobre os estudos. Ao dividir o estudo em partes, a construção de toda a pesquisa fica mais completa e fecha lacunas deixadas por um exame superficial (MARCONI; LAKATOS, 2003). Foi realizado uma análise sobre a importância dos tratados de décadas dos pesquisadores sobre os fenômenos, as contribuições mais relevantes, a situação desses trabalhadores e suas batalhas diárias através de uma ótica marxista da Sociologia do Trabalho em relação aos processos produtivos, às relações sociais e à luta por melhorias no trabalho; e uma ótica da Psicodinâmica do Trabalho e da sociologia social em relação ao sofrimento no trabalho. Também foi coletado importantes informações sobre algumas greves tradicionais de trabalhadores no Espírito Santo e também de luta de povos originários que há tantos séculos lutam incansavelmente. Também foi realizada uma pesquisa ampliada em jornais para se perceber como as mídias noticiam todos esses movimentos de forma a informar ou a produzir uma linha de pensamento reacionário diante da situação.

Em uma segunda etapa, foi necessária uma pesquisa de campo, na Grande Vitória/ES¹³, principalmente com entregadores que utilizam moto, mas uma entrevista foi realizada com um entregador *biker* para traçar semelhanças e diferenças entre essas duas modalidades. Muitas das questões levantadas pelo *biker* foi importante para todo o trabalho e encontrava forte congruência com todo o resto da pesquisa principalmente porque alguns dos *motoboys*

13

Nesta dissertação, Grande Vitória será tratado pelas cidades centrais – Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica – por serem as cidades muito próximas e que são espaços de rota de todos os entregadores dessa região. É muito difícil encontrar um entregador trabalhando apenas em uma cidade específica dentre essas quatro.

entrevistados já foram *bikers* antes de conseguirem comprar uma moto. Foi entrevistado um entregador sindicalizado e bastante atuante no sindicato; Uma reunião com o sindicato em questão (Sintappes – Sindicato dos Trabalhadores com ou sem Vínculo, Autônomos e Profissional Liberal por Aplicativo do Espírito Santo) também foi realizado; Foi realizado uma entrevista com um entregador que se autointitula o articulador da paralisação de junho de 2023 na cidade da Serra e, a partir dele, existiu uma entrevista em grupo com mais dois *motoboys* interessados em lançar alguém da categoria como vereador da cidade; foi realizado uma reunião com uma associação importante de *motoboys*; foi realizado entrevista com entregador participante da paralisação nacional de julho de 2020; realizou-se também entrevista com um articulador de reivindicações em Vitória; também foi analisado grupos grandes de *Whatsapp* – dois grupos somente de entregadores por aplicativo, e mais 6 grupos com *motoboys* em geral (incluindo autônomos e não ligados à aplicativos) sendo dois nacionais, um com mais de mil *motoboys* capixabas e um outro com mais de 500 – para análise do dia a dia, da movimentação de paralisação e reivindicação e o andamento do grupo e dos *motoboys* em dia de paralisação; e, por fim, também foi feito entrevistas com entregadores participantes de paralisações, mas não tão ativos, e entregador deslocado totalmente das reivindicações. Uma pesquisa necessária para entender as relações intersubjetivas entre o ser e o trabalho, o ser e o outro, também entender quais as principais pautas buscadas pela categoria e, por isso, também foi importante a busca por líderes de ações de reivindicações, participantes, sindicalizado, além de reuniões com sindicato e associação; sendo o trabalhador por fora de qualquer movimento reivindicatório o ponto oposto e comparativo.

Foi realizado um questionário inicial com 15 entregadores, sobre, por exemplo, o meio utilizado para fazer as entregas, a média mensal de remuneração, a carga horária semanal, a quilometragem rodada e a autodeclaração racial. Foi importante não só para categorizar, mas também para dar uma dimensão quantitativa da precariedade encontrada neste trabalho. A parte não estruturada da entrevista necessita de um olhar prévio do entrevistado em relação às reivindicações, sobre os mecanismos de trabalho das plataformas para depois questionar de forma ampliada sobre o dia a dia – as perturbações, os sufocos, as dificuldades, os desgastes diários. As entrevistas exploratórias buscam aspectos ainda não explorados pelo pesquisador mostrando ser essencial uma entrevista aberta sem muitos questionamentos padronizados. Essa forma de pesquisa é uma fonte rica em abrir novas reflexões e dimensões sobre o fenômeno estudado. Após a coleta, uma análise profunda dos depoimentos dos trabalhadores

buscando as partes mais importantes e impactantes para o objetivo da pesquisa. Para entender o sofrimento dos trabalhadores é de extrema relevância deixá-los confortáveis para narrar suas angústias da forma mais livre (GIL, 2002; JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002; LIMA, 2016; QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998). Dejours (2003) em seus escritos coloca metodologias utilizadas na psicopatologia também importantes nesse trabalho, mas não em sua forma mais ampla porque ele se dedica mais a indústrias e fatos pontuais. Porém, é interesse usar a questão de passar para os trabalhadores um tema como a relação do trabalho com o sofrimento psíquico e, diante disso, buscar suas explicações e interpretações para acontecimentos narrados por eles no dia a dia tanto dentro do trabalho, como fora dele – se há um aumento no uso alcoólico, por exemplo. Interessa-se “pelo que é dito” mais do que a realidade deturpada. Informações importantes também foram coletadas nos grupos de *Whatsapp*, além de informações com o próprio Sintappes e a associação de *motoboys*. Uma entrevista mais aprofundada sobre o dia a dia, o sofrimento no trabalho e as reivindicações por melhorias foi realizada com 7 entrevistados. Os outros 8 contatos com entrevistas iniciais sobre o perfil não entram nessas entrevistas mais aprofundadas por alguns motivos. A grande maioria não retornou todas as vezes em que se buscou marcar uma entrevista mais aprofundada; um deles sofreu um acidente – e ficou acamado durante um tempo – entre o dia de contato e o dia marcado da entrevista; um outro que tem várias passagens nessa dissertação – Jefferson¹⁴ – não foi contabilizado porque não aconteceu uma entrevista mais elaborada diretamente, ele fez parte de uma entrevista em grupo com algumas outras questões – políticas, principalmente – pautadas.

Para as entrevistas foi necessário adotar uma estratégia com o intuito de obter os contatos dos entregadores. Foi importante a busca por grupos organizados, procurar também esses trabalhadores em grupos de *Whatsapp* e *Telegram* como os presentes em “Apagão dos Apps”, além de ir ao encontro de entregadores nos lugares mais propícios para se aguardar um novo pedido de entrega como, por exemplo, a praça Wolghano Netto no bairro Jardim da Penha, por ser perto de lanchonetes, bares, restaurantes e ser um bairro com grande quantidade de estudantes por causa da proximidade com a Universidade Federal do Espírito Santo – e também buscar outros pontos de espera por corridas em outros bairros como Jardim Camburi. Encontrar entregador da Grande Vitória nos grupos do “Apagão dos Apps” foi

14

Todos os nomes dos entrevistados desse trabalho, para manter o anonimato dos informantes, foram substituídos por outros nomes. Dessa forma, todo nome de entrevistado é inventado e não corresponde à verdadeira identidade.

interessante por se tratar de uma pessoa já engajada na busca por melhores condições e também por poder contribuir com contato de outras pessoas interessadas em manifestar, mas que, por algum motivo, não fazem parte desses grupos – existiu uma entrevista aprofundada com o entregador encontrado no “Apagão dos Apps”, mas o entregador que ele passou o contato só foi feito uma entrevista preliminar por ele ter parado de responder todas as tentativas de marcar uma entrevista aprofundada. O fundamental da pesquisa são as respostas, o assunto sobre o seu trabalho e cotidiano, a forma como se fala; não há uma necessidade da análise do entorno. Dessa forma, o importante é ter o contato dessas pessoas por se tratar de um trabalho extremamente dinâmico sem pausas. Parar no meio do labor para dar uma entrevista mais longa é complicado na situação deles por cada corrida contar e não receberem nos momentos de espera, além do próprio funcionamento dos aplicativos que os colocam em uma situação complicada em caso de não aceitarem uma entrega. Ter o contato significa poder marcar a entrevista para um outro momento ou até mesmo marcar uma entrevista por chamada de vídeo.

A análise de resultados em um projeto de pesquisa é uma meta a ser alcançada, um resultado cumprindo todas as etapas descritas (SEVERINO, 2007). A coleta e a análise de dados devem acontecer de forma simultânea em uma pesquisa qualitativa. A coleta deve acontecer de várias fontes como entrevistas e análise de documentos, necessitando de relatos detalhados, ricos e densos (CRESWELL, 2010). Como aponta Marx (2010, p. 152): “Não basta que o pensamento procure se realizar; a realidade deve compelir a si mesma em direção ao pensamento.” Por fim, fazer uma análise das pesquisas teóricas e das entrevistas para realizar uma relação entre os movimentos por melhores condições de trabalho com o desgaste diário tanto físico quanto mental.

Necessita-se extrair sentido dos dados com questionamentos analíticos. Levantar aspectos importantes relacionados ao cotidiano dos entregadores, os sofrimentos mais frequentes relatados e seus processos de reivindicações. Transcrever as entrevistas e a forma articulada do entrevistado. Ler todas as entrevistas para achar ideias gerais; fazer separações de segmentos relacionados dentro das entrevistas; prever como narrar na pesquisa segmentos das entrevistas, como o entrevistado fala sobre seu trabalho. Achar significados nos dados coletados é a essência das entrevistas; além dos entrevistados serem a parte central da pesquisa, o entrevistador consegue extrair excelentes pensamentos da própria experiência como o compartilhamento com aquelas pessoas (CRESWELL, 2010). A narrativa privilegia a realidade do que é experienciado – são verdades de um ponto de vista inseridas em um

contexto sócio-histórico. A história representa o indivíduo e o mundo além do indivíduo, então precisa prestar atenção à materialidade de um mundo de histórias (SCHÜTZE, 2014; JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002). A relação proposta entre a fadiga física e mental com a busca por melhores condições foi compreendida através das pesquisas teóricas e de campo; o modelo de trabalho, o cotidiano, a relação trabalhador e labor, a visão dos entregadores em relação ao seu serviço e as formas alienadas de lidarem com a própria vida, toda relação do ser e seu trabalho foi feita com uma análise crítica marxista relacionada ao olhar dejouriano sobre o sofrimento vivido por esses indivíduos. Todo questionamento teve a tendência de ser elaborado visando esses dois mundos. Importante para a realização, neste caso, das comparações de trajetórias individuais e do grupo em que, dessa forma, o estudo psicodinâmico se amalgama com o estudo coletivo e fecha possíveis lacunas existentes ao analisar um movimento de trabalhadores precarizados e inseridos em um trabalho naturalmente desmobilizador.

O trabalho de campo com entrevistas começou em dezembro de 2022 e terminou em outubro de 2023. Porém, o trabalho empírico começou anteriormente e continuou para além de outubro de 2023 por conta dos grupos de motoboys do *Whatsapp* com várias informações importantes para a pesquisa. Será explicitado um quadro dos informantes em que se realizou uma entrevista mais profunda. O informante André foi o primeiro contato direto e a primeira entrevista. André, no dia da entrevista, tinha 40 anos no dia da entrevista. Homem autodeclarado branco, carioca com alguns anos morando em Vila Velha - ES, ensino médio completo, ateu e se declara anarquista. O informante Nilton tinha 30 anos no dia da entrevista, homem autodeclarado negro, nascido em Guarapari - ES, mas que viveu grande parte da sua vida no Rio de Janeiro e que no momento mora em Cariacica - ES; mora com a esposa e sua filha de 3 anos e é o único sindicalizado dos entrevistados. O entrevistado Hugo tinha 31 anos no dia da entrevista, homem autodeclarado pardo e morador de Vila Velha - ES; mora com o pai e o irmão. O entrevistado João informou ter 34 anos no dia da entrevista, homem autodeclarado pardo. É mineiro, mas atualmente mora na Serra - ES e com ensino médio completo; mora com a esposa e um casal de filhos pequenos. O informante Romeu tinha 27 anos no dia da entrevista, homem autodeclarado preto; nascido em Vitória - ES, mas morou a vida toda na Serra - ES. O informante Miguel se acidentou entre a pré-entrevista e o momento da entrevista em si, mas é importante também relatar o seu quadro. Miguel é um homem de 38 anos, autodeclarado pardo; mora sozinho em Vila Velha - ES e nasceu em Cariacica - ES. Já o informante Plínio, homem pardo morador de Cariacica - ES, não deu informação precisa

sobre a sua idade – entre 40 e 45 anos. Por fim, vale a pena falar sobre o Jefferson – mesmo que a entrevista com ele começou de uma conversa e não foi seguindo o padrão da pesquisa. Não foi questionado informações sobre etnia ou idade, apenas sabe-se ser morador da Serra - ES. Na visão do entrevistador, é um homem branco com idade por volta de 35 anos. E também vale a pena informar, para se ter uma fotografia mais ampla dos entregadores da Grande Vitória, alguns contatos em que foi realizada a pré-entrevista, mas acabou não acontecendo a entrevista por questões dos contatos marcando o encontro acabaram sendo ignorados. Um deles é homem de 24 anos, autodeclarado negro e morador de Vila Velha - ES. Um outro entregador é um homem de 29 anos, autodeclarado pardo; nasceu e viveu grande parte da vida na Bahia e no momento mora no bairro Jaburu em Vitória - ES. Importante salientar a questão de serem todos homens os entrevistados. A realidade é serem em sua grande maioria dos entregadores da Grande Vitória. Somente foi encontrado uma mulher trabalhando com aplicativos de entrega em um grupo de *Whatsapp*, mas, infelizmente, não obteve sucesso nas tentativas de contato.

4. CAPÍTULO I: O ESPAÇO FÍSICO E SOCIAL DO LOCAL DE PESQUISA

O historiador Sevcenko, colocava em seus escritos a importância da cidade por entender que a luta de classes acontece nesse espaço, um lugar com vários grupos diferentes, com várias “temporalidades” e “espacialidades” diferentes como, exemplo dado por ele, um operário em um bairro tradicional é diferente de um operário em um bairro de migrantes ou em uma favela. As identidades, os valores e as manifestações culturais desses sujeitos são diferentes e, dessa forma, é necessário um olhar para as diferenças nas ações políticas, nas resistências e lutas (KANASIRO; HIRANO, 2012). No prefácio do livro *A Revolução Urbana* de Lefebvre, Martins (2002) também expõe sobre o fato da industrialização ganhar uma grande teorização enquanto a cidade, o lugar das tensões, fica esquecido. A industrialização – como será demonstrado adiante sobre o lugar da pesquisa, a Grande Vitória – modifica os espaços de vivência e transforma a sociedade industrial em sociedade urbana (LEFEBVRE, 2002; MARTINS, 2002). Para entender esse centro urbano, esse lugar em disputa, é necessário um retorno histórico sobre a construção, a expansão e a industrialização desse lugar. Além disso, o retorno histórico é importante porque, “[O liberalismo] só se constituiu em realidade histórica para as minorias atuantes dos estamentos senhoriais, o liberalismo foi a força cultural viva da revolução nacional brasileira” (FERNANDES, 2020, p. 52). Para Fernandes (2020, p. 49), o liberalismo aparece no país antes mesmo do Brasil deixar de ser

colônia:

Os "senhores rurais" tinham de aprender, em outras palavras, a pensar e a agir sobre si próprios, os negócios da coletividade e os assuntos políticos de interesse geral sem a mediação dos nexos coloniais, mas com a mesma eficácia ou sob as mesmas garantias de continuidade que as referidas nações encontravam nos nexos coloniais formais. Sob esse aspecto as categorias de pensamento inerentes ao liberalismo preenchiam uma função clara: cabia-lhes suscitar e ordenar, a partir de dentro e espontaneamente, através do estatuto nacional mecanismos econômicos, sociais e políticos que produzissem efeitos equivalentes aos que eram atingidos antes, a partir de dentro e compulsoriamente, através do estatuto colonial. Pode-se dizer sem subterfúgios, pois, que a absorção do liberalismo respondia a requisitos econômicos, sociais e políticos que condicionavam a associação livre mas heteronômica do Brasil às nações que controlavam o mercado externo e as estruturas internacionais de poder. Isso explica por que a absorção do liberalismo se inicia anteriormente à crise do sistema colonial e por que ele possuía implicações mais radicais e definidas no nível dos padrões de relação com o mercado externo (inclusive animando uma visão altamente passiva e complacente da "interdependência econômica internacional"). Todavia, também indica por que, acima ou além dos interesses internos imediatos dos estamentos senhoriais, mais ou menos harmonizados com essa transformação, o liberalismo só contribuiu para intensificar a desagregação do *status quo* antes de modo indireto, gradual e intermitente. É que ele não preenchia, aqui, as funções de dinamizador cultural da consolidação de uma ordem social nacional autônoma. Concorria para precipitar a formação e para orientar o desenvolvimento de uma ordem social nacional, mas heteronômica (ou dependente).

Seguindo na linha de Fernandes, pode-se dizer que o Brasil ainda é um país agroexportador e isso não é modificado só pelo motivo do liberalismo ou do neoliberalismo estarem inseridos na sociedade brasileira. Para Fernandes (2020), não há condição de falar na existência de uma burguesia no Brasil, mas aparece, *a posteriori*, de forma tardia. No Espírito Santo a expansão industrial é ainda mais tardia. As terras capixabas eram até os anos setenta marcadas principalmente pela cultura cafeeira para exportação, tendo nessa década um processo de modernização – um novo modelo de acumulação industrial – intensificando a segregação¹⁵ socioespacial com a sanção não declarada do Estado, levando pessoas do campo para a capital do estado atrás de emprego (MARCUSE, 2004; SIQUEIRA, 2013).

A expansão da cafeicultura [a partir de meados do século XIX] atrai um fluxo migratório formado inicialmente por fazendeiros e seus escravos, originários principalmente do Rio de Janeiro e Minas Gerais, e modestos agricultores que se instalam no sul do Espírito Santo. A partir de 1870, chegam os nordestinos

15

Segundo Peter Marcuse, “segregação é o processo pelo qual um grupo populacional é forçado, involuntariamente, a se aglomerar em uma área espacial definida, em um gueto. É o processo de formação e manutenção de um gueto” (MARCUSE, 2004, p. 24), em que o gueto, para ele, “é uma área de concentração espacial adotada pelas forças dominantes na sociedade para separar e limitar um determinado grupo populacional, externamente definido como racial, étnico ou estrangeiro, tido e tratado como inferior pela sociedade dominante” (MARCUSE, 2004, p. 25).

impulsionados pela seca, e os imigrantes europeus, que se tornam pequenos produtores de café e são responsáveis pela ocupação de grande parte do interior capixaba, particularmente a zona serrana central¹⁶ (MATTOS, 2013, p. 83).

Os anos 30 marcam o incentivo à industrialização, a expansão da infraestrutura industrial nas cidades e a regulamentação do trabalho urbano¹⁷, contribuindo para a migração do campo para esses grandes centros (MARICATO, 2003), além da importância, para os governantes, de construir moradia para os trabalhadores urbanos por entenderem a pobreza como um empecilho à modernização (LANDIM, 2010; RIBEIRO, CARDOSO; 2015) sendo que, no Espírito Santo, a economia do estado é dependente da produção de café até meados do século XX com uma estrutura produtiva de núcleo familiar (MATTOS, 2013; SIQUEIRA, 2001). Entretanto, é a mudança no sistema produtivo capitalista que traz consequências na dinâmica urbana onde se instala e também nos locais onde anteriormente eram favorecidos pelo modo produtivo anterior (SIQUEIRA, 2001). Na Era Vargas, o pensamento era de um planejamento urbano visando a capacidade produtiva, é a habitação servindo mais para o desempenho no trabalho do que visando uma melhoria da condição social (RIBEIRO, CARDOSO; 2015). É o que acontece com as mudanças estruturais na economia do estado a partir dos anos 1970 em que a lógica de ocupação das áreas é a industrial (SIQUEIRA, 2001). Dessa forma, o processo acelerado de industrialização e, conseqüentemente, de urbanização sem planejamento, levou as pessoas a ocuparem locais periféricos da Grande Vitória sem condições de habitação e sem infraestrutura urbana (SIQUEIRA, 2013) – é “uma dinâmica progressiva da produção, reprodução, concentração e centralização do capital” (MATTOS, 2013, p. 21). Diante disso, os espaços urbanos ficam bem definidos pelo caráter econômico em que as construções residenciais são provas oculares das diferenças espaciais (MATTOS, 2013). A padronização de determinada área cria uma mercadoria de terras e, por conta disso, uma segregação, concretizando a existência de uma muralha invisível (ROLNICK, 2003),

16

(SALETTTO, 1996 *apud* MATTOS, 2013, p. 84).

17

Em seu primeiro ano de mandato, 1930, Getúlio Vargas cria o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Decreto nº 19.433, de 26 de Novembro de 1930) (Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1930); e em 1931, instala o Departamento Nacional do Trabalho (DNT) que decretava um departamento responsável por medidas para melhorar as condições de trabalho com um diretório composto por responsáveis pela previdência social, organização, higiene, segurança e inspeção do trabalho (decreto nº 19.671A de 4 de fevereiro de 1931) (Dispõe sobre a organização do Departamento Nacional, do Comércio, 1931). Marcos importantes para buscar amparar e defender os operários se desvencilhando das estruturas arcaicas, escravocratas, do Brasil colônia (BIAVASCHI, 2007).

uma linha abissal (SOUZA SANTOS, 2007).

Elevada à condição de cidade pela Lei de 17 de março de 1823, Vitória, edificada como cidade tipicamente colonial portuguesa, tem seu traçado definido pelos caminhos trilhados pelas mulas, o que tornou suas ruas tortuosas, íngremes e estreitas¹⁸. Incrustada entre a baía e o maciço central da ilha, a cidade, circundada por braços de mar, possuía extensas áreas de manguezais (MATTOS, 2013, p. 85).

Essa é uma descrição importante do atual centro de Vitória, marcado também por consideráveis construções antigas nos morros. O núcleo de expansão de Vitória é uma ilha com uma pequena faixa de superfície entre o mar e as montanhas. No início da ocupação desta ilha, no século XVI, os colonizadores começaram a subir as montanhas muito por causa dos ataques indígenas e porque não tinham para onde crescer, já que estavam rodeados de mangues e pântanos (BRITO, 1996 *apud* MATTOS, 2013). Por conta disso, com condições favoráveis de defesa, a parte alta da cidade recebeu obras oficiais principalmente da elite e religiosas; a parte baixa ficou com as pessoas pobres, começando, já nessa época, a segregação espacial da cidade. Além dos alagamentos, (MATTOS, 2013) a parte baixa tinha “campos abandonados por perseguição das formigas ou índios. [...] [Também] situava-se a senzala dos frades franciscanos; Rua do Piolho: atual 13 de maio, localizada no Centro. Era paupérrima. Moradia de escravos e forros [...]” (Derenzi, 1965, p.104-105 *apud* MATTOS, 2013, p. 87).

Vitória não tinha uma importante ligação com o interior do estado e com os outros estados no momento de exuberância da cafeicultura, fazendo com que a exportação pelo Porto de Vitória fosse dificultada durante o século XIX e início do século XX. Existia, dessa forma, uma dependência com o Porto do Rio de Janeiro pela proximidade com o sul do estado onde se localizava a grande parte da produção cafeeira. Consequentemente, a cidade de Cachoeiro de Itapemirim, a maior cidade da região, ganhou grande importância nesse período – provavelmente a cidade mais importante comercialmente do Espírito Santo na época em questão. Muniz Freire assumiu o governo do estado em 1892 com a intenção de tornar Vitória o grande centro comercial do estado. Três ações eram prioritárias para Muniz Freire: construção da ferrovia ligando Cachoeiro de Itapemirim a Vitória; aparelhamento do Porto de Vitória e a expansão da cidade com a criação do bairro Novo Arrabalde (CAMPOS JÚNIOR, 1996; MATTOS, 2013).

18

(DERENZI, 1965 *apud* MATTOS, 2013, p. 85).

A Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo de 1893 significava a construção ferroviária ligando Vitória a Matilde e Matilde a Cachoeiro de Itapemirim. Uma construção marcada por algumas conquistas (em maio de 1902 inaugurou as estações Engenheiro Reeve de Matilde e Araguaia) e grandes paralisações por falta de recursos, não conseguindo atingir seu principal objetivo no período de quase 15 anos. Também era escassa a mão de obra especializada para a construção e, por isso, foi necessário a vinda de imigrantes. Em 1907 a companhia Leopoldina Railway, formada em 1898 por ingleses, comprou a ferrovia e conseguiu concluir o trecho entre Vitória e Cachoeiro de Itapemirim em 27 de junho de 1910. Com a alienação da ferrovia pelo estado do Espírito Santo, a fiscalização passou a ser do governo federal sempre com elogiosos comentários sobre seu estado adiantado (QUINTÃO, 2008). Em 1908, esse empreendimento ficou marcado com a primeira greve em solo espírito-santense (ROCETTI, 2016). A primeira paralisação de trabalhadores assalariados no estado, vale ressaltar, tem ligação direta com o transporte de cargas. É a suspensão da construção do principal meio de transporte da época de um ramal importantíssimo para o Espírito Santo e para a sua capital. Mais a frente será descrito com mais detalhes esse nobre ato de luta que mobilizou um grande grupo de trabalhadores contra uma empresa privada e seu aparato policial estatal. O estudo material histórico apresenta as semelhanças de resistência e luta; os erros dos trabalhadores de uma outra época que podem ser consertados e usados no tempo presente, assim como também podem ser usados os acertos dessas pessoas; além de buscar resgatar a memória de quem lutou e conquistou, em tempos mais sombrios, para hoje ser mais palpável a luta por melhorias nas condições de trabalho.

Muniz Freire teve dificuldade em implantar seus projetos de modernização por falta de recursos financeiros. Foi com Jerônimo Monteiro de 1908 a 1912 que a industrialização e urbanização começaram a ganhar forma com aterros, drenagens, ampliação de ruas e o primeiro parque público de Vitória – Parque Moscoso. Porém, os projetos como o aparelhamento do Porto de Vitória para a exportação de café e a expansão da cidade com a construção do bairro Novo Arrabalde só foram realizados no governo de Florentino Avidos (1924-1928) assim como a instalação de bonde elétrico e a construção da ponte – Florentino Avidos – ligando a ilha de Vitória ao continente. A crise nacional na produção do café e a supersafra estadual em decorrência do aumento em mais de 100% da área cultivada – a produção do café em solo capixaba era baseado na pequena produção familiar com técnicas arcaicas e caráter precário, ficando com uma posição secundária no plano do país –, levaram a uma crise no estado do Espírito Santo durante a metade do século XX, fazendo com que o

governo de Jones dos Santos Neves (1951-1955) buscasse implantar uma infraestrutura para o processo econômico industrial-exportador (MATTOS, 2013; SIQUEIRA, 2001). Nos anos 60, com a crise da cafeicultura, a supersafra, o governo federal criou o GERCA, Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura, e um dos objetivos era a erradicação dos cafezais antieconômicos (MATTOS, 2013). Foi uma década em que houve, no Espírito Santo, um empobrecimento, um crescimento da renda real bem inferior se comparado com boa parte do país (SINGER, 1981). Com a diminuição de 20,1% da área de cultivo do café e a ocupação de mais de 70% em pastagens – levando a concentração de terra em grandes propriedades – mais de 60 mil pessoas se encontravam desempregadas – principalmente pequenos agricultores – e foi necessário, por conta disso, a migração para os centros urbanos onde existia, principalmente na década de 70, um incentivo à industrialização (MATTOS, 2013).

Credita-se esse segundo salto [instalação dos Grandes Projetos Industriais] à inserção da economia capixaba à lógica da expansão da economia capitalista brasileira. O Espírito Santo deixa de se caracterizar por uma economia agrícola e passa à era industrial. O setor industrial vai assumir um papel dinâmico na economia capixaba, conduzindo o Estado a um novo estágio econômico no processo de desenvolvimento estadual e nacional.

Os incentivos fiscais, em especial o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (FUNRES), desempenharam um papel importante na formação e consolidação dos arranjos produtivos do Estado e o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP) nos investimentos estratégicos em infraestrutura de operação – os EADI – Entrepasto Aduaneiro de Interior. Assim, é a partir de 1970 que a Grande Vitória inicia mudanças estruturais dando impulso à etapa do processo econômico industrial-exportador do Estado (MATTOS, 2013, p. 106).

A urbanização acelerada da Grande Vitória, a partir dos anos 70, não conseguia absorver os migrantes em seus locais planejados. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se construía bairros como o Bairro de Camburi – no continente –, incorporava à cidade a Ilha do Boi e a Ilha do Frade e construía locais de industrialização e modernidade – Complexo Portuário de Tubarão, Aeroporto, Universidade Federal do Espírito Santo –, também se ocupavam os morros, os mangues, as partes periféricas – eram as instalações da classe proletária das cidades, o início das favelas. As políticas de incentivos fiscais e de financiamento foram benéficas para atrair a industrialização, mas não existiam políticas capazes de absorverem a massa de trabalhadores originária, principalmente, das zonas rurais (MATTOS, 2013; SIQUEIRA, 2001). Parte da população que migrava para as cidades no Brasil não conseguiram se empregar nas empresas e necessitaram trabalhar de forma informal e prestando serviços (SINGER, 1981).

Nesse cenário, na Grande Vitória, o desenvolvimento econômico não foi acompanhado de desenvolvimento social. A região enfrenta sérios problemas relacionados ao crescimento de suas cidades. O processo de desenvolvimento capixaba aliou, em algumas situações, a desigualdade social a uma concentração espacial da pobreza (MATTOS, 2013, p. 110).

Após os anos 80, as grandes cidades são marcadas por grandes áreas de pobreza em que ficava, anteriormente à massiva expansão urbana, espalhado em vários locais das zonas rurais. Essas pessoas segregadas têm dificuldade de acesso tanto a questões concretas ofertadas pelas suas próprias cidades como a infraestrutura, os hospitais, as creches, as escolas, os locais de lazer, quanto a questões de emprego, de profissionalização, de justiça oficial. São indivíduos mais expostos à discriminação, à deslizamentos de barreiras e enchentes (MARICATO, 2003). Como coloca Singer (1981), a partir da expansão econômica de 1968, houve uma demanda maior por técnicos e administradores para setores com técnicas sofisticadas – como o petroquímico – além de profissionais liberais, o que elevou os ganhos dessa categoria; aumentando a concentração de renda nas mãos desses trabalhadores elevando ainda mais a diferença para os trabalhadores sem essas qualificações e muitos migrados da zona rural para os centros urbanos. Esse é o movimento do surgimento do chamado por Singer da nova classe média assalariada com alta renda, com alto padrão de consumo de bens duráveis, com utilização dos serviços prestados por esses trabalhadores não absorvidos por essa nova demanda de trabalho. E as ocupações desses espaços descritos por Maricato (2003) começam a ser feitas, em todo o Brasil, por esses trabalhadores não absorvidos. No Território do Bem (região que abriga os bairros Itararé, Jaburu, Bairro da Penha, Bonfim, Engenharia, Consolação, Floresta, São Benedito, Gurigica [TRABALHO COMUNITÁRIO, 2019]), em Vitória, os moradores reclamam por não poderem usufruir de um hospital particular instalado em um espaço deles, pertencente a essas comunidades (NEMER, 2021). Sobre o outro lado da ocupação dos espaços urbanos, um dos entregadores entrevistados, o entrevistado André, relatou uma entrega de compras feita na Ilha do Frade. Os produtos foram entregues para o segurança da mansão que, nas palavras do entregador, “parecia um policial”. Sobre os bairros nobres Ilha do Boi e Ilha do Frade, o entrevistado Nilton fala:

É uma realidade totalmente diferente da nossa. Você entra lá dentro e tem segurança, tem área de lazer para as crianças... Tem tudo. Se você comparar com meu bairro, você olha e vê que não tem nada para as crianças... Não tem nada para os moradores... Não tem uma segurança decente... É outra realidade.

Ainda mais grotesco é a situação relatada pelos entrevistados João e Nilton em

relação a um condomínio fechado – um bairro fortificado com pessoas ricas. Nesse lugar, um entregador é revistado antes de entrar. Quando passa pela portaria, um guarda segue o entregador, também de moto, até a casa do cliente. Nilton reparou algo interessante na hora de ir embora; uma placa com os dizeres: “*motoboy*, vá devagar. Cuidado com nossas crianças”.

Quais crianças? Só as do condomínio? Na hora me veio a música dos Racionais Mc's, ‘Fim De Semana No Parque’: “Daqui eu vejo uma caranga do ano/ Toda equipada e um tiozinho guiando/ Com seus filhos ao lado estão indo ao parque/ Eufóricos brinquedos eletrônicos/ Automaticamente eu imagino/ A molecada lá da área como é que tá/ Provavelmente correndo pra lá e pra cá/ Jogando bola descalços nas ruas de terra/ É, brincam do jeito que dá”.

É o que a Rolnick (2003) chama de “evitar a existência do ‘outro’” e a Caldeira (2000) chama de “enclaves fortificados”, os condomínios fechados, a vigilância e o monitoramento para se sentirem protegidos apenas através do distanciamento do extramuros – inclusive, o distanciamento dos próprios trabalhadores servindo à separação do resto da cidade ao transportarem as compras de supermercado e pedidos de comida e lanche. É a valorização das desigualdades e “é, portanto, um espaço público não-democrático e não-moderno” (CALDEIRA, 2000, p. 12). Carreteiro (2003, p 65-66) fala em “humilhações implícitas” em que, ao demonstrar uma exemplo ocorrido com jovens periféricos e uma coordenadora de exposição de arte, ela traz:

Ao saber da localidade onde moravam, ela disse: “Ah, então é por isto”. Aquela fala selava um estigma àquele grupo; é como se ela os remetesse a um lugar marcado pela negatividade, o de “condenados da cidade”¹⁹. Os integrantes do grupo passavam, mais uma vez, a ter marcas pejorativas coladas a seus corpos²⁰. Agora eles eram vistos como tendo um lugar de pertencimento. O olhar de expertise remetia-lhes a uma identidade que os aprisionava como “inadequados”. Aquele olhar não era novo em suas vivências, era igual a tantos outros que já haviam vivenciado, quando estavam em situações onde era contrastante a diferença social com outros indivíduos.

O entrevistado Nilton é da periferia de Cariacica e, normalmente, trabalha em Vitória e, às vezes, na Serra. Na década de 1970, um pouco mais de 1/3 dos empregos gerados em Cariacica eram ocupados pelos moradores da cidade por causa da baixa escolaridade e do baixo poder aquisitivo. Além disso, a proximidade de Vitória e o alto fluxo de pessoas

19

(WACQUANT, 2001 *apud* CARRETEIRO, 2003, p. 66).

20

(GOFFMAN, 1975 *apud* CARRETEIRO, 2003, p. 66).

procurando melhores condições de trabalho, gerou grandes bairros periféricos em Cariacica. Há um alto índice de desempregados e trabalhadores informais na cidade (MATTOS, 2013; SIQUEIRA, 2001). Nilton, ao ser perguntado porque não trabalha no seu bairro, Porto Novo, falou que

meu bairro, como é mais periférico, a noite é muito inseguro para a gente rodar. Fora o comércio... Que o pessoal lá não tem o poder aquisitivo de Vitória. Aqui em Jardim da Penha [bairro de Vitória] tem cliente que toma café, almoça, janta e lancha no *iFood*. Lá [no meu bairro] não... O pessoal só pede a noite e final de semana... A demanda lá é menor.

Mattos (2013), ao tratar da Grande Vitória, também traz a relação dos locais de pertencimento de determinadas populações com o avanço da industrialização e, conseqüentemente, da urbanização da região central do Espírito Santo:

Os “resíduos de desordem e de liberdade”²¹ seriam a cidade ignorada pelo capital, pelas populações afastadas pela lógica de acumulação, assim como pela “terrível fúria repressora”²². Esses resíduos estariam ligados às políticas de deslocamento das populações autóctones de suas terras, no Espírito Santo, índios e quilombolas, para ocupação de fábricas e plantação de eucaliptos, assim como também estariam ligados a ações repressivas na garantia da propriedade contra as inúmeras invasões de terras, realizadas pelas populações citadinas, em busca de um lugar na cidade, que marcaram o processo de transformação da Grande Vitória no contexto de sua industrialização (MATTOS, 2013, p. 113-114 grifos da autora).

Assim como coloca Lefebvre (2002), a concentração urbana acontece em detrimento da valorização cada vez maior do dinheiro e da mercadoria. Esses novos locais parecem dificultar como um corpo político coletivo, movimentos sociais, em busca de melhoramentos (HARVEY, 2005). Assim como, presente nesta dissertação, buscou-se olhar também para populações não urbanas e suas formas de organização.

[A] concentração populacional, a posição geográfica, a infraestrutura logística e portuária, os programas de incentivos governamentais e o boom econômico da região fizeram com que Vitória, Serra e Vila Velha (municípios limítrofes) exercessem a função de centralização estadual de tomada de decisões, informações, transações comerciais, financeiras e de prestação de serviços públicos, além de serem o vetor de difusão cultural e tecnológica. [...] [Em 2000] 70,8% dos migrantes se concentraram nesses três municípios, e 80,2% dos estrangeiros, em Vitória e Vila Velha.

21

(LEFEBVRE, 2002, p. 44).

22

(LEFEBVRE, 2002, p. 44).

Essa situação decorre do fato de que Vitória, com uma taxa de urbanização de 100,0%, vive a valorização do seu espaço físico, condição favorável à especulação imobiliária e à expulsão, principalmente, das camadas menos favorecidas economicamente do seu espaço urbano para as áreas periféricas (MATTOS, 2013, p. 120).

A expansão populacional de Vila Velha se dá, principalmente, pela implantação de política habitacional pela Cohab/ES e Incoop/ES com a construção de casas populares com o intuito de diminuir a tensão populacional de Vitória. Foi uma política insuficiente que levou à criação de favelas em bairros como João Goulart, Terra Vermelha, Cidade da Barra, Riviera da Barra e São Conrado. Seus espaços vazios contribuíram para a instalação de migrantes e ampliação das favelas. Em Vila Velha, o grande contraste se dá pelos bairros nobres Praia da Costa, Itapuã e Itaparica em frente ao mar e pelo bairro Terra Vermelha composto por pessoas de baixa renda e migrantes em busca de trabalho ou expulsos de seus locais por causa da especulação imobiliária (MATTOS, 2013; SIQUEIRA, 2001). Zanotelli traz em seus escritos importantes relatos do bairro Terra Vermelha sobre a existência de uma “máfia da terra”:

[...] vários empresários que realizam extração de areia hoje em áreas que eles se dizem proprietários tiveram, assim, papel fundamental na morfologia do sítio e em sua própria ocupação, pois diversos deles organizam venda de lotes nos terrenos uma vez que esses foram bastante explorados e se encontram esburacados. Na área se montou, com a ajuda de certos políticos, verdadeira estrutura de controle político-criminoso-especulativo.

[...] estamos, dessa maneira, diante de um processo de extração de riqueza e de controle ‘selvagem’ da propriedade onde a construção da cidade está submetida a processos de apropriação de espaços públicos originalmente inconstitucionais e que aos poucos se valorizam com intervenções públicas e onde se busca realizar lucros com a venda de terrenos com a instalação de algumas infraestruturas, mesmo que limitadas, que demandam uma população vivendo, em parte, encurralada política e economicamente na área (ZANOTELLI, 2004, p. 13 *apud* MATTOS, 2013, p. 136-137).

A cidade de Vitória tem uma divisão urbana em que a pobreza encontra-se na parte oeste. Os projetos de modernização da cidade foram responsáveis por colocar as pessoas nesses espaços como, por exemplo, o aterro no bairro Bento Ferreira, na orla sul da ilha. Esse aterro expulsou os moradores – catadores de caranguejo – para o lugar ser apropriado por uma classe média. Na parte oeste surgiu, no final dos anos 70, o bairro de São Pedro com a ocupação do lixão – com os projetos de industrialização e modernização muitos migrantes foram para Vitória em busca de emprego, mas foi o lixo que se tornou a fonte de renda dessas pessoas – e do mangue (MATTOS, 2013; SIQUEIRA, 2001). Dessa forma, a baixa qualificação das pessoas advindas das atividades agrárias foram colocadas nas zonas do desemprego ou do subemprego (MATTOS, 2013) contribuindo para a favelização da Grande

Vitória como “resultado das transformações sociais que acompanharam o padrão de industrialização do estado, [e] tornaram-se uma das expressões do padrão de urbanização excludente e desigual que se desenvolveu na região” (MATTOS, 2013, p. 178). Em sua excelente pesquisa sobre a segregação e violência na expansão urbana da Grande Vitória, Mattos conclui que

a adoção de políticas de incentivos fiscais e de financiamento a longo prazo, adotados pelo governo estadual, se por um lado atuou como agente de atração para o capital privado, viabilizando a implantação de indústrias gerando uma substituição do modelo primário-exportador pelo modelo industrial, garantindo com isso o processo de industrialização e modernização da Grande Vitória, por outro, não criou nenhuma política capaz de absorver o grande contingente de mão-de-obra de baixa qualificação, advinda do campo, num primeiro momento inserida nas obras de construção dos Grandes Projetos Industriais, e, com a conclusão dos mesmos, colocada fora do mercado de trabalho formal (MATTOS, 2013, p. 210).

Tem relevância a segregação espacial dos centros urbanos, o estabelecimento das regiões periféricas, caracterizando as desigualdades de estilo de vida das classes sociais. No final do século XIX, os pobres viviam nas regiões centrais com as classes mais dominantes por não existir transporte público. A diferença é que habitavam locais coletivos em morros e mangues por não existir moradia o suficiente para uma população urbana de crescimento rápido. O então prefeito da Capital nacional na época, Pereira Passos, com suas reformas, foi responsável pela retirada dos “elementos indesejáveis” das regiões centrais em que não existia, nas medidas tomadas, uma política habitacional para essas pessoas levando-as a se instalarem em morros entorno do centro; colocando, por consequência, uma delimitação de espaço nos centros urbanos levando os trabalhadores para morarem na região periférica (CARDOSO, 2010; SKIDMORE, 1976).

A segregação espacial da cidade também acontece na distribuição de internet. O 5G, por exemplo, não tem a massificação de compartilhamento em todos os bairros da Grande Vitória. Em se tratando das cidades estudadas, Cariacica teve liberação de sinal 5G após todas as outras – nove meses depois de Vitória e quatro meses depois de Serra e Vila Velha (PEREIRA, 2023a). O mapa a seguir de 2022 mostra a distribuição do 5G na Grande Vitória (SENA, 2023). Todo o lado oposto à colina centralizada na ilha – o lado com bairros historicamente com alta taxa de desemprego e baixa escolaridade junto com alguns outros bairros da capital (SGRANCIO; RODRIGUES; KOMATI, 2022), porém também estão afastados dos bairros mais elitizados como, seguindo o exemplo no mapa a seguir, o Bairro da Penha localizado perto do bairro classe alta Barro Vermelho – não recebeu 5G de nenhuma

operadora (SENA, 2023):



Fonte: Operadoras Claro, Tim e Vivo

A Gazeta[®]

Essa segregação espacial também é uma segregação racial – uma divisão espacial de raças quando se coloca o não-branco nas regiões mais afastadas (ALMEIDA, 2021). Não pode deixar de ser mencionado a questão racial principalmente quando se fala em trabalho no Brasil. Dos entrevistados – tirando os grupos de *Whatsapp* – dois se consideram brancos, quatro se consideram negros e seis se consideram pardo. O serviço por aplicativo é realizado majoritariamente por homens negros. Em maio de 2020 quase 95% dos trabalhadores – entre motoristas, *motoboys* e entregadores *bike* – eram homens; e desse total, 60% eram negros (MANZANO; KREIN, 2020).

Os entrevistados não relataram nenhuma questão de preconceito racial tão expressivo, mas existiram relatos de olhares diferentes, de outras pessoas mudarem de lugar quando se aproximavam – como foi relatado pelo entrevistado Nilton –, de carros estacionados com pessoas dentro saírem quando paravam de moto – como é o relato do entrevistado Romeu. Existiram casos relatados pelos entrevistados de um certo desrespeito e violência verbal por parte de clientes por causa de supostos atrasos ou algo parecido. Um caso muito difundido foi o da mulher chicoteando um entregador no Rio de Janeiro (NASCIMENTO, 2023). O choque

entre pessoas de universos sociais diferentes, o contraste de percepções sensoriais, é importante para dar visibilidade às formas diferentes de pensar, fazer e perceber (WEBER, 2009). Mas, no caso dos clientes dos aplicativos de alimento, ao encontrar o prestador de serviço dentro da sua zona de pertencimento, o cliente coloca em movimento a “teatralização da dominação” (LOPES; ALVIM, 2007) e se vê no direito de estar no comando reagindo da forma que lhe convém – com violência, desrespeito, discriminação, subordinação.

Existe, conseqüentemente, uma supremacia branca dominando não só de forma violenta, mas também pela formação de consensos ideológicos (ALMEIDA, 2021); um “complexo cultural em que as desigualdades, a violência e a discriminação racial são absorvidas como componentes da vida social” (ALMEIDA, 2021, p. 75). É uma posição com acesso a recursos, tanto materiais quanto simbólicos, gerados pelo colonialismo e pelo imperialismo em que os ocupantes dessa posição de dominação são sistematicamente privilegiados até os dias atuais (SCHUCMAN, 2015). Os entrevistados se autodeclararam pardos e não negros em sua maioria pode ter um significado e simbolismo importante. Afinal,

[...] são as desvantagens sociais e as circunstâncias histórico-culturais, e não somente a cor da pele ou o formato do rosto, que fazem de alguém negro. Características físicas ou práticas culturais são apenas dispositivos materiais de classificação racial que fazem incidir o mecanismo de distribuição de privilégios e de desvantagens políticas, econômicas e afetivas (ALMEIDA, 2021, p. 77).

Para Bourdieu (2008), existe um rito de instituição em que o rito consagra e legitima “um limite arbitrário”; “ênfata as relações de poder e dominação implícitas no ritual” (LOPES; ALVIM, 2007, p. 96). Esse rito sanciona uma diferença fazendo-a existir enquanto diferença social. Instituir uma identidade é impor a sua essência social, é fazê-lo ver quem é e como deve agir (BOURDIEU, 2008). A ciência racista pautou o pensamento e a hierarquização social mesmo depois da abolição da escravidão no país. Se antes da década de vinte do século XX se colocava as pessoas com ascendência negra como degeneradas de uma forma imutável, a partir dessa década a questão se resolvia pela via da saúde pública – resolvendo as condições precárias de vida, saúde e higiene. Dessa forma, a “doença” dos não-brancos e pobres poderia ser tratada através de uma intervenção pública (CARDOSO, 2010; DÁVILA, 2003; SKIDMORE, 1976). “O discurso científico racista conferiu legitimidade à desigualdade social e racial no Brasil” (CARDOSO, 2010, p. 149).

Existia, nessa época, um descompasso entre os ideais republicanos da elite brasileira e o dia a dia da massa proletária. Por conta disso, criminaliza-se a vida cotidiana popular – como a religião africana – e as organizações coletivas como os sindicatos. Existiam leis

genéricas contra a vadiagem responsáveis pela legitimação de várias ações temerárias dos agentes da repressão contra “comportamentos desviantes” – atividades em botequins, em bairros operários, pequenos comércios ambulantes, o carnaval (BRETAS, 1997; CARDOSO, 2010). É uma discriminação – contra os periféricos e os não-brancos – que reverbera até os dias atuais. Ao visualizarmos a relação dos clientes com os entregadores de aplicativo – onde muitas vezes está presente o face-a-face dos dois lados do muro –, enxerga-se um reforço da existência de uma estrutura social em que o racismo é um dos seus componentes orgânicos ao acontecer o “racismo individual”. A presença do racismo nas relações interpessoais é a manifestação de algo mais profundo desenvolvido nos meios econômicos e políticos da sociedade (ALMEIDA; 2021).

O avanço das cidades, a urbanização e suas relações sociais decorrentes dela, estão ligadas com o desenvolvimento econômico e suas implicações na sociedade. Dessa forma, o próximo capítulo tratará do avanço neoliberal e o desencadeamento da terceirização e da uberização²³ em decorrência desse avanço e, conseqüentemente, o aumento da precarização do trabalho e dos problemas econômicos-sociais.

5. CAPÍTULO II: A UBERIZAÇÃO DO TRABALHO E AS NOVAS “MALDADES”

5.1. IDEOLOGIA NEOLIBERAL: LIBERDADE PARA NÃO FORMALIZAR

Ricardo Antunes (2021b), um dos grandes pesquisadores da Sociologia do Trabalho, resume bem em sua entrevista para o livro *O Laboratório do trabalho digital* o que seria o trabalho uberizado – muito além de uma simples prestação de serviço mediado por aplicativo. A uberização busca a invisibilização, individualização e grandes jornadas de trabalho para os trabalhadores. Por trás de tudo isso, um algoritmo programado para intensificar o ritmo, o tempo e o movimento da força de trabalho. Toda essa precarização potencializada pela falta de proteção trabalhista – algo que vem sendo discutido no novo governo brasileiro entre representantes dos trabalhadores, pesquisadores e servidores governamentais (INOUE; MESIANO, 2023) –, o que leva à mentalidade do “trabalho sem patrão” e, conseqüentemente,

23

Uberização é o modo de produção de serviço que combina o mundo digital com a sujeição completa às corporações (ANTUNES, 2018). É o que Grohmann (2021) chama de plataformação, uma consequência de um processo histórico onde há capitalismo rentista e gestão neoliberal, além da coleta de dados.

empreendedores e MEIs (ANTUNES, 2021b). O neoliberalismo reforça o individualismo – uma ideologia – ao valorizar os sujeitos, principalmente como discurso de capacidade em alcançar o que desejam. É um discurso isolador, vulnerabilizante, facilitador de práticas nocivas por parte de chefes (DEJOURS, 2022a) ou, como nesse caso, de aplicativos sem um rosto.

Importante frisar a inexistência de neutralidade nesses algoritmos, afinal, eles foram criados por pessoas. A programação algorítmica assume as lógicas sociais presentes na sociedade e ganha contornos diferenciados – de vigilância, por exemplo – ao aterrissarem em diferentes locais e tem características preconceituosas quanto à raça, gênero, idade e posição social assim como a própria sociedade fora do *online* (AMRUTE, 2021). Mapeando e controlando os trabalhadores da plataforma, o determinado aplicativo é capaz de controlar os entregadores e o funcionamento da atividade deles (ABÍLIO, 2021). A Abílio (2019; 2020b) utiliza muito o termo *just-in-time*²⁴ cunhado por De Stefano (2016)²⁵ que são esses trabalhadores desprotegidos e, muito por conta disso, são amadores, segundo a própria Abílio, por serem flexíveis, polivalentes e abertos para diferentes formas de reconhecimento social, além de não terem vínculos profissionais e nem regulações pelo Estado capazes de conferirem a eles uma identidade profissional (ABÍLIO, 2021).

Na pesquisa de campo, em vários grupos de *motoboy*s existem anúncios de lojistas, donos de lanchonetes, necessitando de alguém para uma entrega específica ou para um dia específico – é a demonstração de polivalência e a crença na autonomia desses trabalhadores. Além disso, em uma reunião junto à uma das associações dos *motoboy*s do Espírito Santo – que não envolve somente *motoboy*s entregadores por aplicativo, mas várias modalidades além dessa – um dos representantes revelou – opinião pessoal, decidiu frisar, de quem está há décadas no ramo – que a solução para ele não seria a inclusão na CLT, mas a transformação de todos em MEIs e, dessa forma, conseguir algumas proteções para exercerem o serviço; é diferente da ideia colocada aqui por Antunes e também trabalhada por outros pesquisadores.

24

Termo da Administração em que “[...] cada processo deve ser suprido com os itens e quantidades certas, no tempo e lugar certo” (GHINATO, 1995, p. 170). Utilizado para tratar dos uberizados ao falar nesse trabalho de ser chamado para fazer entregas ao terem lanches – exemplo dos entregadores de alimento – prontos e disponíveis para o consumidor e o trabalhador só receber no ato do serviço e não durante a espera. Como diz Abílio (2019, 2020b), é estar disponível para ser usado imediatamente e só ser remunerado com o que produz, transferindo para o trabalhador os custos e os riscos do trabalho; é estar totalmente disponível para o aplicativo sem ter controle na remuneração e disponibilidade do seu trabalho.

25

Ele também utiliza o termo “trabalho por demanda” com um pagamento de acordo com o seu serviço ignorando o tempo de espera logado no aplicativo – “*pay-as-you-go*” (DE STEFANO, 2016).

O pensamento neoliberal está em todo meio social. A conformidade voluntária geradora de acordos exclui a necessidade de coerção (SILVA et al, 2021). Como colocado por Silva et al (2021, p. 87), no liberalismo, “deixar que estes [indivíduos comuns] assumam as consequências de suas ações é também expressão da liberdade”. O outro importante teorizador neoliberal, Friedman, coloca como existir um sistema avançado de fornecimento de serviço que é voluntário, individual e os indivíduos são livres para “participar ou não de trocas específicas” (FRIEDMAN, 1984, p. 22) como, colocando para o objeto pesquisado, aceitar ou recusar um determinado pedido de entrega – algo demonstrado nesse trabalho como uma utopia neoliberal em vários momentos. Para Antunes (2021b, p. 34)

a resultante dessa complexa combinação entre avanço informacional e expansão das plataformas digitais, em plena era de hegemonia do capital financeiro, pode ser sintetizada da seguinte maneira: labor diário frequentemente superior a oito, dez, doze, catorze horas ou mais, especialmente nos países periféricos; remuneração salarial em constante retração, apesar do aumento da carga de trabalho (traço que vem se agudizando na pandemia); extinção unilateral dos contratos pelas plataformas, sem apresentar maiores explicações, entre tantos outros elementos. E, além dessa intensa exploração, soma-se também uma forte espoliação, presente quando os/as trabalhadores/as arcam com as despesas de compra (financiada) de veículos, motos, carros, celulares e suas respectivas manutenções, entre outros equipamentos de trabalho, como as mochilas.

Há uma aceitação por essas condições, porque o neoliberalismo conseguiu criar meios; sem esses meios, seria impossível essa forma capitalista se reproduzir. E é uma ideia de liberdade exacerbada acima da segurança econômica de Hayek (2010) que levou há uma liberdade entre escolher desemprego ou um subemprego (ANTUNES, 2018). No Brasil, por exemplo, essa é uma ideia difundida pelo Instituto Mises, que antes era conhecido como Sociedade Tocqueville, fundada em 1986 por Vélez, ex-ministro da educação de Jair Bolsonaro, e Meira Penna. Penna foi ministro das Relações Exteriores dos militares e teorizava sobre uma certa existência de afetividade entre funcionários públicos, uma burocracia patrimonialista, impedindo um desenvolvimento de mentalidade de individualismo e concorrência. Citado e homenageado por Rodrigo Constantino e Olavo de Carvalho, o pensamento de Penna contribuiu para espalhar a ideologia neoliberal no país. Responsável por uma pesquisa conservadora aliada ao nacionalismo e ao desenvolvimentismo no período ditatorial, consegue visibilidade em universidades como PUC-Rio, Gama Filho e Santa Úrsula. Dessa forma, núcleos neoliberais são criados em educação como IBEMEC e Insper. (DUNKER et al, 2021). Outro agente importante para a expansão do pensamento neoliberal no país, segundo Dunker et al (2021), é Augusto Cury com seu discurso de gestão, a

possibilidade de começar do zero, de tornar-se líder, de fazer por conta própria, abrangendo, assim, toda uma população leitora. Necessitava também uma difusão do pensamento neoliberal na cultura *pop*; e um dos exemplos é a revista “Você S.A.” com conceito de indivíduo-empresa, mercadológico, circulando entre os jovens (SILVA Jr., 2021). Para Penna, trazido por Dunker et al (2021, p. 2017), “a responsabilidade pela paralisia do progresso da institucionalidade nacional remeteria a nossa imaturidade psíquica, nosso subdesenvolvimento moral e nosso fracasso de individualização”.

As questões neoliberais se entranham nos meios globais do mundo em todas as esferas – sociais, públicas e políticas. Um exemplo disso, além do já apresentado, é o relatório anual de 1995 do Banco Mundial sobre os trabalhadores e a globalização, traz questões insustentáveis e, de certa forma, absurdas principalmente quando se fala de uma organização com grande poder mundial. Uma das partes significativas desse relatório coloca que

Programas de obras públicas podem complementar os esforços privados para ajudar os desempregados pobres, desde que os beneficiários estejam dispostos a trabalhar por salários baixos. Os salários baixos atuam como um mecanismo de autorregulação, porque apenas os verdadeiramente necessitados os aceitarão. Esses programas são particularmente apropriados durante recessões, quando outras oportunidades de emprego estão indisponíveis. Eles também são adequados para áreas rurais durante a temporada de baixa atividade e podem ter um benefício secundário de construir ou manter ativos de infraestrutura importantes (World Bank, 1995, p. 87, tradução nossa).

O Banco Mundial demonstra a necessidade de disposição por parte da população em aceitar menores remunerações; baixos salários como forma de colocar um piso baixo de ganhos para todos – é um mecanismo de servidão como política pública. Os trabalhadores precisam aceitar remunerações baixas mesmo em trabalhos formais e, dessa forma, empregando com salários irrisórios, os empregadores se enxergam realizando sua função social (FORRESTER, 1997). O livro mais famoso de Hayek (2010) foi escrito em 1944 e ele coloca o caso alemão da época para cancelar a importância da liberdade econômica em uma sociedade por tratar a segurança econômica como, em casos de precariedade, dependência do poder estatal. Então, proteções e benefícios são enxergados como dependência e devem ser desconsiderados. Mises (2010) enxerga essa questão como planejar a vida dos indivíduos e que isso seria escravização dessas pessoas por não poderem escolher. Além disso, “[para Hayek] emancipar-se não significa posse de todos os bens desejáveis nem ausência de dificuldades, mas se arriscar no jogo do mercado” (SILVA et al, 2021, p. 84). Há uma lógica darwiniana do capitalismo ser um modelo evoluído onde os indivíduos seguem regras de

forma espontânea e só sobrevivendo os mais aptos. As intervenções estatais levariam a restringir a liberdade e o “fluxo mercadológico, no qual convergem ações de milhares de agentes econômicos, é capaz [para Hayek,] de garantir a manutenção da liberdade” (SILVA et al, 2021, p. 86). Em se tratando de uma época da Guerra Fria, a moralidade sobre um certo autoritarismo de direita e de esquerda leva à ideia de resolução da violência estatal estaria na liberdade do mercado. Isso significa, para o Brasil, passar de um “liberalismo mal implantado” para um “pós-liberalismo avançado, superando a ambivalência e a intromissão de valores morais e religiosos no espaço público, com a promessa de permanência de uma identidade originária, em meio a uma improvável democracia racial e ao sincretismo cultural” (DUNKER et al, 2021, p. 221). Há uma suposição axiomática de não existir propensão a escolher uma coletividade forte como o sindicato por parte dos sujeitos (HARVEY, 2008).

Há um sujeito produzido pelo discurso neoliberal com seus valores morais, suas instituições sociais (SILVA Jr., 2021). Esse sujeito “será exclusivamente racional em suas escolhas, e sua liberdade será pensada como uma autonomia sem heteronomia, isto é, como lei interior sem vínculo ou relação com a lei exterior” (SILVA Jr., 2021, p. 268). Por conta desse indivíduo pautado na liberdade, por que CLT, se pode ser microempreendedor individual, sendo somente a sua força de vontade responsável pelos seus ganhos? É o que a nota espalhada nos grupos de *Whatsapp* sobre a paralisação do dia 9 de junho de 2023 tratava logo no início “não à CLT”. E essa é uma lógica mercadológica para o sujeito ter menos direitos e benefícios e trabalhar mais. Na Consolidação das Leis do Trabalho, o 2º e 3º artigos trazem as definições de relações de trabalho como sendo empregado o prestador de serviço de “natureza não eventual” a quem emprega; e o empregador seria quem assume os riscos, responsável pela admissão e dirige a prestação do serviço (PERUSSO, 2021, p. 36).

É interessante pensar, no caso dos entregadores, principalmente a questão do chamado “empregador”. Afinal, o “cadastro” nos aplicativos pode ser encarado como algo de admissão por levar questões em consideração pelo cadastro e, em vários momentos encontrados na pesquisa de campo, o cadastro era efetivado depois de semanas e até mesmo meses. Em uma decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, a 14ª Turma viu como existência de vínculo empregatício do trabalhador com a *Rappi* e um dos componentes da decisão é a existência de um cadastro pessoal e intransferível²⁶. Em outro processo, no final de novembro

26

de 2023, o Ministro Zanin do STF negou a existência de vínculo empregatício do trabalhador com a *Rappi* (GUIMARÃES; MAIA, 2023) – essa decisão de um Ministro do Supremo, colocado pelo governo petista no STF em 2023, e a fala do Ministro do Trabalho sobre a dificuldade em fechar o projeto de lei sobre o trabalho uberizado (MACHADO, 2023). Mostra como a luta dos entregadores está longe de ser fácil e de ter um desfecho. Outra questão a se levar em conta é a própria direção. É uma questão subjetiva quando se estuda os entregadores. O trabalhador teria uma certa liberdade de escolha, mas é guiado, por exemplo, pelos locais e pelos horários que mais tem chamadas. Mesmo não sendo uma questão fácil, o entregador se insere, de certa forma, em algumas questões pautadas na CLT.

Esses artigos da CLT também tratam da alteridade e da subordinação dos trabalhadores. Para Feliciano e Pasqualetto (2019), a subordinação das leis trabalhistas estão não só nas mãos das plataformas – uma das questões ainda subordinadas ao “empregador”, nesse caso dos aplicativos de entrega, seriam as diretrizes contratuais, por exemplo. Mas existiria também uma certa coletivização dos predicamentos da subordinação com os consumidores na uberização do trabalho. Os empregadores não seriam mais os responsáveis pela fiscalização, pela punição e nem pelo poder de modulação²⁷. Em se tratando da alteridade, os riscos da atividade na uberização passam do empregador para os próprios trabalhadores (FELICIANO; PASQUALETO, 2019). Quando entra no campo do Direito, deve-se analisar de forma minuciosa se há ou não subordinação por questões jurídicas mais profundas. Se há subordinação no trabalho, aplica-se o Direito do Trabalho; se não há subordinação, se é um trabalho autônomo, aplica-se o Direito Civil. E essa é uma questão em disputa em trabalhos por plataforma (PERUSSO, 2021). Como coloca Süsskind (1991 *apud* PERUSSO, 2021), a força de trabalho é intrínseco ao trabalhador e todo empreendimento com diversos fatores de produção, dessa forma, exerce uma subordinação sobre esses trabalhadores. A subordinação não é sobre o trabalho, mas sobre a realização do trabalho – não é uma sujeição do trabalhador e, conseqüentemente, casos onde não seria visível essa sujeição também ocorrem subordinação (DELGADO, 2019).

27

Deleuze (2000) teoriza sobre o poder de modulação em 1990 com uma exemplificação interessante da fábrica com um ponto de equilíbrio entre a mais baixa possibilidade do salário com a mais alta possibilidade da produção. Essa fábrica deixa de existir dando lugar a algo inconcreto em que o salário se torna bonificação, prêmio, uma remuneração por mérito, uma “perpétua metaestabilidade”, colocando uma rivalidade, “excelente motivação que contrapõe os indivíduos entre si e atravessa cada um, dividindo-o em si mesmo”. Há uma mudança, na visão de Deleuze, da sociedade de disciplina para a sociedade do controle (DELEUZE, 2000, p. 2). Dessa forma, nos trabalhos por aplicativo, o controle modular perpassa por várias esferas da sociedade em vários campos da vida, modificando até mesmo a forma de organizar dos trabalhadores (BRANCO; SILVA, 2023).

No caso dos aplicativos de entrega, não se assume riscos econômicos por não ter um caráter oneroso que existe no contrato de trabalho. Mas no aplicativo, se há uma instabilidade, o motorista não consegue prestar serviço e, por conta disso, não há renda por parte dos trabalhadores (PERUSSO, 2021). Sem falar de quando esses trabalhadores são retirados dos aplicativos por questões de reclamação ou por tomarem alguma penalização por não conseguirem realizar o recolhimento do pedido dentro do tempo estipulado pelo próprio aplicativo – e não pelo próprio trabalhador. A sujeição do trabalho está em relação ao aplicativo que, mesmo sem rosto, há dono. Porém, Perusso (2021, p. 48, grifo do autor), juiz do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª região (SP), entende que esses aplicativos vendem “tempo” e, dessa forma, “não se pode dizer que o trabalho do prestador é essencial na atividade do aplicativo, porque, na realidade, a essencialidade do serviço demandado é do próprio cliente”. Nem mesmo existiria uma imposição de padrão da operacionalidade do aplicativo em relação aos trabalhadores por existir, para o autor, liberdade de horário, dias e serviços a serem realizados – não existiria controle sobre o trabalho. A questão da imposição nos ganhos da corrida por parte dos aplicativos, seria uma forma coerente de entendimento da existência de subordinação, mas, Perusso continua, “penso que a dinâmica existente no oferecimento dos serviços faz com que a definição do preço pelo aplicativo, a partir de um critério objetivo [...] é benéfica aos trabalhadores, pois, caso contrário, haveria uma verdadeira concorrência predatória entre eles [...]” (PERUSSO, 2021, p. 49).

Na decisão trazida do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, a 14ª Turma enxergou a subordinação está na estruturação do algoritmo “que sujeita o trabalhador à forma de execução do serviço [...] impondo o tempo de realização da entrega, o preço do serviço, a classificação do entregador, o que repercute na divisão dos pedidos entre os trabalhadores”²⁸. Peluso (2021, p. 118) traz quatro decisões, sendo duas do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais e duas do Tribunal Superior do Trabalho, também colocando o 2º e o 3º artigos da CLT como justificativas. “Conforme se verifica de tais julgamentos, os Tribunais entendem que a relação entre plataformas digitais e trabalhadores/parceiros não é de emprego, porque

28

Processo nº 1000963-33.2019.5.02.0005 - TRT 2ª Região - 14ª Turma - Relator FRANCISCO FERREIRA JORGE NETO - Julgamento em 05/03/2020 - disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/decisao-rappi.pdf>. Acesso em: 27 de dezembro de 2023. A decisão está tomada partindo dos pressupostos da empresa envolvida, a *Rappi*, mas, a partir da pesquisa realizada no campo, pode-se notar uma congruência em relação às questões levantadas seguindo o mesmo padrão das outras grandes empresas de entrega do país.

não estão preenchidos os requisitos do artigo 3º da CLT, principalmente no que se refere à subordinação.” O próprio Peluso (2021) ainda completa ressaltando a questão da falta de liberdade desses trabalhadores trazida por alguns pesquisadores por não decidirem o valor da corrida e poderem ser excluídos do aplicativo se escolherem não fazer determinadas entregas. Mas o mesmo completa que “[...] não se pode esquecer que, ao iniciarem os trabalhos por meio dos aplicativos, os trabalhadores/parceiros assinam contrato que estabelece as regras e o ajuste do preço, assim como as condições” (PELUSO, 2021, p. 119). Essa é uma justificativa problemática seguindo um discurso das plataformas. As pessoas necessitam trabalhar e a sobrevivência é mais importante do que ler as várias normas apresentadas pelos aplicativos.

Como será demonstrado por todo este trabalho, é uma visão irrealista e muito mais voltada para a leitura fria da Lei – é o privilégio da servidão (ANTUNES, 2018) que será citado algumas vezes durante o presente texto. Para Barbosa Jr. (2021, p. 132), “mesmo quando o obreiro não recebe ordens diretas do empregador, caso acolha, de forma estrutural, a dinâmica da organização e o funcionamento empresarial, será subordinado estrutural”. É uma “escolha” entre ter ou não trabalho. É uma “escolha” de horário para fazer entregas de alimentos se o almoço acontece em um determinado espaço de tempo e não em outro. É a “escolha” de trabalhar em determinados dias se fim de semana existem mais pedidos. É a “escolha” de ficar mais de 12 horas trabalhando porque as entregas não têm uma rentabilidade satisfatória. De acordo com Feliciano e Pasqualetto (2019), existe um impacto social muito grande por se negar a grande parcela de trabalhadores atuais prestadores de serviços por aplicativo tutelas jurídicas e direitos apenas por não estarem enquadrados na subordinação presente *ipsis litteris* na CLT vigente, mesmo que, para os autores, deve-se levar em conta o impacto econômico ao se considerar, no exemplo dado por eles, todos os motoristas de *Uber*. O Direito do Trabalho deve formular e criar diretrizes capazes de atender esses trabalhadores de alguma forma porque existe uma insuficiência da estrutura jurídica atual para atender a eles – dar-lhes direitos e dignidade. “A não-configuração da relação de emprego não exclui, ‘per se’, a extensa normatividade do artigo 7º da Constituição²⁹. [...] talvez convenha (re)discutir a eficácia normativa do referido artigo 7º fora dos marcos dos artigos 2º e 3º da CLT” (FELICIANO; PASQUALETO, 2019, on-line). “A dimensão estrutural exterioriza-se pela inserção do trabalhador na dinâmica do tomador de seus serviços” (Idem, 2019, on-line).

O capital se multiplica enquanto há a liberdade em concorrer um trabalhador com o

29

Artigo referente aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais (BRASIL, 2016).

outro; é dessa forma que o capital se reproduz, relacionando-se com outro capital (HAN, 2023). Com um malabarismo retórico de empreendedor e concorrência, as plataformas, com suas novas tecnologias, se desviam da legislação (FELICIANO; PASQUALETO, 2019) e, à margem dela, conseguem dispensar qualquer direito mínimo para os prestadores de serviço e, quando forçados à reparação, buscam dar o mínimo avanço possível para os trabalhadores. Em um dos grupos de entregadores, um rapaz que estava iniciando questionou se dava para fazer 150 reais todos os dias. Uma das respostas foi “7 [horas da manhã] às 00[:00 horas] consegui”. Um outro entregador detalhou um pouco mais a situação:

Conseguir você consegue, mas tem que ter um *score*³⁰ bom e [...] tem datas, o *iFood* tem datas... Se você conseguir aumentar o seu *score*... Para fazer isso você vai ter que trabalhar no horário de pico que é de 11 [horas] às 2 [horas da tarde] e de 6 [horas da noite] às 11 [horas da noite]. Você aumentando seu *score* para o máximo... Que é *score* 3, você consegue fazer 150 [reais] praticamente todo dia na primeira semana do mês... Na segunda você consegue também... nas duas últimas é mais fraco. Mas você tem que aceitar tudo... E você não pode deixar o seu *score* cair... Não pode ficar mais de duas semanas *off*... Ficar mais de uma semana *off*... Se não o *iFood* começa a te “congelar”³¹. Você trabalhando desse jeito consegue fazer mais de 200 reais em um dia. Se você pegar das 10 [horas da manhã] até meia noite consegue fazer mais de 200 reais... Consegue até fazer 300 [reais].

Sobre o *score*, o entrevistado João relatou a seguinte situação:

depois que eles colocaram esse *score* piorou. Porque... Eu, por exemplo, não sei o que é *score* 3 [maior pontuação]... Te juro. A gente tem uma turminha que fica mais tempo na rua... São acho que seis... Sete. Então assim eu sou um dos que mais fica na rua. [...] Costuma eu ser o último a ir embora. Só que aí colocaram essas regras para subir *score*... Deslocamento, por exemplo... Pedidos coletados... Quando você aceitou uma corrida e você vai lá e coleta, você está ganhando pontuação naquilo ali... A cada coleta que você não faz, você recebe um por cento a menos no seu *score*. Vamos supor... Eu aceitei um pedido, montei na minha e virei a esquina. Aí aparece na minha tela “rota finalizada”... O cliente cancelou o pedido. Eu recebi um deslocamento. Ou seja, o que eu tive a ver com isso? [...] Chegou de acontecer três vezes em um dia, já chegou a acontecer de eu fazer um trajeto... Vamos supor, vinte e oito reais a noite [...]. Cheguei, coletei, cheguei no cliente, o cliente falou: “amigo... Eu já cancelei esse pedido. Eu desci por educação, porque esse pedido já está atrasado” [...] E era para pagar na maquininha. Se pelo menos tivesse pago online, o *iFood* ia, eu ia receber, às vezes está acontecendo de não pagar agora

30

Score, a pontuação do entregador, segundo o próprio *iFood*, vai da nota 1 até 3 e é calculado nos indicadores de entregas dos últimos 28 dias; quanto maior a nota, maior será a “prioridade na distribuição de pedidos” (*IFOOD*, s.d.) (interessante o uso das palavras no site do *iFood*, como “prioridade” em escolher quem vai trabalhar e ter seu ganha – prioridade em sobreviver. Se tiver uma avaliação ruim e, consequentemente, o *score* cair porque o cliente não gostou do rosto do entregador, para o *iFood*, essa é uma questão meritocrática de passá-lo para trás na fila de prioridades.

31

também. [...] Ou seja, eu a gente fala bater lata... Que é andar à toa... Eu bati lata [...] de graça. Só gastei meu tempo e minha gasolina, o tempo que eu podia estar pegando outra corrida. Aí, a gente além de tomar o deslocamento, toma prejuízo.

A tal liberdade do neoliberalismo segue regras e imposições estabelecidas pelas próprias empresas do “livre mercado” (SMITH, 2016) ironicamente monopolista. Se estabelece a lei do capital e, conseqüentemente, a liberdade nada mais é do que ideologia burguesa (FRANCO et al, 2021). A liberdade excessiva significa o “excesso do próprio capital (HAN, 2023, p. 13). Existe uma nota, um *score*, que pode cair porque o cliente não gostou do rosto do entregador; e essa queda pode interferir na quantidade de gritos incessantes de “*iFood*” – forma como o aplicativo mostra existir um pedido novo – aparecerem no *smartphone* do entregador; pode interferir na quantidade de deslocamento, na verdadeira atividade do entregador. Dessa forma, por receberem por peça – como será tratado mais à frente –, interfere diretamente na quantidade recebida no dia de trabalho desse indivíduo. Além disso, o *iFood* “tem datas”; a disponibilidade de dia de trabalho não gera ganhos semelhantes todos os dias – há sempre uma incerteza. Além de não poder deixar o *score* cair, “tem que aceitar tudo”, “não pode ficar *off*”; a liberdade do neoliberalismo é um discurso sedutor, mas, em termos objetivos, só se mostra ser ainda mais precarizante. No discurso, está presente toda a ideia de se libertar de certas amarras contratuais e de ganhos muito exatos. É um discurso de poder ganhar mais trabalhando o mesmo tanto de tanto, mas na real ganha menos trabalhando o mesmo tanto de tempo.

Quando se torna um esse trabalhador cheio de liberdade, um empreendedor, começa a ser visível não existir, de fato, a liberdade prometida. Mas, para o neoliberalismo funcionar e se reproduzir, deve existir uma normalidade nessa forma de produção e reprodução do trabalho. Há uma tranquilidade desses trabalhadores do relato acima em falarem estar disponíveis para o trabalho 14 horas em um dia. Todos os entregadores questionados sobre uma melhoria em relação ao trabalho anterior falam da questão dos ganhos, mas todos ficam no mínimo 12 horas disponíveis por dia para realizar a sua atividade. O próprio entrevistado João fala em ganhos muitos superiores, mas trabalha o dia inteiro, para de trabalhar por volta de meia noite, todos os dias da semana.

Nessa linha, segue-se outra importante teorização para o funcionamento do capitalismo contemporâneo: Gary Becker com sua ideia de pressupostos psicológicos constitutivos do sujeito como a maximização de utilidade e cálculo racional (SILVA Jr., s.d.). A teoria do capital humano levou a capitalização ao extremo ao colocar questões como conhecimento e assistência médica como capital (BECKER, 1964) – tudo se tornou

investimento. Capital humano é uma ideia levada até mesmo como projetos e programas políticos de Clinton e Bush (SILVA Jr., s.d.; SILVA et al, 2021) e, dessa forma, a liberdade mercadológica se torna projeto de Estado – é o Estado sendo organizado e conduzido pela lógica de mercado. Os governos, seguindo o neoliberalismo e a “ditadura do mercado”, colocam a força de trabalho nas mãos dos patrões para comandarem e, dessa forma, a competição entre os próprios trabalhadores se tornou regra (POCHMANN, 2022, p. 33). Como coloca Silva et al (2021, p 119), “por trás de incontáveis argumentos que giram em torno da defesa da não intervenção e do livre-mercado enquanto produtor de abertura a novas possibilidades, vê-se que essas possibilidades reduzem, ao final, a maneiras de adequação aos novos imperativos do capital” (SILVA et al, 2021, p 119). Para Dardot e Laval (2019), essa racionalidade política é uma imposição dos governos dessa lógica do capital na subjetividade dos sujeitos por meio do próprio Estado, da economia e como norma de existência da sociedade.

Na compreensão de Becker, como traz Silva et al (2021), a liberdade está na escolha de maximizar ou não a produtividade. O tempo e a vontade de produzir são bens escassos e, por conta disso, o manejo de tempo em ter lazer é uma escolha do indivíduo. O cálculo, a racionalidade, acontece a todo momento, em todas as escolhas tomadas pelos indivíduos diariamente, e as mudanças nas escolhas dependem dos instrumentos de mercado – como o preço, por exemplo – por conta do custo e do benefício (BECKER, 1978; SILVA Jr., s.d.; SILVA et al, 2021). Os *motoboys* relatam grande dificuldade em ter lazer. Um deles fala na dificuldade de passar mais tempo com os filhos e que o momento de maior aproximação é quando está levando as crianças para fazerem algo como cortar o cabelo. Um outro entregador reclama dos melhores dias de trabalho serem justamente os de lazer, o dia da criança não estar na escola, a esposa também não está trabalhando e o trabalhador “fica refém dessa demanda do aplicativo”.

Dos pesquisados, somente um é sindicalizado no Sintappes (Sindicato dos trabalhadores com ou sem vínculo, autônomos e profissional liberal por aplicativo do Espírito Santo). E o Nilton explica o seu motivo de sindicalizar:

Decidi me sindicalizar porque era a única maneira que eu vejo da gente conseguir juntar a rapaziada para fazer alguma coisa por nós mesmos. Porque só no avulso não está dando. E cada um pensa um pouquinho... Faz uma coisinha ali já não está dando. Porque... A realidade é que se a gente parar hoje, o *iFood* até toma um prejuízo, mas amanhã ele recupera tudo. Que aí ele diminui a nossa taxa... Bota um monte de corrida dupla³²... E o que ele perdeu em um dia ele recupera no outro...

Então é meio difícil você brigar com isso. Agora se a gente estiver junto em um sindicato, a nossa voz coletivamente pode chegar lá dentro do *iFood*, chegar dentro de uma Câmara Municipal...

Como demonstrado acima, o sujeito social emerge de uma materialidade econômica instalada no mundo do trabalho e esse sujeito atual, contrário ao contrato, se instala no neoliberalismo do ideário individualista (POCHMANN, 2022). Perde-se, dessa forma, algo centenário no mundo do trabalho. A liberdade de organização e autonomia sindical foram aprovadas em 1903 com o Decreto n. 979 no meio rural e o Decreto n. 1637 de 1907 foi a primeira legislação de amplitude nacional que rege a atividade sindical até 1930 – liberdade organizacional, filiação, etc. (BRASIL, 1903; 1907; POCHMANN, 2022). Com o golpe de 1964, aparece a primeira grande derrota do sindicalismo com a intervenção em 428 entidades sindicais urbanas por parte dos militares (POCHMANN, 2022).

Até 1930, havia o pensamento da impossibilidade de existir o desemprego involuntário e que existiria uma garantia de absorção de toda massa interessada em ter trabalho. Porém, no Brasil com a massa marginalizada, com os imigrantes, ficou demonstrado não ter condições dessa absorção. A década de 30 é importante porque a importância das organizações sindicais era tão grande que fez parte constitutiva da sociedade salarial em tempos de industrialização – elemento tripartite com o Estado, os empregados e os patrões. As resistências sindicais contribuíram para a Consolidação das Leis do Trabalho em 1943 com o Decreto n. 5.452. Em contrapartida ao grande avanço sindicalista após a segunda metade da década de 1970 com o aparecimento de grandes personalidades trabalhadoras com força política – chegando a ter média anual de criação de 242 sindicatos ao ano na segunda metade da década de 1980 –, no mundo contemporâneo, a própria classe trabalhadora questiona a CLT – como citado acima o “não à CLT” nos grupos de *Whatsapp* – e questiona o sindicalismo a partir do aparecimento de serviços – um trabalho imaterial com muitas tarefas na atividade – e, consequentemente, com a perda de identidade e de pertencimento. Pochmman traz essa diferenciação do trabalho imaterial, com a combinação da terceirização com as tecnologias de comunicação e informação, do trabalho material, de produção de mercadoria (POCHMANN, 2022).

[...] A partir de 2016, diante da mais grave recessão econômica do capitalismo brasileiro, um conjunto de mudanças substanciais na legislação social e trabalhista foi introduzido com o objetivo governamental de rompimento com o sistema público de relações de trabalho. Medidas como a legislação que universalizou a terceirização dos contratos de trabalho, além da reforma trabalhista, da Emenda Constitucional n.

Fazer mais de uma entrega em uma mesma viagem e não receber o valor de todas as entregas somadas, mas um valor mais baixo.

95 (Brasil, 2016)³³ e das propostas de reformulação do sistema público de aposentadoria e pensão em curso, apontam para o aprofundamento da desestruturação do funcionamento do mercado de trabalho brasileiro e a ascensão do sistema privado de relações entre o capital e o trabalho (contratualismo individual) (POCHMANN, 2022, p. 204).

Muitos dos chamados empreendedores-de-si (ANTUNES, 2018; MOLINA, 2022), antes de exercerem seus serviços, estavam à margem total do capital globalizado. É o caso de alguns entrevistados como o Plínio, vendedor ambulante vendo sua renda desmoronar na pandemia; o entregador Nilton, o único sindicalizado, que estava desesperado por emprego e, de dentro do ônibus voltando para casa depois de uma entrevista de emprego dar errado, viu um entregador de *bike* e fez sua conta para começar a rodar. Alguns entrevistados conseguiram comprar a sua moto por causa do seguro desemprego do emprego anterior, exemplo: entrevistado Romeu e entrevistado Dudu. São sujeitos à margem da própria política neoliberal, encontrando-se sem garantias protetivas – é o aumento cada vez maior da reserva de mão de obra (POCHMANN, 2022) para baratear os custos com a ameaça de desemprego.

A nova morfologia do trabalho (ANTUNES, 2014; 2018) traz elementos antigos – não só do mundo do trabalho, mas também da sociedade – em uma nova roupagem. O controle algorítmico, do cliente, dos chefes – em relação às operadoras logísticas – e o próprio autocontrole – o gerenciamento do trabalho pelo próprio trabalhador – se tornaram os modelos de opressão; como escreve Jesus e Scasserra, são as novas figuras de capatazes que não são mais agentes da violência física, mas uma violência psicológica e disfarçada (ABÍLIO, 2020a; JESUS, 2018; SCASSERRA, 2019). É uma nova racionalidade neoliberal importante para moldar a forma de pensar e ser das pessoas (BRANCO; SILVA, 2023) – chamado de neoliberalismo americano³⁴ por Foucault (2008).

33

BRASIL. Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e das outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm.

34

É uma redefinição como o *homo oeconomicus* sendo empreendedor de si (FOUCAULT, 2008) e existindo uma competição entre eles, buscando maximizar o desempenho, preparado para suportar qualquer momento de dificuldade inclusive no trabalho e, ao mesmo tempo, envolver suas qualidades para ter cada vez mais rentabilidade e ser um vencedor no vida. Necessitando, dessa forma, estar aprimorando sempre suas habilidades. As pessoas no neoliberalismo, conseqüentemente, passam por grandes frustrações por não conseguirem atingir seus objetivos mesmo sendo bombardeados que são capazes de atingir porque muitos outros conseguiram, levando ao sofrimento no trabalho, à perda da personalidade, à perda de vínculos coletivos e à depressão por não se tornar mais uma pessoa com conquistas (BRANCO; SILVA, 2023; DARDOT; LAVAL, 2016).

5.2. A INDUSTRIALIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO DA PRODUÇÃO NO BRASIL

O desenvolvimento da linha de produção, na primeira década do século XX, iniciou-se com Henry Ford e a ideia de produção em massa – com os operários se movimentando o mínimo possível dentro da fábrica, especialmente por ter um mecanismo que lavava as peças de um lugar ao outro. Uma produção com maior número de produtos acabados, em larga escala, e com um baixo custo. Ford conseguiu, assim, descartar a utilização de cartões com instruções de movimentos utilizados por Taylor. As inovações permitiram eliminar todos os movimentos desnecessários na produção. Utilizou uma concentração vertical, para produzir a matéria-prima inicial até o produto final, e uma concentração horizontal, com cadeias de distribuição comercial próprias. Tinha a intenção de acabar o produto em menos tempo possível e colocá-lo no mercado em um curto prazo. Com o pagamento de bônus e os altos pagamentos com o aumento de produtividade, foi possível criar um acordo com os funcionários de produção em massa e um preço baixo. O sistema fordista não favorecia a inovação e a adaptação no mercado.

Taylor, o outro grande pensador operacional da indústria na época, coloca como essência da administração os processos padronizados obtendo um maior controle na produção, uma seleção científica dos trabalhadores, um treinamento dos operários, além de manter o clima cordial na organização, reduzindo o custo unitário de produção e pagando melhores salários. Em um segundo momento, Taylor desenvolve a Administração Científica, um tratado com métodos mais científicos do que empiristas dentro das empresas buscando determinar a única maneira certa de realizar o trabalho. Os elementos de aplicação presente neste desenvolvimento são: padronização das máquinas, ferramentas, equipamentos, instrumentos de trabalho, matéria-prima, rotinas e métodos para executar uma tarefa e bonificação de produção, pagar mais para aquele que produz mais (MOTTA; VASCONCELOS, 2006; TAYLOR, 1995).

Esses modelos operacionais viam os indivíduos apenas como engrenagens, e ao desumanizarem o meio laboral privaram os trabalhadores de satisfação e dignidade (WAHRLICH, 1977; GRODZINZ, 1951). Há, no Brasil, a presença de relações históricas, também, de dominação de classe, que assumiu dinâmicas próprias em muitos casos, com a presença da grande desigualdade social desde a colonização, passando pelos indígenas, pelos africanos que foram escravizados, pelos camponeses, pelos “nacionais”³⁵ e pelos operários

(KOWARICK, 2019; MATTOS, 2013; WANDERLEY, 2004). Vale lembrar que quatorze dias após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós³⁶, em 18 de setembro de 1850, foi implantada a Lei de Terras³⁷, visando manter as áreas rurais nas mãos dos grandes latifundiários com o receio do afloramento da mão de obra livre (SILVA, 1996). É uma dinâmica histórico-estrutural latente e que explica boa parte da nossa estrutura social presente na industrialização e também nos dias atuais (MATTOS, 2013; WANDERLEY, 2004).

A emergência da mão de obra livre, em 1888, contribui para definir o início de um processo, no qual urbanização e industrialização caminhariam juntas sob o lema positivista da ordem e do progresso. O rumo tomado parecia representar um caminho certo para a independência de séculos de dominação das elites oligárquicas ligadas à exportação de produtos primários (MARICATO, 2003, p. 151-152).

No Brasil colônia, o sistema de *plantation* – que combinou a produção especializada para fora (cana-de-açúcar e depois o café), grandes posses de terra e, no passado, trabalho escravizado –, colocou o país na “divisão internacional do trabalho”, e foi predominante. Ademais, possibilitou a difusão da escravidão para outros setores e formas outras de trabalho bastante precarizados (nos centros urbanos, inclusive), expandindo a diferenciação social (BARBOSA, 2008; GORENDER, 1978). Criou-se um “mercado de trabalho genuíno na colônia e na nação independente durante as suas primeiras décadas de existência” (BARBOSA, 2008, p. 15). Trata-se de unidades produtivas sem a possibilidade de uma intensificação da produção e esgotamento da fonte de trabalho (Idem, 2008; GORENDER, 1978). Com o passar do século XIX, o café foi ganhando, cada vez mais, relevância e integrando-se a centros do capitalismo mais moderno (a exemplo da Inglaterra), consagrando o surgimento das ferrovias, da indústria de beneficiamento e do empreendimento bancário – e mantendo a dominância do trabalho compulsório mesmo na segunda metade do século (KOWARICK, 2019).

Por representar uma falta de recursos e baixa produtividade de trabalho, por não poder ser utilizado em trabalhos cooperados e com divisão complexa de labor, o regime escravocrata

É o nome dado por Kowarick (2019) aos brasileiros, principalmente dos sertões, vivendo à margem da sociedade colonialista brasileira

³⁶

Estabelecia uma repressão ao tráfico negreiro. Lei n. 581 de 4 de setembro de 1850 (GABLER, 2016).

³⁷

Tornava-se proibido qualquer aquisição de terra devoluta (sem uso público, sem posse como as sesmarias) que não fosse através da compra. A lei também revalidou as sesmarias e legitimou as posses de terras adquiridas por ocupação primária (Dispõe sobre as terras devolutas do Império, 1850) (SILVA, 1996).

representava a impossibilidade de expansão e diversificação econômica (KOWARICK, 1994). De acordo com Barbosa (2008, p. 52-53):

O trabalho escravo contrariava de maneira inexorável a própria dinâmica de funcionamento do capitalismo. A partir do momento que o dispêndio com a aquisição de mão de obra não fazia tampouco parte do capital circulante e variável, não se gerava um estímulo pelo rebaixamento dos custos dos trabalhos por meio do aperfeiçoamento tecnológico e da racionalização da produção, sob pena de desvalorização dos ativos (propriedade escrava)³⁸ e de questionamento da própria ordem patrimonial.

Entretanto, tudo isso não fez surgir um trabalho livre tão diferente da exploração da força de trabalho como a escravidão e a servidão. No Brasil, o nosso liberalismo combinou-se com a escravidão sem constrangimentos. A exploração do proletariado no processo capitalista se perpetua; ainda existem “estados diferentes entre *livre* e *não-livre*, entre *homem* e *não-homem*”. É apenas uma contínua transformação da exploração e controle do trabalho disfarçado de modernidade e respeito aos direitos fundamentais (CAVALCANTI, 2021, p. 36, grifo do autor). Um século se passou e grande parte da classe proletária – de maioria não-branca – ainda sofre com péssimas condições de trabalho. Os modos vulneráveis dos trabalhadores informais e dos terceirizados aumentaram, criando uma nova classe de prestadores de serviço bastante precarizados (ANTUNES, 2018). O mais-valor, a “extração do mais-trabalho”, é sempre a finalidade dessas várias mudanças da produção capitalista colocando sempre a subordinação do trabalho em relação ao capital (MARX, 2011). Não é possível enxergar um progresso histórico das relações de trabalho, mas uma ruptura em que se instalou um novo modelo de produção e relações de poder (CAVALCANTI, 2021; POSTONE, 2014).

A importação de mão de obra pelos fazendeiros se tornou necessária após a abolição para manter a produção e a lucratividade. Para os grandes fazendeiros, valia mais a pena importar uma massa de trabalhadores empobrecida, sem recursos, sem instrumentos de produção, expropriados de cultura e de material, almejando construir realmente o continente, do que dominar novamente os recém-libertos (KOWARICK, 2019).

O início da industrialização, principalmente no início do século XX, é marcado pela entrada da revolução técnico-científica no país, representando o enraizamento do capitalismo na sociedade brasileira (SEVCENKO, 1992). Nessa época, existia uma concentração de renda brutal nas mãos dos grandes cafeicultores, proprietários rurais e dessa nova classe de

38

(CARDOSO DE MELLO, 1990).

industriais; greves e revoltas urbanas e rurais foram oriundas dessa polarização existente (ADORNO, 2002) representando a “modernização com o desenvolvimento do atraso” (MARICATO, 2003, p. 151). O aparecimento industrial no país não fez com que o país deixasse de ser dependente do exterior (POCHMANN, 2022) – agroexportador. Além disso, a industrialização brasileira tem a marca da exclusão de mãos negras recentemente abolidas e trocadas por mãos imigrantes europeias, levando-os para a informalidade já nesse primeiro momento de trabalhadores livres (ANTUNES, 2021b) – sendo que, antes mesmo da abolição em 1888, o contingente de trabalhadores negros e trabalhadoras negras livres era muito grande, porém não era a preferência para o trabalho livre (GONZALEZ, 1979).

Do fim da Segunda Guerra Mundial até os anos 80, a industrialização, apesar da concentração de renda, levou a uma expansão do mercado de trabalho e a uma rápida urbanização (MATTOS, 2013; RIBEIRO, 1997). Pode-se dizer também, nesse período, o capitalismo tardio – caso brasileiro – há uma manipulação social através do extrato fetichizante da mercadoria com o acesso de produtos que satisfazem as novas necessidades modernas, ocultando a exploração capitalista e a “centralidade do trabalho social” (ALVES, 2010; CAVALCANTI, 2021, p. 56).

Os modelos padrões do fordismo e taylorismo começaram a perder cada vez mais espaços para o processo de flexibilização, que acabaram com vários direitos sociais e trabalhistas, destruindo as relações da produção com a natureza e as relações interpessoais, precarizando de forma brutal o mundo de trabalho (ANTUNES, 2009b) – em 2018, antes da pandemia, o percentual de pessoas no trabalho precário era de 47,9% (POCHMANN, 2022). O sistema *kanban* foi fundamental para transformar uma linha de produção mais rígida para algo mais flexível. Um mecanismo de produção conduzido também no sentido inverso, com os processos posteriores passando informações sobre a quantidade necessária de alimentação para os anteriores (PINTO, 2007).

Foi um sistema implantado com grandes padrões tecnológicos levando à autonomização³⁹ das máquinas no toyotismo e eliminando, dessa forma, a superprodução. Essa técnica levou à necessidade, apenas, de um operário para ser responsável por várias máquinas, levando à redução de trabalhadores no processo produtivo. E, por conta disso, avança a flexibilização na gestão de recursos humanos para obrigar uma reorganização,

39

Processo em que as máquinas têm um mecanismo de parada automática e, consequentemente, a máquina para de funcionar automaticamente em caso de algum defeito no andamento da produção sem a necessidade de supervisão humana (CAVALCANTI, 2021).

ajustando-se ao novo modelo produtivo com o trabalhador mais versátil executando várias funções durante a produção. Nasce também uma forma de trabalho mais competitiva entre os próprios trabalhadores por todos terem multitarefas em células – controle horizontalizado – onde a ameaça é coletiva e, em consequência, o baixo rendimento de algum deles começa a ser prontamente rechaçado – a autoexploração se intensifica nesse novo mecanismo produtivo (CAVALCANTI, 2021). Como coloca Dejours (2011e), quem trabalha mais se impõe sobre quem está mais lento na produção levando à interiorização das imposições organizacionais.

Nos anos 1990, década de grande privatização no Brasil, o Banco Mundial escrevia em seu relatório anual: “aumentar a flexibilidade do mercado de trabalho [...] é essencial em todas as regiões do mundo passando por reformas significativas” (World Bank, 1995, p. 109-110, tradução nossa). Também podemos citar o modelo humanista de Mayo, motivacional onde há uma busca pela otimização da produtividade através da cooperação e do reconhecimento, por exemplo – um vocabulário entre a “administração e a psicologia” (SAFATLE, 2021, p. 31). Tudo isso oriundo de uma nova fase de acumulação capitalista. Assim, as empresas aumentam sua liberdade para demitir, decidir a carga horária dos funcionários, subdividir a jornada de forma conveniente para pagar uma remuneração abaixo do merecido. Antes, esse novo modo de trabalho era preenchido por imigrantes, expandiu abocanhando os remanescentes fordistas e tayloristas, e agora domina grande parte dos postos de trabalho para os jovens (ANTUNES, 2005; 2006; 2009b). Ao citar novamente o relatório do Banco Mundial, enxergamos as questões de remuneração baixa como projeto político:

Na América Latina e no Oriente Médio e Norte da África, inúmeras restrições regulatórias impedem o ajuste do mercado de trabalho. [...] as reformas mais importantes envolvem a flexibilização das restrições à mobilidade do trabalho e à flexibilidade salarial, bem como a quebra dos vínculos entre serviços sociais e contratos de trabalho (World Bank, 1995, p. 110, tradução nossa).

Podemos observar, na contemporaneidade, uma incorporação no mundo do trabalho entre os indivíduos produtivos diretos da mais-valia⁴⁰, como o proletariado industrial⁴¹; e os trabalhadores improdutivos⁴² – os indivíduos não criadores diretos da mais-valia. Os

40

Incorpora o trabalho manual e a totalidade do trabalho coletivo remunerado, que produzem a mais-valia ao participar diretamente do processo de valorização do capital (ANTUNES, 2009b).

41

É o núcleo principal do trabalho produtivo em que se encontra um trabalho manual (ANTUNES, 2009b).

42

trabalhadores utilizados como serviço não atendem à demanda especificamente do capitalismo, da burguesia, mas atendem também à demanda dos proletários, do público, e, por isso, são tratados como os laborais criadores do “antivalor”.

Há uma redução nos operários industriais e um aumento no setor de serviços. O servidor especializado perde lugar para o servidor polivalente, ou seja, o que poderia parecer um avanço em relação ao saber-fazer sob o controle do trabalhador é, na realidade, uma das expressões da precarização de seu trabalho sob as necessidades de domínio do capital. Essa polivalência é sinônimo de pobreza do trabalho e exploração. Porém, o acompanhamento cognitivo é insuficiente aos rápidos avanços tecnológicos e organizacionais, tornando a mão de obra desqualificada. Nesta amplitude contemporânea do mundo laboral, o agrupamento da classe trabalhadora abarca uma grande quantidade de indivíduos, como também os trabalhadores rurais e desempregados, além do proletariado moderno, fabril, de serviço e criadores ou não de produtos. A nova era do mundo do trabalho mantém viva, além da falta de sentido do trabalho humano, a falta de sentido da própria vida humana (ANTUNES, 2009b; LANCMAN, 2011). Para efeito comparativo, necessita-se trazer a conceituação de Trabalho Decente para a Organização Internacional do Trabalho (OIT). A OIT define Trabalho Decente como:

Trabalho decente é um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, e que garanta uma vida digna a todas as pessoas que vivem do trabalho e a suas famílias. Permite satisfazer às necessidades pessoais e familiares de alimentação, educação, moradia, saúde e segurança. Também pode ser entendido como emprego de qualidade, seguro e saudável, que respeite os direitos fundamentais do trabalho, garanta proteção social quando não pode ser exercido (desemprego, doença, acidentes, entre outros) e assegure uma renda para a aposentadoria. Por seu caráter multidimensional, também engloba o direito à representação e à participação no diálogo social. Em todos os lugares, e para todas as pessoas, o trabalho decente diz respeito à dignidade humana. Este conceito está embasado em quatro pilares: a) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil e eliminação de todas as formas de discriminação); b) promoção do emprego de qualidade; c) extensão da proteção social; e d) diálogo social. Um elemento central e transversal do conceito de trabalho decente é a igualdade de oportunidades e de tratamento e o combate a todas as formas de discriminação — de gênero, raça/cor, etnia, idade, orientação sexual, contra pessoas com deficiência, vivendo com HIV e Aids etc (OIT/CEPAL/PNUD, 2008, quadro 1 p. 12).

O entrevistado André trabalhou anteriormente no setor industrial em um modelo

Trabalhadores em que o seu trabalho — o seu serviço, nesse caso, — não constitui um elemento diretamente produtivo — de criação de mais-valia. O trabalho é consumido como valor de uso - utilitarismo do trabalho — e não como criador de valor de troca — valor mercadológico (ANTUNES, 2009b; MARX, 2011).

fordista e consegue, acima de tudo, traçar um paralelo entre as duas formas de trabalho em que o discurso de liberdade da flexibilização desaparece e abre espaço, dessa forma, para o olhar de uma prisão para os dois casos. Deixar para trás o local claustrofóbico da indústria não necessariamente significa deixar de se sentir sufocado. O ar puro e livre do trabalho flexibilizado – nesse caso, dos entregadores – é um cárcere menos visível do que a horrenda construção de concreto. Mesmo não existindo uma chefia presente no dia a dia, a própria forma de funcionamento do aplicativo é trabalhada como um controlador, um patrão em um panóptico (FOUCAULT, 1999), vigiando todos os passos do trabalhador (prisioneiro). É importante trazer alguns relatos desse entrevistado especificamente na análise do fordismo e da flexibilização por se tratar de alguém mais velho que trabalhou na indústria durante uns anos, ficou desempregado e a luta pela sobrevivência o levou para a uberização em que também trabalha há anos. É uma pessoa que, ao relatar, demonstra enxergar as diferenças e as semelhanças presentes nos dois sistemas.

Esse serviço [de entrega por aplicativo] é uma grande ilusão [...] eu posso conseguir em uma semana dinheiro que eu conseguia no mês trabalhando na indústria, mas você não sabe como vai ser a semana seguinte. É das ilusões de você desligar o aplicativo e está livre para fazer qualquer coisa, mas o sistema não permite que você fique tranquilo, que as suas contas chegam. Vejo como uma grande ilusão mesmo, mas, por exemplo, meu dia a dia na indústria ficava lá o dia todo lá dentro trancafiado em uma fábrica, não tinha liberdade; ficava cara a cara com o patrão, com o chefe, com o supervisor e esse na ilusão de que você está livre, mas você está preso também com o sistema que é um algoritmo que está te controlando.

E como apresenta o pesquisador Woodcock, as plataformas se utilizam de mecanismos, importantíssimos para a locomoção desses trabalhadores, presentes nos próprios celulares deles, para controlá-los, rastreá-los e, até mesmo, mapear o local de trabalho.

Quando eles estão logados no aplicativo, são rastreados por GPS, e cada etapa do pedido é cronometrada e registrada. [...] As informações criadas pela tecnologia não são compartilhadas com os trabalhadores, o que resulta em uma assimetria de informações - algo que vem se tornando uma característica comum das plataformas de trabalho⁴³ (WOODCOCK, 2021, p. 40).

O controle elaborado por Taylor é visto pelo entrevistado André não só através do algoritmo. Taylor achava necessário acabar com a vadiagem dentro das empresas. Para ele,

43

Richard Heeks, "Decent Work and the Digital Gig Economy: A Developing Country Perspective on Employment Impacts and Standards in Online Outsourcing, Crowdwork, etc.", *Development Informatics Working Paper Series*, n. 71, 2017, p. 17.

esse era um ato político para preservar o emprego e não ter uma exploração excessiva de trabalho. Por consequência, era necessário expropriar o saber do proletário através do planejamento e do cálculo do tempo-movimento para aumentar o controle sobre os trabalhadores (RIBEIRO, 2015; TAYLOR, 1995).

É mais uma vez o depoimento de André também enxerga a vigia contra a vadiagem através dos outros, da sociedade, dos transeuntes; o capitalismo insere na sociedade o julgamento das pessoas que parecem não estar trabalhando, ou, como diriam os liberais, contribuindo com o funcionamento da economia. Dessa forma, o entrevistado relata: “E eu me sinto muito exposto na rua. Pegando sol, pegando chuva, com olhares dos outros que como é uma coisa nova, é um negócio de você estar ali... Está vagabundando.”

Esse entregador entende que os mais novos, da geração do trabalho flexibilizado, conseguem comprar o discurso da uberização, mas que ele, pela sua idade e pelo seu exercício em um trabalho fordista com salário, não consegue aderir a esse modo de exercer suas atividades por conhecer na prática outras formas de trabalho:

É difícil lidar, tem que [ter] muito psicológico, eu confesso pra você que esses quatro anos não estou sabendo lidar não [...]. E mais para a idade que estou avançada, talvez os mais novos até se dão bem com isso, mas eu não estou lidando porque eu já tenho o histórico de outros tipos de serviço de outra geração.

O sistema de rendimento máximo dos trabalhadores do taylorismo (TAYLOR, 1995) foi aprofundado com a implantação do sistema de metas principalmente com o avanço da terceirização – mas não somente nesse tipo de contrato. Assim sendo, a atividade laboral foi intensificada e se tornou ainda mais precarizada (FRANCO; DRUCK, 2010). Na uberização, em que o trabalhador é considerado um microempreendedor, a meta é internalizada e o mesmo se vê preso em uma armadilha que também imposta por ele, porém determinada por fatores externos. “[...] ao tentar sobreviver, o ‘empreendedor’ se imagina como proprietário de si mesmo, um quase-burguês, mas frequentemente se converte em um proletário de si próprio, que autoexplora seu trabalho” (ANTUNES, 2021a, p. 16). Segundo um de nossos entrevistados,

Eu tenho um esquema diário, gosto de fazer o mínimo de cinquenta reais por dia. Mas é lógico que na maioria dos dias eu tenho um pico de até cem reais. [...] Faço em torno de dez a quinze [entregas] por dia. Essa semana teve um dia que eu não concluí meu dia... Fiquei com duas entregas o dia todo. E era um dia que eu queria fazer muita coisa na rua e ia para o curso à noite. “Ah, vou ficar na rua mesmo... vou pra casa não”. Comi, fiz um lanche na rua, fiquei só ligado; não tocava, peguei e

desliguei. Vi que é geral; só as contas de OL[Operador Logístico]⁴⁴ que estavam tocando normal.

Ainda seguindo na relação do entrevistado André com o seu exercício no modelo fordista e seu exercício no modelo flexibilizado, vale pontuar a vida – a subjetividade – do indivíduo ser incorporada pelo sistema de produção. No fordismo, a

produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência da força de trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática [...]. O Fordismo equivaleu ao maior esforço coletivo para criar, com velocidade sem precedentes, e com uma consciência de propósito sem igual na história, um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem. Os novos métodos de trabalho são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar a vida (Harvey, 1992, p. 121).

Esse novo modo de vida, que segue o modo de produção fordista, é o chamado americanismo de Gramsci (2000). Para conquistar a adesão dos trabalhadores que buscavam resistir ao modelo de produção de Ford, houve uma política de aumento do salário que beneficiava também o consumo (GRAMSCI, 2000; RIBEIRO, 2015). “A ética do consumo cria todo um novo estilo de vida, com padrões de consumo determinados, uma série de bens passa a ser objeto de desejo da população americana como, por exemplo, a casa própria e o carro” (RIBEIRO, 2015, p. 70). Entretanto, há um paradoxo no fordismo, o consumismo do trabalhador deve estar associado ao suporte do ritmo de trabalho fordista. Em consequência disso, os hábitos cotidianos dos trabalhadores deveriam ser moldados também pelo modelo fordista; a racionalização da produção não bastava sem a racionalização até mesmo do instinto sexual do proletariado – o instinto sexual regulamentado. É dessa maneira que a ideologia fordista se torna hegemônica com a ajuda do Estado através de políticas públicas e sociais – o Estado de bem estar-social (GRAMSCI, 2000; RIBEIRO, 2015).

Como eu não olhei hoje de manhã cedo, eles começam a mandar mensagem de promoção: “ Estava esperando uma chance de fazer dinheiro hoje? vai rolar pico de entrega”. Eles colocam esse tipo de promoção por quê? Porque hoje vai ser um dia de pico. O sistema está vendo que tem pouco entregador dele na rua. Os caras querem ficar com a família... Quer curtir [entrevista aconteceu em um domingo]. Quando tem essa baixa eles mandam essas mensagens. Aí quando é a hora do almoço, posso vir aqui tirar [mostrando no aplicativo do Ifood], vou sair aqui do

44

Operador Logístico é uma terceirização do *iFood* em que o entregador deve cumprir horários específicos para um chefe visível, físico. O trabalhador tem um dia na semana de folga sem remuneração e recebe sempre ao estar disponível para o Operador Logístico mesmo sem fazer entrega em determinado momento (CASTILLERO, 2021; LEO VINICIUS, 2020).

sistema. Aí fico aliviado. Hoje eu trabalho exclusivamente com *IFood* porque ele tem um retorno muito rápido e é o que tem maior demanda.

O entrevistado ainda completa quando questionado sobre ter algum tempo para o lazer:

Eu consigo achar tempo, mas tem semanas que está *punk* e não consigo achar. [...] tem que calcular muito bem a semana e o mês para não ter problema. A minha tia aqui é na frente da praia, não sei se eu vou conseguir dar um mergulho hoje, mas tomara que eu consiga até o final do dia.

5.3. A SERVIÇO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Um dos responsáveis pelo aparecimento do neoliberalismo é o limite de territorialidade para a expansão capitalista no liberalismo; dessa forma, necessitava de novos aparatos para se ter rentabilidade do capital. Há, conseqüentemente, um ganho por parte da burguesia em determinar condições de emprego e da remuneração da força de trabalho com o desmonte do bem-estar social keynesiano e o desmonte do Estado (KEYNES, 2012; POCHMANN, 2022). A inovação tecnológica elevou a margem de lucro e viabilizou a monopolização e, com isso, “abusam do poder de mercado para subtrair soberania das nações com apoio de governos plutocratas a esvaziar direitos sociais e trabalhistas” (POCHMANN, 2022, p. 32).

Slee (2017) traz em seus estudos uma nova onda de negócios que utiliza da internet para conectar os consumidores com os provedores de serviços: viagens de carro, entrega de alimentos, tarefas domésticas, entre outros serviços; são as novas formas de trabalho como, por exemplo, a conhecida Economia de Compartilhamento que se apresenta como uma alternativa sustentável para o comércio global de grande circulação. Os defensores da Economia de Compartilhamento a apresentam como um movimento social, uma parceria harmônica entre o mercado e a causa no mundo digital. É uma nova forma de exploração do trabalho conhecida também como

consumo colaborativo (*collaborative consumption*), economia em rede (*mesh economy*), plataformas igual-para-igual (*peer-to-peer platforms*), economia de bico (*gig economy*), economia da viração, serviços de concierge, economia sob demanda (*on-demand economy*) (SLEE, 2017, p. 24).

A partir disso, para a corrente liberal esse consumo colaborativo é visto como um jeito mais cômodo de satisfazer as necessidades e desejos dos consumidores através do uso da

tecnologia de rede das formas tradicionais, além de ser uma forma mais atraente e sustentável de troca (BOTSMAN; ROGERS, 2011). Seguindo esse pensamento, para Barnes e Mattsson (2016), o rompimento acontece nas delimitações do ato de consumir que acontece no acesso e não no ato de adquirir o serviço.

Sundararajan (2018) coloca otimismo na mudança da Economia Compartilhada na noção de emprego, dos marcos regulatórios, da distribuição – um dos exemplos do livro dele seria a ecológica com a diminuição de carros nas ruas por causa do Uber ou de aplicativos compartilhando carona. Para ele, as plataformas facilitam para qualquer pessoa ganhar dinheiro principalmente se tem disponível um carro para dirigir, uma moto para pilotar, uma casa para alugar por poucos dias e essas ferramentas nunca tinham sido usadas com a finalidade de render dinheiro. Há uma grande inocência de como Sundararajan (2018, p. 263) enxerga – ou enxergava quando escreveu o livro Economia Compartilhada – esses aplicativos do capitalismo neoliberal:

[...] as próprias plataformas tomem para si a responsabilidade. A proteção dos prestadores que garantem seus lucros pode não ser a coisa certa: talvez seja um capitalismo inteligente. [...] É necessária uma fonte confiável e estável de oferta de alta qualidade dos prestadores de serviços para oferecer uma experiência de serviço de uma marca com qualidade consistentemente alta. Essa oferta deve ser garantida pelas plataformas que não têm a autoridade diretiva tradicional, ou capacidade de construção de cultura que as empresas tradicionais utilizam para gerenciar seus empregados. Ou seja, o suprimento mais importante de uma plataforma são seus prestadores de serviços. Portanto, garantir que estejam protegidos, assegurados e mais focados na prestação de serviços faz muito mais sentido para os negócios no longo prazo.

Bem diferente do exposto pelo autor, as plataformas buscam ao máximo explorar os trabalhadores – os “prestadores de serviço”. Como demonstra os impasses entre os trabalhadores e os aplicativos no grupo criado com o governo para resolver a situação dos uberizados, essas empresas não querem facilitar – não enxergam como capitalismo inteligente, igual o Sundararajan (2018), dar benefícios ou melhorar a remuneração. Para exemplificar, enquanto os entregadores colocaram na mesa o valor de piso de R\$35,63 para motoboys e R\$29,63 para bikers por hora logada, as empresas ofereceram R\$12,00 e R\$7,00 por hora rodada, respectivamente (BALZA, 2023). Ao escutarem serem privilegiados pela autonomia – mesmo sendo trabalhos altamente vulneráveis – os trabalhadores devem fazer gestão da própria sobrevivência no trabalho enquanto o aplicativo utiliza suas várias formas de extrair valor – como, além do próprio valor do serviço, os dados fornecidos pelos clientes e trabalhadores (GROHMANN, 2021). Por conta disso, questiona Scholz (2016, p. 44, tradução

nossa): “Como podemos falar sobre compartilhamento genuíno ou inovação genuína quando uma terceira parte imediatamente monetiza cada interação sua para o benefício de um pequeno grupo de acionistas?”

Em seu surgimento, esses monopólios aparecem como uma forma de contribuir para o bem estar social, deixando de inovar com o passar do tempo e, por conta do seu tamanho estabelecido, destroem as possíveis concorrentes que surgem. Sem concorrência e sem leis específicas protegendo os trabalhadores, empresas como o *iFood* podem agir como querem com os seus entregadores (SCHOLZ, 2016). Um relatório recente da *Fairwork* (2023) – um projeto coordenado pelo Oxford Internet Institute e pelo WZB Berlin Social Science Center com uma rede de pesquisadores de plataformas em 38 países colaborando estreitamente com trabalhadores, plataformas, advogados e formuladores de políticas para promover um trabalho mais justo nas plataformas – traz uma determinada pontuação para as plataformas de 1 a 10 seguindo alguns princípios de trabalho decente: remuneração, condições, contrato, gestão e representação. O *iFood* conseguiu atingir apenas 2 pontos; 1 ponto em contrato justo – “[...] evidências de que têm termos e condições claros, transparentes e acessíveis, cumprindo todos os bullet points para o primeiro ponto deste princípio” (FAIRWORK, 2023, p. 5) – e 1 ponto em gestão justa – “[...] há um sistema eficaz para o devido processo de decisões que afetam trabalhadores, o que implica que existe um processo documentado para os trabalhadores recorrerem significativamente de pontuações baixas, penalidades e outras ações disciplinares” (FAIRWORK, 2023, p. 5).

A *Shipp*⁴⁵ é uma empresa adquirida em 2021 pela empresa B2W, subsidiária das Americanas, e, na época, até mídias capixabas demonstraram o alto potencial de crescimento do aplicativo com a aquisição (B2W, 2021; CAMPOS Jr, 2021). É extremamente importante falar o que é a loja Americanas. Pertence à 3G Capital, empresa dos três homens entre os mais ricos do Brasil, é sediada em Bermudas – paraíso fiscal – e com investimentos variados como, além das Americanas, AB-Inbev (bebidas), *Kraft-Heinz* (molhos e temperos), *Burger King* (alimentício). E essas empresas têm incorporada outras empresas como, por exemplo, a AB-Inbev tem a *Anheuser-Busch*, Inbev, AmBev, Grupo *Model*, *SABMiller* e, conseqüentemente, têm muitas marcas consideradas concorrentes como, por exemplo, a *Brahma*, *Skol*, *Buddweiser* (REIS, 2018).

45

A *Shipp* é um aplicativo criado no Espírito Santo em 2017 para entregas de supermercado, farmácia, restaurantes, *petshops*, etc. (B2W, 2021).

Em 2023, escancarou um grande calote das Americanas, uma fraude de uma empresa dos homens mais ricos do país, e se tornou o maior escândalo financeiro do país – um rombo aproximado de 50 bilhões de reais. Um prejuízo na conta até mesmo de muitas pessoas com dinheiro em bancos aplicados em investimentos com poucos ganhos e baixíssimo risco (BBC, 2023; ROMBO, 2023). Já a *iFood*, a maior empresa de entrega de comida por aplicativo do país, pertence 100% desde 2022 uma empresa holandesa por meio da investidora *Movile*, a *Prosus* – também tem investimentos nas empresas brasileiras *Creditas*, *Kovi* e *OLX*, na chinesa *Tencent* dona dos aplicativos *WeChat* e *Riot Games*, e que é uma subsidiária de investimentos do grupo *Naspers* (CONHEÇA, 2018; ROSA, 2022). *Naspers* é um dos maiores conglomerados do mundo tendo investimento em mais de 160 empresas (NASPERS, s.d.) contando com os investimentos das subsidiárias – líder de TV satélite na África, e-commerce na Índia, redes sociais na Rússia, entre outros.

Mazzucato (2019) chama essas empresas como a *Naspers* e a 3G Capital de *private equity*. São empresas que não produzem nada, apenas compram fatias de empresas já existentes em vários ramos. É um fenômeno da financeirização e o risco de perdas dos donos se torna nulo. Casado com esse fenômeno, aparece a questão das empresas de capital aberto – com vários acionistas – necessitem de resultado imediato para pagar dividendos aos acionistas. Não há preocupação com o longo prazo, com investimentos, mas apenas com o curtíssimo prazo. Nem com a produção, mas com o lucro imediato. Dessa forma, se necessitar demitir funcionários para ter esse rápido lucro, é o que será feito por essas empresas. Se for necessário pegar empréstimo para ter esse lucro imediato, mas, conseqüentemente, diminuir o valor de mercado da própria empresa investida, é feito porque a preocupação não está com a falência das empresas investidas (MAZZUCATO, 2019) – A falência das Americanas não atinge o bolso dos acionistas majoritários. O *iFood* passou pela questão de demissões logo ao ser 100% vendida (CARMEN, 2023).

Para tratar dessas empresas é importante trazer o olhar crítico de Lênin. Há mais de 100 anos Lênin (2021) já tratava da financeirização – um imperialismo dos grandes conglomerados e o rentismo. O exemplo do *iFood* – com três graus até a *Naspers*, passando pela *Movile* e pela *Prosus* – e da *Shipp* – com a notícia do calote das Americanas e pela 3G Capital também ser uma *private equity* com um grande número de tentáculos espalhados em várias vertentes e em diferentes profundidades – são emblemáticos para demonstrar de forma empírica, mesmo muito tempo depois, o acerto analítico de Lênin (2021, versão *online*, grifo do autor):

[...] o “sistema de participação” não serve apenas para aumentar em proporções gigantescas o poder dos monopolistas; ele permite, além disso, fechar impunemente toda a espécie de negócio obscuro e sujo, e roubar o público, pois os dirigentes das “sociedades-mães”, formalmente, segundo a lei, não respondem pela “sociedade-filha”, que é considerada “independente” e pela qual se pode “fazer passar” *tudo*.

O imperialismo, para Lênin, tem como eixos o monopólio do capital e produtivo, a fusão do capital bancário com o industrial, ampliação da zona de atuação dos conglomerados, partilha do mundo entre esses monopólios e o parasitismo capitalista (COSTA, 2021a; LÊNIN, 2021). A livre concorrência leva à concentração de renda e, conseqüentemente, leva ao monopólio. Sobre os grandes grupos estabelecidos, combinam entre si acordos sobre as condições de venda, os prazos, dividem o mercado, definem a quantidade produzida e o preço. “A concorrência se transforma em monopólio. Daí resulta um gigantesco progresso na socialização da produção. Socializa-se, em particular, o processo dos inventos e aperfeiçoamentos técnicos.” Em relação aos bancos, eles ganham ainda mais poder e influência quando fazem operações comerciais e industriais de todo o capitalismo (LÊNIN, 2021, versão *online*).

Vemos com que rapidez cresce a apertada rede de canais que abarca todo o país, centraliza todos os capitais e rendimentos monetários, converte milhares e milhares de empresas dispersas em uma única empresa capitalista nacional e, em seguida, mundial. A “descentralização” [...] em nome da economia política burguesa dos nossos dias, consiste, na prática, na subordinação a um centro único de um número cada vez maior de unidades econômicas antes relativamente “independentes”, ou melhor, unidades econômicas localmente limitadas. Na prática, trata-se, com efeito, de uma *centralização*, de uma intensificação do papel, da importância e do poder dos gigantes monopolistas (LÊNIN, 2021, versão *online*, grifo do autor).

As empresas de serviços plataformizados necessitam de um local com regulações frouxas e de uma ampla mão de obra barata disponível para conseguirem se reproduzir e, ademais, estão inseridas diretamente no modelo capitalista de monopólio e de financeirização (SCHOLZ, 2016). E a flexibilização do trabalho entra nesse meio por retirar as vagas de empregos assalariados para jogar as pessoas em uma instabilidade ocupacional como o serviço autônomo ou temporário (CARDOSO; COMIN; GUIMARÃES, 2001; FERNANDES 2010; POCHMANN, 2001). A “liberdade” em agir do serviço autônomo abre espaço, no mundo neoliberal, para a internalização no indivíduo de obrigações do mercado – o ser com autonomia em empreender (FRANCO et al, 2021). E o discurso neoliberal meritocrático invade a mentalidade dessas pessoas, como mostra, de forma inocente, o entrevistado Plínio

quando questionado se necessitou gastar para começar a trabalhar: “somente celular e um plano de telefone melhor. Meu telefone o *Android* dele não era muito bom e meu plano de internet não era legal... A moto eu já tinha.” Plínio usa a palavra “somente” para falar em um gasto com celular novo e um plano melhor de celular por conta de não necessitar comprar uma moto.

Não bastasse estarem inseridos nessa lógica, por necessitar entrar com os meios de produção, alguns trabalhadores compram esses meios com empréstimos no setor financeiro. Em agosto de 2022, a Agência de Fomento do Estado do Rio (AgeRio) criou uma linha de crédito para entregadores de aplicativos para a compra ou manutenção de motos e equipamentos. Banco do Brasil, Banco Itaú também são outros bancos com créditos especiais, não especificamente para entregadores, mas que podem ser abarcados (AGERIO, 2022).

Além disso, o próprio *iFood* lançou “condições especiais”, com o envolvimento do banco BV⁴⁶, para os entregadores financiarem motos elétricas da própria empresa (AMORIM, 2022; IFOOD, 2022). Se for tratar de empréstimos de uma forma geral por causa de endividamento, uma análise de 2020 mostra como a pandemia atingiu de com brutalidade os entregadores. De julho a novembro a quantidade de empréstimos dobrou (43.478 para 86.260), um aumento muito superior ao dos motoristas e ao dos empregados do setor privado sem carteira assinada (LAPA, 2021). Dos entrevistados, nenhum pegou empréstimo para comprar a sua moto, mas procuraram comprar moto usada, ou parcelaram, ou usaram o seguro do emprego anterior de carteira assinada, ou venderam algo, ou tudo isso junto.

O entrevistado Dudu, quanto questionado se precisou pegar empréstimo para começar a trabalhar como entregador, relatou a seguinte situação:

Para comprar esses itens eu não precisei pegar empréstimo porque comprei assim que saí da empresa... Aí peguei rescisão... Eu tinha um carro... Vendi o carro... Foi onde comprei a moto, o celular e o plano de internet... Então, não cheguei a precisar de pedir empréstimo para isso... Já peguei empréstimo para outras coisas como comprar geladeira aqui para casa, para comprar guarda-roupa para a minha mãe... Essas coisas assim.

46

O Banco BV é o antigo Banco Votorantim pertencente ao Grupo Votorantim e ao Banco do Brasil (dono de 50% de capital social e 49,99% do capital votante adquirido em 2009 por R\$ 4,2 bilhões). A mudança de marca aconteceu no mesmo momento da chegada para a diretoria da Clientes e Inteligência de Dados do banco de uma ex-funcionária da Uber (ROCHA, 2019; BANCO DO BRASIL, 2009). O Grupo Votorantim é uma empresa com tentáculos em vários ramos como na agroindústria, energético, químico, além do setor financeiro (VOTORANTIM, s.d.)

Interessante perceber o empréstimo para itens mais baratos e mais básicos, porém necessários para a reprodução do trabalho como a geladeira. A compra do meio de produção – moto – só não precisou de empréstimo por causa do trabalho anterior com CLT – algo que esse entrevistado não vê com interesse em ser implantado para os entregadores por querer ter um tempo mais flexibilizado e não ter patrão. O entrevistado Hugo relata a seguinte situação sobre a compra da sua moto:

[...] reciclei a minha carteira... Eu ainda trabalhei um tempo na *bike* para conseguir ainda terminar de juntar um dinheirinho para comprar a moto. Na época eu consegui juntar um valor de sete mil reais durante esse período aí mais ou menos um ano e meio... Um ano e sete meses, por aí. E o dinheiro que eu consegui dava pra comprar uma moto já usada... Não ia estar naquelas perfeitas condições, mas já daria para começar. Aí meu irmão ficou sabendo que eu queria comprar a moto e me vendeu a dele. Mas que é mais nova e nas condições que ele tinha pego [comprado]. Ele deu nove mil reais de entrada na moto e parcelou o restante em dois anos... Mais ou menos uma média de quinhentos reais a parcela por mês. E aí eu estou aí... Trabalho na moto agora.

Grande parte das receitas dos bancos estão em cima dos juros dos empréstimos (MAZZUCATO, 2019). Mas os bancos também lucram investindo o dinheiro das contas dos seus clientes e também pegando esse empréstimo dos clientes e vendendo na Bolsa de Valores como se fosse um título – ganham no momento exato do empréstimo todo o juros que ganharia em anos (NAKATANI; BRAGA, 2021). A financeirização não gera produção, não gera ganhos reais – é simples rentismo (MAZZUCATO, 2019; NAKATANI; BRAGA, 2021). Os bancos conseguiram dar origem a uma nova forma de ganhos em que nunca saem perdendo. Os sujeitos podem, ao investir na Bolsa de Valores comprando títulos, investir no próprio empréstimo feito através dos bancos. Para Deleuze (2000, p. 3), o capitalismo deixou de ser para a produção e passou essas questões para o chamado Terceiro Mundo – “O que ele [capitalismo] quer vender são serviços, e o que quer comprar são ações”. A empresa agora passou a abarcar vários ramos da sociedade, com “conquistas de mercado” contando com vários gerentes.

A insurgente tese de troca do trabalho manual para o maquinário informacional-digital se mostra fragilizada. Acontece uma crescente exponencial de novos proletários impulsionados pela era digital, da informática e dos aplicativos. Há uma grande massa de força de trabalho sobrando sem seguridade social, sem emprego, sem nenhuma perspectiva de futuro. Uma forma mais precária, com uma remuneração menor e jornadas longas é um esboço do que encontramos no mundo dos uberizados. São trabalhadores à disposição para realizar algum serviço. Não recebem enquanto esperam uma chamada, só recebem quando

estão realizando o serviço. É como uma disponibilidade perpétua para realizar o seu labor com chamadas facilitadas pelos aplicativos encontrados nos *smartphones* dos clientes. Essas pessoas, principalmente jovens, oscilam em seu mundo do trabalho entre desemprego e disponibilidade para servir – não é uma garantia de receber pagamento por não existir garantia em trabalhar. É um mecanismo que já está abarcando médicos e médicas, enfermeiros e enfermeiras, cuidadoras e cuidadores, dentre outros, além dos entregadores e também motoristas por aplicativos.

A intensificação da precarização do trabalho surge na insegurança da classe trabalhadora em manter o seu emprego e de ter algum contrato. Consequentemente, a burguesia consegue aumentar a exploração e a jornada de trabalho ao mesmo tempo em que desmonta coletivos – sindicais, por exemplo – para dificultar as formas de reivindicação (ALVES, 2007; ANTUNES, 2018; 2021a; FERNANDES 2010). Um exemplo interessante trazido por Han em seu livro *Piscopolítica* (2023) sobre os sujeitos serem reféns das tecnologias, mas os donos desses meios sempre colocarem como, na verdade, a tecnologia sendo uma liberdade, é a propaganda do produto Macintosh⁴⁷ da Apple de 1984, durante o Super Bowl, em que uma moça destrói o televisor do Grande Irmão orwelliano – destrói a vigilância, destrói o controle sobre os indivíduos. O controle não está na massa de trabalhadores uniformizados por parte da empresa, mas há um controle mais ampliando e individualizado, gerenciado também pelos clientes e pelo resto da sociedade, através, em grande parte, dos próprios aplicativos e de seus algoritmos como, por exemplo, com a avaliação (BRANCO; SILVA, 2023; DELEUZE, 2000).

No sistema burguês, o poder jurídico dá respaldo legal para exploração e apropriação da mão de obra (PACHUKANIS, 1988). Essas empresas donas dos aplicativos se apropriam da mais-valia sem dar nenhum retorno aos trabalhadores com deveres e direitos, os uberizados, para gerar produção, também entram com os meios, com os instrumentos geradores de serviço, arcam com despesas de manutenção das máquinas, com a própria seguridade e alimentação (ANTUNES, 2018); mesmo assim, esses trabalhadores são bloqueados se recusarem as solicitações (ANTUNES, 2021a). São gastos em que um empreendedor é responsável, mas não significa eles serem os donos daquele meio e nem beneficiados 100% com o lucro do serviço.

47

O primeiro computador pessoal a tornar popular a interface gráfica, o *mouse* e a incorporação da tela (POLSSON, 2009).

Nos seus estudos dos anos noventa, Antunes (2006) – a primeira edição foi lançada em 1995 – já enxergava uma mudança na precarização dentro do neoliberalismo em relação à responsabilidade ser transferida para o trabalhador, retirando qualquer ônus dos donos da empresa. A uberização consegue aprofundar a terceirização por não passar mais o risco para uma outra empresa de terceirizados, mas para trabalhadores autônomos disponíveis em oferecer os serviços. A empresa mantém seu domínio, controle, vigilância e gerenciamento sobre os entregadores mesmo sendo simples cadastrados e não empregados. Entretanto, o discurso de parceria entre os donos dos aplicativos e os ditos “microempreendedores” muda quando alguma atitude dos trabalhadores é vista como inapropriado ou quando formam coletivos para negociar e resistir; a opressão capitalista empresarial se mostra presente (ABÍLIO, 2017). Os trabalhadores se tornam, como escreve Dardot e Laval (2016), empregados de si, especialistas de si, empresários de si e inventores de si; são os trabalhadores agindo sobre eles mesmos, pressionando eles mesmos. É uma questão colocando ao trabalhador uma realização plena individual e, ao mesmo tempo, uma disciplina inflexível (FRANCO et al, 2021). O entrevistado João trabalha quase o dia todo e fala em não ir embora antes de conseguir os ganhos esperados porque ele e a mulher sabem o que querem da vida e esse é o momento para conquistar. O trabalhador ou a trabalhadora passam a se cobrar ao máximo pela realização da tarefa porque internalizam a valorização do capital que coloca ele ou ela no centro da dinâmica capitalista (FRANCO et al, 2021). Como será desdobrado mais à frente, no neoliberalismo, há uma modificação na subjetividade desses sujeitos capaz de, com uma frustração ou esvaziamento da identidade, causar o adoecimento (FRANCO et al, 2021).

Existe também o discurso de colaborador – atingindo não só os uberizados, mas todo campo do trabalho. Serve para alienar os trabalhadores e retirar da visão do proletariado a divisão de classes e a sua própria estratificação proletária. Dessa forma, as pessoas não se solidarizam com o seu semelhante e individualiza ainda mais o ser (CASAGRANDE, 2018).

Por exemplo, quando questionei para o entregador André o que ele achava sobre o termo “colaborador” ele me respondeu: Esse termo para mim não existe, né? Porque nada mais é do que a força de trabalho que a gente é para esse aplicativo.” E quando questionei para esse mesmo entregador, um trabalhador mais velho do que normalmente encontramos nesse trabalho, sobre se ele já conversou com os mais novos do mesmo ramo sobre “colaborador” ele me respondeu: “[...] eles se acham pior ainda, eles se acham empreendedores, porque eles se acham donos do seu meio de trabalho.” Mostra, dessa forma,

como é forte o discurso do empreendedor quando se trata de um serviço autônomo. O entregador entrevistado Romeu deu uma resposta nessa mesma linha quando questionado sobre o termo “colaborador”:

Eu acho que é um termo que eles usam, mas não é bem assim. Porque o colaborador nesse caso não tem muitas opções não, tem muita liberdade de falar com eles [os aplicativos], não tem muito auxílio. Vamos dizer: se o cliente coloca que não recebeu um pedido... Como ser colaborador, o certo seria ligar [o aplicativo] e perguntar “olha o que aconteceu? Essa pessoa está dizendo que não recebeu o pedido. Você entregou pra ele? aconteceu alguma coisa com o pedido?” Mas eles preferem te bloquear. Então, eles ouvem a parte do cliente mas não ouvem muito a sua parte, principalmente o *iFood*. O *iFood* não tem um jeito de você falar com eles. Por exemplo, aconteceu alguma coisa com o pedido e o cliente botou que não recebeu; você vai ficar bloqueado. Dependendo do motivo, [exemplo] não recebeu o pedido, ele te dá um bloqueio três vezes de quarenta e oito horas sem você poder trabalhar, sem poder *logar* no aplicativo e na terceira vez eles banem sua conta de vez. Então, acho que eles pregam muito essa parte de colaborador, mas eles não prezam muito por isso; porque eles simplesmente bloqueiam você sem te dá o direito de uma explicação ou então saber por qual motivo. Porque às vezes a gente entrega o pedido, o cliente coloca que não recebeu por maldade e o aplicativo sempre fica do lado do cliente.

Para o entrevistado João, indaguei-o de uma forma um pouco diferente, a saber, se ele se considerava trabalhador, ou colaborador, ou empreendedor e na resposta ele engloba todos os termos em um só logo de início, mas depois responde de forma separada porque ele acha que também é empreendedor além de trabalhador:

Severino [faz tudo]. O trabalhador é a gente, o empreendedor é a gente porque a gente investe na moto, a gente investe em equipamento, a gente investe em outros projetos. Empreendedor porque a gente sempre está procurando fazer alguma coisa... tem aquele pessoal que fica ‘empacado’ [parado]... Isso em qualquer profissão... Aquele cara que estagnou... “para mim isso está bom”... Mas tem aquele cara que “opa, posso ganhar 50 conto [reais] fazendo isso aqui”. Eu e a maioria dos *motoboys* somos desse jeito.

Importante também colocar a resposta do entrevistado Dudu porque ele deu uma resposta diferente, de se achar microempreendedor por ter MEI, e também é um entrevistado importante para a sequência. Quando questionado sobre se achar trabalhador, colaborador ou microempreendedor, a resposta do Dudu foi a seguinte:

Como entregador, eu me considero microempreendedor. Por quê? Igual hoje... Eu pago MEI. Eu tenho como se fosse uma empresa de entrega. [...] Hoje contatos que eu tenho normalmente também me pedem fora do aplicativo... Então, eu faço entrega também fora do aplicativo. Às vezes eu tenho algum outro cliente que me manda mensagem: “[...] sempre que você leva uma mercadoria lá na Serra você cobra quanto?” Eu falo: “cobro trinta reais”. “Beleza então passa aqui e pega amanhã e leva lá pra mim”. Então, pego, levo... Tipo assim... O aplicativo é o

cargo chefe porque é dele que eu faço mais entregas. Mas eu faço uma ou outra entrega fora do aplicativo também. Por conta própria, entendeu? Aí por isso que eu me considero um microempreendedor por essa questão. Fora isso... Se não tivesse MEI... Se eu não fizesse entrega por fora... Não tivesse algum outro cliente que tem o meu contato... Eu eu me consideraria trabalhador.... Só um trabalhador mesmo... E o colaborador tem que ter um vínculo cem por cento com a empresa. Tem que ter uma carteira assinada... Tem que ter um contrato e pelo aplicativo a gente não tem. Eu não consigo entender como colaborador não. É mais trabalhador. Mas no meu caso, como eu falei, o meu caso como eu tenho clientes fora do do aplicativo... Eu tenho o MEI... Eu pago e tal. Então o que que eu faço? Tem o nome da empresa, eu tenho duas camisas que eu que eu mandei fazer com o nome... [...]. Eh quem sabe, né? Um dia ela [a empresa] venha crescer e depois não precisar nem de aplicativo mais... Eu acabar tendo minha empresa ela gerar ela mesmo... As entregas e tal e não sei o que.... Eu penso assim, mas é um pensamento a longo prazo. Por isso que eu me considero um microempreendedor.

O controle dos trabalhadores também é importante por conta de outras questões no ciclo produtivo. Os aplicativos de entrega são feitos para facilitar a relação consumidor e o trabalhador, mas dificultando as relações entre os trabalhadores tentando criar uma desarticulação entre eles. A própria forma de pagamento por peça é uma forma de controle e os trabalhadores, como em uma operação competitiva de formato de jogo, trabalham para ou baterem a meta ou até mesmo ultrapassar essa meta (BURAWOY, 1979 *apud* WOODCOCK, 2021; GROHMANN, 2021).

O pagamento por peça significa que os trabalhadores podem calcular a relação entre o próprio desempenho e o que recebem: quanto mais entregas forem feitas em um turno, mais dinheiro eles ganham. No entanto, isso também depende de uma demanda suficiente dos clientes – o que acontece principalmente nos horários das refeições, em vez de ser uniformemente espalhada ao longo do dia (WOODCOCK, 2021, p. 39).

Não só por isso, mas por todas as questão de inteligência e do trabalho vivo também – como é o caso, mais visível, do entregador Hugo reciclando a carteira de motorista para poder sair da entrega de *bike* e ir para a moto –, é mensurado o resultado do trabalho e não o trabalho em si (DEJOURS, 2022a).

Sobre o pagamento por peça, sobre estar disponível para o aplicativo e não receber por isso, o entrevistado João deu o seguinte relato também juntando a questão, nas entrelinhas e de uma forma maquiada, da desconfiança de existir um certo controle dos aplicativos com quem participou e organizou a paralisação de junho de 2023:

João: Principalmente dia de semana [fica parado sem receber]. E recentemente, desde o dia nove [de junho de 2023] que a gente fez uma manifestação... Não só aqui no estado... Foram poucas pessoas aqui do estado que participaram... Eu programei e eu botei a cara... Chamei alguém assim para ficar mais próximo de mim... Ajudar... E fomos lá fazer a manifestação... E outros estados fizeram. Só

que parece que depois disso aí... Nossa, caiu assim... E tem uma galera que põe a culpa no *iFood*, fala “ah, o *iFood* não está mandando corrido, é isso, aquilo”, mas eu converso com lojistas também. Então, eu sei que não está tendo compra... O pessoal não está comprando muito. Por exemplo, ontem foi horrível. A meta mínima que é de cem reais eu bati sessenta e poucos reais. Isso de estar na rua com o aplicativo disponível. Tem hora que até a minha esposa comenta comigo “pô, mas você fica muito tempo na rua... Que não sei o quê...” Mas eu viro para ela: “mas eu não tenho cliente agendado, eu não consigo agendar... Eu tenho que estar disponível pra hora que apitar.” Se eu ficar em casa... Eu vou ficar em casa... Vai tocar lá em casa? Sendo que aqui... Laranjeiras [bairro da Serra], de Camburi [se refere a Jardim Camburi, bairro de Vitória]... O centro dos locais que vai tocar. Então, não adianta, eu tenho que ficar na rua.

Entrevistador: O que você acha disso? Você está disponível e não está recebendo?

João: é horrível isso. Você fica escravo de um sistema que não vai te pagar, você não vai ser remunerado. E eu acho que poderia muito ter um... “Ah, você está [há] três horas disponível, um valor X”... Alguma coisa assim, entendeu? Tem gente que já... Eu já me disponibilizei, se eu não me engano, foi na quarta-feira... Terça-feira... Foi ruim... Eu fiz quarenta reais e na quarta-feira eu fiquei disponível de seis e meia da tarde... Eu liguei o aplicativo e fiquei até meia noite sem tocar uma corrida... E eu fiquei sentado na avenida central ali... Isso tenho testemunho... Não sou só eu falando não. Alguns saindo e voltando e eu fiquei parado com meu aplicativo ligado e os caras “até agora você está aí... Até agora... Não é possível”... E eu mostrando. Não só acontece comigo... Com vários outros de ficar assim sem ter corrida nenhuma sem nada.

As tensões das contradições de interesses entre os capitalistas e os trabalhadores, aparecem, por exemplo, com a pretensão em aumentar a jornada de trabalho e, conseqüentemente, aumentar a extração de mais-valia absoluta levando ao aumento de lucros das empresas (WOODCOCK, 2021). Contudo, como pontua Woodcock (2021, p. 25), “esse método resulta em ganhos marginais, uma vez que exaure o trabalhador no processo de extensão dos turnos”. É diferente de uma produção da mais-valia relativa por ser uma produção mais efetiva e mais utilizada nos tempos atuais que é a maior exploração da mão de obra em um mesmo período de trabalho. Nesse modo de exploração

o controle torna-se problemático porque, diferentemente de outras mercadorias envolvidas na produção, a força de trabalho está sempre incorporada nas pessoas, que têm seus próprios interesses e necessidades e que retêm o poder de resistir a serem tratadas como uma mercadoria (EDWARDS, 1979, p. 12 *apud* WOODCOCK, 2021, p. 25).

Seguindo essa ideia de carga horária, a liberdade de poder – principalmente se pensar na questão de trabalhar por conta própria – defendida por Hayek (2010), Mises (2010), Becker (1964), em tempos contemporâneos, com a elogiada por Sundararajan (2018) “economia compartilhada”, se tornou algo de maior coerção do que o dever disciplinar; é o paradoxo de ser livre produzir coerção. O neoliberalismo age de forma positiva, sem ameaças, e, conseqüentemente, “o sujeito do desempenho, que se julga livre, é na realidade um servo: é

um servo absoluto, na medida em que, sem um senhor, explora voluntariamente a si mesmo” (HAN, 2023, p. 10).

Indo nessa linha, a fala do entrevistado Dudu – e por ele se achar microempreendedor essa questão está ainda mais visível – demonstra que o próprio trabalhador se torna um patrão carrasco de si. Passa fome se for preciso para pegar os melhores horários de entrega. E essa questão é tratada com naturalidade. A pergunta feita era sobre algum truque utilizado para melhorar o trabalho e foi dado um exemplo do entrevistado Jefferson de amarrar a *bag* – exposto mais à frente. Mas a resposta sobre uma forma de melhorar o desempenho foi adiar o almoço:

[...] Você falou a respeito da *bag* de amarrar eu não achei interessante porque corre o risco do produto chegar avariado no cliente... O lanche chegava bagunçado... Essa ideia eu vejo muito *motoboy* usando e eu não acho legal... Eu acho que não funciona... Uma vez que eu preciso da avaliação tanto da loja quanto do cliente para que meu *score* fique alto para dar mais corridas pra mim. Então, se correr o risco de estragar o produto... Quicando ele na caixa amarrada na traseira da moto aí pra mim é prejuízo. A única coisa que eu adotei assim como medida de lucro, vamos dizer assim, foi uma ideia que eu tive de não almoçar meio-dia. O que eu faço? Normalmente eu como na parte da manhã e só vou comer normalmente depois das três horas. Igual agora nesse exato momento [aproximadamente 15:20 horas] eu não almocei ainda. Por quê? Porque é um horário de pico. É um horário que tem muitas entregas. Nove e meia, dez horas da manhã, começam as entregas. Onze horas é muito restaurante. Restaurante, lanchonete, tudo muita entrega. Até umas duas e meia, três horas da tarde. Quando dá esse horário, três horas, três e meia, aí eu dou uma paradinha. Mais ou menos... Se tiver corrida ainda eu não paro. Eu tento parar lá pras quatro horas. Por quê? Porque das quatro até às cinco, seis horas os pedidos diminuem bastante. Diminuem bastante. Você faz pouco demais... Então eu prefiro fazer um horário de almoço esse horário. Três e meia, quatro horas é a hora que eu paro pra comer alguma coisa. Às vezes eu vou em casa, dou uma descansadinha e tal e quando eu volto de noite aí eu volto depois das seis, seis horas mais ou menos, que é a hora que começa os lanches sair de novo. Seis, sete, oito... O horário de pico da noite normalmente dá muito lanche, é a partir das oito, nove horas. Vai dar bastante lanche, oito, nove e dez. São os horários que dão bastante lanche, entendeu? Então é muito pedido esse horário. [...] Então essa eu acho que foi a única ideia que eu tive pra poder economizar tempo e ter mais disponibilidade nas horas de pico. Eu não costumo almoçar meio dia... De dez até às três da tarde eu não paro pra comer nada... Só bebo água que eu carrego a garrafinha de água comigo... Só bebo água mesmo e se eu estiver apertado, vou no banheiro geralmente do estabelecimento, ou do *shopping* da loja que eu vou recolher o produto. Essa é a ideia [...] que eu coloco pra mim... Eu não sei como é que os outros fazem. Mas tem alguns colegas, na verdade, que eu sei que também ficam o dia inteiro [ele deu ênfase na palavra “inteiro”] sem comer... Só toma café da manhã e depois só come à noite.

Há uma contradição muito forte na entrevista não só do Dudu, mas de todos os entregadores que nos deram seus depoimentos ao não querer a CLT, porque supostamente tiraria a flexibilidade de horário deles. Só conseguem exercer a atividade “em horário de pico”, não há flexibilidade. Se o trabalhador ou a trabalhadora almoçar meio-dia, ele ou ela perde um dos horários com mais pedido durante um dia. Além disso, o *score* não pode cair, o

trabalhador não pode ficar “off”, não tem a escolha e a flexibilidade de ficar “off” durante uma semana ou tirar um mês de férias sem o *score* cair. Ao ser pautado pelo algoritmo, algo sem fisionomia e sem tom de voz, os trabalhadores acham não ter patrões, não ter alguém que mande neles.

No trabalho de entrega por aplicativo até mesmo o controle sobre o trabalho é passado para o próprio trabalhador de forma sutil. Além da ampliação da carga horária – os trabalhadores necessitam estender sua carga horária, principalmente em dias com menos pedidos, para conseguirem atingir os seus objetivos de remuneração impostos pelos próprios trabalhadores através de subjetividades e também através de comparações econômicas concretas como, por exemplo, o salário mínimo; e, por conta desse nivelamento baixo de comparação, a meta não é um valor astronômico –, há também um ganho por parte da plataforma pela ampliação do trabalho em um tempo não condizente com aquela ampliação, ou seja, é um trabalho em X tempo para um ganho para a plataforma de 2X tempo⁴⁸. Em outras palavras, há uma mais-valia relativa que, pelos entregadores serem trabalhadores por conta própria, esse valor não recebido leva a necessidade de existência da mais-valia absoluta.

Um dos informantes, Romeu, na entrevista, demonstra essa equação apresentando exemplos concretos de bairros:

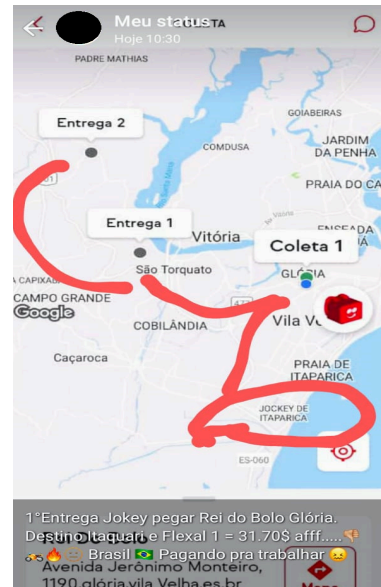
Hoje no *iFood* o valor mínimo da entrega é seis reais. Então, com certeza duas entregas seriam doze reais. Às vezes eles te mandam uma rota com dois pedidos para você coletar no restaurante e em vez de pagar o valor das duas corridas, eles pagam sete, oito reais no máximo. Então, eles ficam com uma parte que não é o justo. Se cada entrega é seis, duas entregas eram para ser doze reais. E às vezes a entrega não é nem perto; então, em vez de você estar ganhando, você acaba perdendo porque [por exemplo] eles te dão uma entrega para Maria Ortiz, de Jardim Camburi para Maria Ortiz, o valor da entrega é de dez reais... De Camburi para Maria Ortiz, só uma entrega. Aí eles vão botar uma entrega para Maria Ortiz, e uma para Bairro República, Mata da Praia, Jardim da Penha e em vez de pagar o valor a mais essa corrida vai sair por doze reais. Então você vai ganhar dois reais só pra ir fazer a outra rota.

Outros exemplos são as imagens de captura de duas rotas de entregadores apresentados em um grupo de entrega da Grande Vitória. A primeira imagem de abril de 2023 é do aplicativo *iFood* de uma única coleta com três locais de entrega, totalizando quase 7 quilômetros com ganhos abaixo de R\$10,50. A segunda imagem é de 24 de junho de 2023; o

48

Como o próprio exemplo apresentado logo em seguida nos mostra, esse valor de X não é algo exato, não é o dobro exatamente de X, mas é um valor muito abaixo do que o entregador receberia se fossem marcados como duas entregas. A simplificação do exemplo com valores de tempo em X e 2X é para facilitar a compreensão do fenômeno.

entregador mandou a imagem no Grupo de *Whatsapp* reclamando o valor recebido pela distância e, por áudio, até cogitava a voltar a trabalhar com CLT – aproximadamente 22 km, 53 minutos gastos de moto⁴⁹ e R\$31,70 reais:



A terceira imagem é do aplicativo *Shipp* em maio de 2023 que representa apenas uma rota, mas é um valor absurdamente baixo – a menor rota possível dá 10,8 km:



49

Como foi um *print* do próprio entregador no *status* dele no *Whatsapp*, não tem como saber a marcação da quilometragem mostrada no aplicativo do *iFood*. Esse cálculo de quilometragem e tempo gasto foram feitos no *Google Maps* em um domingo ao meio dia. 24 de junho de 2023 foi em um sábado e, por conta disso, o trânsito poderia estar um pouco mais complicado aumentando o tempo gasto – e esse tempo não conta, como nem o próprio aplicativo do *iFood*, o tempo gasto com a própria coleta dos produtos na loja e a entrega aos clientes.

Uma pesquisa realizada com 103 (70% como único meio de trabalho) entregadores em julho de 2020 em todas as regiões do país, apresentam um número de 5, 6 dias de trabalho por semana (6,16 dias quem tem esse como o único meio), jornada de 55 horas por semana (64,5 horas para os unicamente entregadores por aplicativo). Também apresenta uma taxa de 1,35 e 0,58 salário hora mínimo durante a pandemia (na primeira metade de 2020) respectivamente de *motoboy*s e de *bikers*. Nesse período, 51,7% dos entrevistados recebiam até 0,99 do valor por hora se comparado ao salário mínimo, desses, 21,8% até 0,49 (NEC, 2021)⁵⁰.

Além disso, em uma pesquisa recente organizada pela Central Única dos Trabalhadores CUT (2021) e coordenada por Ricardo Festi (UnB) – responsável pela pesquisa em Brasília – e Roberto Vêras (UFPB) – responsável pela pesquisa em Recife –, pesquisadores de universidades públicas, traz, além de dados quantitativos, dados qualitativos dos entregadores de aplicativo das cidades pesquisadas e que reflete, de uma forma abrangente, o quadro do país. Menos de um sexto dos pesquisados relatou não ter sofrido ofensas no trabalho ou se conhecia algum caso de discriminação. Os outros trabalhadores relataram casos ocorridos com eles mesmos ou com outros colegas, sendo mais da metade preconceito quanto à raça e dois terços por causa da classe social, ocorrido tanto por parte do cliente, quanto por parte dos estabelecimentos como restaurantes e lanchonetes, por porteiros de prédio, pelo aplicativo e até mesmo por motoristas no trânsito.

Se colocar em uma visão nacional, os relatos de casos de preconceito contra os entregadores de *delivery* são os mais diversos e acontecem a todo momento. Alguns casos, com um certo destaque na mídia por serem registrados, mostram o discurso preconceituoso de dominação da elite brasileira em seus bairros – feudos – nobres. Moradora da Barra da Tijuca (RJ) se sente no direito de chamar o entregador de “vagabundo” e “favelado de corpo, alma e pensamento” mesmo na presença do segurança do condomínio que escoltou o rapaz até a residência da mulher (BOECKEL, 2021). Não é diferente em São Paulo em um condomínio de Valinhos em que o morador se dirige ao *motoboy* como “semianalfabeto e “inveja disso aqui” apontando para a sua própria pele (EPTV 1, 2020). Em Goiânia (GO), o entregador foi proibido de entrar no condomínio de luxo porque a moradora escreveu no aplicativo “esse preto não vai entrar no meu condomínio. Mandar outro motoboy que seja branco”

50

Não utilizei dados recentes do IBGE de 2022 porque a metodologia utilizada envolve todas as formas de locomoção (carros e até mesmo a pé) e até mesmo entregadores que não utilizam os aplicativos como um intermédio (CALLIL; PICANÇO, 2023).

(CATRACA LIVRE, 2020). Outros tantos vídeos gravados representam o preconceito por causa da cor da pele, do fenótipo e da “suposta condição de superioridade social” (PEREIRA, 2021).

Analisando os entregadores da *Deliveroo*, criou-se o termo “virtudes perversas” dos aplicativos em que significa uma busca, por parte dessas empresas, de uma maior produtividade e de uma aquisição, por parte dos trabalhadores, dos valores da plataforma. Trata-se da virtude da “flexibilização” – como discutido em vários momentos, “chefe de si mesmo”, ter tempo livre quando quiser para fazer uma outra coisa –; da “vitalidade” – o trabalho colocado também como um exercício para os ciclistas, principalmente – que na verdade demonstra uma sobrecarga causando o resultado inverso; e a “legibilidade” por ser gerador de dados não só pessoas, mas também logísticos para os aplicativos, são sempre vigiados e monitorados necessitando estarem com uma pontuação boa para não serem bloqueados (SADOWSKI, 2021).

Outro ponto importante da nova forma precarizada de trabalho é a incompatibilidade entre a escolaridade dos trabalhadores com o necessário para exercer o seu trabalho (MACHADO; HERMETO; CARVALHO, 2004; FERNANDES 2010). Uma pesquisa de 2021 mostrava que 50% dos motoristas e entregadores do Brasil tinham ensino superior, sendo 38% só os entregadores (ROSA, 2021). A pandemia da Covid-19 – com a adesão em massa do *home office* – evidenciou que o uso dos meios de comunicação – *smartphone*, por exemplo – para exercer o trabalho podem contribuir ainda mais para a precarização por acabar com a distância entre o local de trabalho e o local da vida privada, tornando os trabalhadores sempre disponíveis para responderem os chefes, os outros colegas, ou para realizar alguma atividade (ROSI, 2023).

A pandemia trouxe uma ampliação e um aprofundamento de uma busca já existente antes mesmo do coronavírus que é o empenho em maximizar o uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC) em detrimento da redução do trabalho humano necessário para a produção (ANTUNES, 2021a). Além disso, a comunicação também serve para justificar os modos “de ser e de parecer do capital” ao criar estratégias em atribuir responsabilidade social e inovação com os aplicativos (GROHMANN, 2021, p. 15). A comunicação não é apenas transmissão de informação, mas é ontológico ao ser social. Quando o capitalismo explora a comunicação e a transforma em trabalho – como é o caso dos aplicativos –, significa o capitalismo estar explorando a potencialidade humana de se comunicar. A tecnologia transformou e ultrapassou as dimensões do tempo e do espaço

aumentando, assim, a capacidade humana de produção (FÍGARO, 2021); casado com a tecnologia, o neoliberalismo consegue organizar e estruturar como a sociedade deve agir em várias esferas (DARDOT; LAVAL, 2016).

É importante ter em mente qual é o surgimento do mais-valor⁵¹ adquirido pelas empresas de entrega de mercadorias. Dentro desse processo de circulação do produto há um processo de produção. O produto precisa se tornar mercadoria, precisa ser um objeto da produção capitalista; quanto mais tempo o produto gasta para ser transportado, menos será capaz de ser mercadoria. O processo de produção é justamente esse deslocamento e só é visto como mercadoria após ser produzido. Adiciona-se valor pelo trabalho realizado e pela transferência de valor dos meios de transporte (ANTUNES, 2018; MARX, 2014). Para Mazzucato (2019), capital de produção é o que cria mais-valor (mercadoria) e capital comercial é quem realiza de fato a mais-valor. Dessa forma,

Para o capital industrial, os custos de circulação aparecem como despesas adicionais – e, de fato, são. Para o comerciante, eles aparecem como fonte de lucro, que, pressupondo-se a taxa geral de lucro, encontra-se em proporção à grandeza desses custos. Por isso, o desembolso que se deve efetuar nesses custos de circulação é, para o capital comercial, um investimento produtivo. Assim como para ele também é diretamente produtivo o trabalho comercial que ele compra. [...] Todos esses custos se efetuam não na produção do valor de uso das mercadorias, mas na realização de seu valor. São custos de circulação puros, que não entram no processo direto de produção, mas no processo de circulação e, por conseguinte, no processo global de reprodução (MARX, 2017, versão online).

Por conta disso, o valor está intimamente ligado à fadiga e aos riscos da necessária velocidade de entrega para o objeto se tornar mercadoria. “[...] A cabeça ultimamente está bem assim cansada... Têm uns três meses que eu estou nessa batida [de trabalhar todo dia quase o dia todo]”, relata o entrevistado João. Para a grande parte dos sujeitos, o trabalho é uma forma de construção e estabilização da identidade – uma constituição do próprio ser – e da saúde psicológica, principalmente quando está presente o fator de integração através do trabalho – algo inexistente na questão dos entregadores. Há um prazer e uma realização de si ao existir um ganho em relação ao sofrimento. Porém, em relação aos trabalhadores uberizados, além da desintegração dos trabalhadores, as grandes jornadas de trabalho e a sobrecarga causam desgastes na própria vida particular, afetando a qualidade de vida dessas pessoas. Existe um aumento no risco de descompensação nos subempregados e

51

que é o objeto de trabalho (matéria-prima ou serviço) ganhando um valor superior ao estágio anterior ao ser tocado pelo labor humano (CARCANHOLO, 2011).

desempregados como o alcoolismo, o uso de drogas, a depressão, a violência e, até mesmo, o suicídio (DEJOURS, 2009; 2011a; 2011j; SORATTO et al, 2017).

As doenças psíquicas, para Han (2023), demonstram uma crise da liberdade, patologias da coerção. Entre os pesquisados, foi percebido, pelo menos entre um deles, fazer uso compulsivo de cigarro para relaxar e um outro admitiu ser usuário de maconha. Existe um paradoxo no mundo do trabalho atual: o adoecimento, a depressão, se tornando algo comum em um momento em que se incentiva uma autonomia e um comprometimento maior dos sujeitos (LAZZARATO, 2010 *apud* MOLINA, 2022). É um discurso de autonomia para tornar, na subjetividade, a ação dos sujeitos em algo apenas mercadológico (FRANCO et al, 2021).

Para Cavalcanti (2021), a informalidade e o desemprego levam à captura da subjetividade dos trabalhadores pela intensificação do trabalho ao exigirem maior produtividade sem conseguirem atingir alguma meta. “O trabalhador incorpora a ideia de que o sacrifício pessoal mediante engajamento permanente é o caminho insuspeito para o sucesso profissional. E, assim, prevalece a ideologia de que o indivíduo deve oferecer-se em holocausto [...]” (Idem, 2021 p. 71). A subjetividade fora das mãos do próprio ser significa uma exploração do próprio corpo de forma consentida. Os processos psíquicos devem ser atingidos para existir uma submissão mental e, conseqüentemente, uma submissão do corpo (Ibdem, 2021; DEJOURS, 2003) – é a “desapropriação do corpo [...] possível graças a uma operação específica sobre a estrutura da personalidade, cujos efeitos, duráveis ou reversíveis segundo o caso, fazem parte integrante da carga de trabalho” (DEJOURS, 2003, p. 136). A flexibilização do trabalho eleva, como foi apresentado, a concorrência entre os próprios trabalhadores e a pressão produtiva, levando, em consequência, ao isolamento e às doenças mentais (DEJOURS, 2009). O entregador entrevistado André relata o desgaste da sua vida psíquica:

Venho de um problema de ansiedade crônica e depressão. Eu estou cada vez mais recluso dentro de casa, mas eu consigo me distrair com jogo de computador, jogo de videogame, uma série, um livro... Estou sempre me informando. Mas também quando algum primo meu vem me visitar ou algum parente; algum amigo fala que está próximo de mim, eu tento me encontrar. [...] Mas eu estou numa fase bem reclusa mesmo.

Não pode deixar de ser mencionado a insegurança. Os entregadores sofrem com a precarização da atividade laboral, sofrem o preconceito social, sofrem com o medo de se acidentar, sofrem com o medo de assalto. No dia quatro de fevereiro (de que ano?), em um

sábado de manhã, um entregador por aplicativo de bicicleta foi ferido com uma faca após dois assaltantes tentarem roubar a sua bicicleta (ENTREGADOR, 2023). O rapaz quase ficou sem o seu meio de locomoção, possivelmente sem o seu meio de lazer e exercício físico, sem o seu meio de sobrevivência. Não é uma visão de moralidade em relação ao assalto. Se os assaltantes obtivessem êxito, o entregador não conseguiria resolver a sua situação com alguma empresa de entrega para continuar exercendo o seu meio de ganha-pão; ele teria que gastar – entrar novamente com os meios de produção – para continuar trabalhando. Esse não é um caso isolado. Dois dias antes na Serra, cidade da Grande Vitória, um *motoboy* que trabalhava com entrega de lanches foi morto depois de reagir a um assalto (NATIELLY, 2023). Sendo assim, por conta das questões psicológicas dos entregadores, o próximo capítulo tratará de forma mais minuciosa o sofrimento desses trabalhadores.

6. CAPÍTULO III: SOFRIMENTO DOS ENTREGADORES E AS ESTRATÉGIAS DEFENSIVAS

O neoliberalismo, além da doutrina e da ideologia, necessita de uma economia psíquica e comportamental para se sustentar, estendendo sua esfera de atuação para a vida cotidiana das pessoas (DARDOT; LAVAL, 2016; GUIMARÃES Jr; FERREIRA; FREITAS, 2022). Nessa nova configuração neoliberal, processos de produção subjetiva são desenvolvidos em aliança com aspectos macros como a economia e a cultura; as relações pessoas são controladas pelo capital dominante.

O indivíduo é empreendedor de si e, por conta disso, é responsabilizado pelos fracassos causando sofrimento psíquico. Além disso, no neoliberalismo, o trabalho é ainda mais dominado pela financeirização e o valor de uso perde quase toda sua totalidade para o valor de troca (GUIMARÃES Jr; FERREIRA; FREITAS, 2022; MÉSZÁROS, 2011) – o objeto de trabalho perde todo o aspecto do indivíduo que o realizou. No neoliberalismo, além da individualização do sofrimento psicológico, há o fracasso no trabalho psicologizado e transformado em algo amoral do indivíduo. Além disso, "[...] o neoliberalismo pode ser definido como uma gestão do sofrimento, porque ele se baseia na sua administração calculada, elevada à dignidade de método" (DUNKER et al, 2021, p. 245). O gerenciamento neoliberal não está ligado mais à insatisfação no trabalho, no sofrimento, mas na preservação do Eu, nas estratégias defensivas contra o sofrimento, na sublimação⁵² do conflito

(DEJOURS, 2003; DUNKER et al, 2021). O fracasso na sociedade neoliberal não representa mais um questionamento à sociedade ou ao sistema, não à resistência, mas o sujeito se sente responsável. No neoliberalismo, a exploração não transforma os indivíduos em revolucionários, mas em depressivos (HAN, 2023).

Para tratar dos sujeitos no neoliberalismo e, dessa forma, adentrar no sofrimento dos entregadores, primeiro é importante refletir sobre a experiência de vida no trabalho desses uberizados. Para Thompson (2021), a experiência é uma resposta mental e emocional, liga-se a costumes, práticas socioculturais, ela é individual ou do grupo social, em advento de acontecimentos corriqueiros e surge no ser social porque os sujeitos são seres racionais e meditam sobre os acontecimentos – é a experimentação da experiência como sentimento que também está presente na cultura, no seio familiar, nas normas impostas, nos valores. As mudanças no ser social ocorrem no momento em que as experiências vividas agem sobre a consciência social existente e, conseqüentemente, há uma elaboração, um desenvolvimento intelectual sobre o objeto (THOMPSON, 2021) – é uma dialética do aprendizado e da experiência presente em Thompson.

E aqui há uma aproximação da experiência de Thompson com a relação entre o somático, o corpo, e o anímico, psíquico, de Dejours (2022a). A pulsão – excitação do corpo manifestado no psíquico em busca de uma descarga –, nessa relação do corpo com o psíquico, é um provocador de desestabilização e, dessa maneira, exige um trabalho em antítese – usando uma das elaborações teóricas presentes na dialética de Hegel (2014) – realizado pelo Eu para *rearranjar* as ideias, o pensamento, o psíquico, já estabelecidos. É um trabalho do Eu levado pela pressão pulsional para um rearranjo após uma desestabilização (DEJOURS, 2011f; 2022a, grifo do autor).

A pulsão age no “prazer da desestabilização, inicialmente, prazer do progresso ou do desenvolvimento (engrandecimento do Eu) na sequência”. Por conta disso, o anímico seria “o resultado de uma transformação da excitação proveniente do interior do corpo pelo viés de um

Sublimação, para Freud, são os desejos inconscientes transformados em, por exemplo, obras de arte, ciências, etc. As pessoas conseguem satisfazer os seus desejos através de outras realizações mais aceitáveis pela sociedade. É a transferência do desejo de um objeto para outro. Quando alguém se torna perverso, quer dizer que há um estágio de inibição do desenvolvimento. A ocultação do corpo nas sociedades contemporâneas despertam a curiosidade sexual e, querendo completar o objeto sexual oculto, desvia-se para um outro lugar como a arte; o desvio é a sublimação. As fontes de trabalho psíquico servem para o ganho de prazer e afastamento do sofrimento. Porém, muitos utilizam do trabalho como apenas meio de sobrevivência (CHAUÍ, 2000; FREUD, 2019; FREUD, 2010). Para Dejours, sublimação é a dessexualização dos impulsos internos e a substituição por uma atividade socialmente aceita, útil, não julgada, precisando sempre passar por aceitações. O mecanismo da sublimação pode transformar o sofrimento em prazer através do trabalho. Sublimar é também engajar na ação de reconhecimento social, dos colegas e da sociedade, sobre o trabalho realizado e não apenas mobilização da subjetividade (DEJOURS, 2011f).

trabalho cuja forma típica seria a elaboração”. Em consequência, o trabalho real, diferente do trabalho prescrito, está presente após a resolução do fracasso apresentado no agir – é a efetividade da experiência. O trabalho real aparece na resistência da máquina, do material. Há um “remanejamento da arquitetura psíquica e corporal” ao se deparar com a resistência interna do próprio sujeito e, dessa forma, encontrar uma solução para superar o obstáculo postado pelo mundo externo – exigindo um trabalho psíquico. Esse trabalho é o motor para a inteligência e habilidade na atividade – o trabalho “de si sobre si” leva à inventividade no trabalho e, seguindo a ideia marxiana, o trabalho transforma o próprio sujeito (DEJOURS, 2009; 2022a, p. 76-79; MARX, ENGELS, 2007). E a dialética se mantém em todo processo de conhecido-resistência-aprendizado.

A dificuldade do trabalho real aparece no trabalho já conhecido, na técnica já aprendida, quando algo novo acontece. O trabalho é repetidamente aprendido com o fracasso, com a resistência da realidade. Logo, o trabalho real é sentido pelo ser, a angústia, a raiva, a surpresa, são sentimentos presentes no momento de fracasso. Trabalhar é lidar com o real até conseguir solucionar o problema (DEJOURS, 2009).

É como os *motoboys* superam diariamente com certas dificuldades encontradas no dia a dia. Como dificuldades com dia de chuva, superação do sol forte, superação das dores nas costas – colocando a *bag* amarrada no assento –, dificuldades de passar por certos locais, dificuldade porque uma peça quebrou no deslocamento da entrega, ou até mesmo para conseguirem chegar no destino final no tempo programado – necessitando fazer manobras arriscadas por conta disso –, dificuldades e formas de superação compartilhadas principalmente nos grupos do *Whatsapp*. E é dessa forma que aparece a inteligência de reconhecer o trabalho real, a sua dificuldade – a sua impotência – e a superação sem desistir no meio do processo. E essa é uma questão levada até mesmo para fora do trabalho, é ruminado no local de lazer, no lar, para conseguir solucionar – se engajando com toda a subjetividade, de corpo e alma (DEJOURS, 2009). “A solução vem da capacidade de resistir ao fracasso, isto é, da capacidade de sofrer” (DEJOURS, 2009, np).

O próprio ato comum entre *motoboys* de passar nos corredores⁵³ buzinando pode apresentar como um aprendizado com a experiência de uma melhor forma de ser notado no trânsito. Alguns trabalhadores utilizam de artimanhas, inteligência do trabalho (DEJOURS, 2022a), para resolver algum desconforto, ou acelerar o processo, ou para se manter atento à

53

Neste trabalho a palavra “corredor”, muito comum entre os *motoboys*, sempre será tratado como a passagem existente entre os carros quando há duas ou mais faixas em uma mesma mão.

atividade. E essa é uma questão dialética.

Ao ser questionado sobre o “medo” de passar em corredores – tratado mais à frente –, o entrevistado Romeu relata sobre a experiência:

[...] O medo é o tempo todo... Só que, igual eu te falei, tipo... A gente que tem mais experiência e mais prática, a gente vai mesmo com medo... A gente vai. Igual eu te falei, a gente tem que ir e você entra no corredor... Você tem que estar atento a tudo... Olhando os carros... Se alguém está mudando faixa... Se alguém está dando seta... Você tem que estar atento a tudo... Se não tem pedestre... Porque muitas vezes tem lugares que os pedestres querem atravessar... Vê o trânsito todo parado e quer atravessar... E quando você vem no corredor, às vezes não dá tempo de frear também. Então, você tem que ir no corredor, mas sem estar acelerando muito... Com o pé no freio e o dedo na buzina... E atenção a todo momento. E como é nossa profissão, né? A gente não pode parar... Não pode ficar perdendo tempo atrás de carro porque todo aplicativo ele te dá um certo tempo pra você chegar num estabelecimento... Chegar no cliente... No cliente nem tanto. Porque o *iFood* te dá a corrida... Vamos buscar lá no *shopping* Mestre Álvaro... Ele vai te dar dez minutos pra você chegar lá. Aí você vem... Vamos dar um exemplo... Vem pela reta do aeroporto... Vem de Goiabeiras pra puxar para o Mestre Álvaro. Normalmente tinha aquele trânsito, deu uma melhorada agora, mas tinha aquele trânsito. Então, se você ficasse ali atrás de carro, você não ia poder chegar nunca. Então, você ia perder essa corrida... ia tocar outra? Mesma coisa... Você acaba perdendo. Então, você não faz dinheiro... Não trabalha dessa forma. Então, por isso que você tem que ir, mas sempre com atenção. O medo é constante... O medo você tem o tempo todo. Até fora do corredor...

Mesmo em se tratando do medo, relatando a experiência, o discurso de autodefesa em correr riscos no trânsito é muito forte entre os *motoboys* – há uma perda de identidade social (CASTEL, 1998; PAUGAM, 2003), se veem menosprezados e desordeiros pela sociedade. Mas, continuando sobre a mobilização do trabalho subjetivo dos entregadores, o insucesso – a experiência causadora de sofrimento – no trabalho prescrito mobiliza o sujeito para o trabalho real a partir das formas de resistência às situações encontradas no trabalho (DEJOURS, 2022a). Seguindo essa linha – e não existindo necessariamente um trabalho prescrito, engessado, como colocado pelo pensamento neoliberal de Hayek, mas uma forma comum de realizar a atividade de entrega em um serviço, novamente hayekiano, de “escolha livre” (HAYEK, 2010) –, sobre a questão da *bag* cheia, o entrevistado Jefferson demonstrou seu arranjo intelectual para resolver determinadas situações. Com duas redes elásticas de moto, ele prende a *bag* de alimento na moto não tendo problema com desgaste por causa do peso e nem de dor nas costas. Outra questão é a luva usada para se proteger do sol – algo compartilhado por ele com outros entregadores. Trabalhar é confrontar a resistência do que se apresenta, mas também um reencontro com as relações sociais e de dominação porque o trabalho se desenvolve no mundo objetivo, subjetivo e no mundo social (DEJOURS, 2022a). Para Dejours (2009), o sofrimento é capaz de mover o trabalhador para buscar solucionar

justamente o sofrimento causado. O sofrimento é o que leva ao conhecimento do trabalho real, ao conhecimento do corpo porque é o corpo que toca o mundo físico e a resistência oposta ao saber, à técnica. Por conta disso, trabalhar também representa uma transformação do próprio ser.

Perrusi coloca o processo de subjetivação como resultado da contradição de fenômenos sociais como a linguagem, o poder, os valores, a socialização e também o trabalho. Dessa forma, na contemporaneidade, para ele, existiriam “reestruturações psíquicas parciais” advindas de transformações sociais. A “reconfiguração da individualidade” seria resultados de novas subjetivações do campo social e também do campo psíquico por existir uma consequência neste campo em detrimento do campo social. “Se há novos sofrimentos, pode-se aventar que existam novas psicopatologias, o que denota variações históricas entre o normal e o psicopatológico” que são resultados da “reestruturação psíquica” atingidas principalmente por “processos sociogênicos” (PERRUSI, 2015, p. 141).

O individualismo contemporâneo sugere uma forma de individualidade, logo, um “tipo de psiquismo” – maneira de agir e maneira de sentir. Se houve reconfiguração da individualidade, ocorreu uma reestruturação psíquica e, se houve reestruturação psíquica, surgiram novas expressões do afeto e do sofrer. Em suma, toma-se como premissa a sociogênese da estruturação psíquica ou a historicidade do psiquismo, tornando muito mais complexas as relações entre psicologia e história do que sonha a psicologia social. O superego seria, por exemplo, a categoria psicossocial de determinada economia psíquica (PERRUSI, 2015, p. 142).

“Tempo e história inscrevem-se também na subjetividade sob a forma dos registros de sensibilidade que a experiência constitui no corpo” (DEJOURS, 2022a, p. 112). O neoliberalismo impõe uma ideia do individualismo como autonomia e a exclusividade no indivíduo sobre a responsabilidade pelo sucesso e pelo “sofrimento mais profundo” (EHRENBURG, 2010, p. 223, tradução nossa). Dessa forma, o individualismo é fonte de adoecimento (PERRUSI, 2015) como a depressão com problemas “que vão desde o indivíduo desacelerado que precisamos revigorar [...], até a psicose da melancolia marcada pelo delírio de culpa [...]. A situação médica e social da depressão [...] como um estado de espírito inerente ao individualismo contemporâneo” (EHRENBURG, 2010, p. XIV, tradução nossa). Segundo Perrusi, a socialização do mundo contemporâneo faz com que a percepção individual e subjetiva do mundo esteja imbricada com o fator psíquico e social e, consequentemente, o sofrimento psíquico é também vinculado ao social. O sofrimento psíquico é uma construção social que se manifesta de forma individualizada ao ser biologizada e psicologizada perdendo seu significado socializante (PERRUSI, 2015). O entrevistado Romeu mostra em seu relato a

sutileza individualista, competitiva e cruel logo quando se começa a trabalhar com o aplicativo no neoliberalismo:

[...] Quando você cria a sua conta no *iFood*... Aprova e aí fala “sua conta está liberada”... Você começa a rodar o aplicativo. “Eu vou começar a rodar o aplicativo hoje.” Por sua conta ser nova, você não vai fazer essa demanda de vinte, trinta entregas em um dia... Você vai ficar o dia inteiro disponível no aplicativo para fazer duas entregas. Então, esse começo do aplicativo é a pior parte... Porque isso sim te afeta psicologicamente. Por quê? Você vê todos os *motoboys* saindo com entrega... O aplicativo deles tocando o tempo todo e o seu nada. Você faz duas entregas, três entregas no máximo... No máximo. E isso em tocar uma pela manhã, a outra à tarde e a outra à noite. Entendeu? Então, todo mundo que começa no aplicativo passa por isso. Essa é a pior parte... Que isso te deixa ansioso... Porque você fica vendo todo mundo saindo e o seu não tocando. Você fica naquela esperança do seu aplicativo tocar... A pior parte é quando você começa a rodar no aplicativo do *iFood*. Porque, hoje em dia, tem outros aplicativos, mas não tem tanta demanda igual o *iFood*. Porque o *iFood* aqui é prioridade... É o que mais tem demanda de comida e os outros são mais de serviços... É levar um um objeto até tal local... Levar uma chave... Levar um papel... no caso é a *Uber*... a *Shipp* é mais final de semana... Durante a semana não toca. Então, depende muito do *iFood* em si. Então, essa parte, se você não tiver um preparo, você desiste logo no segundo dia... Fala “pô, isso não é para mim...” Ficar o dia inteiro ali na esperança e só tocar dois, três pedidos para você fazer vinte reais no dia. Mas o *iFood* é que você tem que ir todo dia. Coisa de duas semanas sua conta já vai melhorando... Vai começando dar uma demanda maiorzinha... Coisa de três meses... Três não... Um mês ela já dá uma melhorada... Você já consegue fazer... “Vou fazer cinquenta reais aqui por turno...” Até ela chegar num nível porque tudo é *score*. Então, até seu *score* ficar bom, você precisa de um tempo de aplicativo. É que, tipo assim... O que me afetou um pouco foi que com essa escala, não tinha muito tempo pra fazer outra coisa... Só tinha sábado mesmo para ficar com a família e a esposa... Só ver mesmo a parte da noite...

Em contrapartida à ansiedade de não receber chamadas, o aplicativo tocando para mostrar a existência de entrega a ser feita, também é uma perturbação. Esses trabalhadores lidam a todo minuto com estímulos corrosivos psicologicamente. É o trânsito, o aplicativo, o cliente, o estabelecimento, os transeuntes, o uso indiscriminado do celular, a chuva, o sol forte. O aplicativo do *iFood* não mostra de forma simples uma nova entrega, como relata o entrevistado André: “teve um dia que esqueci de desligar e estava aqui na minha tia... E tocou ‘*iFood*, *iFood*’. Acabei recusando, mas me prejudicou um pouquinho. Fica um alerta na nossa cabeça... Roda menos e você não sabe como vai ser o próximo dia.” Em um determinado grupo de *Whatsapp*, enquanto um entregador estava mandando áudio, tocou uma nova entrega e pode ser percebido como funciona. Além desse dia, também ocorreu em uma entrevista em que, quando acabou o relato, o entrevistado ligou o aplicativo e – talvez por ser OL – logo tocou uma chamada com um incansável “*iFood*” repetindo até a chamada ser aceita. É um *loop* de *iFood* sem parar, sem dar um segundo de descanso, até aquela chamada ser atendida.

Trazendo a visão antropológica de Lévi-Strauss (2003), ao tratar do fato social total de Mauss, escreve uma reflexão sobre o psíquico e o social serem complementares e dinâmicos, não representando, dessa forma, apenas duas metades separadas. O psíquico é um “meio de verificação” das particularidades da realidade impossível de serem analisadas fora dele. O fato social total é a dimensão sociológica, os aspectos sociais presentes; é a dimensão histórica e a dimensão fisio-psicológica. Ou seja,

[...] é somente ao cabo de toda uma série de reduções que estaremos de posse do fato total, o qual compreende: 1) diferentes modalidades do social (jurídica, econômica, estética, religiosa etc.); 2) diferentes momentos de uma história individual (nascimento, infância, educação, adolescência, casamento etc.); 3) diferentes formas de expressão, desde fenômenos fisiológicos como reflexos, secreções, desacelerações e acelerações, até categorias inconscientes e representações conscientes, individuais ou coletivas. Tudo isso é claramente social, num certo sentido, uma vez que é somente na forma de fato social que esses elementos de natureza tão diversa podem adquirir uma significação global e tornarem-se uma totalidade. Mas o inverso é igualmente verdadeiro: pois a única garantia que podemos ter de que um fato total corresponde à realidade, em vez de ser o acúmulo arbitrário de detalhes mais ou menos verídicos, é que ele seja apreensível numa experiência concreta: primeiro, de uma sociedade localizada no espaço ou no tempo, “Roma, Atenas”; mas também de um indivíduo qualquer de alguma dessas sociedades, “o melanésio dessa ou daquela ilha”. Portanto, é realmente verdade que, num certo sentido, todo fenômeno psicológico é um fenômeno sociológico, que o mental identifica-se com o social. Mas, num outro sentido, tudo se inverte: a prova do social, esta, só pode ser mental; dito de outro modo, jamais podemos estar certos de ter atingido o sentido e a função de uma instituição, se não somos capazes de reviver sua incidência numa consciência individual. Como essa incidência é uma parte integrante da instituição, toda interpretação deve fazer coincidir a objetividade na análise histórica ou comparativa com a subjetividade da experiência vivida (LÉVI-STRAUSS, 2003, p. 24-25).

A sociedade capitalista transformou o labor em uma mercadoria e, com isso, o trabalhador em assalariado, fetichizado, alienado. Torna-se um meio de subsistência e não mais uma finalidade central do ser social. O poder de transformação da natureza ganha uma característica de mercadoria (ANTUNES, 2009b), de valor de uso para valor de troca. Para Marx (2004), ao se transformarem sua força de trabalho também em mercadorias, os indivíduos tornam-se seres estranhados, não se reconhecem, pelo contrário, se desumanizam, não se satisfazem, e se degradam no mundo do trabalho. O processo de alienação recai não só sobre o objeto – o produto –, mas também sobre o ato de produzir, o ato de criar. O labor passa a não ser mais fonte de humanidade, mas em desrealização do ser social, um estranhamento e alienação dos trabalhadores. É a alienação (ou estranhamento) “como mecanismo de sufocamento do ser humano se encontra na materialidade das relações de produção” (SANSON, 2021, p. 30); relações estas em que está presente a essência da própria compreensão social por ser o trabalho – a produção dos meios para satisfazer as

necessidades, uma produção da própria vida material – a primeira ação histórica (MARX; ENGELS, 2007; SANSON, 2021).

O estranhamento e a alienação representam o ‘morto dominando o vivo’ em que a máquina e a mercadoria dominam o ser humano e, dessa forma, está presente também no ato de produção dentro da atividade produtiva e não somente no produto; é o capital transformando o proletário em mercadoria ao se apropriar dele e expropriá-lo. O produto significa a existência do trabalhador fora dele, independente dele e estranha a ele; é uma força soberana e emancipada diante dele. Para Marx, a subordinação do trabalho ao capital leva à objetivação do sujeito e à subjetivação do objeto por parte do proletariado (MARX, 2004; MÉSZÁROS, 2016; SANSON, 2021); “o sujeito (trabalhador) se torna uma coisa e o objeto (mercadoria) ganha vida” (SANSON, 2021, p. 35).

O objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como *um ser estranho*, como um *poder independente* do produto. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa, é a *objetivação* do trabalho. A efetivação do trabalho é a sua objetivação. Essa efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desefetivação* do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto e servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento*, como *alienação* (MARX, 2004, p. 80 *apud* SANSON, 2021, p. 35 grifo do autor).

O capitalismo se desenvolve e a exploração do ser vai ganhando contornos específicos, a depender de cada particularidade sociohistórica e cultural. Para Cavalcanti (2021), o sistema capitalista não fez desenvolver um trabalho livre, deixando para trás os modelos de trabalho degradantes como a escravidão. Além dessa ideia, o trabalho livre é uma forma de produção histórica e pertence ao seu tempo determinado; a exploração é a mercantilização dessa mão de obra natural do capitalismo (CAVALCANTI, 2021; KURZ, 1996). Como Cavalcanti coloca em seus escritos, a industrialização representa uma metamorfose da exploração, estando os trabalhadores em um estado de “*livre e não livre*”; como ele coloca, “*homem e não homem*”. Por conta disso, há uma integralização da servidão e escravidão na sociedade contemporânea, com diferentes formas de controle e extração de valor, negando a condição de ser humano e mascarando com um discurso de modernidade (CAVALCANTI, 2021, p 36).

Colocando esse discurso moderno do trabalho na cabeça dos trabalhadores, para Dejours (2003), muitos indivíduos se entregam ao labor pesado, desgastante, para esquecerem as dificuldades fora do trabalho como, por exemplo, os desgastes familiares. Há uma forte relação dos trabalhadores com as estratégias defensivas fora do trabalho para manter a normalidade. As pesquisas do Dejours na construção civil mostraram algo semelhante encontrado com os entregadores por aplicativo casados. A esposa se torna agente de

cooperação. A cônjuge deve ficar responsável por todos os problemas domésticos. Se o pai se sentir sensibilizado com problemas do filho ou da filha, se há uma identificação e afeto com a criança, ele não pode mais retornar para o canteiro de obra, no caso da pesquisa do Dejours, por não poder mais afastar as angústias da insegurança e dos riscos ocasionais no trabalho. A família, por vezes, é o ente onde é descontado todo o sofrimento do trabalho. Ao desestabilizar as relações com o coletivo, o risco imediato é a perda do emprego (DEJOURS, 2011f, 2022a). A questão familiar e o lazer ficam prejudicados pelo cansaço e a falta de tempo na uberização. Como escreve Bonnett (2018, tradução nossa):

Estamos cada vez mais perdendo os limites do horário de trabalho, entre outras coisas, devido à hiperconexão e   dependência de *smartphones*, o que permite que as pessoas continuem resolvendo problemas de trabalho nas horas em que deveriam estar relaxando e desfrutando da vida em família. [...] Estamos nos sobrecarregando de trabalho. A consequência disso é que a qualidade de vida está sofrendo uma deterioração significativa. Se alguém trabalha 10 ou 12 horas por dia e acrescenta o tempo de deslocamento e um mínimo de tarefas domésticas a isso, as formas de recreação compensatória se tornam escassas e leves: assistir a qualquer *reality show* antes de dormir. Dificilmente haverá tempo para esportes, contato com a natureza, um café com um amigo ou atividades compartilhadas com os filhos.

O entrevistado João relatou trabalhar sete dias da semana e quase o dia todo. Dessa forma, quando questionado sobre o lazer e a família, ele deu a seguinte resposta:

Eu com minha esposa em casa... A gente estava até tendo muito atrito porque a gente sabe do objetivo que a gente tem... Do foco que a gente precisa manter ali. Eu tenho que estar na rua... E eu tenho que trazer essa quantidade de dinheiro pra casa toda semana... E eu tenho uma meta que eu tenho que fazer mil reais toda semana... E a primeira e a segunda semana do mês eu tenho que [fazer] mil e cem. Então, quando eu tiver tempo pra fazer aquela meta, tenho que fazer. [...] Eu levei minha filha no vôlei. Foi a primeira vez que ela foi no vôlei hoje [...] por isso dei uma agarradinha, mas acaba que uma hora ou outra tem alguma coisinha que d  tempo assim, mas muito pouca coisa... Meu filho que eu levo ele para a escola... Eu levo ele pra escola em Manguinhos [bairro da Serra]... Então, eu levo e trago ele... Passa um pouco mais tempo comigo. Minha filha eu fico muito pouco.   mais nisso aí [em deslocamento que fica com os filhos]. levando em algum lugar, buscando para alguma coisa, ou minha filha já me manda mensagem... Meu filho não tem acesso a um telefone ainda [...]. Minha esposa passou a me esperar chegar... Eu chego e ela está acordada... Mesmo que ela fique acordada diz ela que é porque fica preocupada e... Aí se não manda mensagem para ela falando que vai passar do horário!

Como demonstrado, o sofrimento perpassa por todo o âmbito familiar do entregador. Enquanto o João está disponível para o aplicativo por quase todo o tempo de seu dia, sete dias na semana, a esposa está em suas obrigações ou em casa preocupada com o marido; principalmente quando está adentrando na madrugada e há um número maior de pedidos. O tempo dos filhos com o pai é quase todo em deslocamentos para escola ou para outros

compromissos mais distantes de casa. A tensão acompanha 24 horas por dia a vida de um entregador. Como o próprio João admitiu na entrevista – e está relatado mais a frente também — é necessário o uso de remédio para dormir certas vezes.

Quando foi comunicado sobre a possibilidade de nos dar seu depoimento, João até deu a ideia de entrevistar a esposa para ter a noção de como é ter um trabalhador desses dentro de casa⁵⁴. A noção do sofrimento está escancarado para muitos desses trabalhadores, mas há uma dificuldade em sair dessa situação. Ele relata a dificuldade de passar mais tempo com os filhos e as discussões com a esposa por ficar tanto tempo fora, mas tudo mirando um “bem maior”, algo que, para ele, parece ser possível alcançar fazendo tanto sacrifício.

Nessa relação de trabalho, não é difícil comparar a contemporaneidade com o que o próprio Cavalcanti coloca sobre o sistema escravista: “sendo a escravidão a imposição da condição de coisa, de mercadoria e, com efeito, a negação da própria humanidade do escravo, ela atenta, portanto, à dignidade ontológica, ao valor intrínseco vinculado à natureza do ser humano” (CAVALCANTI, 2021, p. 27). Para o funcionamento do neoliberalismo e aumento do lucro, é necessário o domínio de corpos e mentes com o complexo mundo do trabalho brasileiro entre o trabalho formal, o trabalho informal e o trabalho análogo à escravidão (GUIMARÃES Jr; FERREIRA; FREITAS, 2022). Para Neffa, há um desgaste muito grande e não há tempo necessário para a recuperação da fadiga:

Durante a atividade, o trabalhador deve suportar demandas físicas, psicológicas e mentais que são fontes de fadiga; se durante o tempo de descanso a fadiga não for recuperada e se a carga de trabalho exceder suas capacidades de resistência e adaptação, o trabalho pode resultar em dor, sofrimento e aumentar a predisposição para contrair doenças (NEFFA, 2015, p. 11, tradução nossa).

Em contrapartida, os trabalhadores conseguem afastar as doenças mesmo em situações desagradáveis impostas pelo trabalho sob o jugo da exploração. Adotam estratégias para se

54

Não foi realizado a entrevista da esposa para esse trabalho por conta, primeiramente, do perfil do entrevistado – costuma sempre puxar o discurso da conversa ou entrevista para ele, como foi observado com a entrevista realizada em grupo com ele e mais dois colegas de trabalho e, dessa forma, a entrevista deveria acontecer somente com a esposa sem o informante em questão por perto – e pela questão de se abrir uma outra vertente a qual a pesquisa começa a se encontrar naquele momento. O presidente do sindicato mais informativo para esse trabalho passou o contato de uma jornalista e policial capaz de informar questões familiares dos entregadores como, por exemplo, como a família fica desamparada quando a moto é roubada ou quando o/a trabalhador/a sofre acidente; dessa forma, a entrevista com a esposa do informante entraria nesse âmbito e tentaria, consequentemente, a entrevista somente com ela sem ele por perto. Entretanto, foi realizado apenas um contato com a pessoa – jornalista e policial – que, *a posteriori*, ignorou as tentativas de entrar novamente em contato. Assim sendo, por se tratar de uma nova vertente fora do escopo inicial da pesquisa, foi deixado para uma pesquisa futura essa importante questão.

distanciar dos problemas mentais, evidenciando a normalidade, uma dinâmica entre sofrimento e mecanismos de defesa contra o sofrimento. Quando esse equilíbrio dinâmico se rompe há a descompensação psicopatológica – a eclosão de uma doença mental. Sendo os sintomas da descompensação relacionados à sua história infantil e não às circunstâncias causadoras da descompensação. E esse comportamento de normalidade – uma maldade causada pela ausência de pensamento – é resultado de adaptação ao sofrimento causado pelo medo, uma resposta aos riscos exteriores de precarização. É o início da banalização do mal, uma manipulação política da ameaça de precarização.

Os impulsos psicológicos defensivos representam a luta do sujeito contra o próprio sofrimento, o medo da ameaça (DEJOURS, 2006; 2011i; LANCMAN, 2011). “O sofrimento estaria presente nos sentimentos de isolamento social, de perda, de sentimentos aliados à depressão, ansiedade, culpa, humilhação e estresse” (WERLANG; MENDES, 2013, p 744). E pode-se perceber com a pesquisa de campo a importância de ter alguém para confidenciar os problemas encontrados no trabalho por entrega. O entrevistado Hugo sente não ter essa pessoa dentro de casa. Na questão de conversar sobre o desgaste mental com alguém, o Hugo relata:

Conversa com quem [sobre os problemas encontrados no trabalho]? Pai ? Nós só trabalhamos. E outra... Não adianta... As pessoas não entendem ou não se esforçam para entender... Sei lá... O ser humano tem muito aquilo de ter que passar o ruim pra entender. O que eu faço sobre [a saúde mental]... Invisto em yoga aos sábados... Coisa de 1 hora e meia pela manhã. Pago pela aula. Que além de ser um momento relaxante... Prazeroso... ainda cuido um pouco da saúde. Por que parece que não, mas já tentou imaginar quanto pesa sair com uma *bag* cheia? E os refrigerantes? Então, coluna, joelho, tornozelo, ombros, os pés, pescoço... Tudo isso sofre. Para você ter ideia... Hoje é quarta-feira e eu já acordei cansado. Essa região do trapézio, ombro e escápula... Irmão, parece que eu malhei junto com os “maromba”.

O entrevistado Nilton, ao ser questionado logo após a confirmação do desgaste físico, sobre o desgaste mental respondeu:

É o pior. É o pior porque o físico se você dormir... Chegou em casa e descansou... Você não está cem por cento, mas você volta uns 80, 70%. Mas o mental não. Porque o pior do trabalho do *motoboy* e do *bikeboy* é estar com a mente constantemente alerta. Por quê? Você está dirigindo ou andando de bicicleta não para você. Que você está sempre preocupado. Faz conta... Como está em casa... ou o cara que está na sua frente... O que ele vai fazer ou não... Se ele vai virar... Se vai dar a seta ou não... Se ele está vindo muito rápido atrás de você ou se tem alguém na sua frente freando. Então a sua mente está sempre em estado de alerta e isso vai acumulando... E no dia seguinte, acontece a mesma coisa. Vai acumulando... Vai acumulando... E quando você pára para descansar, você não consegue descansar 100%. Então o desgaste mental, para mim, é pior do que o físico ainda.

O informante Romeu também relatou a questão da atenção a todo o tempo causando esse desgaste: “psicologicamente também você fica cansado porque... Você está em cima da moto e não tem segurança nenhuma... Então, tem que estar o tempo todo atento... 100% atento em qualquer coisa que você for fazer... Então, isso também deixa um pouco desgastado.” Para relaxar um pouco depois de um dia exaustivo, o entrevistado Nilton e o entrevistado André falaram da questão dos jogos de computador. Interessante pensar no próprio trabalho de entrega ser um *game* com a dramatização do trabalho, da rápida realização com recompensas (HAN, 2023).

Em questão familiar, diferente do entrevistado Hugo, em seu depoimento Nilton falou conversar com a esposa, com a mãe e com amigos sobre o trabalho e as dificuldades. O Romeu também relatou conseguir se expressar sobre o desgaste do dia a dia mesmo sem pensar em desistir:

[...] Não pensava em desistir. Só reclamava mesmo... Estava com a família mesmo... Falava “nossa hoje estou cansado. Hoje foi muita correria.” Porque, às vezes, você tem que andar bastante. Como eu te disse... Entregar [para o] cliente... Pegar o pedido em loja... Tem umas loja em *shopping* que você tem que andar muito, mas só reclamava mesmo com a família.

O entrevistado Nilton demonstrou uma certa dificuldade em conversar com outros entregadores pela alta demanda de trabalho. Quando começava um assunto no grupo do *Whatsapp* que ele queria opinar, logo chegava uma chamada e não podia falar. Quando voltava a poder conversar no grupo já estavam em um outro assunto. É a incapacidade de pensar e refletir sobre os assuntos pela vida frenética desses trabalhadores. E essa é uma questão milimetricamente pensada porque “só o fato de pensar já é político” (FORRESTER, 1997, p. 68). Mas o Nilton falou da existência de uma rede de entregadores que fazem até mesmo churrasco entre eles e da importância de manter um certo contato com outros entregadores:

[...] Só que é uma certa quantidade de pessoas... Não é todo mundo porque nem todo mundo pensa igual. Como cada consciência é uma sentença... Cada motinha passando é um universo ali passando na mente do cara. Então, às vezes esses universos não se encontram... Não estão girando no mesmo lugar... Então, acaba que fica sempre uma bolha de *motoboy*. Às vezes você quer sair e chama um que é mais próximo de você, que é mais próximo da sua casa. Agora sair coletivamente... todo mundo... Fazer uma paralisação para todo mundo sair é muito difícil... Acho até que é impossível.

Sobre conversar com outros entregadores – também entrando na questão dos entregadores *motoboys* conseguirem realizar outras atividades autônomas além dos aplicativos –, o um dos nossos depoentes, Hugo, relatou:

Olha... Esse momento acontece geralmente nas lojas. Quem chegou vai montando a sua rota e vai saindo... E enquanto você aguarda ali, você está com outros entregadores, outros *motoboys*. Então, o pessoal conversa de tudo... De trabalho, de futebol, de mulher, de polêmica, de política... De trabalho. Esse quesito é como se fosse igual a outro trabalho. Na empresa tem pessoas boas, tem pessoas ruins [...]. Então, nesse momento a gente vem trocando uma ideia ali você faz uma amizade [...]. Então, às vezes você está fazendo uma entrega que é próximo da loja, passa para um para o outro... Aquela amizade vai ficando. E o cara quando precisa te liga, te manda uma mensagem, passa na sua casa, passa no seu trabalho, troca lanche... As vezes “ah, pô, estou trabalhando aqui num lugar aqui, mas está saindo muito tarde, está me atrapalhando de manhã”... Aí vai para uma lanchonete que termina um pouco mais cedo. Aí lá onde estava a primeira [vez] era pizzaria e agora aqui é lanche... Aí o cara quer trocar porque ele enjoa de comer aquela mesma coisa... Vai mantendo a amizade ali entre os *motoboys*, entendeu?

O mundo do trabalho é essencial para a felicidade e dignidade dos indivíduos. É a distinção do modo de vida dos indivíduos ao dos animais, uma atividade fundamentalmente humana, ontológica (ANTUNES, 2009b). O trabalho e a comunicação estão ligadas na ontologia do ser social e, dessa forma, o trabalho está diretamente ligado ao outro, ao “acúmulo de experiência repassadas adiante, a criação de conceitos, a mediação de signos” (FÍGARO, 2021, p. 46).

Na visão da sociologia de Weber, em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* encontramos, a partir de um sentido calvinista do trabalho, a visão positiva do trabalho como um alcance da salvação divina através dele e, com isso, Weber coloca o capitalismo como a única experiência possível para o Ocidente – para ele, o trabalho é a “legitimação racional-cultural” (SANSON, 2021).

Para a interpretação marxista, o trabalho tornou-se o mediador do metabolismo social entre a natureza e a humanidade. Entretanto, a vida do sujeito não é exclusiva, não se restringe ao trabalho. O ser social não é prisioneiro de uma única faceta humana. Dizer que o trabalho tem elementos de ordem ontológica não significa afirmar que o ser social resume-se a ele, visto que há mediações valiosas.

O trabalho alienante e melancólico deve ser recusado por não potencializar a vontade natural emancipatória. Os trabalhadores e trabalhadoras exercem uma ação consciente ao realizar a forma aspirada ao objeto de trabalho. Ao modificar a forma externa do objeto, também modificam a sua própria natureza humana, convertendo o trabalho social em desenvolvimento da sociabilidade humana (ANTUNES, 2009b).

O conservadorismo de Durkheim enxerga a divisão do trabalho social como algo importante para criar as condições mínimas de coesão social em uma sociedade urbana industrializada – chamado de “solidariedade orgânica”; serve como uma “base moral que possibilita a convivência humana” (DURKHEIM, 1999; SANSON, 2021). Na teoria marxiana, de forma sucinta para somente contrapor Weber e Durkheim, o trabalho é a atividade que transforma não só a natureza, mas também o próprio ser e a sociedade; é a “objetivação da subjetividade do ser humano. Objetivação da pessoa na produção da vida material e nas relações sociais” (SANSON, 2021, p. 25).

Para Gramsci (1999), essa é a práxis, a “atividade transformadora” – uma natureza humana – em que o ser humano é um objeto histórico de elementos subjetivos, individuais e sociais – o sujeito é ativo nessa relação. O desenvolvimento e fortalecimento do próprio ser depende da modificação do mundo externo a ele – transformando a natureza ou outros indivíduos em vários níveis. É uma relação conflituosa não só com a natureza, mas na sociedade através da luta entre as classes.

Na Psicodinâmica do Trabalho, o trabalho é gerador de identidade e de saúde mental, mas pode se tornar um gerador de sofrimento, de constrangimento patogênico. O labor não é neutro; ou se torna uma forte arma de fortalecimento mental ou se torna um desestabilizador levando o indivíduo à descompensação (DEJOURS, 2011d; LANCMAN, 2011). Portanto, para Dejours, identidade é a armadura da saúde mental. Toda crise psicopatológica tem como causa principal um colapso de identidade levando ao sofrimento do indivíduo (DEJOURS, 2003). E para essa identidade há uma necessidade de levar em conta questões sociais e econômicas (DEJOURS, 2022a). Na visão pós-metafísica intitulada pelo próprio Habermas (1990), a identidade é uma resposta às exigências dos outros. É resultado e não uma posse interna. As relações pessoais levam às ações do indivíduo. O Eu da autoconsciência não pertence ao sujeito, mas ele é um objeto das conexões que ocorrem através das interações mediadas pela linguagem dentro de uma sociedade. Nessa questão, Dejours concorda com os argumentos de Habermas porque, para ele, o reconhecimento das atividades é fundamental para o psíquico humano. A identidade não é um elemento essencialmente do ser, é algo externo, uma institucionalização social e sempre reafirmada e reconhecida pela sociedade e também pelos chefes e clientes (DEJOURS, 2011d).

A alienação no trabalho e a falta de reconhecimento, para a PDT, tornam-se um ciclo vicioso do sofrimento, desestabilizando a personalidade e a própria identidade do ser, levando-o à doença mental (DEJOURS, 2003). É necessário o trabalho ser um elemento de

satisfação e, concomitantemente, desalienante, levando à transformação social (WERLANG; MENDES, 2013); é o tratado de Antunes (2009b) de, por ser ontológico, transformar o trabalho como uma fonte de prazer. Ao tratar do sofrimento do trabalho presente no livro *A banalização da injustiça social* do Dejours (2006), Werlang e Mendes (2013, p 745) dizem que:

A questão de [o trabalhador] sentir-se culpado pelo próprio sofrimento, a maneira como os trabalhadores suportam o fato de se sentirem culpados por expressar e sentir o próprio sofrimento no trabalho, e, também, mobilizar as defesas que podem conduzir ao processo de identificação do sofrimento, além das formas de sofrimento, ganham corpo e são fortemente discutidas.

Castoriadis-Aulagnier (2007) apresenta a ideia, existente desde a infância da relação com os pais e com a sociedade e seus alicerces, do contrato narcísico – do sujeito com a sociedade – em que o sujeito inserido em uma determinada coletividade não consegue investimento narcísico se essa coletividade não investir narcisicamente o sujeito (CARRETEIRO, 2003). Então, “este processo confere ao sujeito um lugar de portador de continuidade no conjunto social. O reconhecimento social, em sua vertente positiva, é, portanto, portador de narcisismo” (CARRETEIRO, 2003, p. 61). Uma ideia “de si mesmo que o sujeito demanda do grupo, como um conceito, conceito que o designa como um elemento que pertence a um todo que reconhece nele uma parte homogênea” (CASTORIADIS-AULAGNIER, 2007, p. 163, tradução nossa).

Ao visualizarmos questões de ofensas, xingamentos, injúrias raciais e preconceito de classe contra os entregadores tanto na pesquisa de campo – “vagabundos” para a sociedade por estarem esperando alguma chamada na praça; o carro estacionado com pessoas dentro sair quando o *motoboy* se aproxima como foi relatado por um dos entrevistados – quanto em matérias diárias em jornais – “Dividimos a conta, R\$ 14 cada um. Chegando aqui, o motoqueiro preto, macaco, fedido, filho da p...” (JOVENS, 2023); entregador chamado de “vagabundo” em Maceió (“VAGABUNDO”, 2022); entre tantos outros casos –, é perceptível a perda de vínculo – do contrato narcísico – desse sujeito com a sociedade em torno dele e, consequentemente, há uma perda narcísica.

Como foi apresentado, Dejours coloca o sofrimento como a vivência primordial na relação dos sujeitos com o trabalho. Porém, para ele, esse sofrimento pode passar a ser prazer. E esse prazer só é possível com a consequência da conquista da identidade e da própria realização, do reconhecimento. Sem reconhecimento não pode haver prazer, nem reapropriação em relação à alienação. O sujeito transforma o sofrimento em identidade

através do reconhecimento do seu trabalho. Há uma mobilização da inteligência por parte do sujeito para transformar este sofrimento em prazer. É uma busca incansável, de forma diária, com uma impossível conquista definitiva. Sem reconhecimento só há sofrimento patogênico⁵⁵ e desmobilização. A estratégia defensiva é um ato de indiferença demonstrada para suportar a insatisfação.

No âmbito da psicodinâmica, sempre há a identidade como estabilizador da saúde mental. Uma crise identitária – não no sentido pós-moderno ou decolonial – pode levar à uma descompensação psicopatológica (DEJOURS, 2011b; 2011g; 2011h; 2011j; 2011k). O reconhecimento como um exímio artesão e a procura pelo pertencimento de grupo estão imbricados no próprio discurso dos *motoboy*s ao se considerarem profissionais – se diferenciando de alguns apenas “fazendo bico” – e ao relatarem, por exemplo, manobras arriscadas como agulhas costurando no asfalto.

Em diálogo com Nilton, ele também relata, de certa forma, uma busca pelo reconhecimento por parte do resto da sociedade também. Em relação às pessoas da região onde espera aparecer um pedido, ele relata:

Como o pessoal aqui, em geral, tem um poder aquisitivo maior, eles costumam julgar a gente como subclasse mesmo... “olha lá... O cara está na chuva... Não tem dinheiro para nada...” É o normal. Tem mãe que se você estiver na calçada e ela estiver passando com o filho, ela atravessa a calçada, porque... Ainda está enraizado, achando que o *motoboy* vai assaltar ou que o *motoboy* vai falar alguma coisa com a filha. No geral não acontece muito, mas acontece também. [Em relação ao preconceito por ser negro] deve ter acontecido [...], mas eu saio de casa bem tranquilo. Às vezes estou tão focado que as coisas podem passar despercebidas. Mas a gente sente o olhar quando você chega... Ainda mais na chuva que você está todo molhado, com capa, com *bag* molhada... As pessoas desviam de você, desviam o olhar... [se elas estão] rindo, brincando, passa por você fica mais sérias. [No trânsito] querem só falar que *motoboy* é mal educado, que *motoboy* não respeita o trânsito, mas muitas vezes o *motoboy* está trabalhando e a pessoa que está no carro travando o corredor está a passeio. [...] Se ela [a pessoa no carro] fosse uma pessoa consciente, ela falaria “estou aqui no meu lazer, estou no trânsito... Estou no engarrafamento mesmo... Deixa eu encostar meu carro um pouquinho para cá... Para o cara que está trabalhando passar.” Só que é aquela parada deles não conseguirem perceber que a gente está trabalhando... Tem muita gente que viu alguma cena de *motoboy*... Uns usando droga, outros, assaltando, uns fazendo bagunça e discutindo... E acha que massificou aquilo ali para todos *motoboy*s... Todos são aquilo ali... Mas não é... Tem muito *motoboy* que é pai de família... A maioria é pai de família... Ou que não é pai de família, mas está buscando uma melhora.

Um sofrimento como doença. Martins (s.d.) ao falar do sofrimento patogênico em Dejours: “o patogênico se inicia no momento em que foram explorados todos os recursos defensivos do indivíduo. Esse tipo de sofrimento é uma espécie de resíduo não compensado, que leva a uma destruição do equilíbrio psíquico do sujeito, empurrando-o para uma lenta e brutal destruição orgânica.”

Como observado, alguns entregadores entendem os outros não os reconhecendo como trabalhadores. Além dessa briga constante por espaços no trânsito, *motoboys* e *bikers* relatam constantemente a questão de clientes querendo a subida deles até o apartamento para levar a encomenda. Essa perda de tempo faz com que, para eles, haja uma perda da sua real atividade de transitar a encomenda – é quase como alguém feito para servir as comodidades de quem paga um determinado serviço apenas, mas quer mais ainda do que isso. Se isso não acontecer, podem receber pontuação negativa no aplicativo e, até mesmo, receber ameaça dos clientes (LOURENÇO; CAPARELLI, 2023).

A falta de emprego também é um desestabilizador do sujeito. O desemprego marginaliza o indivíduo da sociedade e do coletivo (DEJOURS, 2011d). Embora o sujeito se sinta socialmente desintegrado, o desemprego não é uma ausência completa de vínculos. O indivíduo necessita de participar de estruturas de interações com algum sentido para ele. Mesmo o conceito de sociabilidade não poder ser reduzido ao universo das relações do trabalho, para Dejours (2011a), o labor, no sentido de integração social, é o maior fator de produção. Dejours entende que trabalhar não é somente produzir, mas é, também e primordialmente para os trabalhadores, viver junto, viver em comunidade. E esse formato depende de contribuições e respeitos mútuos, uma atenção ao outro na luta contra os interesses burgueses; o trabalho é o local principal de aprendizado da democracia. Se há uma quebra nessa relação, há uma quebra da democracia, tornando o trabalhador egoísta, cada-um-por-si. O setor privado é o espaço de recolhimento dos indivíduos despolitizados ou com uma politização de viés burguês, individualistas no meio do proletariado. E os burgueses não oferecem meios defensivos como cooperação na luta pela saúde. “O individualismo é uma derrota e não um ideal” (DEJOURS, 2011a, p. 26).

Para Castel (1998), a exclusão do mundo do trabalho é importante para a perda de identidade social e integração comunitária do indivíduo. No neoliberalismo, o indivíduo é colocado no centro da dinâmica capitalista e a valorização do capital se centraliza nesse sujeito que internaliza e ele passa a se exigir como uma empresa, um empreendedor atrás da otimização de tudo nele capaz de ter valor como responsabilidade e imaginação. Por conta disso, quando há um esvaziamento dessa subjetividade, o sujeito se culpa por não ter conseguido – há angústia e sofrimento pautados pelo fracasso (FRANCO et al, 2021).

A cooperação é a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos atrás de um mesmo plano, podendo ser no mesmo processo de produção ou em processos diferentes, mas conexos. A soma das forças isoladas de cada trabalhador é diferente da força social envolvida

quando há ampla participação simultânea dos indivíduos. A força coletiva não é a elevação da força individual através da cooperação, mas a criação de uma nova força produtiva. A capacidade de produção da força coletiva é superior à capacidade produtiva da mesma quantidade de indivíduos trabalhando de forma isolada (MARX, 2014). E essa cooperação só é possível se os indivíduos se interessarem nos debates e nos conflitos em que as estratégias defensivas só são possíveis nesse plano coletivo (DEJOURS, 2003; 2009).

Para Gaulejac e Taboada-Leonetti (1993 *apud* CARRETEIRO, 2003) existe uma sociedade moderna pautada em classe social e uma sociedade pós-moderna em que a ideologia de sustentação para a posição das classes diminui e o “lugar social” ganha espaço sendo traçado pelos *status* sociais e econômicas – o coletivismo perde lugar para o individualismo. Dessa forma, o sofrimento social das camadas sociais inferiorizadas não ganha visibilidade e, conseqüentemente, não é compartilhado no coletivo, mas é interiorizado no subjetivo. Mesmo todos os sujeitos estando expostos às injustiças no mundo contemporâneo, são os chamados subalternizados – expressão usada por Carreteiro (2003) – os sofrendores da humilhação, da anulação dos seus códigos sociais e culturais. Como exposto, há uma mudança de “classe social” para “posição social” que eleva a lógica individualista de lugar ocupado ao valorizar o sujeito individual no lugar do coletivo (Idem, 2003, grifo do autor). Nesse mesmo artigo, Carreteiro (2003) traz a ideia de Castel e Haroche (2001 *apud* CARRETEIRO, 2003) sobre a sociedade contemporânea que compactua não só com o pensamento de Gaulejac e Taboada-Leonetti apresentado anteriormente, mas, mesmo não falando necessariamente em relação ao trabalho, também com a ideia de Dejours (2011c; 2011e; 2011j; 2006) ao falar de um “indivíduo por falta” com “poucos suportes objetivos, havendo uma diminuição das chances de desenvolverem ‘estratégias individuais e de terem, a partir deles próprios, margens de manobra’ (CASTEL; HAROCHE, 2001, p. 121 *apud* CARRETEIRO, 2003)” (CARRETEIRO, 2003, p. 59).

Significativo analisar as relações dos *motoboys* anteriores ao aparecimento dos aplicativos e os trabalhadores que utilizam essas ferramentas; além da relação dos *motoboys* com os *bikers*. Como Abílio (2021) coloca, parece existir uma certa hierarquização entre eles. Em duas das minhas entrevistas, sem detalhar o motivo, os dois entregadores me falaram começar as entregas como *bike*, mas depois migraram para a moto. Um outro entregador se referiu a essa passagem de *bike* para moto como um “dei um *up*”. O diretor da associação em que se manteve contato para a pesquisa, falou não migrar para os aplicativos por perceber ser um trabalho ainda mais degradante e preferiu continuar com a sua forma de trabalho de

motoboy autônomo para entregas urgentes⁵⁶.

Para muitos dessa associação, por exemplo, – como é o caso não só do diretor, mas do presidente e do vice-presidente – *motoboy* é uma profissão e existe uma identidade entre eles. Quando passa a ser um “bico” (*gig economy*) perde essa noção profissional e essa identidade. Consequentemente, os aplicativos utilizam dessas diferenciações e relações para gerenciarem e se apropriarem produtivamente das desigualdades (ABÍLIO, 2021). Nessa pesquisa realizada, percebeu-se outra diferença importante entre os trabalhadores por entrega de moto e de *bike*. Os trabalhadores de moto conseguem outros bicos como autônomos – entrega de lojas – e de entrega de objetos ou de transporte com a 99 e *Uber* – funcionando como mototáxi desde outubro de 2022 no estado mesmo sendo considerado irregular (PEREIRA, 2022); e muitos *motoboys* falam estar fazendo esse serviço –, algo impossível para os trabalhadores de bicicleta. Devido a isso, em toda a pesquisa de campo, as formas de exercerem atividade se mesclam. Até no discurso, mesmo se tratando principalmente de entregadores de alimento pelo *iFood*, ou eles estão inseridos em outros serviços, ou os exemplos que dão são ligados primeiramente a outros aplicativos ou atividades de *motoboy*.

Trabalho é sempre uma produção de concepção. Por definição humana, trabalho é o além, é a superação da insuficiência da máquina tecnológica. Na psicodinâmica, os coletivos são formados a partir da defesa contra o sofrimento. Os desejos são pessoais, mas há uma coletivização nas estratégias de defesa. Essa defesa coletiva torna-se uma ideologia defensiva quando o procedimento defensivo é afirmado. Essa afirmação ocorre, em uma última instância da estratégia, quando se revela a qualidade de valor e quando parece ser uma expressão de desejo escondendo os mecanismos intermediários. Assim, confrontar o risco é uma escolha final do procedimento. Os desafios encontrados no risco, são manobras defensivas para burlar o medo e a percepção de perigo (DEJOURS, 2011b; 2011d; 2011j; 2006).

Essas manobras defensivas são estratégias coletivas usadas pelos trabalhadores para lidarem juntos com o sofrimento ocasionado pelo trabalho ou pelo ambiente laboral. O medo instalado na atividade é o elemento decisivo para o trabalho inclinar-se ao bem ou ao mal, seja na própria estrutura, seja nas ameaças de precariedade. A corrosão dos planos defensivos, a desestruturação do proletariado, é uma grande perda de recursos para a saúde do trabalhador.

56

Ele é chamado para realizar um trabalho, como ele mesmo explicou, quando uma empresa necessita que um produto seja entregue da forma mais rápida possível para outra empresa ou levado para um determinado local. Por conta disso, é um trabalho que exige muitas viagens para outras cidades.

As estratégias de defesa visam resistir às agressões do trabalho, servindo como armas, algumas vezes, contra os próprios trabalhadores por dissimular o sofrimento consciente dos sujeitos (DEJOURS, 2006; 2011a; 2011j) como, por exemplo, os entregadores ao empinar suas motos. Os trabalhadores e trabalhadoras uberizados também se sabotam por confiarem transpassar as dificuldades do trabalho *online* e, como diz o Soriano ao estudar os *freelancers* filipinos, conseguirem uma “transcendência” por sonharem, no futuro, terem sucesso. A ideia da “resiliência” coloca esses sujeitos em “exploração e autoexploração, levando-os a passar horas sonhando que um dia os frutos de seu trabalho árduo serão recompensadores” (SORIANO, 2021, p. 76-77).

A flexibilização do trabalho favoreceu a inserção de trabalhos informais, terceirização, oferta de trabalho autônomo, subcontratos, trabalhos temporários, ou seja, formas laborais mais instáveis. Esse trabalho informal está enraizado na história brasileira e é impossível fazer uma leitura do trabalho nacional sem levar em conta esse determinante. O que o sistema neoliberal faz é informalizar os formais levando, conseqüentemente, algo estrutural dos países periféricos para ganhar corpo nos países centrais. Por conta disso, o tratamento com a *gig economy* não deve ser como algo transitório ou exceção (ABÍLIO, 2021).

Instalado nesse lugar, o trabalhador empregado fica desarmado perante o poder de barganha. É a escolha entre ter um péssimo trabalho ou nenhum trabalho. Preferem ceder ao trabalho precário, perder os direitos trabalhistas, direitos previdenciários e aos mecanismos de proteção à saúde, correndo mais riscos de adoecimentos. Os avanços tecnológicos junto com as novas formas de organizações contribuíram para o aumento de desigualdade e injustiças sociais, acentuando sofrimentos mais complexos, principalmente os psíquicos. Tratado como um mal inevitável dos tempos modernos do progresso econômico (LANCMAN, 2011; DEJOURS, 2006).

A classe trabalhadora começa a busca pela sua saúde mental. Acontece no mundo do proletariado uma luta em três frentes que se complementam: a própria vida, a saúde física e a saúde mental (DEJOURS, 2003). Porém, como a burguesia é a detentora do poder, muitos trabalhadores contentam-se com o “menos pior”. E o “menos pior” não significa ter a sua vida, pois, na maior parte, a preocupação é somente mesmo pela sobrevivência.

Em uma pesquisa de 2020, o entregador ganhava em média 992 reais por mês trabalhando 12 horas por dia. Quanto menos recebem, mais correm com as entregas; isso sem falar dos direitos retirados com a “uberização”. Um dos entregadores dessa pesquisa de 2020 relata um acontecimento adverso, gerador de sofrimento e ainda se encontrava isolado diante

da situação. Diante de uma pandemia, precisando trabalhar com sua moto ainda sem quitar todas as parcelas, não conseguiu terminar a entrega porque o pneu furou. Ligou para a empresa de aplicativo explicando a situação e a organização garantiu que ele não sofreria nenhum dano por isso, porém, no dia seguinte, ele foi bloqueado do aplicativo (COZZOLINO, 2020). Esses trabalhadores são obrigados a correr de um local a outro de trabalho, ter uma vida frenética, ter uma remuneração baixa e trabalhar de forma precária. Mesmo assim, toda conduta de sofrimento, de adoecimento, é vista como vulnerabilidade do sujeito (DEJOURS, 2006; DEJOURS, 2009; ABÍLIO, 2017).

Bourdieu, ao analisar a sociedade francesa no momento de diminuição do sindicalismo e da mobilização das pessoas, enxerga a ocorrência de um fenômeno com a ajuda do Estado, “a transformação do povo (potencialmente) mobilizado em um agregado heterogêneo de *pobres* atomizados, ‘excluídos’, [...] para lembrar aos beneficiados que se trata de um privilégio possuir um emprego permanente” (BOURDIEU, 1997, p. 219 grifo do autor). E o distanciamento do mercado de trabalho – para quem não é “beneficiado” com um emprego permanente – é um importante fator de crise de identidade e afastamento da vida social (PAUGAM, 2003). Os “pobres atomizados” se vêem desde cedo afastados em seus lugares insalubres do acesso ao lazer, ao trabalho, aos bens de consumo; é um fracasso marcado nos trabalhadores *subproletários* desde a infância em que o futuro é incerto e não há como antecipar sobre ele. Não é algo exclusivo da França do início da última década do século XX, as metrópoles brasileiras são marcadas pela desigualdade e, com isso, parte da população marginalizada tem dificuldade de acesso à sua própria cidade, aos bens culturais e aos bens materiais (BÓGUS, 2013; BOURDIEU, 1997). Para Bourdieu, esse fracasso escolar determinado afugenta os jovens da atividade produtiva, interrompendo (BOURDIEU, 1997)

o ciclo "natural" da reprodução operária baseado na adaptação antecipada às posições dominadas e leva-os a recusar o trabalho braçal, sobretudo na fábrica, e a condição operária; leva-os a recusar o único futuro que lhes é acessível sem dar qualquer garantia em relação a esse futuro que ela parece prometer, ao mesmo tempo que os ensina a renunciar a ele, definitivamente, pelo *efeito de destino* de seus veredictos (BOURDIEU, 1997, p. 220 grifos do autor).

Para ele, esses são alguns fatores responsáveis pela adoção de instabilidade e empregos temporários por parte desses jovens, além da queda de mobilizações por organizações políticas e sindicais. A política neoliberal ainda é responsável por tirar a pequena burguesia do meio coletivo, da ligação com os segregados onde o Estado não está presente, para ligá-la ao condomínio, à propriedade privada (BOURDIEU, 1997). No tempo

contemporâneo, as pessoas estão expostas a diversos sofrimentos experienciados dentro dos grupos sociais como estilos de vida, choque de interesses, dentre outros lugares, no trabalho. Os mecanismos econômicos e sociais geradores de sofrimento é percebido dentro dos grupos (como as classes sociais, por exemplo) e que, para Bourdieu, esse gerador de miséria e frustração, é difícil de ser modificado (BOURDIEU, 1997; WERLANG; MENDES, 2013). Werlang e Mendes demonstra em seu artigo (2013, p. 748) uma excelente análise de Bourdieu sobre a conservação de uma violência do mercado financeiro e o desemprego:

O autor faz também alusão à lei da conservação da violência, afirmando que toda violência se paga: a violência estrutural exercida pelos mercados financeiros, sob a forma de desemprego, de precarização, tem sua contrapartida, em maior ou menor prazo, sob a forma de suicídios, delinquência, crimes, drogas, de pequenas ou grandes violências cotidianas.⁵⁷ Neste sentido, reforça o vínculo das estruturas econômicas e sociais com os comportamentos individuais, comportamentos cada vez mais carregados de desesperança e sofrimento. Esta correspondência entre o indivíduo e o social é a unidade de análise de Bourdieu: as relações sociais se articulam em uma totalidade, deixando sem sentido os fenômenos parcelados, isolados em fronteiras incommunicáveis. Daí que o sofrimento também aparecerá incrustado nas estruturas sociais, gerando angústia, padecimento, consternação.

Em pesquisa de campo na França, Bourdieu encontra uma decadência do mundo do trabalho formal no começo dos anos 90. Muitas pessoas foram demitidas das fábricas e as que ficaram tiveram um rebaixamento no salário. A falta de mão de obra não deixa nem essas pessoas adoecerem – o empregador manda buscar o doente em casa. Essas pessoas escutam o discurso de não poderem reclamar por estarem empregados. Os jovens encontram-se afastados desses trabalhos, não conseguem as suas entradas nos empregos formais e, com isso, há uma incongruência por demitirem pessoas mais velhas e não contratarem jovens também por falta de experiência (BOURDIEU, 1997). Paugam (2003), elenca três grupos de população em situação de precariedade: os *assistidos* com uma proteção social, uma assistência do Estado; os *marginalizados* com a não presença de subsídios tanto estatais como por indenizações por desemprego, são as pessoas sem renda; e os *fragilizados* com trabalhos temporários, pontuais, intermitentes⁵⁸. Os entregadores por aplicativo são trabalhadores muito

57

Bourdieu, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 56.

58

Seguindo a CLT, art. 443. § 3º, “considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria”. Em: BRASIL.

mais próximos do grupo *fragilizados* do que de um grupo fora da situação de precariedade na lógica de Paugam. Esses trabalhadores podem perder a sua renda de repente por um bloqueio do aplicativo, porque o seu meio de deslocamento para as entregas quebrou, porque um temporal deixou as ruas alagadas, porque sofreram algum acidente incapacitante, etc.

Uma outra vertente francesa interessada em analisar o sofrimento dos trabalhadores é a do Observatório Nacional de Práticas em Saúde Mental e Precário fundada por Jean Furtos. Ao analisar o trabalho desde os anos 1980, Jean Furtos enxerga o avanço da precarização como um ato político e social em que cria isolamento, melancolia social e paranoia. A precariedade torna visível a possibilidade de perda total de bens sociais (trabalho, lar, dinheiro) e, dessa forma, perde-se ligações sociais e a confiança no futuro. Uma forma de reagir contra a perda dos bens sociais é a normalização da precariedade em uma sociedade salarial frágil com uma alta individualização. Nesse lugar, o ser espera algo melhor para ele no futuro – antecipação positiva – não impedindo o sofrimento, mas é um sofrimento que não impede a vivência e a esperança. É a forma encontrada, segundo Furtos, na “zona de integração” pelo trabalho (FURTOS, 2007 *apud* PRÉVOST, 2009, PRÉVOST, 2009).

Quando se está antecipando a perda no futuro, imaginando no tempo presente o momento da chegada da sua vez de ficar desempregado, chama-se a “precariedade exacerbada”, há um sentimento de culpa e melancolia podendo levar a pessoa à depressão. É chamado por Furtos de “zona da vulnerabilidade”, a zona do “*stress*”, em que não se perde o objeto social. Na “zona assistencial”, como é o caso dos desempregados, há uma perda do objeto social, um desânimo, uma patologia depressiva, com uma possível reversão através de uma ajuda social. A outra zona elencada por Furtos através de suas análises clínicas é a da “exclusão”, em que se perde a sensação de ser, um sofrimento que impede de sofrer. O terror, o desespero, deixam de ser sentidas a partir do momento em que o ser se exclui, há uma dessubjetivação do próprio ser – há uma auto-exclusão psicológica (FURTOS, 2007 *apud* PRÉVOST, 2009, PRÉVOST, 2009).

Para a partir dessa ideia mesclar o sofrimento com as questões das mobilizações em uma próxima sessão, trago novamente Ehrenberg (2010) ao falar do individualismo por se tratar, como já apresentado, algo fundamental para o sofrimento no mundo neoliberal. O desempregado – pode-se também tratar qualquer pessoa no campo da insegurança como informais vivendo na miserabilidade – não tem mais a assistência, a segurança; o indivíduo em situação de miserabilidade tem agora uma rede de parceiros para ajudar a resolver o

próprio problema. É a sociedade sendo produzida pela individualidade transformando a própria ação política como um ato individualizado. “Ação coletiva já não é construída com movimentos de massa, organizados por uma entidade contra um adversário identificável” (EHRENBERG, 2010, p. 224, tradução nossa).

E essa é uma questão verificada como verdadeira na pesquisa de campo. Não só os próprios entregadores se mostraram perdidos ao serem questionados contra quem lutavam, mas a própria associação de *motoboys* visitada nos relatou a mesma questão. Para exemplificar, o entrevistado André – participante ativo de manifestações – e outro João – um dos líderes da paralisação do dia 9 de junho de 2023 na cidade da Serra – responderam, respectivamente, o Estado e os mais ricos, mas com uma explicação que foge do questionamento ao entrar em questões de geração de emprego, por exemplo, e a prefeitura e depois o *iFood*, explicando “A gente fez passeata para de cara atingir a prefeitura... Ver que tem alguém reclamando de alguma coisa. E segundo foi o *iFood*... São motoboys do *iFood* atrapalhando o trânsito da prefeitura. A ideia inicial foi a prefeitura: ‘pera aí *iFood*... O pessoal está reclamando aqui’”.

A questão mais visível é que a passeata foi do *Shopping* Mestre Álvaro até o *Shopping* Vitória, da Serra a Vitória, são duas cidades diferentes com duas prefeituras diferentes. Alguns entregadores apenas participaram da paralisação de forma remota desligando o aplicativo, como é o caso do entrevistado Hugo, e, dessa forma, não atingia o objetivo como relatado pelo entrevistado. Relata Hugo sobre a paralisação do dia 9 de junho e até mesmo seu temor em perder o trabalho por existir uma organização frágil: “Não estava na rua na paralisação porque ainda vejo que não há uma organização. Existem alguns riscos que infelizmente acontecem. Então, fiz a minha parte em não trabalhar... Me rebelei dessa forma. Até mesmo porque ainda estou pagando minha moto.”

Esse foi um ponto espalhado naquela semana nos grupos de *Whatsapp* dos trabalhadores falando em não ligar o aplicativo e não retirar os pedidos. Houve muitas denúncias de boicote nos grupos dos entregadores – pessoas aproveitando o número menor de trabalhadores para conseguirem ganhar um pouco mais. E essa é uma questão da tarifa dinâmica – como em casos de chuva com o aumento de remuneração por corrida ofertado pelas plataformas – importante para desmobilizar e desorganizar articulações para paralisações em busca de melhorias (BRANCO; SILVA, 2023). Mais a frente, nas próximas sessões, estará mais aprofundado as questões de busca por alianças e mobilizações entre esses trabalhadores, mas, para não sair do escopo do individualismo e do sofrimento, as empresas

por aplicativo conseguiram desarmar – de forma brilhante, até o momento – os trabalhadores. Mesmo conseguindo formar um grupo relativamente grande para reivindicar, o individualismo mostra a sua face. O *iFood* se apresenta sem corpo, sem vidraça e ninguém parece saber como atingir essa entidade com aparência de simples ideia. Além disso, o “cada um por si” do discurso meritocrático faz com que alguns tentem tirar proveito de uma situação visando beneficiar a todos.

No trabalho de *motoboy*, há uma proximidade entre a adrenalina, o medo e o trágico. O número de acidentados e de mortos é alarmante (ACIDENTE, 2023). E por conta disso, há também um discurso de autodefesa, uma explicação para realizar aquelas manobras tão arriscadas. Diariamente, esses trabalhadores, principalmente entregadores de moto, têm a informação de um acidente ou até mesmo da morte no trânsito de um colega de trabalho; mesmo assim, eles resistem quanto à segurança e às leis de trânsito. Dejours (2003) coloca o desprezo ao risco como uma fachada, um mecanismo de defesa contra o medo, um sistema defensivo para controlar o medo; se a fachada desmoronar, a ansiedade toma conta. Se não existisse a mascaração do medo, esses trabalhadores não realizariam suas atividades.

No neoliberalismo, a exploração da burguesia está voltada para os mecanismos de defesa e não para o sofrimento. “A consciência aguda do risco de acidente, mesmo sem maiores envolvimento emocional, obrigaria o trabalhador a tomar tantas precauções individuais que ele se tornaria ineficaz do ponto de vista da produtividade” (DEJOURS, 2003, p. 70).

Para o entrevistado João relata:

[...] Adrenalina tem o tempo todo depois que você sobe na moto. No corredor, quanto maior aumenta o risco, maior adrenalina. Corredor é um meio necessário tanto para veículo grande quanto para veículo pequeno porque... Você imagina... As motos todas enfileiradas uma atrás da outra, o trânsito não ia fluir. Então o corredor é um meio necessário para todos os veículos. Então, a questão é... O pessoal não respeita. Se o pessoal respeitasse, evitaria muitos acidentes. Então, assim, o corredor é uma mistura de adrenalina com medo constante. E o atraso, né? A velocidade que você tem que pôr.

Logo depois desse colóquio, foi compartilhado um momento com mais dois amigos *motoboys* dele (João) por quererem lançar um vereador da categoria na cidade da Serra. Nessa conversa com os três – dois trabalhadores por aplicativo, o João e o Jefferson também já citado mais acima, e um *motoboy* na rede privada –, o assunto de passar no corredor voltou rapidamente: “*motoboy* só quer passar. [...] *Motoboy* é fluido... Ele encontra lugar para passar. Ele vai passar independente da situação.” Já outro informante Hugo trata o “corredor [como]

um *mix* de sentimento... É medo, é ódio, é rancor... Tem tudo ali.” O sistema defensivo contra o medo é compartilhado entre os colegas de trabalho (DEJOURS, 2003). Dessa forma, Dejours (2003, p. 71) complementa:

A eficácia simbólica da estratégia defensiva somente é assegurada pela participação de todos. Ninguém pode ter medo. Ninguém deve demonstrá-lo. Ninguém pode ficar à margem deste código profissional. Ninguém pode recusar sua contribuição individual para o sistema de defesa. Nunca se deve falar de perigo, risco, acidente, nem do medo. E estas instruções implícitas são respeitadas.

Há uma necessidade de provar não ter medo mesmo sabendo dos riscos. Adiciona-se ao risco do trabalho o “risco das performances pessoais” com “concursos de habilidade”; é como dominar uma situação ao agravar essa situação (DEJOURS, 2003, p. 70). O medo só é expresso quando os entregadores são questionados sobre; e essa expressão vem seguida de uma explicação do motivo de se correr riscos no trânsito.

O *motoboy* Romeu – que tem um vídeo em seu *TikTok* mostrando a alta velocidade alcançada na moto (mais de 130km/h) e, consequentemente, demonstrando uma certa adrenalina ao conseguir atingir alta velocidade e, por conta disso, podemos fazer uma aproximação com o prazer dos pilotos de caça (DEJOURS, 2003) – me relata:

[...] Corredor é um pouco complicado, entendeu? Tipo assim, muita gente tem medo... Só que pra gente que é *motoboy* não tem tanta escolha... Por exemplo, igual eu te falei, o *iFood* toca uma entrega e ele te dá cinco... Dez minutos... Para você chegar no local. Se você pegar um trânsito, você vai perder esse horário... Você vai perder as entregas. Então, querendo ou não o corredor é necessário. Para *motoboy* ele é necessário. É arriscado, é proibido, mas ele é necessário. A gente quando já tem prática assim de *motoboy*, já anda todo dia, tem prática, então, a gente já... Mesmo com risco, a gente passa porque a gente tem a noção... Vai olhando direitinho andando devagar... Com o dedo na buzina... Porque acontece de, por exemplo, o trânsito está parado mas do nada o carro quer mudar para a outra faixa mesmo com o trânsito parado... É o que sempre é o que mais acontece todos os dias. Eu já sofri um acidente que foi desse tipo. Eu caí, na verdade. Eu vinha no corredor... O trânsito totalmente parado e o cara fez a questão de mudar de faixa com o trânsito parado como se fosse fechar o corredor... E nisso, [eu] já estava em cima dele. Era próximo... dava tempo de frear... Só que ele já mudou muito em cima e então não deu tempo de segurar a moto, a moto foi só bateu de leve e eu caí pro lado. Ainda assim, passo um pouco com medo. Mas como eu te falei, como a gente é *motoboy*, é necessário. Então, a gente tem que passar pelo corredor.

A ideologia defensiva tem um valor importante para produzir. E um entregador novo tem que adquirir essa ideologia defensiva para conseguir superar a apreensão e não ser “eliminado” do grupo. Os jovens devem obedecer o seguimento dos mais antigos para passarem no teste da ideologia-defesa para fazerem parte do grupo e, consequentemente, “incorporarão os elementos constitutivos da defesa coletiva”. E a demonstração “[d]a

importância da ideologia-defesa na continuidade do trabalho” (DEJOURS, 2003, p. 72). No discurso dos entrevistados, essa questão também está presente: “*motoboys* profissionais... diferente da molecada que fica brincando no trânsito... Fica dando ‘grau’⁵⁹”, relato quando conversei com os três amigos *motoboys* juntos. O entregador Romeu externou a responsabilidade pelo número alto de acidentes nos novos trabalhadores de moto.

[...] O que tá acontecendo muito hoje é que chegou essas motos que são as motos alugadas, a Mottu e a Mobile, são motos alugadas... Então assim, hoje você só precisa ter carteira... Você consegue alugar moto... Mesmo sem ter prática. Então, isso sim é um risco porque... Não sei se você reparou que tá tendo muitos acidentes com 99... E se você for olhar o histórico deles, são pessoas que tem carteira, mas não tem prática. Então querem entrar no corredor, querem não sei o que, querem mudar de faixa [...], mas são assim pessoas que não tem muita prática querem pegar a moto, corredor [...], mas a pessoa não tem prática, não têm as maldades de ir no trânsito... Andar no corredor, mas andar consciente. Porque no corredor não é só simplesmente acelerar, você tem que ir no corredor, mas você tem que está com a mão no freio, certinho... O dedo já na buzina. Porque eu sempre vou assim... Eu sempre vou olhando se tem alguém dando seta... Porque muitos ficam parados e dando seta... Deixa seta ligada ou então vai mudar de faixa e dá a seta... Muitos não dando seta... Então, eu sempre vou sim, vou consciente naquela velocidade... Que mudar de faixa e acontecer qualquer imprevisto, eu consigo frear.

Todos os *motoboys*, com o qual tive algum contato durante a pesquisa de campo, já sofreram acidente. Há três casos curiosos entre os informantes. Quando houve uma aproximação com Nilton, ele tinha acabado de voltar a trabalhar depois de estar encostado por causa de um acidente. Em contrapartida, com o entrevistado Miguel, a entrevista estava marcada, mas não se conseguiu realizar porque ele se acidentou e teve que ficar em repouso durante um tempo. No caso do entrevistado Plínio, o acidente foi poucos dias depois da entrevista: “[...] depois daquele dia que falei com você, sofri um acidente de moto. Quebrei o meu ombro, o úmero... Tive que colocar platina e estou encostado até esses dias.” Plínio, mesmo sendo um informante mais discreto e de poucas palavras, tem uma particularidade importante. Foi o trabalhador mais feliz encontrado no campo mesmo trabalhando de 10 a 12 horas por dia. Antes ele trabalhava como vendedor ambulante e teve que parar por causa da pandemia. Agora, em cima de uma moto, ele gosta porque tem “um dinheiro certo. [...] Sai na rua e sabe que vai ganhar alguma coisa”; “foi a melhor opção que encontrei no momento e está bom... Graças a Deus estou satisfeito.” Satisfeito não quer dizer não saber existir riscos e essa é a grande maldade para quem só tem a escolha entre não ter trabalho ou ter um trabalho muito precário – é o privilégio da servidão (ANTUNES, 2018).

59

Como relata o próprio entrevistado Plínio:

Trabalhar de *motoboy* é muito mais perigoso [comparado ao de vendedor ambulante], né? Mais arriscado... Você está trabalhando em cima de um transporte onde o parachoque é o peito da gente. Se cair vai machucar... E dependendo da gravidade do acidente, às vezes, nem sobrevive. Mas... A gente tem que trabalhar, né? Tem que correr atrás...

No discurso do Plínio, é visível a normalidade no exercício de sua atividade teorizada na Psicodinâmica do Trabalho (DEJOURS, 2003; 2011i; 2022a). “Capitalismo ou morte [...]. É uma espécie de chantagem imunda em que não se tem outra escolha senão aceitar trabalhos precários, mal pagos, em condições de vida que se confundem com as da sobrevivência” (LAPOUJADE, 2017, p. 103). Nos tempos atuais, aumentou muito também o número de acidentes com linha de pipa, como foi o caso de um *motoboy* – e também soldador – gravemente ferido em junho na cidade de Vila Velha (DANIELA CARLA, 2023). Esse caso gerou uma grande comoção nos grupos de *motoboys* no *Whatsapp* principalmente para falar sobre a importância de se ter uma antena⁶⁰.

Como mostra esse relato em um dos grupos:

É irmão, esse negócio de pipa aí está um verdadeiro inferno. Você está doido. De dia eu ando com ela [antena] levantada. Não tem como não, “rapá”. De dia, de tarde. Só lá pra umas sete, oito horas da noite que está tranquilo. Dependendo da situação, tá? Porque pro lado de Languetá [bairro de Vitória] até 8 horas da noite tem pipa no alto, “mano”. Ainda mais hoje, Languetá aí, ó... Maruípe [bairro de Vitória], Itaparica [bairro de Vila Velha], o pessoal solta pipa à noite, “mano”. Isso aí é um inferno, “cara”.

Podemos observar a busca desses trabalhadores por alianças com outros companheiros de trabalho – principalmente em grupos de *Whatsapp* – para terem informações como *blitz*, locais de compra de equipamentos, para resolverem algumas situações com a moto ou com os próprios aplicativos, situações encontradas no trânsito ou com clientes. Enfim, uma mobilização desses trabalhadores para melhorarem o seu trabalho no dia a dia de variadas formas. Há uma preocupação constante desses trabalhadores com a moto – a ferramenta de trabalho. Dejours (2022b) traz a ideia da ferramenta, a preocupação em não quebrá-la, e essa ser uma questão de inteligência, de subjetivação no ato de trabalhar – retomando novamente a dialética entre o somático e o anímico (DEJOURS, 2022a). No caso dos entregadores, a

60

Usado no guidão da moto para cortar alguma linha que esteja atravessada onde a moto está passando e, dessa forma, com cerol, pode ferir gravemente o motociclista.

máquina – a moto ou a bicicleta – a eles pertencem – com muito suor – ou é só um empréstimo e, em caso de defeito, deverá ser restituído. Nos grupos de *Whatsapp*, além de existir trocas de opiniões sobre melhores locais e preços para comprarem alguma peça do maquinário, como foi citado, também há questionamento, algumas vezes, sobre o que pode ter acontecido quando o *motoboy* encontra uma dificuldade no funcionamento da sua moto. O indivíduo coloca no grupo, às vezes fazendo vídeo, e questiona para os outros de sua categoria o que pode estar acontecendo. Como será tratado no próximo capítulo, essa troca de informações, essa disrupção do objetivo neoliberalizante de individualização e solidão – ocasionando a quebra de estratégias defensivas contra o sofrimento (DEJOURS, 2006; 2011a; 2011j) –, é importantíssimo para o exercício da atividade de entregador.

Importante perceber também, demonstrado de forma discreta e em tom de indignação, o medo compartilhado dentro dos grupos. Para o entrevistado João, além do trânsito e da raiva diária com certos empecilhos encontrados, outro ponto importante de medo é a questão dos assaltos. A intensidade do medo, como apresenta Dejours (2003), também está presente no uso de remédios e na falta de sono. Na reunião com a associação de *motoboys*, pediram desculpas por não se apresentarem direito porque “somos acelerados”; o trabalho acelerado do dia todo os torna acelerados. E o entrevistado João relatou que “o cara que não é acelerado ele acaba tomando calmante”. Quando perguntado sobre a própria vida acelerada, João informou que “de vez em quando eu tomo remédio para dormir”. Não conseguir dormir é parte integrante do trabalho, assim como ter pesadelos e sonhos (DEJOURS, 2022a). Em seu depoimento, André, de *bike*, relatou um pesadelo sobre seu trabalho certa vez: “Foi muito incômodo... Estava pedalando e nesse pesadelo eu sonhava que quebrava a rótula do meu joelho pedalando. Tipo a lesão do Ronaldo, lembra?! Enfim... Acordei apavorado.”

Em contrapartida, é interessante notar a ausência de algum relato de sonho ou pesadelo entre os *motoboys* entrevistados. Existiu relato de esquecer do trabalho quando chega em casa, também existiu fala de ser uma profissão de muita dedicação e amor. Para Dejours (2022a, p. 54) há uma importância em sonhar por ser um momento de “adquirir destreza”, “incorporar matéria de seu trabalho” e é uma parte interna do remanejamento citado no começo deste capítulo. No caso do único entrevistado com relato de sonho/pesadelo, o *bike* André, traz uma preocupação na lesão ao pedalar, provavelmente por ter passado por uma situação incômoda real e, a partir da subjetivação com o sonho, há uma incorporação com o cuidado na atividade.

A relação com outros entregadores é extremamente importante para esses sujeitos. Buscam, em consequência, uma aproximação cada vez maior entre eles, principalmente

usando de ferramentas importantes para a comunicação como o *Whatsapp*. O próximo capítulo trata justamente dessas relações sociais e a organização deles para melhorar o dia a dia de trabalho e para conseguir avanços e direitos trabalhistas. Além disso, é importante mencionar também o papel da imprensa como um ponto de contrapartida, como um discurso desmobilizante dos trabalhadores, uma importante ferramenta histórica de legitimação do pensamento burguês.

7. CAPÍTULO IV: A LUTA POR MELHORIAS

7.1. A HISTÓRIA DO MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA E LUTA NO ESPÍRITO SANTO

Para Pochmann (2022), a consciência de classe não se dá no início dos processos históricos, não acontece, destarte, no início do capitalismo em determinada sociedade. Por conta disso, o sindicalismo aparece após a instalação do capitalismo tardio no Brasil e no afloramento urbano com o estabelecimento de indústrias no país. Anteriormente, a oposição de classes se dava na estrutura escravocrata e, consequentemente, agrária. Essa passagem para o capitalismo foi responsável pelo surgimento do sindicato de ofício responsável pela resistência e luta pelo trabalho livre. Essa forma de sindicato era responsável pela saúde, previdência, formação educacional, cultura e formação política dos sujeitos (Idem, 2022).

Como colocam Pochmann (2022) e Antunes (2018), o aparecimento de plataformas – serviços casados com tecnologias de informação e comunicação –, no mundo contemporâneo, esvaziou, de certa forma, o pertencimento coletivo e de identidade, fazendo com que há uma repulsa pelo sindicalismo. Entretanto, como coloca Grohmann (2021), o aparecimento de plataformas faz com que se torne necessário uma nova configuração de organização dos trabalhadores utilizando também as plataformas.

No Brasil, a primeira greve aconteceu em 1857 por parte de trabalhadores livres e escravizados no maior estabelecimento industrial da época em Niterói do Visconde de Mauá. No final do século XIX, há uma crescente de mobilizações em busca de direitos no trabalho no país com o aparecimento do capitalismo, com a instalação gradual de indústrias, em concomitância com a existência da escravidão – deixando, até mesmo após a abolição – eses indivíduos fora do trabalho livre (POCHMANN, 2022).

A primeira greve de assalariados em solo espírito-santense ocorreu com a paralisação

de 800 trabalhadores da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo – ligando a cidade de Cachoeiro de Itapemirim com a capital Vitória – que se estendeu por cinco dias no ano de 1908. Cachoeiro de Itapemirim foi o palco da greve após um atraso no salário dos trabalhadores. O governo estadual achou necessário solicitar um auxílio federal e, diante disso, o contingente do 20º Batalhão de Infantaria do Rio de Janeiro com 80 homens foi enviado ao estado. Os grevistas sofreram uma brutal represália levando ao fim da greve com um saldo de 200 feridos e 70 operários mortos. Dentre os trabalhadores da estrada de ferro, havia pessoas vindas do Rio de Janeiro com a promessa de receberem bons salários, mas, na verdade, além de não receberem o prometido, encontravam um trabalho insalubre. Após dois meses de salário atrasado, os operários, no dia 16 de novembro, largaram a obra e foram em direção ao escritório de José Bento Vidal, dono da empreiteira Leopoldina Railway Company, responsável pela obra. Não houve tanta passividade em um primeiro momento de revolta. Antes de acamparem na praça da cidade, os grevistas depredaram um armazém da empreiteira e atearam fogo no edifício. Com a notícia do batalhão do Rio de Janeiro, os grevistas saíram da cidade e acamparam perto da fazenda do tenente-coronel Borges de Athayde. Os trabalhadores foram coagidos a retornar ao trabalho. O desprezo, às condições miseráveis e o atraso de salário se mantiveram e foram relatados nos jornais locais da época novas paralisações, mas, infelizmente, sem mais detalhes. Em 1960 também existe relatos de paralisações dos Ferroviários da Leopoldina tratada como ilegalidade pelo presidente da época (GIANNOTTI, 2007; GRÉVE DE TRABALHADORES, 1908; JORNAL DO COMMERCIO (RJ), 1908; OLIVEIRA, 2008; POSSÍVEL NOVA GREVE NA LEOPODINA, 1960; ROCETTI, 2016).

É necessário não ocultar da história de luta as revoltas anteriores às greves. A paralisação dos trabalhadores da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo é a primeira de assalariados no estado, mas, anteriormente, existiram outras lutas como a de escravos e de indígenas. Escravidão é resultado de relações sociais vigentes apresentando suas particularidades, não é um determinante natural (CAVALCANTI, 2021).

Dessa forma, há um precedente de revoltas de povos que também sofreram com o trabalho submisso na acumulação primitiva do capital. A crueldade do mundo do trabalho dos entregadores passa por uma “exploração e espoliação que, anteriormente, no mundo colonial, sob a compulsão da acumulação primitiva, se efetivaram por meio da superexploração do trabalho escravo africano e indígena” (ANTUNES, 2021b, p. 35). E essa exploração que, além da acumulação primitiva, também leva à extração da mais-valia absoluta, serviu para a

nova formação de um modelo social (CAVALCANTI, 2021). Dessa forma, trazendo a diferenciação marxiana, a exploração e apropriação no capitalismo passaram a ser no trabalho realizado e não diretamente no ser humano (MARX, 1985).

O próprio Cavalcanti (2021, p. 44) coloca que “enquanto naquele [trabalho livre] a força de trabalho é colocada à venda no mercado para o capital, neste [trabalho escravo] o indivíduo é em si uma mercadoria, colocando-se por inteiro à venda e perdendo, com isso, sua condição de ser humano.” Entretanto, a força de trabalho não é dissociada do ser e, conseqüentemente, o capital se apropria sim do corpo humano – da sua subjetividade, do seu conhecimento, da sua liberdade e da sua essência (BEZERRA, 2016; CAVALCANTI, 2021).

A Insurreição de Queimado, de 1849, é a principal revolta escrava do Espírito Santo do século XIX. Os escravizados passaram quase quatro anos construindo a Igreja de São José de Queimado com uma possível promessa do Frei Gregório – afirmam alguns pesquisadores – de alforria após o término da construção. Quando a primeira missa, em 19 de março de 1849, chegava ao fim e o anúncio de liberdade não fora ainda pronunciado, Chico Prego, um dos líderes da revolta, entrou na igreja pedindo por liberdade. O plano já estava montado se o anúncio não fosse feito e, dessa forma, os outros escravos revoltosos se agitaram após o grito de Chico Prego. No outro dia, policiais da província se deslocaram até Queimado para acabar com a insurgência. Negros foram mortos com a repressão – logo na chegada dos policiais foram oito mortos e seis presos. (ASSIS, 2017; ASSIS, 1948, p. 15 *apud* ASSIS, 2017; ROSA, 1999). Porém, como afirma Assis (2017), não foi um levante fracassado. Os insurgentes foram até algumas fazendas pressionarem seus donos e, por conta disso, conseguiram algumas liberdades e a entrega de armas e munições. A preocupação era tão grande com a revolta que foi necessário a promulgação de uma lei – lei de nº 10, 10 de maio de 1849 – para tentar abafar a revolta (ASSIS, 2017; CARDOSO, 2008).

Nenhum escravo poderá andar pelas ruas desta Vila com armas de fogo, sob pena de cinquenta açoites, nem com qualquer instrumento cortante, perfurante, ou contundente, sob pena de vinte e cinco açoites além das marcadas pelo código. A pena acima estabelecida será aplicada em dobro, quando a infração for cometida de noite (ESPÍRITO SANTO, 1849, s.p. *apud* ASSIS, 2017, p. 56).

Se for colocar os primeiros conflitos existentes no Espírito Santo, é necessário trazer a questão indígena que durante séculos – e até os dias atuais – não assistiu de forma passiva a destruição de suas terras, o desmatamento, a colonização dos seus povos, a imposição do estilo de vida europeu, a modernidade, o capitalismo mercantil – apropriação natural e social das terras do estado. A própria imagem de botocudos canibais serviu como justificativa para

exterminar e escravizar esse povo (DEAN, 2011; SANTOS, 2017). Uma Carta Régia da Coroa Real para o Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello, governador e capitão-general da capitania de Minas Gerais (VARNHAGEN, 1962), de 13 de maio de 1808, usando da antropofagia como um motivador, fala em uma guerra ofensiva contra os botocudos à margem do rio Doce, prisão dos indígenas, uma ocupação das suas terras, e que “possam vir a ser vassallos uteis, como já o são as immensas variedades de Indios que nestes meus vastos Estados do Brazil se acham aldeados e gozam da felicidade que é consequencia necessaria do estado social” (BRASIL, 1808).

A ação, o ser ativo, da classe operária não é gerada de forma espontânea pelo sistema de trabalho, mas é um desdobramento cultural, político e histórico (THOMPSON, 1987). Como colocado por Pochmann (2022, p. 40) sobre as novas formas de luta das sociedades e que tem ligação com a dimensão do trabalho:

As distintas dimensões da vida parecem ganhar maior notoriedade na definição da identidade no trabalho em relação às questões de gênero, etnia, religiosidade, entre outras. Talvez por isso, o senso de pertencimento dos indivíduos em sociedade encontra-se em curso no seio da nova classe trabalhadora em ascensão, questionadora das tradicionais organizações de representação de interesses.

Por falar em Rio Doce, o maior desastre ambiental nacional, causado por uma empresa privada, também atingiu diretamente a sociedade capixaba, principalmente as populações dependentes diretamente do rio. Além da perda do sustento familiar, essas pessoas – como muitos pescadores e pescadoras artesanais vivendo à margem do rio – também tiveram uma perda subjetiva e da identidade porque essas pessoas usavam o rio para lavarem as roupas, as crianças brincarem quase o dia inteiro e a pesca, para muitos deles, é o prazer da vida (ALBUQUERQUE; MACHADO, 2016). A população capixaba – principalmente os afetados pelo rompimento da barragem – não ficaram calados diante do desastre e dos impasses de reparo. Protestos de capixabas aconteceram em Brasília em novembro de 2023, quando completou 8 anos do ocorrido (FOLHA VITÓRIA, 2023).

Durante todo esse tempo, existiu protestos em Baixo Guandu - ES fechando a ferrovia da Vale mais de uma vez (MACHADO, 2026; MANIFESTAÇÃO, s.d.). No mesmo mês do ocorrido, também aconteceu protestos na frente da portaria da Vale em Vitória - ES (NOBRES, 2015). Em se tratando dos indígenas atingidos pelo desastre ambiental, as reparações por parte das empresas não acontecem e os riscos de ocupação da ferrovia da Vale sempre estão em pauta como vem acontecendo com uma certa frequência, não só em relação ao desastre, mas também contra o Marco Temporal (COUZEMENCO, 2023a; 2023b).

Paralisações nas estradas de ferro ligando Vitória - ES com Minas Gerais é algo histórico na luta capixaba. Em 1948, houve duas paralisações dos funcionários da Vale do Rio Doce entre o final de agosto e o início de dezembro. Resultado imediato foi o aumento de 40% para os salários mais baixos da empresa (PEREIRA, 2013).

Na região norte do estado, ainda existem outros embates com empresas privadas. Na época da Ditadura Militar indígenas e quilombolas perderam parte de suas terras – cerca de 30 aldeias desapareceram depois da chegada da Aracruz Celulose –, além da exploração, repressão e prisão arbitrária. A “parceria” entre a empresa e o governo acontecia porque indígenas e quilombolas tinham dificuldade comprobatória documental sobre as terras. Os funcionários da empresa também passaram por repressão com o auxílio governamental. Os trabalhadores eram monitorados o dia inteiro para serem descobertos, por exemplo, informações sobre possíveis greves. Como é o caso de 1979 em que o Departamento de Ordem Política e Social, órgão repressor da ditadura, recebeu ordens para ir ao local onde os trabalhadores manifestavam. Em 1986, quando foi anunciada a greve, os homens armados do exército com metralhadoras em punho expulsaram os trabalhadores da fábrica (MARTINS, 2023). É notado ainda várias reivindicações de pescadores durante toda a história recente em outras frentes como, por exemplo, um protesto em frente ao Ibama sobre a proibição de pesca de camarões entre Santa Cruz e a Praia dos Degredos em 2016, algo também ocorrido em 2023 durante a procissão marítima de São Pedro em que pescadores e marisqueiras manifestaram contra a limitação de área para atuarem(PEREIRA, 2023b; VAREJÃO, 2016).

No dia primeiro de julho de 2020, no meio da pandemia da Covid-19, houve uma paralisação nacional – incluindo a Grande Vitória – dos entregadores do *Ifood*, *Rappi* e *Uber Eats*. O aumento exponencial de busca por *delivery* durante a pandemia e os riscos de saúde encontrados por esses trabalhadores, levaram à mobilização e trouxe também para o debate os problemas já enfrentados pela classe como a falta de garantias trabalhistas (ENTREGADORES, 2022; SANCHOTENE, 2020). Os movimentos de reivindicação não aconteceram somente nesse dia. Poucos dias depois, no dia 25 do mesmo mês, aconteceu mais uma paralisação nacional, assim como, em fevereiro de 2022, na frente do *Shopping* Vitória, do *Masterplace Mall* e do *McDonald's*, os entregadores estavam nesses pontos reivindicando melhorias (ENTREGADORES, 2022; OLIVEIRA, 2020). E como explicava o líder da paralisação no estado, o breque era, principalmente, por causa do bloqueio dos trabalhadores da plataforma sem justificativa e do valor baixo em um momento de alta no preço da gasolina, das peças de moto e bicicleta. Como ele explicou em uma entrevista na época: “Estão

ganhando em cima dos trabalhadores. Antes, trabalhávamos de segunda a sexta-feira e dava pra sobreviver. Hoje, são de 12 h[oras] a 14 h[horas] por dia e não damos conta. Temos uma rota dupla que pagam só uma e a outra sai de graça” (ROSSI, 2022).

7.2. O PAPEL DA IMPRENSA PARA A HEGEMONIA DO PENSAMENTO DA BURGUESIA

Um relatório recente citado anteriormente nesse trabalho (FAIRWORK, 2023) também fala sobre o *lobby* das plataformas para passar os pontos importantes da empresa tentando convencer o público e tendo através da mídia um local interessante para propagandear os interesses do *iFood*, por exemplo, e limpar o nome quando for necessário. Para fazer uma análise sobre esse ponto, algo interessante se formos pensar na luta por melhorias e como a sociedade percebe essa busca, é importante também trazer como historicamente, principalmente no Espírito Santo – local da pesquisa –, se dá a relação entre greves, paralisações, mobilizações de trabalhadores ou grupos subordinados, e a forma da imprensa noticiar para a população os acontecimentos.

Para iniciar a análise, existem vários pontos interessantes na primeira greve de assalariados do estado do Espírito Santo. Vale ressaltar, dentre esses pontos, a baixa documentação do ocorrido e a forma noticiada na época. O jornal da cidade é o documento histórico mais importante da greve. No dia 21 de novembro, o jornal O Cachoeirano, um jornal semanal, traz uma matéria intitulada “Gréve de Trabalhadores” (1908) relatando sobre o ocorrido na cidade. Há passagens importantes demonstrando uma certa empatia com os trabalhadores por parte do jornal.

Os trabalhadores da construção obrigados a fazerem suas compras nos armazens da Estrada, onde os preços, segundo se dizia, eram relativamente elevados para seus diminutos vencimentos, retiravam-se frequentemente do serviço, indo buscar em outras partes, ocupação que mais lhe compensassem o esforço.

O trabalho insano e perigoso a que se sujeitavam nas obras da construção onde com frequencia davam-se desastres, deveria ter melhor remuneração e ser pago com mais regularidade do que alli se fazia. Eis porque não ha muitos dias alguns trabalhadores fizeram a pé o longo percurso desta cidade a Campos, onde chegaram famintos e maltrapilhos, preferindo fazer essa enorme caminhada a continuarem trabalhando nas obras da construção (GRÉVE DE TRABALHADORES, 1908, n. 47, p. 2).

Cachoeirano também relata nessa matéria como foi se desenrolando a paralisação e os atos dos operários.

Dia a dia a exaltação de animos ia tomando maior vulto até que segunda-feira ao

meio dia uma das turmas determinou abandonar o serviço e vir a esta cidade onde se acha o escriptorio do empreiteiro, exigir o pagamento de suas diarias atrasadas. Durante o trajecto novas turmas foram adherindo á grêve, umas espontaneamente, outras sob ameaças.

Ao passarem pelo armazem n. 1, nas proximidades da fazenda do sr. tenente-coronel João Candido Borges de Athayde, os grévistas assaltaram-n'o e o destruíram completamente, rasgando livros e damnificando mercadorias que alli se achavam, completando a sua obra pelo fogo.

A' tarde a grande massa dos trabalhadores acampava no trecho situado entre no chalet do empreiteiro e a praça Gil Goulart, no lado do Norte.

O sr. José Bento Vidal fez proceder ne dia immediato ao pagamento de um e dos mezes atrasados, o de setembro. aplacando assim, em parte, a colera dos grévistas.

Estes não se retiraram logo desta cidade, aqui permanecendo até quarta-feira, tendo commettido alguns disturbio, sem graves consequencias, felizmente (GRÊVE DE TRABALHADORES, 1908, n. 47, p. 2).

Notícias sobre o clima entre os trabalhadores e a empreiteira não foram relatadas apenas nessa edição do jornal Cachoeirano. A edição 48 do dia 28 de novembro, relata a ida de um operário português da Estrada de Ferro Sul, Ignacio Dias da Costa, até ao escritório de José Bento Vidal pedindo seu pagamento por desejar ir para o Rio de Janeiro. Um empregado de José Bento, ao alegar Ignacio ser um dos grevistas, deu um "pontapé sobre o peito" levando o trabalhador ao hospital (SELVAGERIA, 1908a, n. 48). Esse ocorrido é uma inserção importante para a edição 49 do dia 5 de dezembro em que o jornal faz duras críticas ao dono da empreiteira. Trago o importante trecho intitulado "Selvageria":

A policia abriu inquerito a respeito da aggressão de que foi victima o trabalhador na construcção da Sul do Espirito Santo, Ignacio Dias da Costa, de que demos noticia em numero anterior.

Recolhido ao hospital de caridade, Ignacio Dias teve alta a 28 do mez passado.

Correu com insistencia nesta cidade a noticia de ter fallecido esse operario. Averiguámos, porém, ser falso o boato.

O individuo morto no hospital nos ultimos dias chama-se João Marques e foi tambem trabalhador da Estada. A 29 de manhã recolheu-se ao hospital, fallecendo no dia seguinte, ás 5 horas da tarde, victimado por febre perniciosa.

Embora a policia esteja disposta a agir para corrigir esses abusos de que são victimas os pobres trabalhadores, nem mesmo assim o empreiteiro sr. Bento Vidal trata melhor os seus empregados.

Ainda a 1º do corrente dois trabalhadores, de nacionalidades brasileira e portugueza, foram esbofeteados pelo proprio empreiteiro, quando pediam o pagamento de seus ordenados.

Além de não receberem pontualmente o fructo de seu trabalho, os infelizes que se dirigem ao escriptorio da empreza são aggredidos sem a minima razão!? E' o cumulo!

Referiu-nos um trabalhador que, necessitando retirar-se desta cidade, teve de vender sua caderneta, visto que a empreza não lhe quiz fazer o pagamento devido, tendo com essa transacção um prejuizo de 40\$.

Factos como este se repetem continuamente.

Em vista de actos que tanto desabonam a empreza, prejudicando aos empregados, estes ultimos têm-se retirado do serviço em grande numero.

A 2 deste sessenta operarios, approximadamente, embarcaram na estação Moniz Freire com destino a Santa Luzia do Carangola, onde vão, certamente, encontrar melhor remuneração.

E' de crer-se que o sr. Bento Vidal não pensou ainda nas consequências de seus actos.

Reflecta s. s. que o pessoal opprimido não poderá supportar esse jugo por muito tempo, e que nas condições presentes, uma segunda greve não seria de admirar (SELVAGERIA, 1908b, n. 49, p. 2).

E a segunda greve ocorreu. Como está escrito em um relato do jornal Cachoeirano de 17 de abril de 1909 por não terem sido pagos três meses de empreitada na construção da ferrovia (GRÉVE, 1909a, n. 15). Cachoeirano era um periódico importante não só para a cidade de Cachoeiro de Itapemirim, mas também para o resto do estado. Sempre colocava em suas edições acontecimentos importantes estaduais e nacionais (SANTOS, 2013). Tanto que, em dezembro de 1909, relataram uma greve também de ferroviários, mas na Bahia (GREVE, 1909b, n. 48). Os redatores do jornal até 1909 – por conta disso, o jornal seguia sua linha de pensamento – eram o político republicano Bernardo Horta de Araújo e o político republicano Dr. Antonio Gomes Aguirre. Desde a ruptura com uma outra ala republicana nos anos 90 do século XIX, o jornal não deixou de ser oposição ao governo estadual até a saída de Bernardo Horta (SANTOS, 2013).

Outros jornais também noticiaram, de forma mais branda, o ocorrido em Cachoeiro de Itapemirim no mês de novembro de 1908. O influente jornal liberal e conservador (BRASIL, 2015) da capital federal, Jornal do Commercio, fez uma pequena nota relatando o recebimento de um telegrama do Marcondes de Souza, presidente do governo municipal, no dia 21 de novembro dizendo que as providências tinham sido tomadas com a chegada da força federal, “[...] as diligencias continuam, afim de apurar as responsabilidade” e termina o telegrama com ““Varias turmas operarias voltaram ao trabalho. A cidade está em paz.”” (JORNAL DO COMMERCIO (RJ), 1908, n. 325, p. 4). A mídia é uma “organização material voltada para manter, defender e desenvolver a ‘frente’ teórica ou ideológica” (GRAMSCI, 2000, p.78 grido do autor). Aconteceu uma brutal repressão por parte do Estado Federal – vale lembrar, 70 mortes e 200 feridos (ROCETTI, 2016) – e, contudo, o periódico carioca traz uma breve nota com a fala do intendente de Cachoeiro de Itapemirim falando em paz após a retaliação e os assassinatos.

Não é somente esse jornal carioca que relata a greve como se os trabalhadores fossem apenas arruaceiros. No próprio estado do Espírito Santo, periódicos também noticiavam com um tom de desdém a luta operária. O periódico do partido do governador do estado (SANTOS, 2012) em Vitória – Diário da Manhã – termina a matéria “A parede na ‘Sul’” do dia 19 de novembro de 1908 com as seguintes palavras:

As medidas tomadas pelo governo, no sentido de suffocar a parede que ameaçava se propagar até Mathilde constituíram o principal factor da resolução que vêm de tomar os operarios, entregues novamente a seus affazeres e proporcionando á população daquela cidade a paz de espirito e o socego de que se achava privada (A PAREDE NA 'SUL', 1908, n. 363, p. 2).

Em seus escritos, Gramsci trata a hegemonia como uma “direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo” (MORAES, 2010, p. 55); é a conquista política-ideológica e cultural da classe hegemônica (MORAES, 2010). Existe validade em trazer como foram noticiadas as revoltas em suas determinadas épocas porque “a constituição de uma hegemonia é um processo historicamente longo, que ocupa os diversos espaços da superestrutura ideológico-cultural.” (MORAES, 2010, p. 55). A “consciência operosa da necessidade histórica” gramsciana é a vontade coletiva criada pela classe hegemônica que necessita consolidar sua influência ideológica alcançada não só na força material, mas também na persuasão e no convencimento sobre o quadro social para se afirmarem diante da sociedade (MORAES, 2010; GRAMSCI, 2000b). Os jornais têm a capacidade de atuar na esfera cultural e social, determinando a forma de agir das pessoas e implantando a ideologia da classe dominante (BRAVO; OLIVEIRA, 2014). “Com efeito, de acordo com o pensamento marxista, não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que lhe determina a consciência. Ao capital, não há apenas a obediência, mas a devoção” (CAVALCANTI, 2021, p. 50).

A repressão estatal também é abordada pelo pensamento gramsciano não só pelo uso da força – como foi tratado, por exemplo, na greve de 1908 com mortos e feridos –, mas também pelo uso da lei – como é o caso emblemático da necessidade da promulgação de uma lei com o intuito de extinguir o motim iniciado pela Insurreição de Queimado; o uso da força não estava gerando o resultado esperado. É o “aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção” (GRAMSCI, 2000a, p. 21, grifos do autor).

[...] não se poderia subestimar o papel dos *media*, em especial audiovisuais, nessa difusão de representações normalizadas que é uma cultura política. Sem dúvida que é preciso evitar ver as coisas de maneira excessivamente simplista. Nenhum destes vectores da socialização política procede por doutrinação. Não obstante, a sua multiplicidade proíbe pensar que se exerce sobre um dado indivíduo uma influência exclusiva. A acção é variada, por vezes contraditória, e é a composição de

influências diversas que acaba por dar ao homem uma cultura política, a qual é mais uma resultante do que uma mensagem unívoca. Esta adquire-se no seio do clima cultural em que mergulha cada indivíduo pela difusão de temas, de modelos, de normas, de modos de raciocínio que, com a repetição, acabam por ser interiorizados e que o tomam sensível à recepção de ideias ou à adopção de comportamentos convenientes. Que o cultural prepara o terreno do político aparece desde já como uma evidência de que alguns retiraram estratégias (BERSTEIN, 1998, p.357, grifo do autor).

Bravo e Oliveira (2014) trazem no artigo escrito um exemplo de um editorial d'O Estado de São Paulo de junho de 2014 com o título “Uma greve contra Todos”⁶¹. É uma crítica à greve dos metroviários de São Paulo que coloca os diferentes grupos da classe trabalhadora em confronto de interesses.

[...]‘Não pode ficar massacrando, batendo em trabalhador’. Vá dizer isso aos trabalhadores cujo cotidiano eles infernizam, [...], e que, mesmo quando tudo está normal, são obrigados a gastar horas valiosas na ida ao seu sustento e no regresso para o que lhes resta de lazer, convívio e repouso, [...] (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2014, p. 03 *apud* BRAVO; OLIVEIRA, 2014, p. 6).

A própria manifestação contra o maior desastre natural do Brasil, de certa forma, o protesto foi noticiado em alguns lugares com uma certa ressalva. Quando houve uma marcha, alguns dias depois do ocorrido, até a sede da Vale em Vitória - ES, alguns manifestantes chegaram a chutar a entrada da Vale e quebrar a vidraça, além de algumas pichações. A manchete da Folha Vitória (2016, online) foi: “Manifestantes destroem entrada da Vale durante protesto contra a lama em Vitória”; e ainda escreve no corpo do texto: “A recepção principal do Complexo de Tubarão ficou destruída. As portas de vidro foram quebradas e equipamentos como uma copiadora foram parar do lado de fora. Por todo lado havia pichações. O teto e paredes ficaram cheias de lama.” Não há nada muito explícito nas palavras do jornal, certamente, mas as escolhas de palavras usadas podem passar algumas impressões para quem lê. Por todo texto, é colocado que os manifestantes alegam que a empresa é culpada pelo rompimento – não coloca como algo consumado. E também quem lê pode pensar “não precisava” ou “bando de vândalo... Baderneiro”, apenas.

Quando surge a questão da regularização do trabalho de motoristas e entregador por aplicativo, a imprensa tradicional logo vai atrás de ‘especialistas’ para propagarem contra a luta por melhorias em lei para esses entregadores. A imprensa sempre teve o dever de divulgar a notícia e, com um discurso de isenção, de modo benéfico para quem tem o poder

61

hegemônico. Em dezembro de 2022, a Metrôpoles procurou o diretor da *iFood* para falar sobre o entregador CLT. A linha fina da matéria era a seguinte: “Para João Sabino, diretor do *iFood*, a maior parte dos entregadores não deseja ter vínculo empregatício com a plataforma de *delivery*” (ALVARENGA, 2022). Na matéria o diretor fala em ‘pesquisas recentes’ dois a cada três entregadores não queriam CLT, mas não cita quais pesquisas são essas. Aliás, se seguirmos a ideia gramsciana (2000b), relatar isso não é uma justificativa plausível se levar em conta toda a propaganda contrária à inserção da CLT no mundo do trabalho flexibilizado como, por exemplo, a própria entrevista do diretor. A própria matéria da Metrôpoles coloca em seu primeiro parágrafo – sem ser falas do diretor – que “sem poder contar com qualquer tipo de proteção social e com jornadas extensas, eles [os entregadores] estão fora do mercado de trabalho tradicional. Mas não se pode matar o modelo com camisas-de-forças que o inviabilizam” (ALVARENGA, 2022).

No segundo parágrafo, a matéria – ainda sem as aspas de João Sabino, mas, ao que parece, é um parágrafo baseado em falas do diretor – fala em “se considerarmos todos os que já fizeram cadastro e trabalharam em algum momento no aplicativo, são cerca de 1 milhão de brasileiros – que, sem essas empresas, teriam ficado desempregados e sem fonte de sustento” (ALVARENGA, 2022).

São formas utilizadas para legitimar a presença do *iFood* e mostrar como seria o número de desempregados se não existisse essa empresa que é responsável por mais de 1 milhão de pessoas na labuta durante todos esses anos – por ter o total domínio de um aplicativo que liga lanchonetes e restaurantes a um – como gostam de falar – “empreendedor” ou a uma “empreendedora”. Esses parágrafos antecedem a entrevista propriamente dita e legitima esse olhar com uma certa imbricação de ideias entre João Sabino e o jornal.

Bianca Alvarenga: O que seria um avanço prudente, nesse caso?

João Sabino: Temos 250 mil entregadores ativos, que fazem pelo menos uma entrega por mês. A forma com que esses parceiros distribuem o tempo de trabalho é diversa. Temos, por exemplo, entregadores que saíram da plataforma agora em dezembro, pois conseguiram trabalho no comércio, que abre muitas vagas no final do ano. Depois, boa parte deles voltará a atuar na plataforma. É comum que um trabalhador nosso seja entregador, motorista de aplicativo e que faça outros bicos, tudo ao mesmo tempo. São atuações concomitantes, 70% deles trabalham por até 3 horas por dia no *iFood* e faz o restante das horas de trabalho em outras coisas. Eu estou dizendo tudo isso para mostrar que a flexibilidade é um ponto essencial para essas pessoas. Muitos dos nossos entregadores priorizam a plataforma porque não querem ter um horário e uma rotina fixa, não querem ter um patrão e querem programar a própria rotina (ALVARENGA, 2022).

Na resposta de Sabino há algo verdadeiro. Existe um certo desejo pela flexibilidade

por parte dos trabalhadores porque existe um aumento da precarização em todos os trabalhos. Se hoje o entregador recebe o mesmo que no trabalho antigo, pelo menos agora não tem uma rotina fixa (WOODCOCK; GRAHAM, 2022). O Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, decidiu arrumar uma briga com as plataformas responsáveis pelo trabalho uberizado ao falar da necessidade de regulamentar o serviço prestado pelos trabalhadores por aplicativo (CHAMO, 2023). No final de novembro de 2022, o UOL Carros fez uma matéria falando que ‘os motoristas e os aplicativos temem a proposta de Lula’ (GAMA, 2022). Uma das pessoas procuradas para opinar sobre o assunto foi o presidente da Associação de Motoristas de Aplicativos de São Paulo, candidato a deputado estadual pelo Podemos em 2022, uma pessoa com postagens – antes mesmo de Lula se tornar candidato – contrárias ao presidente Lula em suas redes sociais ⁶²⁶³.

Não é uma particularidade da cidade de São Paulo o presidente de um órgão importante falar com a imprensa algo contra a própria classe. No Espírito Santo, em 2015, o presidente do sindicato dos *motoboys* informou que a metade dos trabalhadores do ramo usa drogas (METADE, 2015). Até hoje há uma repressão fortíssima contra essa matéria – essa fala – como as próprias pessoas da associação em que houve reunião alertaram. E sempre há uma rixa, como a pesquisa de campo me alertou, com a mídia quando relatam algum assalto com o infrator de capacete e de *bag*, mas não deixam explícito aquilo ser somente um disfarce. Como colocado mais acima, um trecho da entrevista com o Nilton, ao verem alguma situação ou notícia relacionando uso de drogas e assaltos com os *motoboys*, acaba colocando toda a categoria como usuários de drogas e também que alguém trajado de *motoboy* pode estar pronto para assaltar.

Voltando a falar do trabalho da mídia em relação aos direitos dos trabalhadores e às manifestações, o ataque contra a demanda por melhores condições de trabalho para esses trabalhadores precarizados é sempre focado na CLT, como uma matéria de 2021 falava em uma possível saída da *Uber* do país por causa de um reconhecimento de vínculo pelo Tribunal Superior do Trabalho (JUSTIÇA, 2021).

Porém, segundo Clemente Ganz Lúcio, que fez parte do grupo de transição de Lula coordenando o grupo temático do trabalho, há uma busca por direitos trabalhistas para os

62

Página do TSE com a divulgação da candidatura:
<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2022/2040602022/SP/250001610459>. Acesso em: 10 de fev. de 2023.

63

Página do Instagram : <https://www.instagram.com/dudaamaspl/>. Acesso em: 10 de fev. de 2023.

trabalhadores uberizados, e não serão iguais à CLT (BARROS, 2022). Dessa forma, o ataque quase diário contra a CLT para os trabalhadores por aplicativo é um espantalho capaz de adentrar na mentalidade até mesmo de entregadores com uma conscientização da precariedade, como é o caso do entrevistado André “Minha visão é que botar CLT nesse sistema não vai rolar. Negócio é flexibilizar um pouco mais as entregas, fazer de um modo que seja produtivo para todos”. Ele busca por regulamentação, mas incorpora um certo receio com a Consolidação das Leis do Trabalho – o que espanta alguns trabalhadores não é a regulamentação, mas é a CLT. Por causa da manifestação hegemônica, uma simples sigla que nada mais é do que uma forma de regulamentação atrapalha o avanço desse assunto. Alguns outros trabalhadores, como é o caso do entrevistado Plínio – com a idade por volta dos 40 anos, mas foi ambulante a vida toda antes de começar a trabalhar em cima de uma moto –, nem sabia o significado de CLT, só sabendo do que se tratava a pergunta da entrevista quando foi falado Carteira de Trabalho. Para Pereira (2021), há dificuldade no enquadramento jurídico por não existir regulamentação específica, por viverem em uma zona intermediária entre autonomia e empregados, e, por conta disso, os entregadores necessitariam de uma legislação própria e específica por ser insuficiente as regras, as instituições do Direito do Trabalho e os princípios existentes atualmente.

Uma pesquisa encomendada pelo *Uber* e pelo *iFood* (DATAFOLHA, 2023) foi amplamente divulgada pela mídia como uma verdade absoluta. A manchete no *Época Negócios* é enfática: “Trabalhadores de aplicativos rejeitam CLT, aponta pesquisa” e coloca no subtítulo apenas Datafolha (ESTADÃO, 2023) passando uma maior credibilidade na pesquisa se colocasse junto “encomendada pelo *Uber* e *iFood*”. “Datafolha: trabalhadores por aplicativo preferem autonomia e rejeitam CLT” é a manchete do *Correio Braziliense* (DORNELAS, 2023). Manchete do Estado de Minas (MOTORISTAS, 2023): “Motoristas e entregadores preferem autonomia a vínculo CLT, aponta pesquisa”. E, por fim, manchete d’O Globo (ROSA, 2023): “Trabalhadores de Uber e iFood querem flexibilidade, mas concordam que falta proteção social, diz pesquisa”. Essa pesquisa trazia que nove a cada dez entrevistados preferiam a forma atual nos trabalhos de plataforma do que em CLT (DATAFOLHA, 2023). Todavia, o grupo de Direito do Trabalho do Século XXI da Universidade Federal do Rio de Janeiro mostra existir vícios nessa pesquisa como, por exemplo, perguntas conduzindo à resposta estimulada, restringindo opção de resposta por parte das pessoas entrevistadas (TRAB21, 2023). A notícia da pesquisa ser viciada não ganhou grande destaque, deixando a entender, para a grande maioria da população, uma

informação desvirtuada.

Quando aconteceu a paralisação nacional dos entregadores por aplicativo em julho de 2020, houve até matéria no Espírito Santo falando em ‘debate sobre futuro desses profissionais’ enquanto os trabalhadores pediam por equipamentos para se protegerem da Covid-19 (PARALISAÇÃO, 2020). Essa matéria traz as "lembranças" – como a própria matéria coloca – de um professor de uma faculdade privada especialista em *Business* da Grande Vitória sobre os direitos trabalhistas:

Em vínculos tradicionais de trabalho, empresas oferecem mais segurança, mas oferecem remunerações mais modestas. Nos modelos de trabalho de aplicativos, que vêm crescendo, há menos segurança e garantias ao trabalhador, mas as recompensas em termos financeiros e de autonomia tendem a ser maiores (PARALISAÇÃO, 2020).

Como foi apresentado anteriormente nesse trabalho, um relatório da Aliança Bike (2019) de um ano antes da paralisação e dessa matéria com o professor, os entregadores trabalhavam em média de nove horas a dez horas para ganharem R\$992,00 mensais. E uma matéria do R7 São Paulo de 2022 (PADIN, 2022) fala em uma média de rendimento de R\$1.172,63 mensais trabalhando de nove horas a doze horas por dia, seis dias por semana. Um valor irrisório podendo ainda ser ameaçado – e, até mesmo, morto – por um cliente por recusar a fazer um trabalho a mais que não está em sua alçada – como subir para entregar o alimento no apartamento (MONTEIRO; THUM, 2023).

Essas questões trazidas, tanto neste capítulo como o anterior, são importantes para no capítulo final, sobre a mobilização dos entregadores, ter uma base teórica importante sobre um contexto histórico de mobilizações de trabalhadores clássicos e originários em solo capixaba; além da importância de entender como se mostra no discurso hegemônico, na mídia tradicional, as buscas por melhorias das pessoas nessas situações.

7.3. DELIVERY E A MOBILIZAÇÃO POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO NA GRANDE VITÓRIA

O proletariado se aproveita das pequenas brigas internas da classe burguesa para alçar interesses da própria classe. Porém, as conquistas imediatas não são os verdadeiros resultados das lutas; e o principal ganho é a união crescente dos trabalhadores, começando com lutas isoladas até atingir todos do ramo contra os exploradores (MARX; ENGELS, 2005). A burguesia detém o poder e sempre encontrará mecanismo para mantê-los. Por isso, para Marx,

as ações revolucionárias não podem relaxar – reprimindo eventuais excessos – e deixar a classe repressora retomar o poderio. Deve mostrar sempre suas reivindicações e criar formas necessárias para garantir que as concessões e promessas sejam realizadas pelos governantes em benefício aos trabalhadores (MARX; ENGELS, 2010). A classe, na definição de Thompson (2012), é um fenômeno histórico e unificador de episódios distintos e por vezes sem conexão até de consciência. Para ele, a classe não é uma estrutura ou categoria, mas algo imbricado nas relações humanas – os indivíduos são conscientes e ativos na formação de classe (SEWELL Jr., 1990). Dessa forma, a classe acontece quando há uma identidade desses indivíduos a partir da experiência em comum contra uma outra classe, classe antagônica, de sujeitos com interesses contrários – e a classe é resultado de uma luta dos sujeitos em um processo histórico, longo, não pontual, uma operação cultural e social em um período histórico (THOMPSON, 2012). Os trabalhadores sentem a precariedade da atividade exercida, mas não sabem contra quem lutar. Na pesquisa de campo, os próprios entregadores entrevistados que participaram de alguma paralisação na Grande Vitória, quando questionados contra quem eles estavam lutando e reivindicando, ou o silêncio tomava conta por completo, ou demoravam um tempo para responder “políticos”, “aplicativos”.

O pensamento de Han (2023) em relação à superação do capital é uma visão niilista. Para ele, as contradições entre as forças produtivas e as relações de produção não podem ser superadas. O neoliberalismo e o capitalismo financeiro já são a mutação, a superação, do capitalismo industrial clássico, onde o trabalhador é empreendedor. “Não é a revolução comunista, e sim o neoliberalismo que elimina a exploração alheia da classe trabalhadora. [...] Cada um é senhor e servo em uma única pessoa. A luta de classes também se transforma em uma luta interior consigo mesmo” (HAN, 2023, p. 15).

Dejours (2022a), levando em consideração a centralidade do trabalho, vê no trabalho a possibilidade de sair da barbárie – como trataria Luxemburgo (1974) – porque a transformação do mundo está no trabalho e esse deveria ser o foco dos coletivos. E trabalhar é também uma forma de resistência com o mundo social com mobilização da inteligência e da subjetividade. Pode existir até mesmo uma renúncia do potencial subjetivo do sujeito para existir uma cooperação no trabalho (DEJOURS, 2022b). O *iFood* busca manobrar justamente essa questão quando em paralisações dos entregadores, desligamento do aplicativo, a empresa coloca uma promoção, um valor mais alto, para os sujeitos, ao visualizar essa possibilidade de ganho maior, trabalhem no lugar dos outros parados. O ataque do neoliberalismo está na individualização dos sujeitos e também na competitividade, na valoração quantitativa

(DEJOURS, 2022b), através do *score*, por exemplo – algo sempre colocado em pauta quando acontece as paralisações; os entregadores desejam incansavelmente o fim do *score* por não ser uma ferramenta leal. E o próprio Dejours (2022b), ao falar de avaliação, questiona esse ferramental por tratar o trabalho como subjetividade e, conseqüentemente, o trabalho não é avaliado – é somente uma forma de dominação e intimidação.

O *score* é um excelente exemplo no trabalho de entrega. “*O reconhecimento pode transformar o sofrimento em prazer. O reconhecimento propicia ao trabalho seu sentido subjetivo*” (DEJOURS, 2022b, p. 38, grifo do autor). Não há reconhecimento com *score*. *Score* abaixo do máximo, para os entregadores, não representa estar trabalhando mal. Eles têm dificuldades em saber o motivo de ter aquela nota. Tentam ao máximo criar formas de melhorar a valorização da performance e passam esses conhecimentos para os outros entregadores – como já citado mais acima. Ter a nota máxima de *score* não representa também estar trabalhando extremamente bem, mas apenas estar fazendo o seu trabalho. Dessa forma, é impossível a existência da transformação do sofrimento em prazer quando o potencial máximo de reconhecimento – nessa forma de pontuação do *iFood* – é não estar fazendo mais do que obrigação. “Fim do *score*” aparece em todos os informativos de possíveis paralisações por parte dessa categoria.

Interessante pensar a sociedade atual com o olhar do Adorno (; JAERISCH, 2021) ao falar sobre o “conflito social”⁶⁴. Uma das antíteses de Adorno está em cima da tese da “teoria do conflito social” de Dahrendorf⁶⁵ em que fala de pressupostos históricos, disfuncionalidade e estado coercivo das sociedades – é o conflito como algo necessário em todo processo de transformação, por tanto, dessa forma, é utópico uma sociedade sem classes. Para Adorno, Dahrendorf retoma Weber ao falar de um tipo ideal em que a sociedade é estruturada em dominadores e subordinados. Dahrendorf trataria da concordância de regras, das regulações, de antemão para não existir o conflito, mas como decorre Adorno, são regras estruturadas em processos sociais e não acordadas de forma livre. A existência de uma aceitação forçada dos

64

Uma teoria que parte de Simmel em que “[ele] parte da premissa de que o conflito reproduz-se junto às ações interativas e relacionais sociais, ou seja, em todas aquelas produzidas no interior da sociedade” (ALCÂNTARA Jr, 2005, p. 8); mas o conflito é uma forma de agrupar ao produzir e modificar o grupo, ou a organização, de interesse (SIMMEL, 1983). “[...] O conflito pode possibilitar momentos de construções e destruições, quer sob as instituições, estruturas, arranjos, processos, relações e interações sociais. É um tempo socialmente especializado e promotor de indeterminadas *formas sociais*, e uma expressão das relações existente entre formas e conteúdos” (ALCÂNTARA Jr, 2005, p. 8).

65

Ralf Dahrendorf, *Elemente einer Theorie des sozialen Konflikts*“, in: *Gesellschaft und Freiheit*, München, 1961, p. 197s. [N. A.].

indivíduos para aceitarem regras e, em consequência, não existirem conflitos servindo como um controle social dos conflitos.

Para Adorno, “conflito social” tira o foco do antagonismo econômico, retira da sociologia a teoria crítica da sociedade e o olhar para o todo, para a totalidade estruturada em classes. A consciência de classes não nasce pronta no imaginário do proletariado e a classe dominante tem uma consciência maior sobre a luta existente entre as classes antagônicas por serem herdeiras históricas da dominação (ADORNO; JAERISCH, 2021).

Por conta disso, é importante a práxis para existir a criação no imaginário proletário dessa relação entre classes e demonstrar que sem a desestruturação dos alicerces burgueses não se extinguirá os conflitos dentro da própria classe subalterna. Nesse texto, o autor complementa o seu pensamento: “Em situações de crise, o conflito social pode se atualizar como conflito de classes; resta ver se também nas formas do mundo administrado” (ADORNO; JAERISCH, 2021, p. 100). Demonstrando uma contraposição interessante da sua própria ideia: “se é certo que a sociedade se desenvolveu como uma totalidade antagônica, quase todo conflito que se costuma hoje chamar de particular é sua efígie (ADORNO; JAERISCH, 2021, p. 100).”

É importante lembrar o Adorno estar falando dos países desenvolvidos em 1965, tratando os conflitos como “fenômenos sociais marginais” em que “a integração ainda não se completou” e o “processo antagônico desde sempre excluiu”. Para ele, essas pessoas “não são nem força de trabalho, nem consumidores e, portanto, não são imanentes à sociedade por completo” (ADORNO; JAERISCH, 2021, p. 101-102). Para Paulo Freire (2017, p. 84), “os chamados marginalizados, que são os oprimidos, jamais estiveram *fora de*. Sempre estiveram *dentro de*. Dentro da estrutura que os transforma em 'seres para outro.'” As lutas sociais existentes na atualidade modificaram a forma clássica de luta dos trabalhadores e, dessa forma, os trabalhadores principalmente de serviços não conseguem se enxergar nas formas de luta de tempos passados. A força de trabalho se apresenta heterogênea e se distancia da unidade reflexiva do século XX (POCHMANN, 2022).

Os trabalhadores na Grande Vitória conseguem criar alguns mecanismos para lidar com os penosos dia a dia do trabalho. Contra o aplicativo *iFood*, relataram-me uma burla muito interessante. Os entregadores ficavam embaixo da Terceira Ponte no lado de Vila Velha e o aplicativo apontava que eles estavam passando na ponte. Além da distância, no início da ponte do lado de Vitória tem um pedágio. Eles conseguiram ganhar um pouco mais porque o aplicativo calculava a volta e o pedágio. Como a burla foi passada de um para outro e estava

acontecendo muito, foram descobertos e o *bug* consertado. Além disso, como citado, há muitos grupos de *Whatsapp* criados não só para ajudarem a organizar os trabalhadores para paralisações e manifestações, mas também para se ajudarem no dia a dia. Conversas como a urgente necessidade do uso da antena principalmente no dia que aconteceu o acidente relatado mais acima (DANIELA CARLA, 2023); os locais de *blitz* que ganham a alcunha de “*show*” dentro desses grupos; compartilham locais perigosos e, se alguém decide fazer entrega em um local desse, há também um compartilhamento da localização em tempo real.

O entrevistado João me relatou casos interessantes sobre o grupo dele. Uma das entregadoras teve a moto roubada e compartilhou no grupo o ocorrido, a placa e o local. Com o compartilhamento em massa do ocorrido, depois de muitas horas, a moto foi vista em um determinado local e recuperada. São as novas formas de resistência do novo sujeito social “contapropriista” mais ligados à articulações horizontais, reações ao cotidiano, dificuldades diárias, etc. (POCHMANN, 2022). Outra questão no grupo em que o João faz parte é uma forma de melhoria que não atinge os aplicativos como no caso da Terceira Ponte, mas os estabelecimentos da coleta:

A gente tem uma campanha de avaliação. Você chegou no local... Vamos supor... Você vai coletar. Se lá tiver água para você tomar... Lugar para você sentar... Você dá cinco estrelas e avalia bem. Se não tem, você dá logo uma estrela e coloca que não tem estrutura para fazer coleta.

Historicamente, o valor recebido pelos trabalhadores não poderia ser abaixo do necessário para a subsistência porque a burguesia precisa da produção da mais-valia – possível apenas com a exploração da mão de obra com suas forças restauradas. Porém, para Mazzucato lendo Marx, a luta de classes é o que define o salário dos trabalhadores. Se o salário sobe porque os trabalhadores estão com poder de barganha suficiente para tal feito, a burguesia substitui essa mão de obra por máquinas levando ao desemprego e à competição entre os trabalhadores. Consequentemente, há uma grande importância na reserva de desempregados para conseguir manter os salários baixos, ampliando o valor criado pelos trabalhadores (MARX, 2011; MAZZUCATO, 2019).

Lênin (2020) nos apresenta a importância de organizar associações – políticas, sindicais – com os trabalhadores conscientes da luta de classes para gerar uma ampla influência entre as massas; e essas organizações coletivas devem articular a necessidade do socialismo. Para o revolucionário russo, é um erro as organizações se estruturarem apenas para explosões, lutas, paralisações. Existem momentos de explosão e de calma, onde essa

organização deve estar estruturada porque não há um ato único nas lutas – é necessário atos de agitação política, de instrução, também em momentos de calma. Se for pensar em um momento de grande explosão reivindicatória, seria necessário ter um longo tempo de preparação, no caso dessa pesquisa, dos entregadores e da população em geral para entender o motivo da reivindicação e apoiar o movimento.

Como escreve Batalha (2008, p. 164) ao analisar o crescimento industrial da segunda metade do século XIX, “isso [as condições de trabalho capitalista] não deve conduzir a estabelecer uma relação automática entre a forma assumida pelo trabalho e a existência da classe operária, que, mais que uma decorrência da forma de trabalho, é o modo como esses trabalhadores se percebem.” Quando acontece algum caso de violência física ou verbal contra os entregadores não é incomum os entregadores se reunirem e protestar na frente do prédio da pessoa que causou a violência (ZWARICK, 2023). Mas há também um movimento que prejudica como é o caso do entrevistado André, agindo em um movimento contrário de conscientização da classe mesmo acreditando agir de forma a resistir ao trabalho de entrega por aplicativo:

A minha luta atualmente é conscientizar os entregadores que isso não tem futuro. Minha luta é mais essa mesmo. Quando eu “bato um garotinho novo”⁶⁶ que está começando ali com sua mochilinha dele... Mais novinho... Eu colo logo como paizão e explico: “isso não tem futuro não, cara... Não se iluda com isso aí... Falou o cara que tem quatro anos nisso.

Nos grupos de *Whatsapp* de *motoboys* da Grande Vitória em que a pesquisa também se realizou, há também muitos trabalhadores falando não valer a pena o trabalho por aplicativo e, com a insatisfação, eles param de trabalhar nas plataformas e aconselham os outros a fazerem o mesmo. Essa é uma das formas encontradas no trabalho de campo de desmobilizar a luta por melhorias no trabalho por aplicativo, sem falar dos entregadores que decidem trabalhar quando há uma movimentação de paralisação e desligamento do aplicativo por parte dos trabalhadores. Um exemplo é a paralisação com desligamento do aplicativo e o encontro dos entregadores no Shopping Mestre Álvaro e Shopping Vitória ocorrido no dia 9 de junho de 2023 na Grande Vitória. Nos grupos de *Whatsapp* houve muitos entregadores reclamando dos que estavam “rodando”. “União aqui no estado infelizmente é zero mesmo”, palavras de um dos entregadores. Essas demonstrações de componentes próprios “[...] à ideologia neoliberal representam ingredientes-chave para a produção amplificada de mal-estar e corrosão social,

66

Gíria usada pelo interlocutor para conversar sobre o trabalho.

num processo de despolitização coletiva que faz dos sujeitos meros consumidores e partes integrantes deste contexto de mercantilização da existência” (GUIMARÃES Jr; FERREIRA; FREITAS, 2022, p. 80).

Essa é uma questão importante para ser debatido porque, principalmente quem trabalha com moto, o “trabalho autônomo” envolve outros trabalhos possíveis fora do aplicativo e, por conta disso, essas formas diversas de arrumar um “bico” faz com que enxerguem a CLT como uma vilã até mesmo do trabalho por aplicativo. Consequentemente, a ilusória mobilização por melhorias acaba causando o efeito contrário de desmobilização. Como relata um dos entregadores, o trabalho formal não é necessariamente o grande problema:

Só sei dizer que cada dia que passa o *iFood* só está piorando mais... E as entregas só estão caindo os valores. Chama longe... Resumindo: tem motoboy perto do estabelecimento, mas eles não chamam os que estão perto, só chamam os que estão mais distantes para dar duas entregas e pagar oito reais, oito e pouco. Estou pensando seriamente em voltar para o [trabalho] fixo. Ai a galera fala “ah, mas fixo está preso.” Pois é, fixo está preso, mas o fixo vai trabalhar de seis às onze da noite e vai tirar seus cento e dez, cento e vinte e ainda vai tirar o lanche. Agora *iFood*, aplicativo, o cara fica mendigando, fica igual cachorro pela rua fora, mendigando... Tem dia que faz dinheiro, tem dia que não faz. Para fazer dinheiro tem que perder o dia e a noite. Eu não vejo pessoas que trabalham no fixo perderem o dia e a noite. Eu vejo a pessoa que trabalha no fixo trabalha um fixo de dia, descansa, vai pra casa, resolve suas coisas... Fica em casa de manhã e a noite vai pro fixo... É bem menos corrido... Bem menos perigoso. Sinceramente, tô quase largando de lado esse negócio de *iFood*.

É interessante perceber a entrega por *bike* ser tratada mais como bico do que a entrega de *motoboy*. Três entrevistados começaram a trabalhar com entrega com *bike* e depois mudaram para moto. Quando o motoboy decide parar de trabalhar com aplicativo, ele continua a trabalhar com a moto fazendo trabalho autônomo – é o que muitos fazem para se considerarem profissionais, diferente daqueles que trabalham somente durante um curto tempo.

Para existir uma real mobilização, Marx e Engels demonstram em seus escritos não só a importância da práxis, mas também a importância de partir da práxis material para explicar as formações ideais e não da ideia para explicar a práxis. Porque é somente dessa maneira que todas as formas e produtos enganosos da consciência podem ser efetivamente dissolvidos com a destruição das práticas das relações sociais existentes (MARX; ENGELS, 2007). A práxis é um fazer social consciente direcionado a um objetivo. A práxis envolve a transformação do meio, da criação de distintas instituições humanas como a comunicação e o trabalho associativo. É a transformação das condições sociais em que há uma criação e autocriação

coletiva através de uma luta pela sobrevivência. Por conta disso, existe na práxis elementos subjetivos como as emoções, as operações mentais e a produção e a interpretação das percepções (MARX; ENGELS, 2007; NORONHA, 2005). Para Vázquez (1977), existe uma práxis política⁶⁷, seguindo a ideia gramsciana de atividade transformadora, em que a etapa final da prática da sociedade é a práxis revolucionária.

No tempo presente, a flexibilização deseja acabar com o sindicalismo, porque é no sindicato que a massa começa a entender a complexidade da luta contra os burgueses (ANTUNES, 1980). Para Gramsci (1999), por causa de suas experiências, só uma adesão do coletivo é possível para tornar a padronização dos sentimentos populares consciente e crítico. Os trabalhadores sempre reinventam suas formas de luta com a realidade presente e criam meios de barganha e conseguem frear a circulação do capital agindo de forma coletiva. Não é diferente nos trabalhos mediados por aplicativos em que os proletários não são massas que observam tudo com passividade (GROHMANN, 2021). O proletariado contemporâneo detém construções das lutas históricas importantes em forma de aprendizados, experiências e avanços necessários para revoluções (ARCARY, 2020). “Se há novos métodos de controle e organização do trabalho, são necessárias também novas formas de organização por parte dos trabalhadores” (GROHMANN, 2021, p. 19). As tecnologias digitais podem ser ao mesmo tempo locais de opressão e ferramentas apropriadas pelo oprimido em busca de liberdade (NEMER, 2021).

Entre alguns entregadores por aplicativo, que sempre tentaram mobilizar em busca de melhorar as condições da classe como um todo, existe um certo desânimo com a própria atividade e, dessa forma, causam o efeito contrário levando a desmobilização. Um dos entregadores entrevistados, por ser uma pessoa de 40 anos e há muito tempo nesse trabalho, revelou buscar conversar com os garotos não para formarem um coletivo em busca de reivindicar melhorias, mas, ao contrário, aconselha os mais novos a sair desse trabalho o mais

67

Vázquez (1977) diferencia em seus escritos algumas práxis. Dentre as diferenciações existe a práxis produtiva – atividade prática, material – é a prática fundamental em que o ser humano não só produz um mundo de objetos para satisfazer as necessidades humanas, mas também se produz, se transforma. A práxis artística é a necessidade humana de expressão e objetivação; é a criação de uma nova realidade e o enriquecimento do real. A práxis científica experimental é uma atuação do trabalhador – pesquisador – modificando os fenômenos existentes em um objeto – produção de fenômenos com o uso de instrumentos físicos –; é a reprodução de fenômenos de meios naturais em um meio artificial longe das perturbações existentes nos meios naturais para facilitar a análise e os estudos. Por fim, a práxis política é a luta de classes pelo poder e pela estruturação da sociedade de acordo com os interesses das classes antagônicas existentes; é uma luta ideológica com grande influência nas ações políticas reais das pessoas (VÁZQUEZ, 1977), transformando as ações políticas em lutas efetivas ou não dependendo do controle ideológico presente naquele corpo social.

rápido possível por ser um serviço sem futuro. Essa desmobilização, para Lovatto (2021), é a incorporação do niilismo pelo pós-modernismo⁶⁸ se juntando à crítica regressiva, ao irracionalismo e ao anti-humanismo. Segundo a pesquisadora, não há caminho para a mudança radical na “condição pós-moderna”, mas apenas resistência que ameniza o dano. Incorporando, conseqüentemente, apenas esse ato passivo e não um ato ativo. É a incorporação pessimista enxergando uma ausência de possibilidade no futuro, limitando a luta ‘social’ a uma *transgressão* individual (LOVATTO, 2021, p. 18 grifo da autora). Como escrevem Oliveira e Ribeiro (2015, p. 11):

[...] a crença na insuperabilidade das condições materiais de uma sociedade profundamente doente por qualquer sujeito revolucionário. Dessarte, por maiores que sejam as ramificações internas à pós-modernidade, o traço comum alude à resignação, niilismo, antimarxismo, antissocialismo e, no limite, ao desarme político de cunho revolucionário.

Para Lovatto (2021) a pós-modernidade é como uma contrarrevolução burguesa que traz a máxima “não há fatos, só interpretações” de Nietzsche. É a perda da centralidade do ser humano moderno e a eliminação da razão reforçada com Foucault ao escrever “se a interpretação não pode jamais concluir-se, é porque, simplesmente não há nada a interpretar [...] pois, no fundo, tudo é já interpretação” (FOUCAULT, 1967, p. 189 apud LOVATTO, 2021, p. 25). O sujeito pós-moderno só pode agir à margem do sistema e com o centro político inalcançável, esse sujeito, através das lutas, só seria capaz de conquistar micropoderes (LOVATTO, 2021).

Seguindo a ideia de desmobilização por parte do pós-modernismo, Montañó (2021) também busca demonstrar a importância das lutas antiopressivas não estarem desvinculadas com a luta de classes. O capitalismo se alicerça na opressão e a superação desse sistema só acontece com a luta contra a opressão (LOVATTO, 2021; MONTAÑO, 2021). Para o autor, é importantíssimo a luta por identidades, mas “essas formas de luta, por si só, não impactam a base econômica e as relações de produção e a exploração da riqueza” (MONTAÑO, 2021, p. 356).

68

Em seu livro, Lyotard busca demonstrar a inexistência da verdade e, até mesmo, questionar o conhecimento científico (KARASEK, 2010; LYOTARD, 2021). Na modernidade “eram as ciências que criavam as verdades e as leis, assim como a idealização de um bem-comum geral. [...] Enquanto que na [pós-modernidade], o saber está marcado pela dúvida, desconstrução, perspectiva, desconfiança, interpretação, não-existência de verdades, suspeitas, construção do conhecimento a partir da problemática.” (KARASEK, 2010, p.79).

Como já discutimos, o trabalhador necessita vender sua força de trabalho para sobreviver. E, dessa maneira, “a força de trabalho é uma mercadoria especial, uma vez que é a única capaz de desencadear e impulsionar o complexo produtivo presente nas cadeias produtivas globais que hoje comandam o processo de criação de valor e de riqueza social” (ANTUNES, 2021a, p. 20). O interesse do proletariado não é essa venda. O labor é apenas um meio precário para atingir condições básicas de existência e, no futuro, se livrar do próprio trabalho através da aposentadoria. Esses desejos comuns externos ao mundo trabalho são os responsáveis pela consciência dos trabalhadores, da ação coletiva, podendo, em alguma circunstância, levar à consciência de classe (IASI, 2012).

No contexto brasileiro é necessário, através da classe oprimida, buscar um desenvolvimento independente e equilibrado por meio de um nacionalismo revolucionário e libertário. Assim, necessita-se libertar a nação do capitalismo neocolonial. Um apoio da própria burguesia nacional pode levar a manobras insatisfatórias para a classe trabalhadora porque a revolução burguesa visa seus interesses de classe, um egoísmo que cega diante do colonialismo. A revolução proletária deve estar intrínseca na revolução nacional (PRADO Jr; FERNANDES, 2005). Para Fanon (1968), a opressão colonialista nas sociedades capitalistas se apresenta nos reflexos morais, na honestidade, prudência, harmonia e respeito exemplares por parte dos trabalhadores.

Ainda há, no contexto histórico brasileiro, o processo da escravidão e como foi realizado sua liquidação atendendo a classe dominante. Não tinham mercado de trabalho para elas, não dispunham de propriedades para aragem, levando-as para a periferia, desempregadas, dividindo a sociedade em classes com a preconceituosa ideia de os negros terem aversão ao trabalho (SODRÉ, 1997). E nessa estrutura social encontra um desenvolvimento desigual importante para demonstração de poder da parte central em relação à parte periférica (SANTOS, 2004).

Em décadas mais recentes, a tecnologia surge ainda mais como ameaça de desemprego e promessa para o fim do trabalho. Todavia, há uma necessidade do proletariado vender sua força de trabalho no capitalismo para o próprio sistema funcionar, e, consequentemente, a luta por direitos se perdem de forma concreta nesse meio entre a ameaça de não ter emprego e a promessa da extinção do trabalho (FONTES, 2017).

A expectativa de felicidade com o trabalho digital e virtual logo se perdeu. O produto tecnológico – como o *smartphone*, o computador – contribuem para a disponibilidade constante dos trabalhadores para exercerem sua labor; além da própria fabricação desses

produtos tecnológicos e a extração da matéria-prima necessitarem da mão de obra dos trabalhadores. O avanço da tecnologia aumentou o número de proletários de serviço com baixa remuneração e alta jornada de trabalho; são pessoas em estado precarizado, adoecidos, infelizes e isolados. Essa nova forma de oferta de serviço também se tornou uma arma importante para desmobilizar os indivíduos e desmontar as lutas sociais (ANTUNES, 2018). “Sem alguma forma de trabalho humano, o capital não se reproduz, visto que as máquinas não criam valor, mas o potencializam” (ANTUNES, 2021a, p. 14).

O movimento de luta dentro da categoria de entregadores é muito recente. O primeiro aplicativo de entrega de alimentos iniciou seu trabalho em 2011 e 9 anos depois se tornou explícito as reivindicações dos trabalhadores através das paralisações. O curto prazo entre criação da empresa e o manifesto se dá por nascer como um meio precário. A vida desses indivíduos é tão precária que, na visão de um dos movimentos, a pauta principal deve ser pela alimentação. Eles acreditam que a simples refeição é uma conquista de muita luta e, por isso, devem ir com calma de pauta em pauta conseguindo, primordialmente, o mínimo (IFOOD, 2011; ECOA, 2020).

Uma paralisação nacional dos entregadores de aplicativo estava marcada para acontecer no dia 25 de janeiro de 2023 – “a luta é antiprecarização”. Os entregadores paralisaram buscando melhores condições de trabalho, fim das OLs, uma participação na regulamentação federal, pediam apólice de seguro em caso de acidente, o fim das chamadas duplas e triplas – entregadores levam mais de um pedido na viagem e não recebem a mais por isso – e preços justos dos serviços prestados – aumentar a taxa mínima por entrega de 6 reais para 8 reais. No dia 19 de janeiro, representantes dos sindicatos dos *motoboys* e outras entidades que representam a classe se reuniram com o Ministério do Trabalho e apresentaram para o Governo Federal suas pautas reivindicatórias. Dessa forma, a greve do dia 25 de janeiro foi cancelada e os trabalhadores esperam serem agraciados pelo governo sem a necessidade de ameaçar a realizar uma nova paralisação. Quando assumiu a posse do Ministério do Trabalho, Luiz Marinho já havia prometido apresentar até o fim do semestre uma proposta de regulamentação do trabalho de aplicativos – um serviço que ele considera “semiescravo”. O ministro, na reunião com os entregadores do dia, também da necessidade em buscar a “unidade dos trabalhadores, dos dirigentes, das associações, dos sindicatos e das centrais e, acima de tudo, a busca da proteção ao trabalho”. O presidente da SindmotoSP, Gilberto Almeida dos Santos, que participou da reunião, avaliou a contratação por CLT, em uma reportagem, não ser a forma ideal para os trabalhadores de entrega por aplicativo: “Em

alguns aspectos a CLT se encaixa, em outros não” – sem entrar em mais detalhes (MONCAU, 2023; SOUZA, 2023; XAVIER, 2023).

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho tratou principalmente do sofrimento encontrado entre os entregadores entrevistados da Grande Vitória e também as formas de busca por melhorar o dia a dia no trabalho e também as condições de trabalho da categoria. Entre os entrevistados, somente dois demonstraram uma satisfação completa com os modos de trabalho atual. Plínio falou estar 100% satisfeito em comparação ao seu trabalho anterior – vendedor ambulante. Dias depois da entrevista, Plínio sofreu um acidente de moto. Dudu também demonstrou satisfação com o trabalho de aplicativo nos moldes atuais. Por ser MEI, considera-se microempreendedor porque tem um nome de empresa e consegue trabalhar com serviço de *motoboy* fora do aplicativo; se mudasse o funcionamento do trabalho de entrega por aplicativo não interessaria mais esse trabalho e então ele mudaria – diz gostar de ter flexibilização e não ter patrão.

As conclusões partem dos dois trabalhadores totalmente satisfeitos com o trabalho de entrega para demonstrar a precariedade de vida no neoliberalismo. A comparação do trabalho de Plínio é com ser vendedor ambulante com dias em que saía para trabalhar e não fazia nenhum dinheiro. No caso do Dudu, é uma contrariedade porque ele mesmo fala de trabalhar em tempos de pico, ficar até as 15:00 horas sem almoçar, mas é um trabalho flexibilizado. Não pode “variar o lanche” para não receber uma nota ruim por parte do cliente ou do aplicativo e, dessa forma, diminuir o *score*, mas não tem patrão. O entregador Dudu, diferente do Plínio, abraçou o discurso de microempreendedor por achar que sem carteira assinada é dono do próprio destino. Já Plínio não abraçou um discurso de microempreendedor, nem de trabalhador precarizado – há uma aceitação completa pela desilusão, uma subjetivação completa do trabalho precário porque por toda a sua vida essa foi a realidade.

Esses trabalhadores seguem o chamado privilégio da servidão (ANTUNES, 2018) e, consequentemente, conseguem ter privilégios de vontades. De forma irônica, é possível escolher entre ter ou não trabalho, entre ter ou não renda para sobreviver. É possível escolher trabalhar em um sábado à noite cheio de pedidos do que trabalhar segunda pela manhã em que os ganhos serão ínfimos. É possível escolher trabalhar 4 horas em um dia e ganhar muito pouco, assim como é possível escolher trabalhar 12 horas para ganhar um pouco mais. É possível escolher andar devagar com a moto e fazer a entrega atrasada; ou ter a preferência de

arriscar a própria vida para entregar o pedido no tempo certo. Todas essas “escolhas” na verdade não são escolhas. São embalados e emoldurados com essa nomenclatura e entendimento para colocar nas costas do trabalhador todo motivo de insucesso e até mesmo de acidente no trânsito. Todos os interlocutores sofreram algum acidente no trânsito – o único que não tinha sofrido, sofreu dias depois da entrevista. Não parece ser uma questão apenas de imprudência. Assim como colocado mais acima, em relação à subordinação, o “tempo” é a oferta do aplicativo e justamente por isso a oferta dessas plataformas é algo tão perigoso. Para o cliente ganhar tempo ou acabar com a sua fome o mais rápido possível, o entregador deve diminuir o tempo gasto entre a cozinha e a sala de jantar. E entre esses dois cômodos existe um local sempre estranho à casa, apenas de ligação entre cômodos, que é o corredor. Nesse caso, o corredor deve ser atravessado o mais rápido possível e, por conta disso, pode se tornar até mesmo um corredor da morte de trabalhadores.

Sobre o controle no trabalho, há uma grande modificação, como apresentado, no novo mundo laboral. Sobre o trabalho de aplicativos de entrega, a vigilância se tornou mais ramificada e saiu das mãos diretamente do patrão clássico. Existe uma vigia por parte dos algoritmos – em que os donos das plataformas são também os donos dos códigos –, uma vigia por parte dos clientes – com avaliações da entrega, por exemplo –, uma autovigia e também uma vigia do Estado e do resto da sociedade. Nesse trabalho foi apresentado como o neoliberalismo transformou os trabalhadores em empreendedores de si e como essa questão faz com que eles sejam responsáveis pela própria destruição da saúde deles e delas ao se autoexplorarem. Além disso, o Estado também impõe uma vigia principalmente na figura da polícia com as *blitz*, no caso dos *motoboys*, e com as vigias nos locais de espera como em pracinhas. Também está presente a vigia do Estado na figura das câmeras que detectam infrações de trânsito como é relatado por alguns entregadores. Pensar dessa forma, como vigia, é retirar de uma discussão simples como estarem cumprindo a lei ou não. No caso desses trabalhadores, como relatado nesse trabalho, as infrações, muitas vezes, são feitas justamente para existir uma sobrevivência na prestação do serviço de entrega. Por fim, para não deixar de falar da vigia dos transeuntes, muitas vezes esses trabalhadores são olhados de forma desconfiada, são confundidos com ladrões – questão pautada fortemente no racismo e no preconceito.

As empresas de entrega têm se tornado parte de grandes conglomerados multinacionais. Além de toda questão rentista e imperialista demonstrada nesse trabalho, esses conglomerados fazem *lobby* e tem grande poder de barganha com os próprios Estados

de todo o mundo. É uma luta de Davi contra Goliás principalmente porque as manobras burguesas – junto com a grande mídia hegemônica – conseguem impor a mentalidade empreendedora nesses sujeitos e, dessa forma, desmobilizá-los para grandes movimentos de paralisação. Mesmo que o entregador se veja como trabalhador, ele rejeita a CLT porque as informações passadas para essas pessoas colocam a ideia de uma regulamentação inflexível. A ideia de se tornar MEI acaba ganhando espaço entre esses trabalhadores – principalmente porque muitos motoboys entregadores estão em grupos de *Whatsapp* com motoboys que não são entregadores, se consideram profissionais e espalham a ideia do MEI ser a melhor forma de se trabalhar. Pode ser um entendimento genuíno, mas os entregadores por aplicativo tem uma empresa por trás, controlando esses trabalhadores, não é igual trabalhar de forma autônoma.

Enquanto esse cabo de guerra não se resolve, os dias vão passando e esses trabalhadores vão prestando as suas atividades com dificuldades, acidentes, raiva e sofrimento. Se há algo positivo encontrado na pesquisa de campo é a questão de organização desses trabalhadores. Eles conseguem melhorar a forma de exercer o seu trabalho dia a dia com a ajuda dos grupos de *Whatsapp* compartilhando ideias, dificuldades e formas de facilitarem a corrida. Além disso, há uma grande corrente de trabalhadores interessado em fazer as paralisações esporádicas quando há, mas com as paralisações acontecendo de forma esporádica e sem resultado concreto de melhora, muitos trabalhadores vão desistindo cada vez mais de participarem das paralisações e, conseqüentemente, a ideia de que não há união entre os entregadores da Grande Vitória apareceu nas entrevistas.

É importante ressaltar como a desmobilização dos trabalhadores, o discurso do empreendedorismo, a ideia de os trabalhadores serem MEI e não CLT, é um aliado da burguesia. O apanhado histórico mostra como os trabalhadores unidos, sindicalizados, pertencentes a um grupo de trabalhadores, tinham consciência maior sobre a situação e, conseqüentemente, buscavam mais melhorias com reivindicações, paralisações e greves. A desunião é importantíssima e não é apenas uma questão nomenclatural – ou de sigla – ser MEI ou CLT. Ser microempreendedor tira essa carga importante de classe proletária; retira a ideia de trabalhadores e coloca como se estivesse em um outro universo social; coloca os trabalhadores em um lugar em que o único vilão possível seria o Estado por não ter um padrão para complicar a vida – somente o Estado faria isso com, por exemplo, impostos. Trazer outras formas de lutas no Espírito Santo é importante não somente para, historicamente, mostrar o povo capixaba como um sociedade reivindicatória, mas também para jogar luz em

possíveis novas formas de driblar o discurso hegemônico burguês e tentar, de alguma forma, colocar novamente a luta nas mentes dos trabalhadores – mesmo os considerados microempreendedores. Espírito Santo é um local conhecido pela grande confrontação (in)civilizatória contra os indígenas, principalmente, nas últimas décadas, com a exploração da celulose – como foi apresentado neste trabalho. Também é conhecido – como também foi apresentado – as lutas constantes do campesinato, de pescadores, de marisqueiras e de quilombolas. Esses casos não foram apenas tratados por puro luxo. Cada sociedade tem suas particularidades e, como Zedong em tempos remotos, devemos aprender também com essas povoações tradicionais e unir com eles para ampliar as lutas. Em se tratando de entregadores por aplicativos, o trabalho está presente no centro urbano distante da localidade dos exemplos citados. Porém, grande parte do trabalho de hoje não está mais padronizado no fordismo sindicalista e, como todo aprendizado colocado em ação no presente não se acha no futuro, é interessante olhar para trás e para os lados – em outras esferas sociais – em busca de ensinamentos.

Os entregadores por aplicativo, muitas vezes encontram-se desamparados e recebem uma enxurrada de informações controversas. Pode-se trazer aqui uma questão levantada nos objetivos. Por suas razões, a mídia tradicional se utiliza do seu amplo espaço e do seu discurso tratado como verdade para espalhar uma visão contraditória e prejudicial aos trabalhadores – tanto nas questões atuais da CLT, como questões e embates históricos de luta da classe operária. Pelo outro lado, sendo visto como um amparo principalmente para os novos *motoboys*, os *motoboys* antigos, “profissionais”, que não utilizam os aplicativos, também se utilizam de discursos contrários à CLT sendo que a vivência, o dia a dia, o trabalho em si deles é bem diferentes dos uberizados. Porém, para os entregadores mais novos principalmente, esse é um discurso legitimador do MEI. E daqui parte para responder a grande questão levantada, o objetivo principal deste trabalho. A precarização e o sofrimento no dia a dia de trabalho desses indivíduos leva à formas de se unirem e melhorarem não só os pequenos problemas encontrados, mas o trabalho como um todo – a busca por leis de amparo. Porém, mesmo reivindicando melhorias, o discurso fica envolto ao MEI e não à CLT; são leis impostas juntamente ao MEI e não uma obrigatoriedade da Carteira de Trabalho, mesmo que as reivindicações estejam sustentadas na CLT. É uma questão importante porque mostra o principal propósito do discurso hegemônico burguês: o esfrelamento dos trabalhadores como classe. Colocar essas pessoas como MEI retira o entendimento de classe proletária tornando-os empreendedores – mesmo que a palavra comece a estar em desuso, o pensamento

continua presente.

Diante do exposto, concluindo os outros objetivos específicos, fica visível identificar as situações precárias dos trabalhadores – como, por exemplo, dificuldade de se alimentar e usar o banheiro para ficar nos elementos básicos da sobrevivência humana –, além do alto risco “auto imposto” nos corredores e nas manobras para conseguirem atingir as metas e os horários impostos – dessa forma, a auto imposição é colocada entre aspas porque é uma auto sabotagem imposta pelas plataformas de forma sutil – pelos aplicativos. Toda essa questão por terem uma remuneração baixa nas entregas – necessitando trabalhar muitas horas por dia – e não poderem receber avaliações negativas ou reclamações para não perderem o *login* no seu ganha pão. Toda essa questão leva a um grande desgaste físico e emocional desses trabalhadores. Sofrem e, em grupo principalmente no *Whatsapp*, criam estratégias para combater esse sofrimento. Não somente de forma organizada na rua lutando por melhorias, mas também em pequenas ações como o uso de antenas contra linha de pipa, ou locais com *blitz*, ou como resolver problemas com a moto. Mesmo contra toda a máquina burguesa desmobilizadora, a materialidade leva os trabalhadores a se organizarem, lutarem e, no ápice do distanciamento dos pólos dialéticos, revolucionarem.

Referências:

A PAREDE NA ‘SUL’. **Diario da Manhã**: Órgão do Partido Constructor (ES), Vitória - ES, n. 363, p. 2, 19 de nov. de 1908. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/572748/961>. Acesso em: 04 de fev. de 2023

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização do Trabalho: subsunção real da viração. **Passa Palavra**, 2017. Disponível em: <http://passapalavra.info/2017/02/110685/>. Acesso em: 12 de maio de 2022.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, vol. 18, no. 3, Valparaíso, nov. 2019.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização e juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. **Novos Estudos**. Cebrap, São Paulo, v. 39, n. 03, p. 579597, set./dez. 2020a.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? **Questões do trabalho, estud. av.**, vol. 34, n. 98, jan-abr, 2020b.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização como apropriação do modo de vida periférico. GROHMANN, Rafael (Org.). **Os laboratórios do trabalho digital**: entrevistas. Boitempo Editorial, São Paulo, 2021. 1ª edição.

ACIDENTES já mataram 33 motociclistas este ano no ES. **Tribuna Online**, 2023. Disponível em: <https://tribunaonline.com.br/cidades/acidentes-ja-mataram-33-motociclistas-este-ano-no-es-135224>. Acesso em: 30 de julho de 2023.

ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, jul/dez, 2002.

ADORNO, Theodor; JAERISCH, Ursula. TRADUÇÃO: Notas sobre o conflito social hoje. A partir de dois seminários. **Cadernos de Filosofia Alemã**, São Paulo, v. 26, n. 1, pp.93-107, 2021.

AGERIO lança linha de crédito para entregadores, com juros de 0,25% ao mês. Veja outras opções de empréstimos. **Extra**, 2022. Disponível em: <https://extra.globo.com/economia-e-financas/agerio-lanca-linha-de-credito-para-entregadores-com-juros-de-025-ao-mes-veja-outras-opcoes-de-emprestimos-25557699.html>. Acesso em: 11 de maio de 2023.

ALBUQUERQUE, Manoela; MACHADO, Viviane. Ano de lama: vidas impactadas por rejeitos estão à espera de respostas. **G1**, 2016. Disponível em:

<https://g1.globo.com/espírito-santo/desastre-ambiental-no-rio-doce/noticia/2016/11/ano-de-la-ma-vidas-impactadas-por-rejeitos-estao-espera-de-respostas.html>. Acesso em: 25 de novembro de 2023.

ALCÂNTARA JÚNIOR, José O. Georg Simmel e o conflito social. **Caderno Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 2, n. 3, jan./jun. 2005.

ALIANÇA BIKE. Pesquisa de Perfil dos entregadores ciclistas dos aplicativos. **Aliança Bike**, 2019. Disponível em: https://aliancabike.org.br/wp-content/uploads/2020/04/relatorio_s2.pdf. Acesso em: 10 de fev. de 2023.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Editora Jandira, São Paulo, 2021.

ALVARENGA, Bianca. Modelo de negócio é inviável com entregador CLT, diz diretor do iFood. **Metrópoles**, 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/negocios/modelo-de-negocio-e-inviavel-com-entregador-clt-diz-diretor-do-ifood>. Acesso em: 09 de fev. de 2023.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**, São Paulo, 80: 71-96, 2010.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. Boitempo Editorial, São Paulo, 2000. 1ª edição.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**. Práxis, Londrina - PR, 2007.

ALVES, Giovanni. **Lukács e o século XXI**: trabalho, estranhamento e capitalismo manipulatório. (Londrina/Bauru, Praxis/Canal 6), 2010.

ALVES, Giovanni. Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho – a questão social no século XXI. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, 2013, p. 235-248. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/15882/10735>. Acesso em: 15 de maio 2022.

AMORIM, Paulo. Entregadores poderão financiar motos elétricas pelo iFood; saiba mais. **FDR**, 2022. Disponível em: <https://fdr.com.br/2022/06/02/entregadores-poderao-financiar-motos-eletricas-pelo-ifood-saiba-mais/>. Acesso em: 11 de maio de 2023.

AMRUTE, Sareeta. Raça e classe no trabalho digital em olhar não eurocêntrico. GROHMANN, Rafael (Org.). **Os laboratórios do trabalho digital: entrevistas**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2021. 1ª edição.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. Em: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1995, p. 9-23.

ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1980. 2ª edição.

ANTUNES, Ricardo. Notas sobre a consciência de classe. Em: ANTUNES, Ricardo; RÊGO, Walquiria D. Leão. **Lukács: Um galileu no século XX**. Boitempo Editorial, São Paulo, 1996. 1ª edição.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2005. 1ª edição.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Cortez Editora, Campinas-SP, 2006. 11ª edição.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2009a. 2ª edição, 10ª reimpressão.

ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2011. 1ª edição.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Trabalho, Emprego e Renda. Estud.** av. 28 (81), ago. 2014.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2018. 1ª edição.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. Em: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2021a. 1ª edição, 2ª reimpressão.

ANTUNES, Ricardo. Capitalismo de plataforma e desantropomorfização do trabalho. GROHMANN, Rafael (Org.). **Os laboratórios do trabalho digital: entrevistas**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2021b. 1ª edição.

ANTUNES, Ricardo. século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? Em: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Orgs.). **Infoproletários: Degradação real do trabalho virtual**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2009b. 1ª edição.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serviço Social e Sociedade.**, São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015.

ARCARY, Valério. Um livro que fez história. Em: LÊNIN, Vladímir Ilitch. **O que fazer?** Boitempo Editorial, São Paulo, 2020. 1ª edição.

ASSIS, Emanuel Vieira de. **Liberdade, liberdade! A luta da população negra em Queimado: perspectivas libertárias para o ensino de relações étnico-raciais.** Dissertação de Mestrado - Ifes, Vitória - ES, 2017.

B2W adquire plataforma de delivery Shipp para crescer na entrega de alimentos. **LABS**, 2021. Disponível em: <https://labsnews.com/pt-br/noticias/negocios/b2w-adquire-plataforma-de-delivery-shipp/>. Acesso em: 24 de setembro de 2023.

BALZA, Guilherme. Governo busca contornar impasses entre trabalhadores e empresas na regulação de trabalho por aplicativo; veja o que pode mudar. **G1**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/09/24/governo-busca-contornar-impasses-entre-trabalhadores-e-empresas-na-regulacao-de-trabalho-por-aplicativo-veja-o-que-pode-mudar.ghtml>. Acesso em: 30 de setembro de 2023.

BANCO DO BRASIL compra parte do banco Votorantim por R\$4,2 bilhões. **G1**, 2009. Disponível em: https://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL949226-9356,00-BANCO+DO+BRASIL+COMPRA+PARTE+DO+BANCO+VOTORANTIM+POR+R+BILHOES.html. Acesso em: 11 de maio de 2023.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil.** Alameda, São Paulo, 2008.

BARBOSA Jr., Francisco de Assis. Motoristas via aplicativos e vínculo de emprego: análise da negativa do TST. Em: ANDRADE, Tatiana Ferraz; MAESTER, Felipe; RAVAGNANI, Giovanni (Orgs.). **Labor 4.0: direito do trabalho e inovações tecnológicas.** Thomson Reuters, São Paulo, p. 123-138, 2021.

BARROS, Brenda. Uber vai ter CLT em 2023? Entenda promessa de Lula para motoristas e entregadores de aplicativo. **UOL**, 2022. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/mobilidade/2022/12/15135833-uber-vai-ter-clt-em-2023-entenda-promessa-de-lula-para-motoristas-e-entregadores-de-aplicativo.html>. Acesso em: 10 de fev. de 2023.

BARNES, S. J.; MATTSON, J. Understanding Current and Future Issues in Collaborative Consumption: A Four-Stage Delphi Study. **Technological Forecasting and Social Change**, 104, 200-211, 2016.

BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. Em: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Coleção Brasil Republicano, livro 1. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2008. 3ª edição.

BBC. Rombo na Americanas: quem perdeu e quem ganhou com prejuízos que devem render batalha na Justiça. **G1**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/01/18/rombo-na-americanas-quem-perdeu-e-que-m-ganhou-com-prejuizos-que-devem-render-batalha-na-justica.ghtml>. Acesso em: 23 de setembro de 2023.

BECKER, Gary. Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. **Columbia University Press**, New York - EUA, 1964.

BECKER, Gary. The Economic Approach to Human Behavior. **University of Chicago Press**, Chicago - EUA, 1978.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. Em: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). Para uma História Cultural. **Editorial Estampa**, Lisboa - Portugal, 1998.

BEZERRA, Zélia Costa Santos. **A subordinação no direito do trabalho: as implicações da tecnologia da informação e da comunicação na reconfiguração deste instituto**. Dissertação de Mestrado - UFPE, Recife - Pernambuco, 2016.

BIAVASCHI, Magda Barros. **O Direito do Trabalho no Brasil 1930 - 1942: A Construção do Sujeito de Direitos Trabalhistas**. LTr: Jutra - Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho, São Paulo, 2007.

BOECKEL, Cristina. Polícia investiga acusação de preconceito de moradora de condomínio da Barra contra entregador. **G1**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/10/19/policia-investiga-preconceito-contr-entregador.ghtml>. Acesso em: 30 de setembro de 2023.

BÓGUS, Lucia Maria Machado. Apresentação. Em: MATTOS, Rossana Ferreira da Silva. **Expansão urbana, segregação e violência: um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória**. Edufes, Vitória - ES, 2013.

BONNETT, Piedad. “Karoshi”, o trabalhar hasta morir. **El Espectador**, 2018. Disponível em:

<https://www.elespectador.com/opinion/columnistas/piedad-bonnett/karoshi-o-trabajar-hasta-morir-column-798746/>. Acesso em: 09 de setembro de 2023.

BOTSMAN, Rachel; ROGERS, Roo. **O que é meu é seu**: como o consumo colaborativo vai mudar o mundo. Bookman, Porto Alegre, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A Demissão do Estado. Em: BOURDIEU, Pierre (Org.). **A Miséria do Mundo**. Editora Vozes, Petrópolis - RJ, 1997. 7ª edição.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. 2ª edição, 1ª reimpr.

BRANCO, P. M. C.; DA SILVA, S. J. Uberização: as quatro facetas do controle. **Rev. Tecnol. Soc.**, Curitiba, v. 19, n. 56, p.303-318, abr./jun., 2023. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/14849>. Acesso em: 26 de dezembro de 2023.

BRASIL, Bruno. Jornal do Commercio (Rio de Janeiro). **Biblioteca Nacional Digital**, 2015. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-commercio-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 01 de fev. de 2023.

BRASIL. CARTA RÉGIA DE 13 DE MAIO DE 1808. Publicação original: **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1808, Página 37, Vol. 1**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/anterioresa1824/cartaregia-40169-13-maio-1808-572129-publicacaooriginal-95256-pe.html. Acesso em: 30 de maio de 2023.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. **Registrada á fl. 57 do livro 1º do Actos Legislativos. Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio em 2 de outubro de 1850**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Acesso em: 12 de março de 2023.

BRASIL. **Decreto n. 979, de 6 de janeiro de 1903**. Faculta aos profissionais da agricultura e indústrias rurais a organização de sindicatos para defesa de seus interesses. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DPL&numero=979&ano=1903&ato=0dd0TPB5keZR1T7da>. Acesso em: 23 de setembro de 2023.

BRASIL. **Decreto n. 1.637, de 5 de janeiro de 1907**. Cria sindicatos profissionais e sociedades cooperativas. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=-%20DPL&numero=1637&ano=1907&ato=3d20TQE9keFRV-%20Ta6f>. Acesso em: 23 de setembro de 2023.

BRASIL. Decreto nº 19.433, de 26 de Novembro de 1930. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 2/12/1930, Página 21604. Legislação Federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19433-26-novembro-1930-517354-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 de março de 2023.

BRASIL. Decreto nº 19.671A, de 4 de fevereiro de 1931. Dispõe sobre a organização do Departamento Nacional, do Comércio, criado pelo decreto n. 19.667, de 4 de fevereiro de 1931. **Rio de janeiro, 4 de fevereiro de 1931. 110º da Independencia e 43º da Republica**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19671A.htm. Acesso em: 10 de março de 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm. Acesso em: 16 de maio de 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. p. 18-19. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 21 de dezembro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 16 de maio de 2022.

BRAVO, Guilherme Pigozzi; OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. **O partido midiático: imprensa e construção da hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci**. 2014. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2014/viseminariointernacionalteoriapoliticadosocialismo/o_partido_guilherme.pdf. Acesso em: 04 de fev. de 2023.

BRETAS, Marcos L. **Ordem na cidade: O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930**. Rocco, Rio de Janeiro, 1997.

BUTTIGIEG, J. Educação e hegemonia. Em: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. de P. (Orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Editora 34, São Paulo, 2000.

CALLIL, Victor; PICANÇO, Monise Fernandes (Coord.). **Mobilidade urbana e logística de entregas**: um panorama sobre o trabalho de motoristas e entregadores com aplicativos. CEBRAP, São Paulo, 2023.

CAMPOS Jr, Geraldo. Após venda, app capixaba de delivery quer chegar a 100 cidades até 2022. **A Gazeta**, 2021. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/economia/apos-venda-app-capixaba-de-delivery-quer-chegar-a-100-cidades-ate-2022-0721>. Acesso em: 23 de setembro de 2023.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **O novo arrabalde**. PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Vitória - ES, 1996.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A construção social da sociedade do trabalho no Brasil**. Editora da FGV, Rio de Janeiro, 2010.

CARDOSO, A. M.; COMIN, A. A.; GUIMARÃES, N. A. Os deserdados da indústria: reestruturação produtiva e trajetórias intersetoriais de trabalhadores demitidos da indústria brasileira. **Revista Latinoamericana de Estudios Del Trabajo**, Buenos Aires, nº 13, p. 17-51, 2001.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. **O Capitalismo Tardio**. Brasiliense, São Paulo, 1990. 8ª edição.

CARMEN, Gabriela Del. Movable faz novas demissões para integrar-se ainda mais ao iFood. **Terra**, 2023. Disponível em: https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-dia/meu-negocio/movable-faz-novas-demissoes-para-integrar-se-ainda-mais-ao-ifood_41a745a72cb2538fcb50e8b5a50ba412psxjzc1g.html. Acesso em: 30 de setembro de 2023.

CARNEIRO, Ricardo. Globalização financeira e inserção periférica. **Economia e Sociedade**, Campinas - SP, n. 13, p. 57-92, dez. 1999.

CASAGRANDE, Cássio. A lição de Henry Ford: empregado não é colaborador, é empregado. **Jota**, 2018. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/o-mundo-fora-dos-autos/a-licao-de-henry-ford-empregado-nao-e-colaborador-e-empregado-12112018>. Acesso em: 15 de junho de 2023.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Editora Vozes, Petrópolis - RJ, 1998.

CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital**: essência e aparência. Expressão Popular, São Paulo, 2011.

CARDOSO, Lavínia Coutinho. **Revolta negra na freguesia de São José do Queimado**: escravidão, resistência e liberdade no século XIX na província do Espírito Santo (1845-1850). Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

CARRETEIRO, Teresa Cristina. Sofrimentos sociais em debate. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 57-72, 2003.

CASTILLERO, José Abrahão. Breque na Barra, 18 de Julho, no Rio de Janeiro: solidariedade e desafios dos entregadores. **Passa Palavra**, 2021. Disponível em: <https://passapalavra.info/2021/07/139041/?unapproved=763772&moderation-hash=e90d149af43cfec3b783604c7963790d#comment-763772>. Acesso em: 04 de fev. 2023.

CASTORIADIS-AULAGNIER, Piera. La violencia de la interpretación: del pictograma al enunciado. **Amorrortu**. Buenos Aires - Argentina, 2007. 1ª edição, 7ª reimpresão.

CATRACA LIVRE. Entregador é vítima de racismo: ‘Esse preto não vai entrar no prédio’. **Catraca Livre**, 2020. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/entregador-e-vitima-de-racismo-esse-preto-nao-vai-entrar-no-predio/>. Acesso em: 30 de setembro de 2023.

CAVALCANTI, Tiago Muniz. **Sub-humanos**: o capitalismo e a metamorfose da escravidão. Boitempo Editorial, São Paulo, 2021.

CEFET-MG. **O que é trabalho?** Cefet - MG, 2021. Disponível em: <https://www.bibc3.cefetmg.br/2021/03/12/o-que-e-trabalho/>. Acesso em: 08 de setembro de 2023.

CHAMO Correios se Uber sair do país, afirma Luiz Marinho. **Poder 360**, 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/chamo-correios-se-uber-sair-do-pais-afirma-luiz-marinho/>. Acesso em: 10 de fev. de 2023.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. Editora Ática, São Paulo, 2000, 1ª edição.

CONHEÇA a Naspers, a empresa mais sortuda do mundo. **Brazil Journal**, 2018. Disponível em: <https://braziljournal.com/conheca-a-naspers-a-empresa-mais-sortuda-do-mundo/>. Acesso em: 29 de setembro de 2023.

COSTA, Edmilson. Sobre Imperialismo, estágio superior do capitalismo. Em: LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2021a. 1ª edição.

COSTA, Marcus Wallerius Gesteira da. **O neoliberalismo e a degradação do trabalho no Brasil**: o pejetismo como instrumento precarizante do trabalho. Dissertação de mestrado - Fiocruz, Rio de Janeiro, 2021b.

COUZEMENCO, Fernanda. 'Ocupação da ferrovia é estopim de longa e contínua violação de direitos'. **Século Diário**, 2023a. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/mpf-ocupacao-da-ferrovia-e-estopim-de-longa-e-continua-violacao-de-direitos>. Acesso em: 25 de novembro de 2023.

COUZEMENCO, Fernanda. Samarco, Vale e BHP não aceitam nenhuma pauta indígena diante da Justiça. **Século Diário**, 2023b. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/empresas-nao-aceitam-nenhuma-pauta-indigena-diante-da-justica>. Acesso em: 25 de novembro de 2023.

COZZOLINO, Sarah. Galo, liderança dos Entregadores Antifascistas, fala do movimento. **VERMELHO**, 2020. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2020/07/01/galo-lideranca-dos-entregadores-antifascistas-fala-do-movimento/>. Acesso em: 11 de maio de 2022.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Artmed, Porto Alegre, 2010, 3ª edição.

CUT. **Condições de trabalho, direitos e diálogo social para trabalhadoras e trabalhadores do setor de entrega por aplicativo em Brasília e Recife**. CUT - Secretaria de Relações Internacionais e Instituto Observatório Social: São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2021.

DANIELA CARLA. Motoboy fica gravemente ferido após ter o pescoço cortado por linha com cerol em Vila Velha, no ES. **G1**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2023/06/06/motoboy-fica-gravemente-ferido-apos-ter-o-pescoco-cortado-por-linha-com-cerol-em-vila-velha-no-es.ghtml>. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Boitempo Editorial, São Paulo, 2016. 1ª edição.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A “nova” fase do neoliberalismo. **Outras Palavras**, 2019. Disponível em:

<https://outraspalavras.net/outrasmidias/dardot-e-laval-a-nova-fase-do-neoliberalismo/>.

Acesso em: 23 de agosto de 2023.

DÁVILLA, Jerry. Diploma of whiteness. Race and social policy in Brazil, 1917-1945. **Duke University Press**, Durham e Londres 2003.

DATAFOLHA. **Futuro do trabalho por aplicativo**. Datafolha, 2023.

DE STEFANO, V. The rise of the "just-in-time workforce": On-demand work, crowdwork and labour protection in the "gig-economy" (Conditions of Work and Employment Series, No. 71). Geneva, Suíça: **ILO**. 2016.

DEAN, Warren. A ferro e fogo: história e a devastação da mata atlântica brasileira. **Companhia das Letras**, São Paulo, 2011. 8ª reimpressão.

DEJOURS, Christophe. **Repressão e Subversão em Psicossomática**: pesquisas psicanalíticas sobre o corpo. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1991.

DEJOURS, Christophe. **A Loucura do Trabalho**: estudo da psicopatologia do trabalho. Cortez Editora, São Paulo, 2003. 5ª edição ampliada.

DEJOURS, Christophe. **A Banalização da Injustiça Social**. FGV, 2006, Rio de Janeiro, 7ª edição.

DEJOURS, Christophe. Entre o desespero e a esperança: como reencantar o trabalho. **Cult**, São Paulo, v. 139, n. 12, 2009, p. 49-53; disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/christophe-dejours-como-reencantar-o-trabalho/>. Acesso em: 18 de novembro de 2023.

DEJOURS, Christophe; BÈGUE, Florence. **Suicídio e Trabalho**: O que fazer? Paralelo 15, Brasília, 2009, 1ª edição.

DEJOURS, Christophe. *Avant-propos* para edição brasileira. Em: LANCMAN, Selma e SZNELWAR, Laerte (Orgs). **Christophe Dejours: Da Psicopatologia À Psicodinâmica Do Trabalho**. Editora Fiocruz, p. 23-30, Rio de Janeiro; Paralelo 15, Brasília, 2011a, 3ª edição.

DEJOURS, Christophe. Da Psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho. Em: LANCMAN, Selma e SZNELWAR (Orgs), Laerte. **Christophe Dejours: Da Psicopatologia À Psicodinâmica Do Trabalho (Addendum, p. 57-124)**. Editora Fiocruz, Rio de Janeiro; Paralelo 15, Brasília, 2011b, 3ª edição.

DEJOURS, Christophe. A Metodologia em Psicodinâmica do Trabalho. Em: LANCMAN, Selma e SZNELWAR, Laerte (Orgs). **Christophe Dejours: Da Psicopatologia**

À Psicodinâmica Do Trabalho. Editora Fiocruz, p. 125-150, Rio de Janeiro; Paralelo 15, Brasília, 2011c, 3ª edição.

DEJOURS, Christophe; MOLINIER, Pascale. O Trabalho Como Enigma. Em: LANCMAN, Selma e SZNELWAR, Laerte (Orgs). **Christophe Dejours: Da Psicopatologia À Psicodinâmica Do Trabalho.** Editora Fiocruz, p. 151-166, Rio de Janeiro; Paralelo 15, Brasília, 2011d, 3ª edição.

DEJOURS, Christophe. Sofrimento e Prazer no Trabalho: a abordagem da psicopatologia do trabalho. Em: LANCMAN, Selma e SZNELWAR, Laerte (Orgs). **Christophe Dejours: Da Psicopatologia À Psicodinâmica Do Trabalho.** Editora Fiocruz, p. 167-183, Rio de Janeiro; Paralelo 15, Brasília, 2011e, 3ª edição.

DEJOURS, Christophe. Para Uma Clínica da Mediação Entre Psicanálise e Política: A psicodinâmica do trabalho. Em: LANCMAN, Selma e SZNELWAR (Orgs), Laerte. **Christophe Dejours: Da Psicopatologia À Psicodinâmica Do Trabalho.** Editora Fiocruz, p. 217-251, Rio de Janeiro; Paralelo 15, Brasília, 2011f, 3ª edição.

DEJOURS, Christophe. Análise Psicodinâmica das Situações de Trabalho e Sociologia da Linguagem. Em: LANCMAN, Selma e SZNELWAR, Laerte (Orgs). **Christophe Dejours: Da Psicopatologia À Psicodinâmica Do Trabalho.** Editora Fiocruz, p. 287-339, Rio de Janeiro; Paralelo 15, Brasília, 2011g, 3ª edição.

DEJOURS, Christophe. Patologia da Comunicação. Situação de trabalho e espaço público: A geração da energia com combustível nuclear. Em: LANCMAN, Selma e SZNELWAR (Orgs), Laerte. **Christophe Dejours: Da Psicopatologia À Psicodinâmica Do Trabalho.** Editora Fiocruz, p. 341-379, Rio de Janeiro; Paralelo 15, Brasília, 2011h, 3ª edição.

DEJOURS, Christophe. A Saúde Mental Entre Impulsos Individuais e Requisitos Coletivos (Sublimação e Trabalho. Em: LANCMAN, Selma e SZNELWAR, Laerte (Orgs). **Christophe Dejours: Da Psicopatologia À Psicodinâmica Do Trabalho.** Editora Fiocruz, p. 409-432, Rio de Janeiro; Paralelo 15, Brasília, 2011i, 3ª edição.

DEJOURS, Christophe. Entre Sofrimento e Reapropriação: O sentido do trabalho. Em: LANCMAN, Selma e SZNELWAR (Orgs), Laerte. **Christophe Dejours: Da Psicopatologia À Psicodinâmica Do Trabalho.** Editora Fiocruz, p. 433-448, Rio de Janeiro; Paralelo 15, Brasília, 2011j, 3ª edição.

DEJOURS, Christophe. As Relações Domésticas: Entre amor e dominação. Situação de trabalho e espaço público: A geração da energia com combustível nuclear. Em:

LANCMAN, Selma e SZNELWAR (Orgs), Laerte. **Christophe Dejours: Da Psicopatologia À Psicodinâmica Do Trabalho**. Editora Fiocruz, p. 449-469, Rio de Janeiro; Paralelo 15, Brasília, 2011k, 3ª edição.

DEJOURS, Christophe. **Trabalho Vivo I: sexualidade e trabalho**. Editora Blucher, São Paulo, 2022a. 2ª edição.

DEJOURS, Christophe. **Trabalho Vivo II: trabalho e emancipação**. Editora Blucher, São Paulo, 2022b. 2ª edição.

DEJOURS, Christophe; BÈGUE, Florence. **Suicídio e Trabalho: O que fazer?** Paralelo 15, Brasília, 2009, 1ª edição.

DELEUZE, Gilles. Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle. in: L'Autre Journal, nº 1, maio de 1990. Texto extraído de **Conversações**, Editora 34, Rio de Janeiro, 2000. 1ª Edição, 3ª Reimpressão. Disponível em: https://historiacultural.mpbnet.com.br/pos-modernismo/Post-Scriptum_sobre_as_Sociedades_de_Control_e.pdf. Acesso em: 16 de dezembro de 2023.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. LTr, São Paulo, 2019. 18ª edição.

DOORN, Niels van. Trabalho em plataformas é trabalho de minorias. GROHMANN, Rafael (Org.). **Os laboratórios do trabalho digital: entrevistas**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2021. 1ª edição.

DORNELAS, Helena. Datafolha: trabalhadores por aplicativo preferem autonomia e rejeitam CLT. **Correio Braziliense**, 2023. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/05/5096302-datafolha-trabalhadores-p-or-aplicativo-preferem-autonomia-e-rejeitam-clt.html>. Acesso em: 01 de setembro de 2023.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Martins Fontes, São Paulo - SP, 1999.

DUNKER, Christian et al. Para uma arqueologia da psicologia neoliberal brasileira. SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Autêntica, Belo Horizonte - MG, 2021. 1ª Edição, 2ª reimpressão.

EOA, Paula Rodrigues de. GALO DE LUTA: Vontade de virar rapper levou Paulo Lima aos livros. Hoje é líder dos Entregadores Antifascistas. 2020, **UOL**. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/lider-dos-entregadores-antifascistas-paulo>

[-galo-lima-quer-comida-e-melhores-condicoes-de-trabalho-para-o-grupo/#cover](#). Acesso em: 12 de maio de 2022.

EHRENBERG, Alain. The weariness of the self: diagnosing the history of depression in the contemporary age. **McGill-Queen's University Press Montreal & Kingston**, London, Ithaca, 2010.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2008, 1ª edição.

ENTREGADOR é ferido em tentativa de assalto em frente à Ufes, em Vitória. **A Gazeta**, 2023. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/policia/entregador-e-ferido-em-tentativa-de-assalto-em-frente-a-ufes-em-vitoria-0223>. Acesso em: 09 de fev. de 2023.

ENTREGADORES do iFood convocam breque dos app's em Vitória-ES! Todo apoio à paralisação! **Esquerda Diário**, 2022. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Entregadores-do-iFood-convocam-breque-dos-app-s-em-Vitoria-ES-Todo-apoio-a-paralisacao>. Acesso em: 06 de fev. de 2023.

EPTV 1. Entregador sofre ofensas racistas em condomínio de Valinhos; VÍDEO. **G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2020/08/07/entregador-registra-boletim-de-o-correncia-apos-sofrer-ofensas-racistas-em-condominio-de-valinhos-video.ghtml>. Acesso em: 30 de setembro de 2023.

ESTADÃO. Trabalhadores de aplicativos rejeitam CLT, aponta pesquisa. **Época Negócios**, 2023. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/futuro-do-trabalho/noticia/2023/05/trabalhadores-de-aplicativos-rejeitam-clt-aponta-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 01 de setembro de 2023.

FAIRWORK. **Relatório Fairwork Brasil 2023**: Ainda em Busca de Trabalho Decente na Economia de Plataformas. Oxford, Reino Unido; Berlin, Alemanha, 2023.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Editora civilização brasileira S. A., Rio de Janeiro, 1968. 1ª edição.

FELICIANO, Guilherme Guimarães; PASQUALETO, Olívia de Quintana Figueiredo. (RE) Descobrimo o Direito do Trabalho: GIG Economy, Uberização do Trabalho e Outras reflexões. Disponível em anamatra.org.br/images/DOCUMENTOS/2019/O_TRABALHO_NA_GIG_ECONOMY_-_Jota_2019.pdf.

FERNANDES, Danielle Cireno. Precarização do trabalho. Em: OLIVEIRA, D. A. ; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Editora Contracorrente, São Paulo, 2020.

FÍGARO, Roseli. Não há trabalho sem comunicação. GROHMANN, Rafael (Org.). **Os laboratórios do trabalho digital**: entrevistas. Boitempo Editorial, São Paulo, 2021. 1ª edição.

FOLHA VITÓRIA. Manifestantes destroem entrada da Vale durante protesto contra a lama em Vitória. **Folha Vitória**, 2016. Disponível em: <https://www.folhavoria.com.br/geral/noticia/11/2015/manifestantes-destroem-entrada-da-val-e-durante-protesto-contr-a-lama-em-vitoria>. Acesso em: 27 de dezembro de 2023.

FOLHA VITÓRIA. Tragédia de Mariana: capixabas afetados pela lama protestam em Brasília. **Folha Vitória**, 2023. Disponível em: <https://www.folhavoria.com.br/geral/noticia/11/2023/tragedia-de-mariana-capixabas-afetado-s-pela-lama-protestam-em-brasilia>. Acesso em: 25 de novembro de 2023.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e marxismo**, v.5, n.8, jan/jun 2017.

FORRESTER, Viviane. **O Horror Econômico**. Editora Unesp, São Paulo, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Editora Vozes, Petrópolis - RJ, 1999. 20ª edição.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**: Curso dado no College de France (1978-1979). Martins Fontes, São Paulo, 2008.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SELIGMANN-SILVA, Edith. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 35, n. 122, p. 229-248, 2010.

FRANCO, Fábio et al. O sujeito e a ordem do mercado: gênese teórica do neoliberalismo. SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Autêntica, Belo Horizonte - MG, 2021. 1ª Edição, 2ª reimpressão.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Paz e Terra, São Paulo, 2017.

FREUD, Sigmund. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volume VII**: Um caso de histeria, três ensaios sobre a sexualidade e

outros trabalhos (1901-1905). Imago Editora, 2019, 1ª edição.

FREUD, Sigmund. **Freud (1930-1936) O Mal-Estar na Civilização e Outros Textos**: obras completas volume 18. Companhia das Letras, 2010, 1ª edição.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Abril Cultural, Rio de Janeiro, 1983.

GABLER, Louise. Lei Eusébio de Queirós. **Memória da Administração Pública Brasileira**, 2016. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/288-lei-euzebio-de-queiroz>. Acesso em: 12 de março de abril.

GAMA, Paula. Uber e iFood com CLT? Por que motoristas e apps temem propostas de Lula. **UOL Carros**, 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/carros/colunas/paula-gama/2022/11/30/uber-e-ifood-com-clt-por-que-motoristas-e-apps-temem-propostas-de-lula.htm>. Acesso em: 10 de fev. de 2023.

GHINATO, Paulo. Sistema Toyota de produção: mais do que simplesmente Just-in-Time. **Produção**, v. 5, n. 2, dez., 1995.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Mauad X, Rio de Janeiro - RJ, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Editora Atlas S.A., São Paulo, 2002, 4ª edição.

GODOY, Arilda Schmitdt. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr., 1995.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, Etnicidade e Trabalho: Efeitos Lingüísticos e Políticos da Exploração da Mulher. Comunicação apresentada no **8º Encontro Nacional da Latin American Studies Association**, Pittsburgh, 5 a 7 de abril de 1979.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. Editora Ática, São Paulo, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, volume 1**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, volume 2**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000a.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, volume 3**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000b.

GRÉVE. **Cachoeirano**: Orgão do Povo - Columns francas a todas as intelligencias (ES), Cachoeiro de Itapemirim - ES, n. 15, p., 17 de abril de 1909a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/217719/5754>. Acesso em: 05 de fev. de 2023.

GREVE. **Cachoeirano**: Orgão do Povo - Columns francas a todas as intelligencias (ES), Cachoeiro de Itapemirim - ES, n. 48, p., 5 de dezembro de 1909b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/217719/5885>. Acesso em: 05 de fev. de 2023.

GRÉVE DE TRABALHADORES. **Cachoeirano**: Orgão do Povo - Columns francas a todas as intelligencias (ES), Cachoeiro de Itapemirim - ES, n. 47, p. 2, 21 de nov. de 1908. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217719/5672>. Acesso em: 01 de fev. de 2023.

GRODZINZ, Morton. Public Administration and the Science of Human Relation. **Public Administration Review**, primavera, 1951.

GROHMANN, Rafael. Introdução: trabalho em plataformas é laboratório da luta de classes. GROHMANN, Rafael (Org.). **Os laboratórios do trabalho digital**: entrevistas. Boitempo Editorial, São Paulo, 2021. 1ª edição.

GUARDA, Adriana. Você conhece as sete grandes empresas brasileiras que já foram privatizadas? **UOL**, 2021. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/economia/2021/06/12613294-voce-conhece-as-sete-grandes-empresas-brasileiras-que-ja-foram-privatizadas.html>. Acesso em: 12 de maio de 2022.

GUIMARÃES, Arthur; MAIA, Flávia. STF: Cristiano Zanin afasta vínculo empregatício entre Rappi e entregador. **Jota**, 2023. Disponível em: <https://www.jota.info/stf/do-supremo/stf-cristiano-zanin-afasta-vinculo-empregaticio-entre-rappi-e-entregador-23112023>. Acesso em: 27 de dezembro de 2023.

GUIMARÃES Jr., Sergio Dias; FERREIRA, João Batista de Oliveira; FREITAS, Lêda Gonçalves de. Neoliberalismo e produção de subjetividade: elementos para uma crítica da razão dogmática neoliberal. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, n.º 43, pp. 69-86, 17 de novembro de 2022.

HABERMAS, Jürgen. **Pensamento Pós-Metafísico**: estudos filosóficos. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1990.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Editora Âyiné, Belo Horizonte, 2023. 10ª edição.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1992.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Annablume, São Paulo, 2005.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: histórias e implicações. Editora Loyola, São Paulo, 2008.

HAYEK, Friedrich. **O Caminho da servidão**. Instituto Ludwig von Mises Brasil, São

Paulo, 2010. 6ª edição.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. Editora Vozes, Petrópolis - Rio de Janeiro, 2014. 9ª edição.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2012. 2ª edição.

IFOOD. **Canaltech**, 2011. Disponível em: <https://canaltech.com.br/empresa/ifood/#:~:text=Fundado%20no%20dia%2015%20de,650%20restaurantes%20em%20S%C3%A3o%20Paulo>. Acesso em: 06 de fev. de 2023.

IFOOD. Venha descobrir como seu score é calculado. **IFood**, s.d. Disponível em: <https://entregador.ifood.com.br/como-o-score-ifood-e-calculado-confira-aqui/>. Acesso em: 23 de setembro de 2023.

IFOOD lança moto elétrica exclusiva com preço menor a entregadores. **IFood**, 2022. Disponível em: <https://news.ifood.com.br/ifood-lanca-moto-eletrica/>. Acesso em: 11 de maio de 2023.

ILO. Policies and regulations to combat precarious employment. **International Labour Office**, Geneva - Suíça, 2011.

INOUE, Giovanna; MESIANO, Beatrice. Governo inicia discussões sobre regulamentação do trabalho por aplicativo. **CNN Brasil**, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/governo-inicia-discussoes-sobre-regulamentacao-do-trabalho-por-aplicativo/>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

JESUS, Cristian Arão Silva de. Resenha: A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal (Pierre Dardot e Christian Laval). **Miolo Rev. Crítica Marxista** - 47, 2018.

JORNAL DO COMMERCIÓ (RJ), Rio de Janeiro - RJ, n. 325, p. 4, 21 de nov. de 1908. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217719/5672>. Acesso em: 01 de fev. de 2023.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa com texto, Imagem e Som. Um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

JOVENS postam vídeo com ofensas racistas contra entregador em SP: 'Macaco'. **UOL**, 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/04/24/racismo-entregador-hamburgueria-taquaritinga.htm>. Acesso em: 23 de maio de 2023.

JUSTIÇA faz Uber virar CLT e pode acabar com serviço no Brasil. **Terra**, 2021. Disponível em:

<https://www.terra.com.br/economia/justica-faz-uber-virar-clt-e-pode-acabar-com-servico-no-brasil.d267038f4a270ef4e2e185c24b7207773ewb7uuv.html>. Acesso em: 10 de fev. de 2023.

KANASIRO, Alvaro Katsuaki; HIRANO, Luis Felipe Kojima. Entrevista com o professor Nicolau Sevcenko. **Ponto Urbe**, 10, 2012.

KARASEK, Felipe Szyszka. O conceito de pós-modernidade em Lyotard e a possibilidade da influência nietzschiana. **Famecos/PUCRS**, Porto Alegre, nº 23, 23 de agosto de 2010.

KEYNES, John Maynard. Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. Saraiva Uni, São Paulo, 2012. 1ª edição.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. Editora 34, São Paulo, 2019. 1ª edição.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Paz e Terra, São Paulo, 1996.

LA BOÉTIE, Étienne de [1549]. **Discurso sobre a servidão voluntária**. eBookLibris, 2006.

LANCMAN, Selma. O Mundo do Trabalho e a Psicodinâmica do Trabalho. Em: LANCMAN, Selma e SZNELWAR (Orgs), Laerte. **Christophe Dejours: Da Psicopatologia À Psicodinâmica Do Trabalho**. Editora Fiocruz, p. 31-43, Rio de Janeiro; Paralelo 15, Brasília, 2011, 3ª edição.

LANDIM, Indira Maria Reis Paes. **A dualidade formal e informal na busca pelo direito à cidade**: os processos de construção do espaço urbano a partir da habitação na cidade de Vitória. Dissertação de mestrado - Ufes, Vitória, 2010.

LAPA, Raphael Santos. O trabalho em plataformas digitais e a pandemia da covid-19: análise dos dados da Pnad covid-19/IBGE. Em: Ipea. **Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise. Ipea, ANO 27, abril de 2021.

LAPOUJADE, David. Nos limites do mundo. Em: NOVAES, Adauto (Org). **Mutações** - Entre dois mundos. Edições Sesc São Paulo, São Paulo, 2017.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Editora UFMG, Belo Horizonte - MG, 2002. 1ª reimpressão.

LEITE LOPES, José Sérgio. **A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés**. Editora UNB, Brasília, 1988.

- LÊNIN, Vladímir Ilitch. **O que fazer?** Boitempo Editorial, São Paulo, 2020. 1ª edição.
- LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo.** Boitempo Editorial, São Paulo, 2021. 1ª edição.
- LEO VINICIUS. Os OL como resposta à luta dos entregadores de aplicativos. **Passa Palavra**, 2020. Disponível em: <https://passapalavra.info/2020/06/132650/>. Acesso em: 4 de fev. 2023.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Introdução à obra de Marcel Mauss.** Cosac Naify, São Paulo, 2003.
- LIMA, Márcia. O uso da entrevista na pesquisa empírica. In: ABDAL, Alexandre et al (Orgs.). **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Quantitativo.** Sesc São Paulo/CEBRAP, São Paulo, 2016.
- LOPES, José Sérgio Leite; ALVIM, Rosilene. A usina e a varanda: a teatralização da dominação patronal. **Revista De Ciências Sociais**, v. 38, n. 2, p. 88-104, 2007.
- LOURENÇO, Anna Beatriz; CAPARELLI, Karol. Motoboy é ameaçado ao se negar a subir para entregar pedido no Rio: ‘Se eu descesse armado, te dava uma coronhada!’, diz cliente. **G1 Rio de Janeiro**, 2023. Disponível: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/03/21/entregador-de-aplicativo-e-ameacado-por-nao-subir-para-entregar-pedido.ghtml>. Acesso em: 08 de setembro de 2023.
- LOVATTO, Angélica. Prefácio. Em: MONTAÑO, Carlos. **“Identidade” e classe social: uma análise crítica para a articulação das lutas de classes e antiopressivas.** Editora Anita Garibaldi, São Paulo, 2021.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I.** Boitempo Editorial, São Paulo, 2018.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A crise da social-democracia.** Editora Presença, Lisboa - PT, 1974.
- LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna.** José Olympio, Rio de Janeiro, 2021. 20ª edição.
- MACHADO, Ana Flávia; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo de; CARVALHO, Nayara França. Tipologia de qualificação da força de trabalho: uma proposta a partir da noção de incompatibilidade entre ocupação e escolaridade. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 11-34, 2004.

MACHADO, Fabiane Konowaluk Santos; GIONGO, Carmem Regina; MENDES, Jussara Maria Rosa (2016). Terceirização e Precarização do Trabalho: uma questão de sofrimento social. **Psicologia Política**, 16(36), 227-240.

MACHADO, Renato. Marinho diz que mudança no saque-aniversário do FGTS ficará para 2024. **Folha de S. Paulo**, 2023. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/12/marinho-diz-que-mudanca-no-saque-aniversario-do-fgts-ficara-para-2024.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha. Acesso em: 27 de dezembro de 2023.

MACHADO, Viviane. Protesto de vítimas da lama fecha a estrada de ferro da Vale no ES. **G1**, 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/espírito-santo/desastre-ambiental-no-rio-doce/noticia/2016/05/protesto-d-e-vitimas-da-lama-fecha-estrada-de-ferro-da-vale-no-es.html>. Acesso em: 25 de novembro de 2023.

MALLOY, James. Política de bem-estar social no Brasil: histórico, conceitos, problemas. **Seminário Internacional de Análise de Políticas Públicas** promovido pela Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, de 27 a 30 de maio de 1975.

MANIFESTAÇÃO contra a Samarco recebe apoio do prefeito Neto e interdita a linha férrea da Vale. s.d. Disponível em: <https://pmbg.es.gov.br/manifestacao-contra-a-samarco-recebe-apoio-do-prefeito-neto-e-interdita-a-linha-ferrea-da-vale/>. Acesso em: 25 de novembro de 2023.

MANZANO, Marcelo; KREIN, André. A pandemia e o trabalho de motoristas e de entregadores por aplicativos no Brasil. In: **Carta Social e do Trabalho**, Campinas, n. 42, p. 65-77, jun./dez., 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Editora Atlas S.A, São Paulo, 2003, 5º edição.

MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos não: a segregação e o Estado. **Espaço & Debates**, São Paulo, v. 24, n. 45, jan/jul, 2004.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, 2003.

MARTINS, Dyepeson. Aracruz Celulose teria usado prisões arbitrárias para obter terras indígenas na ditadura. **Agência Pública**, 2023. Disponível em:

<https://apublica.org/2023/06/aracruz-celulose-teria-usado-prisoas-arbitrarias-para-obter-terras-indigenas-na-ditadura/>. Acesso em: 25 de novembro de 2023.

MARTINS, José Clerton de Oliveira. **O Sofrimento no Trabalho**. s.d. Disponível em: http://www.sbpcnet.org.br/livro/57ra/programas/CONF_SIMP/textos/joseclertonmartins-trabalho.htm. Acesso em: 08 de setembro de 2023.

MARTINS, Sérgio. Prefácio. Em: LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Editora UFMG, Belo Horizonte - MG, 2002. 1ª reimpressão.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Paz e Terra, São Paulo, 1985. 4ª edição.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2004. 1ª edição.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2005. 5ª edição.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Martins Fontes, São Paulo, 2007. 3ª edição.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Alemanha**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2010. 1ª edição.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política, Livro I: O processo de produção do capital**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2011. 2ª edição.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política, Livro II: O processo de circulação do capital**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2014. 1ª edição.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política, Livro III: O processo da produção capitalista**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2017. 1ª edição.

MATTOS, Rossana Ferreira da Silva. **Expansão urbana, segregação e violência: um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória**. Edufes, Vitória - ES, 2013.

MAZZUCATO, Mariana. **O valor de tudo: produção e apropriação na economia global**. Portifolio-Penguin, São Paulo, 2019. 1ª edição.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. Editora Ensaio, São Paulo, 1996.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. Boitempo Editorial, São

Paulo, 2016.

METADE dos motoboys no ES usa drogas, diz sindicato. **G1**, 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2015/04/metade-dos-motoboys-no-es-usa-drogas-diz-sindicato.html>. Acesso em: 30 de agosto de 2023.

MISES, Ludwig von. **Ação humana**: um tratado de economia. Instituto Ludwig von Mises Brasil, São Paulo, 2010.

MOLINA, Carlos Alberto. Para una vida exitosa. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, n.º 43, pp. 87-108, 2022.

MONCAU, Gabriela. Com demandas ao governo federal e ao iFood, entregadores convocam paralisação para dia 25. **Brasil de Fato**, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/16/com-demandas-ao-governo-federal-e-ao-ifood-e-entregadores-convocam-paralisacao-para-dia-25>. Acesso em: 07 de fev. de 2023.

MONTAÑO, Carlos. **“Identidade” e classe social**: uma análise crítica para a articulação das lutas de classes e antiopressivas. Editora Anita Garibaldi, São Paulo, 2021.

MONTEIRO, Jefferson; THUM, Tássia. Entregador diz ter sido ‘caçado’ por 9 km e ameaçado com arma por cliente depois que se negou a subir para deixar lanche. **G1**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/06/15/entregador-diz-ter-sido-cacado-e-ameaçado-com-arma-por-cliente-depois-que-se-negou-a-subir-para-deixar-lanche.ghtml>. Acesso em: 15 de junho de 2023.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **REVISTA DEBATES**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

MOTORISTAS e entregadores preferem autonomia a vínculo CLT, aponta pesquisa. Estado de Minas, 2023. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2023/05/23/internas_economia.1497303/motoristas-e-entregadores-preferem-autonomia-a-vinculo-clt-aponta-pesquisa.shtml. Acesso em: 01 de setembro de 2023.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. **Teoria Geral da Administração**. Editora Cengage Learning LTDA, 2006, 3ª edição.

NAKATANI, Paulo; BRAGA, Henrique Pereira. O sistema de crédito moderno. Em: MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti; NAKATANI, Paulo (Orgs.). **Introdução à crítica da financeirização**: Marx e o moderno sistema de crédito. Expressão Popular, São Paulo, 2021.

NASCIMENTO, Rafael. ‘Parecia que ela estava chicoteando um escravo que não fez o

serviço direito', diz entregador agredido por mulher em São Conrado. **G1**, 2023. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/04/11/parecia-que-ela-estava-chicoteando-um-escravo-que-nao-fez-o-servico-direto-diz-entregador-agredido-por-mulher-na-zona-sul-do-rio.ghhtml>. Acesso em: 30 de setembro de 2023.

NATIELLY, Kananda. Motoboy é morto a tiros ao reagir a assalto na Serra. **Tribuna Online**, 2023. Disponível em: <https://tribunaonline.com.br/policia/motoboy-e-morto-a-tiros-ao-reagir-a-assalto-na-serra-133773>. Acesso em: 09 de fev. de 2023.

NEC - NÚCLEO DE ESTUDOS CONJUNTURAIS. Levantamento sobre o Trabalho dos Entregadores por Aplicativos no Brasil. **Levantamento sobre o Trabalho dos Entregadores por Aplicativos no Brasil**. Faculdade de economia - Ufba, Bahia, 2020.

NEFFA, Julio César. **Los riesgos psicosociales el en trabajo**: contribución a su estudio. Centro de Estudios e Investigaciones Laborales - CEIL-CONICET, Ciudad Autónoma de Buenos Aires - Argentina, 2015.

NEMER, David. **Tecnologia do Oprimido**: desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil. Editora Milfontes, Vitória - ES, 2021.

NOBRES, Juriana. Sujos de lama, manifestantes fazem protesto na portaria da Vale, no ES. **G1**, 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/11/sujos-de-lama-manifestantes-fazem-protesto-na-portaria-da-vale-no-es.html>. Acesso em: 25 de novembro de 2023.

NORONHA, Olinda Maria. Práxis e Educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.20, p. 86 - 93, dez. 2005 - ISSN: 1676-2584.

OIT/CEPAL/PNUD. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente**: a experiência brasileira recente. OIT/CEPAL/PNUD, Brasília, 2008.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Espírito Santo**. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Vitória - ES, 2008. 3ª edição.

OLIVEIRA, Felipe. "Breque dos apps" no sábado é menor, mas protestos ocorrem nas capitais. **UOL**, 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/07/25/breque-dos-apps-no-sabado-e-menor-mas-protestos-ocorrem-nas-capitais.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 06 de fev. de 2023.

OLIVEIRA, André Luis Amorim de; RIBEIRO, Júlio César. Transpassando o labirinto de espelhos pós-moderno: nas mãos, a lanterna da razão e o formão da práxis.

Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas , v. 1, n. 21, p. 8-33, 31 maio 2015.

PACHUKANIS, Evguiéni Bronislávovitch. **Teoria geral do direito e marxismo**. Editora Acadêmica, São Paulo, 1988.

PADIN, Guilherme. Entregadores de app 'pagam para trabalhar' com alta de combustíveis. **R7**, 2022. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/entregadores-de-app-pagam-para-trabalhar-com-alta-de-combustiveis-04042022>. Acesso em: 10 de fev. de 2023.

PAUGAM, Serge. **Desqualificação social**: ensaio sobre a nova pobreza. Educ, São Paulo, 2003.

PELUSO, Fernando Rogério. Trabalho por Intermédio de plataforma digital: uma nova realidade. Em: ANDRADE, Tatiana Ferraz; MAESTER, Felipe; RAVAGNANI, Giovani (Orgs.). **Labor 4.0**: direito do trabalho e inovações tecnológicas. Thomson Reuters, São Paulo, p. 113-122, 2021.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. Entregadores, precariado urbano e seus clientes. **Diário do Nordeste**, 2021. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniaao/colunistas/alexandre-queiroz-pereira/entregadores-precariado-urbano-e-seus-clientes-1.3163820>. Acesso em: 30 de setembro de 2023.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. Conflito de discurso na greve de 1948 na Companhia Vale do Rio Doce. Em: CAMPOS, A. P.; VIANNA, K. S. S; MOTTA, K. S. da; LAGO, R. D. (Org.). **Memórias, traumas e rupturas**. Vitória: LHPL/UFES, 2013, p. 1-15.

PEREIRA, Leone. Os avanços tecnológicos e seus reflexos nos princípios do direito do trabalho. Em: ANDRADE, Tatiana Ferraz; MAESTER, Felipe; RAVAGNANI, Giovani (Orgs.). **Labor 4.0**: direito do trabalho e inovações tecnológicas. Thomson Reuters, São Paulo, p. 175-194, 2021.

PEREIRA, Marcelo. Mototáxi já funciona na Grande Vitória, mas serviço é irregular. **Folha Vitória**, 2022. Disponível em: <https://www.folhavitória.com.br/geral/noticia/10/2022/mototaxi-ja-funciona-na-grande-vitoria-mas-servico-e-irregular>. Acesso em: 06 de julho de 2023.

PEREIRA, Marcelo. Anatel libera sinal 5G em mais 14 cidades do ES; saiba quais são. **Folha Vitória**, 2023a. Disponível em: <https://www.folhavitória.com.br/economia/noticia/05/2023/anatel-libera-sinal-5g-em-mais-14-cidades-do-es-saiba-quais-sao>. Acesso em: 30 de setembro de 2023.

PEREIRA, Marcelo. Pescadores protestam na procissão marítima de São Pedro em Vitória. **Folha Vitória**, 2023b. Disponível em: <https://www.folhavitória.com.br/geral/noticia/07/2023/pescadores-protestam-na-procissao-maritima-de-sao-pedro-em-vitoria>. Acesso em 27 de dezembro de 2023.

PERRUSI, Artur. Sofrimento psíquico, individualismo e uso de psicotrópicos: Saúde mental e individualidade contemporânea. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, n. 1, v. 27, Jan-Jun 2015.

PERUSSO, Bruno José. O Direito do Trabalho e o trabalho por meio das plataformas digitais. Em: ANDRADE, Tatiana Ferraz; MAESTER, Felipe; RAVAGNANI, Giovani (Orgs.). **Labor 4.0: direito do trabalho e inovações tecnológicas**. Thomson Reuters, São Paulo, p. 31-50, 2021.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2007.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2001.

POCHMANN, Márcio. **O sindicalismo tem futuro?** Expressão Popular; Fundação Rosa Luxemburgo, São Paulo, 2022.

POLSSON, Ken. Chronology of Apple Computer Personal Computers. **Internet Archive Wayback Machine**. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20081012023834/http://www.islandnet.com/~kpolsson/applehis/app11984.htm>. Acesso em: 23 de setembro de 2023.

POSSÍVEL NOVA GREVE NA LEOPOLDINA. **Folha Capixaba** : Defesa da Terra e do Povo do Espírito Santo (ES) - 1945. Edição 1212, p. 8, 2 de janeiro de 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100706/2819>. Acesso em: 02 de fev. de 2023.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx**. Editorial Boitempo, São Paulo, 2014.

PRADO Jr, Caio; FERNANDES, Florestan. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2005. 4ª edição.

PRÉVOST, Marianne. La souffrance psychosociale: regards de Jean Furtos. **Santé Conjugée**, n. 48, 2009.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. **A Interiorização da capital pela Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo**. Dissertação de Mestrado - Ufes, Vitória - ES, 2008.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Gradiva, Lisboa, 1998. 2ª edição.

REIS, Tiago. 3G Capital: Saiba mais sobre essa private equity de sucesso. **Suno**, 2018. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/3g-capital/>. Acesso em: 30 de setembro de 2023.

RENAULT, Emmanuel. Social suffering : sociology, psychology, politics. **Rowman & Littlefield**, London - England, New York - USA, 2017.

RANIERI, Jesus. Apresentação sobre os chamados Manuscritos econômicos-filosóficos de Karl Marx. Em: MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2004. 1ª edição.

REMEDIO, José Antonio; DONÁ, Selma Lúcia. A pejotização do contrato de trabalho e a reforma trabalhista. **Revista de Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 61–79, Jul/Dez., 2018.

RIBEIRO, Andressa de Freitas. Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol. 19, n. 35, p.65-79, jul./dez. 2015.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Reforma urbana na cidade da crise: balanço teórico e desafios. Em: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos (Orgs.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana**: o futuro das cidades brasileiras na crise. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, p. 261-290, 1997.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. Em: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert (Orgs.). **Cidade, Povo e Nação**: gênese do urbanismo moderno. Letra Capital| Observatório da Metrópole, Rio de Janeiro, 2015. 2ª edição.

ROCETTI, João Paulo. Primeira greve de trabalhadores do Espírito Santo terminou com mortos e feridos. **Gazeta Online**, 2016. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/especiais/capixapedia/2016/06/primeira-greve-de-trabalhadores-do-espírito-santo-terminou-com-mortos-e-feridos-1013948301.html>. Acesso em: 31 de janeiro de 2023.

ROCHA, Roseani. Banco Votorantim muda marca para banco BV. **Meio & Mensagem**, 2019. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/marketing/banco-votorantim-muda-marca-para-banco-bv>. Acesso em: 11 de maio de 2023.

ROLNICK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo. Studio Nobel, São Paulo, 2003.

ROMBO da Americanas é próximo a R\$ 50 bilhões, aponta relatório. **BandNews FM**, 2023. Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/bandnews-fm/noticias/rombo-da-americanas-e-proximo-a-r-50-bilhoes-aponta-relatorio-16609462>. Acesso em: 23 de setembro de 2023.

ROSA, Afonso Cláudio de Freitas. **Insurreição do Queimado**. EDUFES: Secretaria Municipal de Cultura, Vitória, 1999.

ROSA, Giovanni Santa. Uber: quase 50% dos motoristas e entregadores têm ensino superior no Brasil. **Terra**, 2021. Disponível em: https://www.terra.com.br/byte/uber-quase-50-dos-motoristas-e-entregadores-tem-ensino-superior-no-brasil_89b6cc027168c1cf7a4ac50bf8bed267enqgiuo9.html. Acesso em: 06 de fev. de 2023.

ROSA, Giovanni Santa. iFood passa a ser totalmente controlado pela Prosus por R\$ 9,4 bilhões. **Tecnoblog**, 2022. Disponível em: <https://tecnoblog.net/noticias/2022/08/19/ifood-passa-a-ser-totalmente-controlado-pela-prosus-por-r-94-bilhoes/>. Acesso em: 29 de setembro de 2023.

ROSA, Bruno. Trabalhadores de *Uber* e *iFood* querem flexibilidade, mas concordam que falta proteção social, diz pesquisa. **O Globo**, 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/negocios/noticia/2023/05/trabalhadores-de-uber-e-ifood-querem-flexibilidade-mas-concordam-que-falta-protecao-social-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 01 de setembro de 2023.

ROSI, Guilherme Rebonato. A pandemia e a precarização dos professores: um olhar da sociologia do trabalho em um caso empírico no Espírito Santo. Em: DIAS, Carlos Eduardo Oliveira et al. (Orgs.). **Estudos sobre os impactos da pandemia no Brasil**. Editora Inovar, Campo Grande - Mato Grosso do Sul, 2023.

ROSSI, Thaís. Trabalhadores de app protestam e brecam entregas em Vitória. **ES hoje**, 2022. Disponível em: <https://eshoje.com.br/2022/02/trabalhadores-de-app-protestam-e-brecam-entregas-em-vitoria/>. Acesso em: 09 de fev. de 2023.

SADOWSKI, Jathan. Plataformas biopolíticas, dados como capital e virtudes perversas do trabalho digital. GROHMANN, Rafael (Org.). **Os laboratórios do trabalho digital**: entrevistas. Boitempo Editorial, São Paulo, 2021. 1ª edição

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Autêntica, Belo Horizonte - MG, 2021. 1ª Edição, 2ª reimpressão.

SANCHOTENE, Diná. Paralisação de entregadores amplia debate sobre futuro desses profissionais. **A Gazeta**, 2020. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/economia/paralisacao-de-entregadores-amplia-debate-sobre-futuro-desses-profissionais-0720>. Acesso em: 06 de fev. de 2023.

SANSON, Cesar. **O trabalho nos clássicos da Sociologia**: Marx, Durkheim e Weber. Expressão Popular | EDUFRRN, São Paulo, 2021.

SANTOS, Adilson Silva. Sobre partidos políticos em Cachoeiro de Itapemirim na Primeira República (1889-1899). **Rev. Hist. UEG** - Goiânia, v.1, n. 2, p.79-89, jul./dez. 2012.

SANTOS, Adilson Silva. Jornal “O Cachoeirano” e o debate político no Espírito Santo da Primeira República (1887-1909). **Rev. Hist. UEG** - Anápolis, v.2, n. 2, p. 111-122, jul./dez. 2013.

SANTOS, Leonardo Bis dos. Interesses e conflitos latentes, manifestos e explícitos na apropriação social do território: natureza e colonização do norte do Espírito Santo entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. **Anais do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est**, p. 720-739, 2017.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. Edusp, São Paulo, 2004. 6ª edição.

SANTOS, Milton dos. Sobre uma sociologia do sofrimento no trabalho. **E-locação/revista científica da Faex**, ed. 20, v. 10, 2021. ISSN 2238-1899.

SANTOS, Tania Steren. Globalização e exclusão: A dialética da mundialização do capital. **Sociologias**, 6, 170-198, 2001.

SCASSERRA, Sofia. El despotismo de los algoritmos: cómo regular el empleo en las plataformas. **Revista Nueva Sociedad N° 279**, enero-febrero, 2019, ISSN: 0251-3552, www.nuso.org.

SCHOLZ, Trebor. **Uberworked and Underpaid**: How Workers Are Disrupting the Digital Economy. Polity, Cambridge/Malden, 2016.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. Annablume, São Paulo, 2015.

SCHÜTZE, Fritz. Análise sociológica e linguística de narrativas. **Civitas**, Porto

Alegre, v. 14, n. 2, p. e11-e52, maio/ago., 2014.

SELVAGERIA. **Cachoeirano**: Órgão do Povo - Columnas francas a todas as intelligencias (ES), Cachoeiro de Itapemirim - ES, n. 48, p. 2, 28 de nov. de 1908a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/217719/5676>. Acesso em: 01 de fev. de 2023.

SELVAGERIA. **Cachoeirano**: Órgão do Povo - Columnas francas a todas as intelligencias (ES), Cachoeiro de Itapemirim - ES, n. 49, p. 2, 5 de dez. de 1908b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/217719/5680>. Acesso em: 01 de fev. de 2023.

SENA, Felipe. Mapa do 5G: os bairros que têm conexão ultrarrápida na Grande Vitória. **A Gazeta**, 2023. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/economia/mapa-do-5g-os-bairros-que-tem-conexao-ultrarrapida-na-grande-vitoria-0223>. Acesso em: 30 de setembro de 2023.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu Extático na Metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. Companhia das Letras, São Paulo, 1992.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez Editora, São Paulo, 2007. 23ª edição.

SEWELL Jr., William H. How Classes are Made: Critical Reflections on E. P. Thompson's Theory of Working-Class Formation. Em: KAYE, Harvey J.; MCCLELLAND, Keith (Orgs.). **E. P. Thompson**: critical perspectives. Temple, Philadelphia - EUA, 1990.

Sgrancio, A. T., Rodrigues, I. M. C., & Komati, K. S. (2022). Mapeamento de vulnerabilidades por bairro do Cadastro Único no município de Vitória-ES. urbe. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 15, e20210385. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.015.e20210385>.

SILVA, Lúcia Maria Osorio. **Terras devolutas e latifúndio**. Unicamp, Campinas - SP, 1996.

SILVA, Daniel Pereira da et al. Matrizes psicológicas da episteme neoliberal: a análise do conceito de liberdade. SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Autêntica, Belo Horizonte - MG, 2021. 1ª Edição, 2ª reimpressão.

SILVA, Hélio Alexandre. Sofrimento social como dimensão da pobreza. **dois pontos**., Curitiba, São Carlos, volume 19, número 1, p. 33-49, abril de 2022. ISSN 2179-7412. DOI: 10.5380/dp.v19i1.84792.

SILVA Jr., Nelson da. A matriz psicológica na obra de Gary Becker. **Laboratório de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise - LATESFIP/USP**, s.d. Disponível em:

<https://latesfip.wordpress.com/a-matriz-psicologica-na-obra-de-gary-becker/>. Acesso em: 23 de agosto de 2023.

SILVA Jr., Nelson da. O Brasil da barbárie à desumanização neoliberal: do “pacto edípico e pacto social”, de Hélio Pellegrino, ao “E daí?”, de Jair Bolsonaro. SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Autêntica, Belo Horizonte - MG, 2021. 1ª Edição, 2ª reimpressão

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 12 n. 1 p. 41-49 jan./jun. 2009.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. MORAES FILHO, Evaristo de(Org.). Ática, São Paulo, 1983.

SINDPD-RJ. Datamec, uma história de pioneirismo e sucesso. 2016, **SINDPDRJ**. Disponível em:

<http://sindpdri.org.br/portal/v2/2016/08/24/datamec-uma-historia-de-pioneirismo-e-sucesso/>.

Acesso em: 12 de maio de 2022.

SINGER, Paul. **Dominação e desigualdade**: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano**: o caso da Grande Vitória 1950-1980. Edufes, Vitória - ES, 2001.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. Prefácio. Em: MATTOS, Rossana Ferreira da Silva. **Expansão urbana, segregação e violência**: um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória. Edufes, Vitória - ES, 2013.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Paz e Terra (Estudos brasileiros, 9), Rio de Janeiro, 1976.

SLEE, Tom. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizado. Elefante, São Paulo, 2017.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. WMF Martins Fontes, São Paulo, 2016. 3ª edição.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. Graphia Editorial, Rio de Janeiro, 1997. 2ª edição.

SOUZA, Nivaldo. Ministro do Trabalho volta a falar em ‘enquadrar’ as empresas de delivery. **Jota**, 2023. Disponível em:

<https://www.jota.info/tributos-e-empresas/trabalho/ministro-do-trabalho-volta-a-falar-em-enquadrar-as-empresas-de-delivery-19012023>. Acesso em: 07 de fev. de 2023.

SORATTO, Jacks el al. Insatisfação no Trabalho de Profissionais da Saúde na Estratégia Saúde da Família. **Texto Contexto – Enfermagem**, v. 26, n. 3, Florianópolis, Epub 21, set., 2017.

SORIANO, Cheryll. Imaginários, aspirações e solidariedade no trabalho digital nas Filipinas. GROHMANN, Rafael (Org.). **Os laboratórios do trabalho digital: entrevistas**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2021. 1ª edição.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos – CEBRAP** 79, p. 71-94, nov., 2007.

STEVENSON, David. **1914-1918 a história da Primeira Guerra Mundial: o legado**. volume 4. Editora Novo Século, Barueri - SP, 2016.

SUNDARARAJAN, Arun. **Economia compartilhada: o fim do emprego e a ascensão do capitalismo de multidão**. Editora Senac, São Paulo, 2018.

SZNELWAR, Laerte Idal; UCHIDA, Seiji; LANCMAN, Selma. A subjetividade no trabalho em questão. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 23, n. 1, p. 11-30, mar/2011.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de Administração Científica**. Editora Atlas S.A., São Paulo, 1995, 8ª edição.

THATCHER, Margareth. ‘Economics are the method: the object is to change the soul’. **Margareth Thatcher foundation**. Disponível em: <https://www.margareththatcher.org/document/104475>. Acesso em: 24 de maio de 2023.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa (vol. 1)**. Editora Paz & Terra, Rio de Janeiro, 2012. 12ª edição.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa (vol. 2)**. Editora Paz & Terra, Rio de Janeiro, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria e outros ensaios**. Editora Vozes, Petrópolis - Rio de Janeiro, 2021. 1ª edição.

TRAB21. Pesquisa Datafolha encomendada pela *Uber* e *iFood* tem vícios na sua metodologia que comprometem o resultado. **Abet**, 2023. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/pesquisa-datafolha-encomendada-pela-uber-e-ifood-tem-vicios-na-sua-metodologia-que-comprometem-o-resultado/>. Acesso em: 01 de setembro de 2023.

TRABALHO COMUNITÁRIO reverteu estigmas e criou Território do Bem. **Século Diário**, 2019. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/cidades/trabalho-comunitario-reverteu-estigmas-e-criou-territorio-do-bem>. Acesso em: 10 de março de 2023.

“VAGABUNDO”: motoboy relata humilhação de clientes por causa de erro no pedido; veja vídeo. **TNH1**, 2022. Disponível em: <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/vagabundo-motoboy-relata-humilhacao-de-clientes-por-causa-de-erro-no-pedido-veja-video/>. Acesso em: 23 de maio de 2023.

VAREJÃO, Victoria. Pescadores voltam a protestar em frente à sede do Ibama, em Vitória. **G1**, 2016. Disponível: <https://g1.globo.com/espírito-santo/desastre-ambiental-no-rio-doce/noticia/2016/04/pescadores-s-voltam-protestar-em-frente-sede-do-ibama-em-vitoria.html>. Acesso em: 27 de dezembro de 2023.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**: antes da sua separação e independência de Portugal, Volumes 5-6. Edições Melhoramentos, 1962.

VASAPOLLO, Luciano. **O Trabalho Atípico e a Precariedade**. Expressão Popular, São Paulo, 2005. 1ª edição.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro - RJ, 1977. 2ª edição.

VIEIRA; Bárbara Muniz. Entregadores se unem por melhores condições de trabalho nos aplicativos: ‘Entrego comida com fome’, diz ciclista. 2020. **Associação Brasileira de Estudos do Trabalho**. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/entregadores-se-unem-por-melhores-condicoes-de-trabalho-nos-aplicativos-entrego-comida-com-fome-diz-ciclista/>. Acesso em: 12 de maio de 2022.

VOTORANTIM. Portfólio, s.d. Disponível em: <https://www.votorantim.com.br/portfolio/>. Acesso em: 11 de maio de 2023.

XAVIER, Vitor Hugo. Greve dos entregadores está marcada para o dia 25/01. Veja como apoiar! **Assufrgs**, 2023. Disponível em: <https://www.assufrgs.org.br/2023/01/06/greve-dos-entregadores-esta-marcada-para-o-dia-25-01-veja-como-apoiar/>. Acesso em: 07 de fev. de 2023.

WAHRLICH, Beatriz M. de Souza. **Uma Análise das Teorias de Organização**. FGV, Rio de Janeiro, 1977, 4ª edição.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. Em: BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita, WANDERLEY, Mariangela Belfiore (Orgs). **Desigualdade e a questão social**. Educ, São Paulo, 2004, p. 51-161.

WEBER, Max. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. Companhia das Letras, São Paulo, 2004.

WEBER, Florence. **Trabalho fora do trabalho**: uma etnografia das percepções. Garamond, Rio de Janeiro, 2009.

WERLANG, Rosângela; MENDES, Jussara Maria Rosa. Sofrimento social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 116, p. 743-768, out./dez. 2013.

WOODCOCK, Jamie. O panóptico algorítmico da Deliveroo: mensuração, precariedade e a ilusão do controle. Em: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2021. 1ª edição, 2ª reimpressão.

WOODCOCK, Jamie. **A luta contra o capitalismo de plataforma**: uma investigação das lutas globais da economia *gig*. Lavrapalavra, São Paulo, 2022. 1ª edição.

WOODCOCK, Jamie; GRAHAM, Mark. **Economia Gig**: uma abordagem crítica. Editora Senac São Paulo, São Paulo, 2022.

World Bank. 1995. World Development Report 1995: Workers in an Integrating World. © New York: **Oxford University Press**. <http://hdl.handle.net/10986/5978> License: [CC BY 3.0 IGO](#)

ZWARICK, Leonardo. Após suposta agressão a entregador em SP, motoboys quebram vidro de condomínio em protesto. **Folha de São Paulo**, 2023. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/09/apos-suposta-agressao-a-entregador-em-sp-motoboys-quebram-vidro-de-condominio-em-protesto.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha. Acesso em: 1 de outubro de 2023.